

MDU | UFPE



plano de desenvolvimento
local integrado de
OLINDA

SERFHAU
Serviço Federal de Habitação e Urbanismo



IPHAN
ARQUIVO

PLANEJAMENTO, CONSERVAÇÃO E TURISMO CULTURAL: noções e práticas no PDLI de Olinda

Aline Galdino Bacelar



Recife, 2019

unesco

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO URBANO

ALINE GALDINO BACELAR

PLANEJAMENTO, CONSERVAÇÃO E TURISMO CULTURAL:
NOÇÕES E PRÁTICAS NO PDLI DE OLINDA

Recife, 2019

ALINE GALDINO BACELAR

PLANEJAMENTO, CONSERVAÇÃO E TURISMO CULTURAL:
NOÇÕES E PRÁTICAS NO PDLI DE OLINDA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do Título de mestre em Desenvolvimento Urbano.

Área de concentração: Desenvolvimento Urbano.

Orientadora: Profa. Dra. Virginia Pitta Pontual.

Recife, 2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

B117p Bacelar, Aline Galdino
 Planejamento, Conservação e Turismo Cultural: noções e práticas no
 PDLI de Olinda / Aline Galdino Bacelar. – Recife, 2019.
 188f.: il.

 Orientadora: Virgínia Pitta Pontual.
 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
 Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em
 Desenvolvimento Urbano, 2019.

 Inclui referências.

 1. Planejamento Urbano. 2. Conservação. 3. Turismo Cultural. 4. PDLI
 de Olinda. I. Pontual, Virgínia Pitta (Orientadora). II. Título.

711.4 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2020-15)

ALINE GALDINO BACELAR

**PLANEJAMENTO, CONSERVAÇÃO E TURISMO CULTURAL:
NOÇÕES E PRÁTICAS NO PDLI DE OLINDA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do Título de mestre em Desenvolvimento Urbano.

Aprovada em: 30/08/2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Virginia Pitta Pontual (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Renata Campello Cabral (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Cecilia Ribeiro Pereira (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Sarah Feldman (Examinadora Externa)
Universidade de São Paulo

Para Wellington, Miguel e Lara.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dessa pesquisa, sonhei tantas vezes com o momento que estaria escrevendo essas linhas de agradecimento. Sei que todos nós temos muitos a agradecer porque o processo de pesquisa é trabalho de muitas mãos. Essa pesquisa não é diferente, por isso sou muito grata a todos que de alguma forma me ajudaram a concluir essa etapa da minha vida.

Agradeço à minha querida orientadora Virgínia Pontual, por ter me acolhido em seu grupo de pesquisa, quando ainda nem tinha ingressado no mestrado e estava há tanto tempo longe da academia. As aulas de História da Cidade e a pesquisa no Laboratório de Urbanismo e Patrimônio (LUP) foram fundamentais nessa reaproximação. Esses últimos anos foram um imenso aprendizado com sua orientação, que de forma segura me apontava o caminho a trilhar, sempre incentivando a dar o meu melhor. Mais ainda, soube compreender minha condição para além de pesquisadora - mãe, esposa, profissional. Mesmo quando eu achava que não conseguiria concluir, me sustentou com palavras de encorajamento e compreensão.

Às professoras Sarah Feldman e Renata Cabral, pelas contribuições pertinentes durante a banca de defesa do meu projeto de pesquisa e por mais uma vez estarem na banca de defesa da dissertação. A Renata, agradeço também pela oportunidade de pesquisa no âmbito do LUP.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano/ MDU, em nome de Ana Rita Sá Carneiro, Luis de la Mora (*in memoriam*), Natália Vieira, e tantos outros, que através de suas disciplinas contribuíram e também deram bases para o exercício científico. A Natália, agradeço também por ter intermediado o primeiro contato com o professor Paulo Ormindo.

À professora Bartira Ferraz Barbosa, do Programa de Pós-graduação em História, que através da disciplina Acervos e documentos me abriu os olhos para a imensidão dos documentos históricos em suas mais diversas formas.

À Flaviana Barreto Lira, por ter me dado a oportunidade de experimentar a docência.

Aos colegas do LUP pelas contribuições à minha pesquisa e momentos de aprendizado nas tantas reuniões mensais e seminários.

A todos os funcionários do MDU, especialmente à Renata Albuquerque, pelo sempre pronto atendimento na secretaria.

Aos funcionários que atenciosamente me receberam nos arquivos e bibliotecas do IPHAN e pela presteza ao enviar documentos solicitados por e-mail para agilizar a pesquisa, em Recife, à Raquel Florêncio, em Salvador, à Ana Teresa Mattos, no Rio de Janeiro, a Ivan Sardinha.

Ao Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano e ao Arquivo Público Antonino Guimarães de Olinda, especialmente a Alexandre Dias, pelo apoio na pesquisa documental.

Ao professor Paulo Ormino de Azevedo, pela gentileza em me conceder seu depoimento e compartilhar comigo sua rica experiência.

À Virgínia Collier de Mendonça, pelo depoimento cedido. A André Pina, por compartilhar informações e documentos sobre Olinda, tão preciosos a minha pesquisa.

Aos meus colegas de turma do MDU, que tornaram mais leve essa trajetória, em especial Eva Passavante, Davi Dornelles Valentim, Camila Gomes, Karla Passos, Andreza Passos e Luisa Acioli.

Às minhas queridas amigas, Adriana Pontes, por compreender minha ausência, Taísa Gueiros, por sua serenidade e companheirismo (e pela idealização da capa!), Eva Passavante, com quem dividi as inquietações e angústias dessa trajetória.

À Juliana Melo, por me contagiar com sua paixão pela pesquisa. Por sua causa, encarei esse desafio e é uma honra chegarmos juntas ao final de mais uma etapa de nossas vidas.

Aos colegas da Agência Condepe/Fidem, Silvana Rocha, Cláudia Paes Barreto, Sônia Calheiros, Lourdes Burégio, Ana Cristina Oliveira, Zenóbio Santos, Eliane Silva e Sandra Moura, agradeço pela compreensão na árdua tarefa de conciliar o trabalho institucional e a elaboração desta pesquisa. Em especial, agradeço à Silvana Rocha, pelo incentivo e por ter se tornado mais que uma chefe, uma amiga.

À família que ganhei de presente, a minha sogra, Fátima Bacelar (*in memoriam*) serei eternamente grata pelo imenso amor que sentia por meus filhos. Sua constante presença na nossa casa os ensinou o respeito pelo outro, acima de tudo; A minhas cunhadas e sobrinhas, especialmente Cristiane, Lucinha, Débora, Rebeca e Emiliane, agradeço pelo apoio e por terem cuidado de Lara para que eu pudesse me dedicar a essa pesquisa.

A minha família, não tenho como expressar meu agradecimento. Se cheguei até aqui, foi por vocês. Aos meus pais, Deise e José Galdino, agradeço de coração por serem meu porto seguro e pela educação que me deram. A minha querida irmã Asenath, por ter me ensinado o prazer de ler, por ter sempre me incentivado e apoiado de várias formas, especialmente com meus filhos. A meu irmão Anderson, minha cunhada, Fabiana e meus sobrinhos, João Guilherme e Pedro, pelo carinho.

Ao meu marido, Wellington Bacelar, a quem não tenho palavras para agradecer todo o apoio e incentivo desde sempre, mesmo passando por momentos tão difíceis. Agradeço pelo seu amor, sua amizade, seu carinho, sua companhia constante, sua lealdade, sua compreensão nos períodos de ausência e sua tranquilidade que me ajudaram a encarar com mais leveza essa jornada de estudos. *Anjinho*, é uma imensa alegria chegarmos juntos ao fim de mais uma etapa de nossos estudos!

A meu pequeno músico, Miguel, que pacientemente aprendeu a compartilhar a sua mãe com os períodos de estudos e a suportar as minhas ausências. Filho, obrigada por ser a música da minha vida.

A minha estrelinha Lara, cujos rabiscos no meu caderno de pesquisa iluminaram as tensões do estudo. Obrigada, filha, por seu amor, compreensão e alegria.

Agradeço, mais que tudo, a Deus, que me deu o dom da vida, forças para persistir e alegria para viver.

Por fim, agradeço a CAPES pelos dois anos de auxílio financeiro em fomento a esta pesquisa e ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco (MDU-UFPE) pela oportunidade de desenvolvê-la.

RESUMO

O Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de Olinda é o objeto de estudo dessa dissertação, com o qual se pretende demonstrar como se deu a articulação entre *Planejamento urbano, Conservação e Turismo cultural*, no sítio histórico de Olinda. Esse documento, concluído em 1972, teve sua elaboração coordenada e financiada pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), através da consultoria da Sociedade Civil de Planejamento (Sociplan), além do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e outros consultores especialistas no assunto. Essa pesquisa dedica-se a compreender se a articulação entre planejamento, conservação e turismo cultural está presente no PDLI de Olinda e se ele contém expressões das ideias em debate no Brasil e no exterior. Para tanto, a investigação apoia-se na análise de eventos, instituições e sujeitos que, a partir da revisão historiográfica, sobressaltaram-se no contexto nacional e internacional estudado. No Simpósio de St. Augustine, na Reunião de Quito e nos Encontros de Governadores são buscados os principais enunciados em torno das ideias que norteiam a investigação. O estudo das principais instituições relacionadas aos campos do planejamento, da conservação e do turismo é capaz de elucidar o contexto institucional da década de 1960. Nessa trama histórica, alguns agentes ganham relevância ao funcionarem como o elo entre os eventos, as instituições e as práticas estudados, como Guillermo de Zéndegui, Renato Soeiro e Paulo Ormino de Azevedo. Para além de uma visão redutora centrada na efetividade ou não do PDLI de Olinda, admite-se a hipótese de que ele representa uma convergência de noções e práticas em debate desde a década de 1960 e se configura como importante instrumento de planejamento e conservação que norteou a gestão municipal no trato do sítio histórico. A perspectiva teórica da pesquisa está referendada na História cultural e segue os procedimentos da história-problema, cujas fontes são buscadas e interpretadas de acordo com as hipóteses do historiador. Portanto, esse estudo utilizará o PDLI de Olinda como pano de fundo para a narrativa que se pretende construir, de modo a contemplar não só a circulação de ideias, mas também as práticas concretas dos sujeitos e instituições que atuaram naquele contexto.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Conservação. Turismo cultural. PDLI de Olinda.

ABSTRACT

The integrated Local development plan (PDLI) of Olinda is the subject of this dissertation, with which they intend to demonstrate how the articulation between urban planning, conservation and cultural tourism in historic site of Olinda. This document, completed in 1972, had your drafting coordinated and funded by the Federal Housing and Urban Planning Service (Serfhau), through consulting from the Civil Planning Society (Sociplan), and the Architecture Department of the Federal University of Bahia (UFBA) and other consultants specializing in the subject. This research intends to dedicate to understand if the articulation between planning, conservation and cultural tourism is present in the Olinda's PDLI and if it contains expressions of the ideas in debate in Brazil and abroad. Therefore, the research is based on the analysis of events, institutions and subjects that, from the historiographic review, were startled in the national and international context studied. At the St. Augustine Symposium, the Quito Meeting and the Governors' Meetings, the main statements around the ideas that guide the investigation are sought. The study of the main institutions related to the fields of planning, conservation and tourism is able to elucidate the institutional context of the 1960s. In this historical plot, some agents gain relevance by acting as the link between events, institutions and practices. studied, such as Guillermo de Zéndegui, Renato Soeiro and Paulo Ormino de Azevedo. Beyond a reductionist vision centered on the effectiveness or not of Olinda's PDLI, it is hypothesized that it represents a convergence of notions and practices under debate since the 1960s and is an important planning and conservation instrument that guided municipal management in dealing with the historic site. The theoretical perspective of the research is endorsed in cultural history and follows the procedures of the problem history, whose sources are sought and interpreted according to the historian's hypotheses. Therefore, this study will use Olinda's PDLI as a background for the narrative that is intended to be constructed, in order to contemplate not only the circulation of ideas, but also the concrete practices of the subjects and institutions that acted in that context.

Keywords: Urban planning. Conservation. Cultural tourism. PDLI from Olinda.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Capa do encarte sobre o projeto do Centro Interamericano	27
Figura 2 –	Manual da arquitetura colonial de St. Augustine (1962)	28
Figura 3 –	Perspectiva de uma das ruas de St. Augustine que ilustra o Manual	28
Figura 4 –	Guillermo de Zéndegui em visita a Salvador sobre Projeto Pelourinho, em 1968	30
Figura 5 –	Earle W. Newton, em [196-]	30
Figura 6 –	William J. Murtagh, em 1966	30
Figura 7 –	Primeira página da carta de Renato Soeiro a Rodrigo M. F. de Andrade ..	38
Figura 8 –	Última página da carta de Renato Soeiro a Rodrigo M. F. de Andrade	38
Figura 9 –	Ministro das Relações Exteriores do Equador, Julio Vallejo	42
Figura 10 –	Alguns dos presentes na Reunião de Quito	44
Figura 11 –	Primeira página das “Notas para o encontro promovido pela OEA”	55
Figura 12 –	Primeira página das “Notas sobre a Reunião de Quito”	55
Figura 13 –	Capa da Revista Cultura do CFC	61
Figura 14 –	Sessão inaugural durante o discurso do ministro Jarbas Passarinho	61
Figura 15 –	Capa do Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho	67
Figura 16 –	Sessão de abertura do II Encontro de Governadores	69
Figura 17 –	Minuta do convênio entre Serfhau e DPHAN	96
Figura 18 –	Relação dos municípios a que se refere o convênio	96
Figura 19 –	Capa de Olinda - 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira	99
Figura 20 –	Mapa turístico “Olinda histórica e sentimental” de Rosa Maria que ilustra o Guia	99
Figura 21 –	Praia do Carmo [194-]	100
Figura 22 –	Praia do Carmo e chalés de veraneio [19--]	100
Figura 23 –	Capa do Relatório de Michel Parent (1968)	113
Figura 24 –	Renato Soeiro	117
Figura 25 –	Capa do PDLI de Olinda (1972)	123
Figura 26 –	Capa do Termo de Referência (1970)	126
Figura 27 –	Paulo Ormino de Azevedo	129

Figura 28 –	Silvio Valois na festa de São João no Mercado da Ribeira, 1971	136
Figura 29 –	Ciranda na festa de São João no Mercado da Ribeira, 1971	136
Figura 30 –	Mapa do zoneamento definido pelo PDLI de Olinda	144
Figura 31 –	Mercado da Ribeira [1971]	158
Figura 32 –	Rua do Amparo [1967]	158
Figura 33 –	Esquina da Rua do Amparo com o Beco das Cortesias [1967]	158
Figura 34 –	Área do antigo Horto Del Rey [1981]	161
Figura 35 –	Seminário de Olinda [1981]	163
Figura 36 –	Igreja do Carmo [1981]	163
Figura 37 –	Ladeira da Sé, na esquina da Rua da Bertioga [196-]	163
Figura 38 –	Alto da Sé [1971]	163

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Investimentos das recomendações prioritárias por função de governo.....	166
Tabela 2 – Estimativas de Parent para Olinda.....	167

LISTA DE SIGLAS

ABAV	Associação Brasileira de Agentes de Viagens
ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAB	Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia
CFC	Conselho Federal de Cultura
CIC	Conselho Interamericano de Cultura
CIECC	Conselho Interamericano para a Educação, a Ciência e a Cultura
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisas
CNPU	Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana
CNTur	Conselho Nacional de Turismo
Codepe	Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
Combratur	Comissão Brasileira de Turismo
Condepe	Conselho de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
CURA	Complementação Urbana para Recuperação Acelerada
DAC	Departamento de Assuntos Culturais
DAP	Departamento de Análise de Projetos
DCR	Divisão de Conservação e Restauração
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNI	Departamento Nacional de Informações
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DR	Distrito Regional
Embratur	Empresa Brasileira de Turismo
Emetur	Empresa Metropolitana de Turismo
Empetur	Empresa de Turismo de Pernambuco
EUA	Estados Unidos da América
Finam	Fundo de Investimento da Amazônia
Finep	Financiadora de Estudos e Projetos
Finor	Fundo de Investimento do Nordeste

Fiplan	Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado
Fiset	Fundo de Investimentos Setoriais
FCPSHO	Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda
FPAC	Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
Fundarpe	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
Fungetur	Fundo Geral de Turismo
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPGH	Instituto Pan-Americano de Geografia e História
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IUOTO	União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens
JK	Juscelino Kubitschek
MASPE	Museu de Arte Sacra de Pernambuco
MEC	Ministério da Educação e Cultura
Minter	Ministério do Interior
NPS	<i>National Parks Service</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Ação Concentrada
PAEG	Plano de Ação Econômica do Governo
PAI	Plano de Ação Integrada
PCH	Programa de Cidades Históricas
PDLI	Plano de Desenvolvimento Local Integrado
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
Plantur	Plano Nacional de Turismo
PMO	Prefeitura Municipal de Olinda
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PPPV	Plano Permanente de Preservação e Valorização
Prodetur	Programa de Desenvolvimento do Turismo
RMR	Região Metropolitana do Recife

RP	Relatório Preliminar
Senam	Serviço Nacional dos Municípios
Seplan-PR	Secretaria de Planejamento da Presidência da República
Serfhau	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SHO	Sítio Histórico de Olinda
SNDLI	Sistema Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Local Integrado
Sociplan	Sociedade Civil de Planejamento
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Surcap	Superintendência de Urbanização da Capital
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	NOÇÕES E ENUNCIADOS: ENCONTROS PARA A PRESERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO	26
2.1	Primeiros enunciados pan-americanos: o Simpósio de St. Augustine (1965)	27
2.2	“A solução conciliatória” na Reunião de Quito (1967)	39
2.3	Ressonância das noções no Brasil: os Encontros de Governadores de Brasília e Salvador (1970 e 1971)	58
3	AS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS: CONTEXTO, PRÁTICAS E ARTICULAÇÕES	83
3.1	Uma ‘cortina de fumaça’ no planejamento urbano brasileiro?	84
3.2	Dos “banhos salgados” ao turismo cultural	98
3.3	As instituições de conservação: missões da UNESCO, práticas e articulações	109
4	PLANEJAMENTO, CONSERVAÇÃO E TURISMO CULTURAL NO PDLI DE OLINDA	123
4.1	Contexto local da conservação e do planejamento: do tombamento ao PDLI de Olinda	132
4.2	A função de Olinda na RMR: o turismo cultural como alternativa prioritária	138
4.3	As diretrizes para organização do espaço urbano e a conservação do patrimônio	141
4.4	Os projetos especiais de valorização do setor	156
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
	REFERÊNCIAS	177

1 INTRODUÇÃO

A temática do planejamento urbano sempre norteou minhas experiências profissionais ao mesmo tempo em que o campo da conservação urbana, é meu maior interesse na academia. Minha vivência reflete a atual ausência de integração entre os campos do planejamento e da conservação urbanos, o que nem sempre foi assim. O interesse pelo tema aqui proposto surgiu durante as aulas da disciplina História da Cidade, do MDU, onde entrei em contato com o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de Olinda, o qual detalharei mais adiante, e por ter participado da pesquisa “Entendendo juízos historiográficos: a fortuna crítica de Gaston Bardet e Gustavo Giovannoni (...)”¹, onde pude ter contato com o tema da história cultural como referência para o estudo de biografias profissionais e juízos historiográficos.

Na busca de compreender as bases conceituais que nortearam essa pesquisa, concebemos o planejamento como “uma função de governo, como uma técnica de administração” e como “instrumento governamental produtor de ideias que preveem um futuro idealizado” (FELDMAN, 2005, p. 2; 2011, p. 7; PONTUAL, 2019, p. 195). Na década de 1960, destacamos a experiência do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau) como primeiro órgão federal com a atribuição de elaborar e coordenar a política nacional de planejamento local integrado. Assim, os planos elaborados segundo a metodologia do Serfhau tinham um escopo mais amplo e compreendiam os aspectos econômico, social, físico e institucional. O Serfhau exerceu papel importante no ciclo de institucionalização do planejamento urbano no Brasil, além de viabilizar a contratação, pelos governos municipais, de empresas de consultoria para elaboração de planos (FELDMAN, 2005).

O campo da conservação em meados da década de 1960 foi marcado, por um lado, pela ampliação da noção de patrimônio, que passa a incluir conjuntos urbanos e até cidades históricas inteiras, cuja referência teórica é a Carta de Veneza (1964). Por outro lado, os bens culturais passam a ser vistos como ativos econômicos capazes de gerar recursos que poderiam ser revertidos para sua própria conservação, além de promover o

¹ O projeto de pesquisa “Entendendo juízos historiográficos: a fortuna crítica de Gaston Bardet e Gustavo Giovannoni e suas contribuições para o campo do urbanismo - França, Itália e Brasil” está em andamento, viabilizada pelo acordo de Cooperação Internacional entre a UFPE e a Università degli Studi di Napoli Federico II e financiada pelo Edital Universal CNPq.

desenvolvimento econômico da região. Para tanto, o turismo cultural foi a opção adotada e difundida pelos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). Nesse sentido, os encontros, as cartas patrimoniais e as missões da UNESCO exerceram papel fundamental para a disseminação dessas ideias.

O turismo cultural, segundo Pereira (2012), só foi registrado em textos oficiais quando passou a ser contemplado pela UNESCO, em 1966. Embora o uso da expressão ‘turismo cultural’ tenha levado mais tempo para se naturalizar, a utilização dos bens culturais como atrativos turísticos capazes de gerar recursos econômicos e a conservação do patrimônio cultural dos países passou a incorporar os discursos das instituições internacionais de salvaguarda desde 1965. A partir dos estudos acerca do turismo cultural sob a égide da UNESCO, tais como os empreendidos por Pereira (2012), Leal (2008) e Cousin (2002), percebeu-se uma lacuna quanto às iniciativas em torno do turismo cultural no âmbito do continente americano. Não queremos dizer com isso que a UNESCO não tenha sido protagonista no debate acerca do turismo cultural. Apenas pretendemos lançar luz sobre outros discursos que podem revelar noções distintas.

As iniciativas eram convergentes ao defender que o turismo cultural deveria ser integrado ao planejamento do desenvolvimento do país, da região e do município. Portanto, o tripé *Planejamento urbano – Conservação – Turismo cultural* foi amplamente difundido na época. A partir da inquietação inicial, a atual ausência de integração entre os campos do planejamento e da conservação urbanos, e do estudo das legislações de tutela no Brasil, surgiu o interesse pelo objeto de estudo: o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI) de Olinda.

O documento base desta pesquisa, o PDLI de Olinda, de 1972, teve sua elaboração coordenada e financiada pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), através da empresa de consultoria, Sociedade Civil de Planejamento (Sociplan), de São Paulo, além do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), consultores

especialistas e com o apoio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)².

Nossa pesquisa documental evidenciou o PDLI de Olinda como o primeiro documento, após o relatório do consultor da UNESCO, Michel Parent³, publicado em 1968, a propor a exploração do turismo cultural no sítio histórico de Olinda como meio de alavancar a economia local. O Relatório de Michel Parent certamente corroborou para a tônica do PDLI de Olinda, que elegeu o turismo cultural como importante promotor para o desenvolvimento do município. Compreendemos que o turismo cultural insere-se nesse contexto como o suporte para a articulação entre planejamento e conservação, formando uma tríade.

Diversos estudos sobre a Região Metropolitana do Recife (RMR) anteriores ao PDLI de Olinda, eram convergentes ao definir o sítio histórico de Olinda como polo metropolitano de lazer cultural e centro turístico nacional e internacional. Os estudos econômicos realizados pelo PDLI corroboram essa função de Olinda na RMR, ao elegerem o desenvolvimento de atividades turísticas ligadas ao Setor histórico como elemento básico da promoção da dinâmica econômica do município.

Portanto, esse estudo utilizará o PDLI de Olinda como pano de fundo para a narrativa que se pretende construir, de modo a contemplar não só a circulação de ideias, mas também as práticas concretas dos sujeitos e instituições que atuaram naquele contexto. No Plano estão presentes as ideias em voga, o contexto político e institucional, concepções pessoais, que devem ser considerados e relacionados, local e globalmente.

² Desde sua criação, em 1937, o IPHAN passou por diversas mudanças em sua nomenclatura: inicialmente Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), tornou-se Diretoria (DPHAN) em 1946, em seguida passou a se chamar instituto, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, em 1979, tornou-se Secretaria (SPHAN). Nesse mesmo ano, com a incorporação da Fundação Nacional Pró-Memória ficou conhecida como SPHAN/ Pró-Memória. Em 1990, voltou a ser instituto, o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC), e desde 1994, voltou à sigla IPHAN, que permanece até hoje. Para facilitar a compreensão, nomearemos a instituição pela nomenclatura vigente no momento de que se trata.

³ Foram as missões do consultor da UNESCO Michel Parent, em 1966 e 1967, as mais representativas para Olinda. Como produto dessas visitas ao Brasil, elaborou seu relatório intitulado “Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico”, publicado em 1968 pela UNESCO. Sua contribuição ao desenvolvimento do turismo cultural no Brasil será abordado no capítulo 2 dessa dissertação.

Essa pesquisa pretende dedicar-se a compreender se a articulação das ideias entre planejamento, conservação e turismo cultural está presente no PDLI de Olinda e se ele contém expressões das ideias em debate no Brasil e no exterior. Para tanto, nos apoiaremos na análise de eventos, instituições e sujeitos que, a partir da revisão historiográfica, sobressaltaram-se no contexto nacional e internacional estudado. Dessa forma, pretendemos demonstrar como o PDLI de Olinda relaciona-se local e globalmente com as ideias em circulação. A dissertação estruturou-se numa abordagem de ‘fora para dentro’, partindo da investigação dos contextos relacionados para, então, proceder à análise do Plano, orientada pela hipótese da pesquisa. Com essa abordagem, o intento foi buscar uma visão ampliada para, só em seguida, buscar correlacionar ao contexto local e ao objeto empírico.

No contexto americano, a principal referência tomada são as Norma de Quito (1967). Contudo, num esforço de contextualizar a Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, realizado em Quito, identificamos como relevante no processo de conformação das ideias em curso o Simpósio pan-americano de preservação e restauração de monumentos históricos, realizado em 1965 na cidade de St. Augustine na Flórida. Esse Simpósio representou um primeiro passo na disseminação das ideias de turismo cultural a partir da articulação entre planejamento e conservação durante a década de 1960 e que seriam amadurecidas na Reunião de Quito.

A partir disso, a pesquisa voltou-se para o âmbito nacional, tanto no estudo dos eventos como das instituições relacionadas ao contexto da pesquisa, a fim de identificar permanências e rupturas nas ideias e práticas em torno da articulação entre planejamento, conservação e turismo cultural. Nesse sentido, destacam-se os Encontros de Governadores de Brasília e Salvador (1970 e 1971) que permitiram compreender como as ideias foram recepcionadas, reinterpretadas e adaptadas no Brasil.

Nessa trama histórica, alguns agentes ganham relevância ao funcionarem como o elo entre os eventos, as instituições e as práticas estudados, como Guillermo de Zéndegui, Renato Soeiro e Paulo Ormino de Azevedo. A atuação desses especialistas elucidou o percurso das ideias e demonstrou que o PDLI de Olinda não é um objeto isolado, mas carrega consigo o contexto político, institucional e cultural, as ideias em voga e concepções pessoais.

A década de 1960 foi também um período marcado por intensa institucionalização de políticas voltadas para atividades como o planejamento urbano, o turismo e a cultura. Nessa pesquisa, por sua relação com o contexto e com o objeto estudado, privilegiamos o Serfhau, a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e a DPHAN/ IPHAN, com foco nas possíveis articulações entre esses órgãos e seus campos de atuação.

Desse modo, a presente pesquisa tem o objetivo de demonstrar como se deu a articulação entre planejamento urbano, conservação e turismo cultural no Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Olinda. Devido à particularidade do município de Olinda, detentor de expressivo conjunto urbano tombado em nível federal poucos anos antes da elaboração do PDLI, a estrutura do Plano foi adaptada do roteiro para elaboração de PDLIs, definido pelo Serfhau, para incluir seções específicas relativas ao sítio histórico. Desse modo, nos valeremos principalmente das proposições relativas ao sítio histórico e sua relação com as ideias em voga, a partir do estudo dos quatro eventos citados, da Missão e Relatório do consultor da UNESCO Michel Parent e do contexto institucional relacionado.

A opção adotada por esta pesquisa segue os procedimentos da história-problema, cujas fontes são buscadas e interpretadas de acordo com as hipóteses do historiador. Segundo Le Goff (1990, p. 110), “nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado”. Bacellar (In PINSKY, 2006) ainda reforça que documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião do seu autor. Portanto, faz-se necessário contextualizar o documento que se coleta de modo a entender o texto no contexto de sua época, além de sempre manter um olhar crítico sobre ele.

O fundamento da história cultural ainda está referendado em Ginzburg (2006), por nos fornecer subsídios metodológicos no trato da documentação relacionando-a ao contexto. Ao narrar a história do moleiro Menocchio, que foi perseguido pela Inquisição, Carlo Ginzburg estabelece uma “chave” para entender o pensamento desse personagem, ao contextualizar aquele período histórico, através da pesquisa em fontes primárias (registros inquisitoriais, livros lidos por Menocchio, etc), apoiada em fontes secundárias. Assim, Ginzburg adota como procedimento metodológico evidenciar as diferenças identificadas e a partir delas buscar as reciprocidades e circularidades. Desse modo, elimina a tendência de fazer

generalizações em relação à classe e sociedade, por exemplo, mas busca permanências e rupturas que permitam melhor compreender e construir a trama histórica.

Através de uma analogia entre o historiador e o juiz, este autor problematiza o papel da evidência na historiografia, ao refletir sobre a dualidade entre evidência e verdade. Ele destaca a importância do distanciamento do historiador em relação ao fenômeno narrado como meio de garantir uma postura crítica. Dessa forma, Ginzburg faz uma crítica ao positivismo, ao historicismo e a uma postura passiva diante do documento. Enquanto o juiz está preocupado em encontrar a verdade, o historiador preocupa-se em apresentar os fatos, “as verdades”, ou seja, as evidências são “janelas” para possíveis interpretações da realidade, uma aproximação.

Em relação ao trato com a documentação, Foucault (2002) apresenta significativas contribuições através do procedimento da arqueologia do saber. Foucault pensa os documentos ou arquivos como discursos, os quais só acontecem na interação social, onde surgem os sujeitos discursivos. Para ele, o objeto de pesquisa é um acontecimento ou enunciado, não um fato, pois este pressupõe uma verdade que não foi interpretada, mas descrita no documento. Então, através de um conjunto de procedimentos, o analista busca entender o processo que produziu determinado documento ou regime de verdade. Para tanto, o recorte e o limite assumem destaque na pesquisa. O ponto de partida será um evento ou acontecimento, tomado como discurso, que ajude a pensar a emergência de um problema em um determinado recorte temporal.

Foucault reconfigura o estatuto do documento e seu papel na ciência, ao colocar todos os documentos no mesmo patamar de discurso, não só os oficiais. O que se deve evidenciar são as relações de poder que costuram e hierarquizam esses diversos discursos. Nesse sentido, a posição de um discurso não depende do seu conteúdo, mas das modalidades enunciativas. Ao invés da busca pela verdade, Foucault (2002) convida a refletir sobre as permanências e rupturas, para entender as transformações, que valem como renovação dos fundamentos. As tensões e jogos de poder são, para este teórico, meios de compreender os processos históricos que não seguem uma linearidade, tampouco uma lógica evolucionista. Sendo a história uma construção cultural, analisar essas disputas nos permite compreender o contexto em que as interpretações são construídas, como por exemplo, o turismo cultural, foco desta pesquisa.

Esta proposta de pesquisa está inserida no debate acerca da circulação de ideias, que ganhou espaço entre os estudos de História Cultural e, nos últimos 20 anos, passou por constantes revisões de suas noções fundamentais, desde a noção de *influência*, passando pela de *transferência* e *tradução* até *ressonância*, para dar conta da complexidade das formas assumidas na circulação de ideias. A noção de ressonância é tomada nessa dissertação no seu sentido mais amplo, onde os sujeitos e ideias envolvidos se modificam no decorrer do processo, através de inflexões, as ideias são adaptadas ao contexto. No campo da arquitetura e do urbanismo, a análise da circulação de ideias “não se descola do exame de práticas e de experiências concretas” (LEME, 2009, p.77). Entende-se a circulação de ideias no campo do urbanismo como um processo que se faz mediante diferentes operações sociais, em que todos os envolvidos se modificam no decorrer do processo. Para Leme (2009) a circulação de ideias pode se dar a partir de diferentes modos, seja através do empréstimo, transferência e tradução de obras teóricas, de passagens (ou permanências) de estrangeiros pelo país para realização de trabalhos, conferências, projetos, ou mesmo, pela ida de brasileiros ao exterior e conhecimento das realidades diversas.

Paralelamente à construção do referencial teórico, foi realizada a revisão historiográfica de fontes secundárias referentes ao contexto do planejamento urbano no Brasil, ao papel do Serfhou na institucionalização desse campo, ao processo de institucionalização do turismo no Brasil e às articulações em torno do turismo cultural, nas décadas de 1960 e início de 1970. Nesse sentido, além do Relatório de Michel Parent, destacam-se as pesquisas de Sarah Feldman, Virgínia Pontual, Simone Vizioli, Leila Bianchi Aguiar, Cecília Pereira e Sandra Corrêa, as quais esperamos que se sintam devidamente contempladas nas tantas referências ao longo da dissertação. O exame da historiografia sugeriu a formulação de questões e hipóteses que orientaram a visita em arquivos e acervos.

Para a construção da presente narrativa foi privilegiado o uso de fontes primárias, entre as quais se destaca o próprio PDLI de Olinda, encontrado no Arquivo Público de Olinda Antonino Guimarães. Na investigação dos eventos analisados, também foram utilizadas fontes primárias, com destaque para os documentos consultados no Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro, nas Séries ‘Assuntos Internacionais’, ‘Arquivo Técnico Administrativo’ e ‘Personalidades’. Para o relato do Simpósio de St. Augustine e da Reunião de Quito nos valem os discursos, programação, lista de presença e ata final. Da Reunião

de Quito, além dos documentos registrados pela secretaria do evento, tivemos acesso aos relatos pessoais de Renato Soeiro sobre o encontro. A principal fonte relativa aos Encontros de Governadores foram os anais publicados, o primeiro, na Revista Cultura editada pelo Conselho Federal de Cultura, e o segundo, pelo próprio IPHAN.

Assim, no levantamento histórico documental, os principais acervos visitados foram:

- Arquivo Público Municipal Antonino Guimarães (Olinda);
- Arquivo Central do IPHAN - Seção Rio de Janeiro;
- Arquivo e Biblioteca Almeida Cunha da Superintendência do IPHAN em Pernambuco;
- Biblioteca da Superintendência do IPHAN na Bahia;
- Biblioteca Joaquim Cardozo da UFPE;
- Hemeroteca da Biblioteca Nacional;
- Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano;
- Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA;
- Acervo pessoal de André Pina;

Além da pesquisa em acervos, foram realizadas entrevistas complementares com o arquiteto Paulo Ormino David Azevedo, responsável pela elaboração do PDLI referente ao SHO, e com a arquiteta Virgínia Maria Collier de Mendonça, membro da equipe técnica auxiliar.

Os principais documentos coletados foram: anais, discursos, lista de presença e programação dos eventos, correspondências, notas, processo de tombamento, jornais e revistas. Toda essa documentação foi sistematizada num banco de dados em software de elaboração de planilhas. Os documentos foram confrontados para a verificação de sua consistência e identificação de chaves temáticas específicas, que foram oportunamente exploradas na pesquisa. Por fim, a análise crítica e interpretação do arcabouço documental à luz do referencial teórico permitiram a identificação de discursos, enunciados, permanências e rupturas a fim de construir a trama histórica.

A interpretação do conjunto documental pesquisado permitiu a estruturação da narrativa em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta os enunciados em torno da articulação entre planejamento urbano, conservação e turismo cultural, presentes em quatro eventos

significativos. Os dois primeiros, no âmbito pan-americano, o de St. Augustine, Flórida, em 1965, e o de Quito, Equador, em 1967, e dois no contexto nacional, os Encontros de Governadores, realizados em Brasília (1970) e em Salvador (1971). Para tanto, utilizamos principalmente as fontes primárias apoiadas pelas fontes secundárias que elucidaram o contexto.

No segundo capítulo, privilegiamos as instituições envolvidas em alguma medida com o contexto da pesquisa e da elaboração do PDLI de Olinda, ou seja, as décadas de 1960 e 1970. Pretendemos demonstrar a circulação das ideias em voga em torno da articulação entre planejamento, conservação e turismo cultural e como essas instituições, com destaque para o Serfhau no campo do planejamento, a DPHAN e a UNESCO no campo da conservação e a Embratur no âmbito do turismo, as recepcionaram e as converteram, ou não, em práticas. A missão e o Relatório de Michel Parent é outro subsídio importante para compreender as noções em voga acerca dessa articulação.

No terceiro e último capítulo, nos detemos ao PDLI de Olinda a partir do arcabouço teórico e contextos estudados nos dois primeiros capítulos. Analisamos como as ideias foram apropriadas por Paulo Ormino de Azevedo e se converteram em proposições para o sítio histórico de Olinda. Para tanto, utilizamos também a Lei Municipal nº 3826/1973 – Legislação Básica Urbanística, que converteu em normativa legal o conteúdo do Plano. Primeiro, apresentamos o contexto local da conservação e do planejamento que antecederam a elaboração do Plano. Em seguida, abordamos o papel de Olinda na Região Metropolitana do Recife em função do turismo cultural. Por fim, buscamos identificar os meios utilizados no Plano para articular planejamento, conservação e turismo cultural, através das suas Diretrizes e Projetos Especiais.

2 NOÇÕES E ENUNCIADOS: ENCONTROS PARA A PRESERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A ampliação do objeto patrimonial, que passou de monumentos históricos isolados a conjuntos urbanos e até cidades inteiras, foi crucial para a inclusão das políticas de conservação no planejamento urbano e regional, adotando uma visão mais global ao tratamento das questões preservacionistas. Tal ampliação trouxe novos problemas que, por sua vez, demandavam novos conceitos e instrumentos. Mais ainda, essa nova situação exigia o envolvimento de outras instituições que não só aquelas estritamente ligadas ao patrimônio, e dos demais entes federativos, estados e municípios, que, através de suas políticas específicas, poderiam se articular com a conservação dos sítios históricos, seja através de planos de desenvolvimento urbano, assistência técnica e financeira.

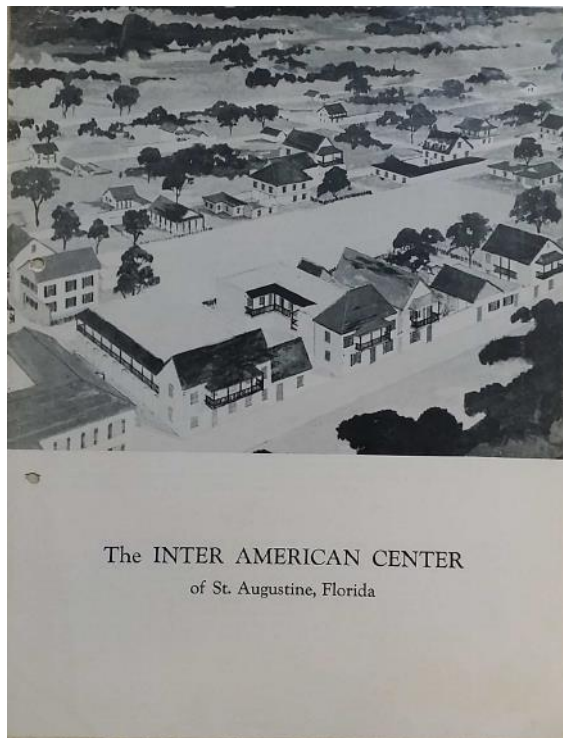
Esse capítulo de abertura tem o interesse de mostrar os primeiros enunciados em torno da articulação entre conservação e planejamento urbano, que muitas vezes são mostradas como questões que surgem apenas na década de 1970. Primeiramente, nos detemos no debate do turismo cultural em dois eventos significativos no âmbito pan-americano, o de St. Augustine, Flórida, em 1965, e o de Quito, Equador, em 1967, que, como veremos adiante, irá ter ressonância nas medidas adotadas no PDLI de Olinda. Em seguida, no contexto nacional, destacamos as principais contribuições do I e II Encontros de Governadores, realizados em Brasília (1970) e em Salvador (1971), para contextualização da premissa dessa pesquisa, a articulação entre planejamento, conservação e turismo cultural no PDLI de Olinda.

Na elaboração deste capítulo, foram utilizadas principalmente fontes primárias. Para análise dos eventos indicados, nos valem da documentação recolhida nas Séries 'Assuntos Internacionais', 'Arquivo Técnico Administrativo' e 'Personalidades' do Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro, e da farta bibliografia encontrada na biblioteca da superintendência do IPHAN em Salvador. Dada a participação de Renato Soeiro nos dois encontros internacionais, os documentos relativos a eles estavam depositados tanto na Série 'Assuntos Internacionais', como na 'Personalidades – Renato Soeiro'. Entre as fontes primárias utilizadas predominam os discursos, atas, ofícios e cartas, que dão conta da riqueza das discussões empreendidas nesses encontros.

2.1 Primeiros enunciados pan-americanos: o Simpósio de St. Augustine (1965)

A celebração dos 400 anos de fundação de St. Augustine, na Flórida, conhecida como a cidade mais antiga dos EUA, foi o mote para sediar o Simpósio pan-americano de preservação e restauração de monumentos históricos, entre 10 e 13 de junho de 1965. O propósito da celebração “será chamar atenção sobre as origens hispânicas dos EUA e iniciar simbolicamente o desenvolvimento da cidade como um grande CENTRO INTER-AMERICANO.”⁴ Esse Centro serviria para exposições da sociedade e cultura dos países latino americanos e a cidade de St. Augustine seria, para seus visitantes, como “uma janela em direção ao mundo latino-americano [...]”⁵ Assim, somou-se aos atos comemorativos um “tom cultural e alcance interamericano”⁶.

Figura 1 – Capa do encarte sobre o projeto do Centro Interamericano.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais: AA01/M065/P05/Cx.0006/P.0038).

⁴ The Inter American Center of St. Augustine, [ca 1965]. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais: AA01/M065/P05/Cx.0006/P.0038. Texto original em inglês: “will be to focus attention on the Hispanic origins of America, and to launch the development of the city as a great, symbolic INTER-AMERICAN CENTER.”

⁵ *Ibid.* Texto original em inglês: “a window into the world of Latin America [...]”

⁶ ZÉNDEGUI, Guillermo. *El patrimonio cultural de America y la accion cooperativa interamericana* In UNION PANAMERICANA. Flórida, 1965, p. 10. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais: AA01/M065/P05/Cx.0006/P.0038. Texto original em espanhol: “acento cultural y alcance interamericano”.

Figura 2 – Manual da arquitetura colonial de St. Augustine (1962).

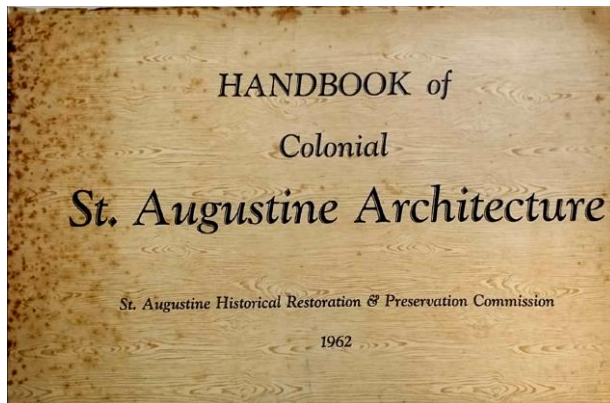
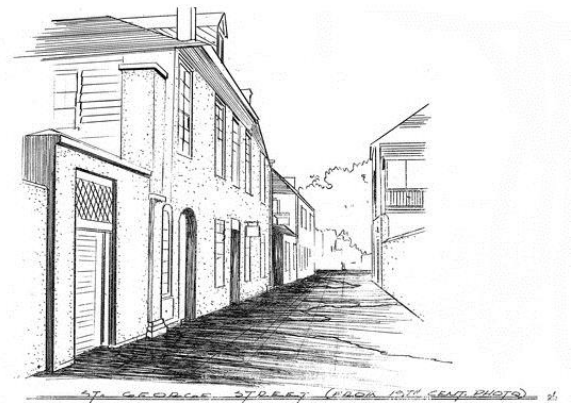


Figura 3 – Perspectiva de uma das ruas de St. Augustine que ilustra o Manual.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais: AA01/M065/P05/Cx.0006/P.0038).

Embora a Reunião de Quito, de 1967, seja historicamente considerada a primeira iniciativa da Organização dos Estados Americanos (OEA) sob o viés da cooperação cultural com vistas à conservação do patrimônio cultural, devemos retroceder ao Simpósio de St. Augustine, que representou um “preâmbulo da próxima Reunião Interamericana sobre Patrimônio Cultural”, inicialmente prevista para acontecer em Lima, Peru, mas que se realizou em Quito, e “um primeiro passo na conquista de uma efetiva cooperação internacional.”⁷

O Simpósio de St. Augustine foi promovido pela União Pan-americana⁸, pela Comissão Nacional do Quadricentenário⁹ e pelo *National Trust for Historic Preservation*¹⁰, e presidida

⁷ *Ibid.*, p. 10. Texto original em espanhol: “preâmbulo de la próxima Reunión Interamericana sobre Patrimonio Cultural [...] un primer paso en firme en el logro de una efectiva cooperación internacional”.

⁸ Foram os Congressos Americanos, também chamados de Congressos Pan-Americanos, realizados durante todo o século XIX, os principais responsáveis pela divulgação do Pan-Americanismo. Destaque deve ser dado a Primeira Conferência Internacional Americana, realizada entre outubro de 1889 e abril de 1890, que marcou oficialmente o início do Pan-Americanismo, para referir-se ao conjunto de políticas de incentivo à integração dos países americanos, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Nessa Conferência decidiu-se constituir a União Internacional das Repúblicas Americanas, com sede em Washington, que depois se tornou a União Pan-Americana. Em 1954, os encontros interamericanos passaram para a chancela da Organização dos Estados Americanos (OEA) que assumiu papel semelhante ao da União Pan-americana. A OEA é um organismo regional dentro do sistema universal das Nações Unidas, criado em 1948, para atuação colaborativa entre os Estados americanos (ATIQUE, 2007; GUEDES, 2011; OEA. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp>. Acesso em: 26 de fev. 2019).

⁹ A Comissão Nacional do Quadricentenário foi um órgão federal criado pelo Presidente John F. Kennedy, em 1963, no âmbito das comemorações dos 400 anos de criação da cidade de St. Augustine e do grande projeto de restauração de seus edifícios históricos. Ao anunciar a formação da comissão, o Presidente Kennedy declarou que seu trabalho formaria “uma ponte cultural para a América Latina”. Earle W. Newton era seu diretor executivo na época do Simpósio (GANNON, 2012, p. 4).

¹⁰ O *National Trust for Historic Preservation* é uma organização sem fins lucrativos, financiada por fundos privados, criada em 1949, com sede em Washington, D.C., designada pelo Congresso dos EUA para fomentar a participação pública na preservação de lugares, edifícios e objetos de significação histórica e cultural nos

por Guillermo de Zéndegui, Earle W. Newton¹¹ e William J. Murtagh¹², representantes das respectivas instituições. Zéndegui também será o secretário técnico na Reunião de Quito, cujos pronunciamentos serão, em grande parte, incorporados ao texto final.

Por sua importância nos eventos a serem analisados, o de St. Augustine e o de Quito, iremos nos deter um pouco mais sobre a trajetória profissional de Zéndegui. O advogado cubano Guillermo de Zéndegui y Carbonell nasceu em La Habana, em 23 de fevereiro de 1910. Na Secretaria de Educação de Cuba durante o governo do ditador Fulgencio Batista, foi diretor geral do Instituto Nacional de Cultura (1956-1959), organismo técnico responsável pela política cultural do país, e secretário da *Sociedad Colombista Panamericana*, organismo de caráter continental americano, cuja finalidade é a conservação, investigação e estímulo, respectivamente, de monumentos, de questões e trabalhos relativos ao descobrimento, conquista e colonização da América, através da cooperação interamericana entre especialistas e governos. Nos Estados Unidos, foi subdiretor do Departamento de Cultura da OEA e editor da Revista Américas, publicada bimensalmente pela OEA desde 1949 até 2012¹³

Estados Unidos (NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION. Disponível em: <<https://savingplaces.org/>>. Acesso em: 26 fev. 2019).

¹¹ Earle W. Newton, II (1917–2006) era historiador pela Amherst College (1938), fez mestrado na Universidade de Columbia (1939) e doutorado na Walden University (1974). Foi bolsista da *Fulbright* em meados da década de 1950 e recebeu um diploma em administração de museus da Universidade de Bristol. Ele atuou na direção de diversas instituições ligadas a preservação do patrimônio histórico e em museus dos EUA, além de ter sido professor em várias universidades americanas. Em 1959, Newton foi contratado como diretor executivo da recém-criada Comissão Histórica de Restauração e Preservação de St. Augustine, cujo objetivo era restaurar e reconstruir edifícios históricos no centro da cidade para que se tornassem parte de uma vila colonial espanhola, como um grande museu. Em 1968, renunciou ao cargo de diretor da Comissão e tornou-se diretor da Comissão de Restauração e Preservação Histórica de Pensacola. Mais tarde, voltou a St. Augustine para mais uma vez servir como diretor da Comissão (AMHERST COLLEGE. Disponível em: <https://www.amherst.edu/amherst-story/magazine/in_memory/1938/earlnewton>. Acesso em: 16 out. 2018).

¹² William John Murtagh (1923-2018) era arquiteto (1950), mestre em história da arte e doutor em história da arquitetura (1963) pela Universidade da Pensilvânia. Entre 1954 e 1955, com bolsa da *Fulbright*, esteve nas Universidades de Bonn e Freiburg na Alemanha para estudar influências locais na arquitetura holandesa da Pensilvânia. Em 1958 começou a trabalhar *National Trust for Historic Preservation* e logo foi promovido a diretor de programas educacionais. Foi o primeiro administrador (1967-1979) do *National Register of Historic Places*, o qual ajudou a criar em 1966. Ele retornou ao *National Trust* no início dos anos 80 como vice-presidente de serviços de preservação. Sua prática profissional no *National Register* foi caracterizada por uma “preservação de baixo para cima, orientada por prioridades locais”. Murtagh também procurou incorporar a preservação no planejamento urbano, protegendo áreas mais amplas, bairros e até cidades inteiras. Foi também membro fundador do ICOMOS-EUA e professor em diversas universidades americanas (WILLIAM J. Murtagh, Lion of Historic Preservation, Dies at 95. **The New York Times**, Nova Iorque, 5 nov. 2018).

¹³ Além de ter escrito diversos artigos na Revista Américas, Zéndegui foi autor de vários livros, entre eles: *Ambito de Martí* (1954), *Colonial Art I: Introduction to Colonial Art in Latin America: Architecture* (1970), *Image of Brazil* (1975), *Todos Somos Culpables* (1991), *Las Primeras Ciudades Cubanas Y Sus Antecedentes*

(LAGUNA ENRIQUE, 2014). No Brasil, Zéndegui manteve uma boa relação não só com a DPHAN, através de Renato Soeiro, mas com a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), tendo sido acompanhado pelo arquiteto Wladimir Alves de Souza, seu diretor, em visita a Salvador para visitar as obras de restauração do Pelourinho, as quais contaram com financiamento do BID, viabilizado pela OEA¹⁴.

Figura 4 – Guillermo de Zéndegui em visita a Salvador sobre Projeto Pelourinho, em 1968.



Fonte: OEA vai restaurar zona do “Pelourinho”. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 27 nov. 1968.

Figura 5 – Earle W. Newton, em [196-].



Fonte: University of Florida.

Figura 6 – William J. Murtagh, em 1966.



Fonte: KALBACH, 2019.

O objetivo do Simpósio era discutir os problemas que apresentava a preservação do patrimônio cultural do continente, parte do qual se considerava irremediavelmente perdido em consequência do desamparo que sofria pelo descaso dos governos nacionais, pela falta de consciência pública capaz de se mobilizar em defesa dos bens culturais, e pelo insuficiente número de especialistas e técnicos nos órgãos destinados à sua proteção. Estiveram presentes 26 especialistas na preservação do patrimônio cultural, representando 8 países americanos e a Espanha¹⁵. Predominaram representantes de instituições norte-

Urbanísticos (1998) (ABEBOOKS. Disponível em: <<https://www.abebbooks.com/book-search/author/guillermo-de-zendegui/first-edition/>>. Acesso em: 26 fev. 2019).

¹⁴ OEA vai restaurar zona do “Pelourinho”. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 27 nov. 1968.

¹⁵ Os participantes foram, em sua maioria, dos EUA: Guillermo de Zéndegui, Earle W. Newton, Kenneth C. Anderson, Paul Buchanan, Leopoldo Castedo, Ernest Allen Connally, William C. Everhart, William J. Hart, Walter Macomber, Albert Manucy, Porter A. McCray, Jacob Morrison, William J. Murtagh, Jaime Posada, Helen Randolph Burgess, Hale G. Smith, Christopher Tunnard; do México: Carlos Flores Marini e Manuel Gonzáles Galván; do Peru: Victor Pimentel Gurmendi e Fernando Silva Santisteban; do Equador: Hernán Crespo Toral; da

americanas, tais como o *National Parks Service*¹⁶ e o *National Trust*, que, por sua vez, estiveram ausentes da Reunião de Quito.

Cabe evidenciar que a cooperação cultural, ensejada pela União Pan-americana, historicamente ligada à manutenção da paz e promoção do progresso material, enquanto consolidava a hegemonia do governo norte-americano, tem seus antecedentes num conjunto de reuniões pan-americanas, cujo tema foi ganhando destaque.

Além dos temas relativos aos problemas técnicos da preservação, restauração e reconstrução dos monumentos, que ocupou os dois primeiros dias do evento, o Simpósio incluiu o debate acerca dos sítios urbanos, em diálogo com a Carta de Veneza (1964), cuja aplicação nos países membros, no que couber, foi enfaticamente recomendada, desde a sessão inaugural, na exposição de Guillermo de Zéndegui intitulada *El patrimonio cultural de América y la cooperación interamericana*. No esteio do Congresso de Veneza, Zéndegui buscou “naturalizar” o uso do termo ‘patrimônio cultural’ entendido ali como “[...] um conjunto de bens de distinta natureza, que apesar de sua diversidade, vêm de um acervo histórico comum e se mantêm relacionados entre si.”¹⁷ Enquanto a Carta de Veneza se limitava a introduzir a importância da “destinação a uma função útil à sociedade”, Zéndegui foi mais além, ao enfatizar a dupla conotação do termo ‘bem cultural’ - “cultural e econômica”, para referir-se a

[...] um conjunto de bens materiais provenientes do acervo de gerações precedentes que são suscetíveis de constituir-se na parte mais importante da riqueza nacional e, conseqüentemente, ser objeto de adequada exploração econômica sem prejuízo nem perda de valor espiritual implícito.¹⁸ (grifo nosso).

Venezuela: Graziano Gasparini V.; da Colômbia: Miguel S. Guarrero; da Guatemala: Carlos Samoyoa Chinchilla; do Brasil: Renato de Azevedo Duarte Soeiro; e da Espanha: José M. Glez-Valcarcel (UNION PANAMERICANA. Lista de participantes. Flórida, 1965). Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais: AA01/M065/P05/Cx.0006/P.0038.

¹⁶ O *National Parks Service* - NPS é uma agência do Governo Federal dos Estados Unidos, ligado ao Departamento do Interior, criado em 1916, responsável pela gestão dos parques nacionais e locais de interesse histórico, cultural e natural (NPS. Disponível em: <<https://www.nps.gov/aboutus/index.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2019).

¹⁷ ZÉNDEGUI, *op. cit.*, p. 7. Texto original em espanhol: “[...] un conjunto de bienes de distinta índole y naturaleza, que no obstante su diversidad provienen de un acervo histórico común y se mantienen relacionados entre sí.”

¹⁸ *Ibid.*, p. 8. Texto original em espanhol: “[...] un conjunto de bienes materiales provenientes del acervo de generaciones precedentes que son susceptibles de constituirse en parte principalísima de la riqueza nacional y, conseqüentemente, ser obeto de adecuada explotación económica sin perjuicio ni merma de su valor espiritual implícito.”

Dessa forma, a conotação econômica atribuída ao ‘patrimônio cultural’ de uma nação já tomava forma bem antes da Reunião de Quito, quando, por fim, será consolidada.

No terceiro dia do evento, sob o temário *Ciudades históricas coloniales del Nuevo Mundo: su preservación y protección legal*, teve vez o debate acerca dos problemas da conservação de conjuntos inteiros, através das experiências de Cuzco - Peru, Cartagena das Índias - Colômbia, Antigua – Guatemala, Morelia – México e St. Augustine – EUA. O simpósio também privilegiou o debate acerca das legislações de proteção, “[...] particularmente em relação à declaração de cidades inteiras como ‘monumentos históricos’, e o impacto dessa legislação na preservação por um lado e nos interesses privados por outro.”¹⁹ A exposição do arquiteto Manuel González Galván intitulada *Custodia de los monumentos en México* e o debate final daquele dia sobre *Legislación proteccionista, formulación de resoluciones y recomendaciones* são apenas alguns exemplos. Como veremos adiante, esse tema será mais amplamente explorado na Reunião de Quito, que incluirá em sua programação um estudo comparativo das legislações existentes nos países membros.

De volta à sessão inaugural, Zéndegui ainda remonta os antecedentes do debate, de caráter interamericano, acerca da conservação do patrimônio, que principiam, segundo ele, em 1933, na VII Conferência Internacional Americana, ou Congresso Pan-americano, realizada em Montevideo, Uruguai. Destacou a “valiosa participação” do Instituto Pan-americano de Geografia e História (IPGH)²⁰ na “defesa e proteção do patrimônio histórico-artístico das nações americanas”, a qual merecerá ser incluída entre as conclusões na Ata Final do evento. Mais incisivamente, em decorrência das recomendações da União Pan-Americana, esse debate foi incorporado na *Primera Reunión Interamericana de Directores de Cultura*, em 1963, o qual concluiu:

¹⁹ PAN AMERICAN SMPOSIUM ON PRESERVATION OF HISTORIC MONUMENTS, 1965, não paginado. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Personalidades – Renato Soeiro: AA01/M036/P02/Cx.131/P.0422. Texto original em inglês: “[...] particularly in respect to the declaration of entire towns as ‘historic monuments’, and the impact of this legislation on the preservation movement on one hand and upon private interests on the other.”

²⁰ Além da União Pan-Americana, estabeleceu-se gradualmente um conjunto de instituições para facilitar a cooperação em áreas específicas, tais como o IPGH, criado em 1928, dentro do marco das Conferências Pan-americanas e visava, em linhas gerais, promover o estudo de questões geográficas e históricas do continente, destacando-se, dentre as ações, as empreendidas por sua Comissão de História, que se dedicava, desde sua constituição em 1948, a pesquisar nessa área e, conseqüentemente, a incentivar o estudo dos monumentos pelo seu valor histórico (URIBARREN, 2015).

7. Que é preciso dentro de uma ordem de urgência nacional, preservar, em primeiro lugar, o patrimônio artístico nacional para promover, logo, seu enriquecimento e poder projetá-lo, finalmente, através de todos os meios de expressão no âmbito nacional e internacional.

8. Que, por considerarem-se meios indiscutíveis de cultura, é urgente atender a conservação e restauração dos monumentos históricos e artísticos que se encontram em mal estado em todo o Continente. Nesse sentido, é aconselhável aproveitar a experiência e assistência técnica que podem prestar tanto a Organização dos Estados Americanos como alguns Estados membros.²¹ (grifo nosso).

Percebe-se que já nessa reunião a questão da conservação do patrimônio estava imbricada com seu aproveitamento econômico, através das expressões “enriquecimento” e “projetá-lo”, o que poderia ser alcançado através da cooperação interamericana. Ainda no mesmo ano, o Comitê Conjunto OEA-UNESCO, reunido em Bogotá, Colômbia, reconheceu a importância e prioridade que deveriam conceder às iniciativas e programas relativos à matéria. Em 1964, um convênio cultural foi firmado, em nível técnico, entre a União Pan-americana e o Instituto de Cultura Hispânica, em Madri, Espanha, a fim de possibilitar a utilização de conhecimento e experiência dos países extracontinentais na formação de especialistas restauradores. Importante destacar a participação de um representante da Espanha nos dois eventos, em St. Augustine e em Quito, o arquiteto José Manuel Glez Valcarcel²², chefe do *Servicio de los Castillos Españoles*.

Sem dúvida as articulações com a Espanha eram mais prementes naquele momento, dado o número mais elevado de países americanos colonizados por aquele país, enquanto os primeiros contatos do Brasil com Portugal nesse sentido, só aconteceram após a Reunião de Quito, em dezembro de 1967. Como pode ser avistado nas cartas e ofícios trocados entre Renato Soeiro e Fernando Peres, arquiteto chefe da Repartição Técnica da Direção dos Serviços dos Monumentos Nacionais - Ministério das Obras Públicas de Portugal, o pretendido auxílio de Portugal só foi viabilizado após sugestão de Soeiro a Zéndegui de complementação à redação final das Normas de Quito de forma a estender a Portugal a

²¹ ZÉNDEGUI, *op. cit.*, p. 2. Texto original em espanhol: “7. Que precisa dentro de un orden de urgência nacional, preservar, ante todo, el patrimônio artístico nacional para promover, luego, su enriquecimiento y poder proyectarlo, finalmente, a traves de todos los médios de expresión em el âmbitonacional e internacional. 8. Que, por considerarse medios indiscutibles de cultura, es urgente atender a la conservación y restauración de los monumentos históricos y artísticos que se encuentran em mal estado en todo el Continente. En ese sentido, es aconsejable aprovechar la experiencia y la asistencia técnica que puedan prestar tanto la Organización de los Estados Americanos como algunos Estados miembros.”

²² José Manuel Glez Valcarcel palestrou sob o título *Técnica de la ‘Puesta en Valor’ en las Ciudades y Conjuntos Monumentales*, na seção do dia 11 de junho - *Arquitectura da Espanha peninsular*.

mesma necessidade reconhecida à Espanha, “vincular esses países extracontinentais à revalorização do patrimônio monumental e artístico das nações da América.”²³ A partir disso, Soeiro inicia contatos com Fernando Peres contando-lhe a alteração solicitada e pedindo-lhe orientação quanto às providências que deveria tomar para a consecução desse objetivo²⁴. Peres demonstra empenho pessoal no assunto ao dar peso à solicitação transmitindo-a ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Educação Nacional de Portugal²⁵.

Alicerçado nesses antecedentes, Zéndegui aponta “a necessidade e urgência de estender a ação cooperativa interamericana à solução dos problemas comuns [...] do patrimônio”.²⁶ Todavia, Zéndegui defende que quando ações nesse sentido são empreendidas, geralmente ocorre uma “[...] disparidade e falta de coordenação nas iniciativas e soluções propostas”, além da falta de uma “síntese capaz de concretizar em princípios e normas orientadoras os critérios diversos e, sobretudo, a formulação de planos ou programas de ação possível e imediata.”²⁷ (grifo nosso). Portanto, sob o pretexto e contexto do pan-americanismo, promoção de cooperação e uniformização normativa, a União Pan-Americana promoveria uma reunião sobre patrimônio cultural, prevista para agosto daquele mesmo ano, em Lima, Peru, mas que foi realizada em Quito, Equador, apenas em 1967.

Na sequência, Zéndegui dedica parte de seu pronunciamento ao caráter e objetivos da reunião proposta, que incluiria os aspectos técnico, legal e econômico. Dada as implicações econômicas e legais das questões a serem tratadas, destaca que deveriam ser convidados economistas e juristas “a intervir na apropriada solução”, de forma a ampliar o leque dos especialistas comumente envolvidos com tal debate.

²³ SOEIRO, R. Carta nº 199 a Guillermo Zéndegui. 11 dez. 1967. Texto original em espanhol: “vincular eses países extracontinentales a la revalorización del patrimonio monumental y artístico de las naciones de América.” Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

²⁴ SOEIRO, R. Carta nº 204 a Fernando Peres. 11 dez. 1967. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

²⁵ PERES, F. Ofício Nº 6523 a Renato Soeiro. 27 dez. 1967. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

²⁶ ZÉNDEGUI, *op. cit.*, p. 3. Texto original em espanhol: “la necesidad y urgência de extender la acción cooperativa interamericana a la solución de los problemas comunes [...] do patrimônio”.

²⁷ *Idem*. Texto original em espanhol: “[...] disparidad y completa falta de coordinación en las iniciativas y soluciones propuestas. [...] síntesis capaz de concretar en principios y normas rectoras los criterios diversos y, sobre todo, la formulación de planes o programas de acción posible e inmediata.”

Sob o Aspecto técnico, Zéndegui reconhece que os trabalhos de escavação, restauração e preservação exigem “alta especialização e cuja execução implica, na maior parte dos casos, o investimento de capitais e a aplicação de equipamentos técnicos nem sempre disponíveis, pelo que a cooperação internacional de uma forma ou de outra, torna-se indispensável.”²⁸

Quanto ao Aspecto legal, havia uma preocupação em uniformizar as legislações dos Estados membros em matéria de proteção do patrimônio através da realização de estudos comparativos, que permitissem a adoção de normas gerais interamericanas.

Por fim, a Aspecto econômico ocupava “especial interesse” entre “o complexo problema cultural” e visava a “exploração econômica do patrimônio cultural do Estado em benefício da sociedade, através da apropriada utilização dos lugares e monumentos de interesse histórico ou artístico com fins turísticos.”²⁹ A indústria do turismo, “uma zona de tangência de cultura e economia”, era apreciada como importante fonte de riquezas e um meio eficaz de equilibrar as balanças econômicas desfavoráveis, tendo em vista a “imensa reserva de bens culturais suscetíveis de imediato aproveitamento econômico.”³⁰

Entre os benefícios aguardados com a realização da próxima reunião em Quito, podemos salientar a “coordenação das iniciativas culturais e turísticas com a finalidade de melhor aproveitamento econômico da riqueza monumental e artística” e o “[...] reconhecimento da necessidade peremptória de proteger adequadamente o patrimônio e da conveniência de incorporar projetos dessa natureza aos planos nacionais de desenvolvimento” (grifo nosso).³¹ Sendo o plano um dos instrumentos do planejamento urbano, reconhecemos que as ideias de associação entre conservação e planejamento urbano emergiram no proferimento de Zéndegui com a referência a elaboração de “planos de desenvolvimento”,

²⁸ *Ibid.*, p. 5. Texto original em espanhol: “alta especialización y cuya ejecución implica, en la mayor parte de los casos, la inversión de capitales y la aplicación de equipos técnicos no siempre disponibles, por lo que la cooperación internacional en una u otra forma se hace indispensable.”

²⁹ *Ibid.*, p. 6. Texto original em espanhol: “exploración económica del patrimonio cultural del Estado en beneficio de la sociedad, a través de la apropiada utilización de los lugares y monumentos de interés histórico o artístico con fines turísticos.”

³⁰ *Idem.* Texto original em espanhol: “[...] inmensa reserva de bienes culturales susceptibles de inmediato aprovechamiento económico.”

³¹ *Ibid.*, p. 7. Texto original em espanhol: “coordinación de las iniciativas culturales y turísticas a los efectos de un mejor aprovechamiento económico de la riqueza monumental y artística;

[...] reconocimiento de la necesidad perentoria de atender adecuadamente el patrimonio cultural y de la conveniencia de incorporar proyectos de esta índole a los planes nacionales de desarrollo”.

tomados aqui como planos mais amplos que compreendessem a conservação do patrimônio no planejamento das cidades. Também já é apontado o aproveitamento econômico dos monumentos através do turismo como um dos temários de destaque a ser aprofundado na Reunião de Quito. Tais elementos dão indícios de que os dois temas, turismo cultural e planejamento urbano, já estavam previstos no debate da Reunião de Quito, desde sua preparação em St. Augustine.

Parece-nos que a importância dada por Zéndegui ao Simpósio reside, principalmente, na formação de um “grande grupo de personalidades de reconhecida capacidade e experiência”³², reunido no Simpósio de St. Augustine, capaz de contribuir com os objetivos almejados para a Reunião de Quito. Vale ressaltar que cerca de 10 especialistas³³, predominantemente arquitetos, do grupo presente em St. Augustine também participarão da Reunião de Quito, conferindo a desejada continuidade dos trabalhos e aprofundamento das discussões.

O representante do Brasil no Simpósio foi Renato Soeiro, então diretor da Divisão de Conservação e Restauração da DPHAN e braço direito de Rodrigo M. F. de Andrade, que o indicou ao embaixador Everaldo Dayrell de Lima, chefe do Departamento Cultural e de Informações do Itamaraty, como delegado oficial do Brasil, por possuir “todos os requisitos desejáveis para exercê-la.”³⁴ Anteriormente, além de Soeiro, Rodrigo M. F. de Andrade também recomenda a participação do arquiteto Sylvio de Vasconcellos, que encontrava-se em Paris³⁵. Todavia, as atas e registros do referido Simpósio não demonstram a participação deste no evento.

³² *Ibid.*, p. 9. Texto original em espanhol: “crecido grupo de personalidades de reconocida capacidad y experiencia”.

³³ Comparando as listas de presença dos dois eventos, identificamos a permanência dos seguintes especialistas: Guillermo de Zéndegui (EUA), Earle W. Newton (EUA), Christopher Tunnard (EUA), Renato Soeiro (Brasil), Hernán Crespo Toral (Equador), Carlos Flores Marini (México), Fernando Silva Santisteban (Peru), Graziano Gasparini (Venezuela) e José M. Glez-Valcárcel (Espanha) (UNION PANAMERICANA. Lista de participantes. Flórida, 1965). Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais: AA01/M065/P05/Cx.0006/P.0038.

³⁴ ANDRADE, Rodrigo M. F. Ofício Nº 593 a Everaldo Dayrell de Lima. 11 mai. 1965. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/ Personalidades – Renato Soeiro: AA01/M036/P02/Cx.129/P.0417.

³⁵ ANDRADE, Rodrigo M. F. Carta a George Boehrer (*Cultural Attaché*). 22 fev. 1965. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/ Personalidades – Renato Soeiro: AA01/M036/P02/Cx.129/P.0417.

Soeiro proferiu exposição oral intitulada “Conservação dos monumentos históricos no Brasil”³⁶, na qual fez uma retrospectiva das políticas de proteção ao patrimônio histórico e artístico do país, em seguida centra-se nas questões legais previstas pelo Decreto-lei Nº 25/1937 e legislações complementares, e por fim se detêm aos tipos predominantes do acervo patrimonial no Brasil, composto, majoritariamente pela arquitetura religiosa de igrejas, conventos e capelas. Além desses, registra ainda a tutela de alguns conjuntos urbanos, que por sua extensão, demandavam grandes esforços.

As impressões de Soeiro sobre o evento não parecem muito animadoras, como revela em carta³⁷ a Rodrigo M. F. de Andrade, escrita no último dia do Simpósio. Além dos contatos mantidos “com outros arquitetos que tem os mesmos problemas que nós no Brasil, não só em dificuldades técnicas, mas principalmente de verbas”, Soeiro não demonstra grande interesse nas exposições do Simpósio. Nem seu discurso, nem os aspectos relatados a Rodrigo em carta faz qualquer menção às principais questões levantadas por Zéndegui em seu discurso ou aos pontos reunidos na Ata Final, que dizem respeito principalmente à cooperação interamericana e com Espanha e Portugal, à utilização econômica do patrimônio cultural, à formação técnica, entre outros. Nem mesmo menciona a reunião prevista para o ano seguinte, em Lima. Parece-nos que seu interesse residia mais no “percurso de estudos e observação durante 2 meses pelos Estados Unidos”³⁸, sob o patrocínio da embaixada dos EUA, que ele realizou logo após a participação no Simpósio de St. Augustine. O percurso incluiu as cidades de Williamsburg, Philadelphia, New York, Boston, Chicago, New Orleans, Dallas, Los Angeles e San Francisco, entre outras³⁹. Nelas, Soeiro desejava conhecer sítios e monumentos históricos, parques nacionais, museus, bibliotecas e arquivos especializados, além de fazer contato com instituições norte-americanas responsáveis pela conservação do patrimônio, como o *National Parks Service* (NPS).

³⁶ SOEIRO, Renato. Conservação dos monumentos históricos no Brasil. Memória apresentada ao Simpósio Pan-americano sobre Preservação de Monumentos Históricos. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/ Personalidades – Renato Soeiro: AA01/M036/P02/Cx.131/P.0422.

³⁷ SOEIRO, R. Carta a Rodrigo M. F. de Andrade. 13 jun. 1965. (manuscrita). Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/ Personalidades – Renato Soeiro: AA01/M036/P02/Cx.129/P.0417.

³⁸ ANDRADE, Rodrigo M. F. Carta a George Bohrer (Cultural Attaché). 22 fev. 1965. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/ Personalidades – Renato Soeiro: AA01/M036/P02/Cx.129/P.0417.

³⁹ SOEIRO, Renato. Programação (manuscrita). Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/ Personalidades – Renato Soeiro: AA01/M036/P02/Cx.129/P.0417.

O protagonismo de Soeiro no cenário internacional começa a ganhar corpo nesse Simpósio de St. Augustine, embora só adquira maior destaque em 1967, na Reunião de Quito, onde atuará diretamente na redação das Normas de Quito. Antes de St. Augustine, Soeiro só havia participado de dois eventos internacionais⁴⁰, em 1952 e 1964, o que muda completamente nos anos subsequentes. Como afirmou Azevedo (2013, p.43), “em nenhum outro período o IPHAN desenvolveu igual cooperação e gozou de tanto prestígio internacional”, atuando como “embaixador da DPHAN” nas reuniões internacionais.

Figura 7 – Primeira página da carta de Renato Soeiro a Rodrigo M. F. de Andrade.

St. Augustine 13.6.65

Querido amigo, o Congresso de Williamsburg foi
e veio para Williamsburg a Foz. O programa
tem sido intensivo e os serviços foram sempre
até depois de meia noite. O trabalho é
certo, e muito está aqui. O contato
com outros arquitetos que tem os mesmos proble-
mas que nós, no Brasil, não é uma dificuldade,
de técnicas mas, principalmente de verbas.
A contribuição torna-se, portanto, comum. A contribuição
americana e peruana é apreciável e o arquiteto
Gosparini, da Venezuela, foi quem ani-
mou o único debate realmente interessante.
Está presente também o prof. Costello,
do Chile que conhece o Brasil e acaba de
publicar um livro sobre o Brasil no
Brasil, cujo, estabelecendo um paralelo
entre a obra de Brasília e a do Oscar
Nimha estudia em Washington foi principal-
mente tomada pelos contatos. O embaixador
foi extremamente cordial e conversamos um
tanto durante o almoço na Embaixada. O

Figura 8 – Última página da carta de Renato Soeiro a Rodrigo M. F. de Andrade.

Dep. de Estado tem providenciado todos os
detalhes e quer nos museus, galerias ou
monumentos principais, tenha tido o
projeto encaminhado ou não para, em
detalhe, explicar em tudo o que de maior
interesse nos vamos de encontrar. Estive
em Mount Vernon, Arlington e Charlottesville
e hoje, amanhã e depois devo ficar em William-
sburg. Mando junto o esquema do trajeto
com os hotéis, nos quais, mais depois para con-
sultar a usar o endereço de Washington:
Council on Leaders and Specialists, 818 18th Street
Washington D.C., aí, descrevem onde estão os dia-
seu que receberem a correspondência. Podemos
resolver os problemas com o diretor? O plano
foi discutido, com nota de obra e material?
Rodrigo, peço o favor de mandar notícias de teli-
vô e o seu endereço, se ainda estiver em pa-
rís. Falei com Dr. Judith P. Tele-
fone em N.Y. antes de sair para Washington.
Está achando muito, fica fora do Rio, S. Paulo.
Aproveito um intervalo de uma sessão para não
retardar mais notícias que já vão atrasando.
Recomendo a Dr. Friedman a todos os amigos e fa-
zer um pouco mais aprofundado trabalho.

Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/ Personalidades – Renato Soeiro: AA01/M036/P02/Cx.129/P.0417.

Os resultados alcançados no Simpósio de St. Augustine foram por fim reunidos e organizados em 11 conclusões e recomendações, das quais podemos destacar, por sua relação com nossa pesquisa, a 10ª conclusão da Ata Final:

Dada a indubitável importância econômica que se deve reconhecer aos bens do Patrimônio Cultural, faz-se altamente recomendável que sua devida preservação e proteção sejam consideradas na formulação dos planos nacionais de

⁴⁰ Como representante do Brasil, Soeiro participou, em 1952, da Reunião de especialistas organizada pela UNESCO em Paris – França e, em 1964, do Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros realizado em Boston e Nova York nos EUA (SOEIRO, Renato. Curriculum Vitae, sem data. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/ Personalidades – Renato Soeiro: AA01/ M036/P02/Cx.129/P.0417).

desenvolvimento que são realizados nas repúblicas latinoamericanas.⁴¹ (grifo nosso).

O documento final do Simpósio faz menção apenas à inclusão da conservação do patrimônio nos “planos nacionais de desenvolvimento”, sem explicitar a base sobre a qual essa articulação se daria. Tal ausência foi suprida pela densa comunicação proferida por Zéndegui, onde fez diversas referências ao desenvolvimento do turismo cultural com a finalidade de aproveitamento econômico, factível através do enquadramento da conservação nos planos de desenvolvimento. Portanto, os dois temas, turismo e planejamento, já estavam previstos para permear o debate da Reunião de Quito desde sua preparação em St. Augustine. Esse discurso, por fim, se consolidará internacionalmente nas Normas de Quito, que tratará mais detalhadamente o tema.

2.2 “A solução conciliatória” na Reunião de Quito (1967)

Junto ao esforço para manter a paz e promover o progresso material, é bom que a OEA persiga a preservação de nossos monumentos e obras de arte que refletem as virtudes, a inspiração, o destino da alma latino-americana. Nossa riqueza artística demonstra que somos povos de profunda e perfilada figura espiritual. Este é provavelmente o aspecto mais característico de nossa personalidade. O romantismo que tem inspirado sempre nossa vida está palpável nos monumentos que deixou a nossa história. [...] Então para a América Latina a arte e os monumentos artísticos tem representado um caminho de vida, o simbolismo de um destino, a grandeza de um objetivo superior.⁴²

Esse é um trecho do discurso do ministro das Relações Exteriores do Equador, Julio Prado Vallejo, na sessão inaugural da Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, realizado em Quito, de 28 de novembro a 2 de

⁴¹ SYMPOSIUM PANAMERICANO SOBRE PRESERVACIÓN Y RESTAURACIÓN DE MONUMENTOS HISTÓRICOS. *Acta final*. San Agustín, 1965. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais: AA01/M065/P05/Cx.0006/P.0038. Texto original em espanhol: “Dada la indudable importancia económica que dele reconocerse a los bienes del Patrimonio Cultural, se hace altamente recomendable que su debida preservación y protección se tenga en cuenta en la formulación de los planes nacionales de desarrollo que se llevan a cabo en las repúblicas latinoamericanas.”

⁴² VALEJO, Julio Prado. *Discurso pronunciado por el Ministro de Relaciones Exteriores del Ecuador en la sesión inaugural* In OEA. Departamento de Asuntos Culturales. Quito, 1967. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151. Texto original em espanhol: “Junto al esfuerzo para mantener la paz y promover el progreso material, está bien que la OEA persiga la preservación de nuestros monumentos y obras de arte que reflejan las virtudes, la inspiración, el destino del alma latinoamericana. Nuestra riqueza artística demuestra que somos pueblos de profunda y perfilada figura espiritual. Este es probablemente el aspecto más característico de nuestra personalidad. El romanticismo que ha inspirado siempre nuestra vida está palpante en los monumentos que ha dejado nuestra historia. [...] Así para América Latina el arte y los monumentos artísticos han representado un camino de vida, el simbolismo de un destino, la grandeza de una meta superior.”

dezembro de 1967, que promulgou as chamadas Normas de Quito. O encontro, promovido pela OEA, através do Departamento de Assuntos Culturais⁴³, foi uma recomendação do Simpósio de St. Augustine, como visto anteriormente, assim como da Reunião de Chefes de Estado americanos⁴⁴, reunidos na cidade de Punta del Este, Uruguai, em abril de 1967, que resolveram estender “a cooperação interamericana à conservação e utilização dos monumentos arqueológicos, históricos e artísticos” (OEA, 1967). Também teve como um dos estímulos para a sua realização as mesmas recomendações dadas à UNESCO, em 1963, quanto à assistência técnica para o turismo.⁴⁵

A preocupação com a questão cultural por parte da União Pan-americana e sua sucessora, a OEA, remonta aos primeiros Congressos Pan-Americanos, através do incentivo aos intercâmbios culturais e acordos de cooperação cultural entre os países americanos. O princípio da convivência pacífica entre os povos fundamentada na compreensão recíproca de suas particularidades culturais está expresso na Carta da OEA desde sua primeira versão, em 1948⁴⁶, em seu artigo 3º, que estabeleceu que “a unidade espiritual do Continente baseia-se no respeito à personalidade cultural dos países americanos e exige a sua estreita colaboração para as altas finalidades da cultura humana” (OEA, 1948). Nesse sentido, diversas ações e programas foram empreendidos pela organização, especialmente depois da criação do Departamento de Assuntos Culturais – DAC (1947), que após a criação da OEA,

⁴³ O Departamento de Assuntos Culturais - DAC foi criado em 1947, antes mesmo da OEA, e representou o primeiro passo na consolidação institucional do tema cultural no âmbito da União Pan-americana. Simultaneamente a criação do DAC, ocorreu uma ampliação do conceito de cultura adotado pela OEA, que deixa de ser visto apenas como um meio de promover a paz entre os povos americanos, mas também como um fator de fortalecimento da democracia e desenvolvimento socioeconômico (OEA, 2013).

⁴⁴ Trata-se da 11ª Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores, que foi realizada em três sessões no primeiro semestre de 1967, sendo a primeira realizada na cidade de Washington, EUA, a segunda, em Buenos Aires, Argentina, e a terceira, em Punta del Este, Uruguai. Esta reunião discutiu diretivas para o desenvolvimento da América Latina, divididos em seis grupos de trabalho. Na sessão de Punta del Este, fica estabelecido como esforços multinacionais estender a cooperação interamericana a conservação e utilização do patrimônio (ROLIM, 2014).

⁴⁵ A adoção das resoluções da *United Nations Conference on International Travel and Tourism*, Conferência realizada em Roma, em 1963, foi recomendada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas às organizações que lhe eram ligadas. A partir daí, a UNESCO iniciou estudos para viabilizar a assistência técnica para o turismo e a OEA promoveu a Reunião de Quito que decorreu na elaboração das Normas de Quito, em 1967 (PEREIRA, 2012).

⁴⁶ A Carta da Organização dos Estados Americanos (A-41) foi reformada pelo "Protocolo de Buenos Aires", de 1967, pelo "Protocolo de Cartagena das Índias", de 1985, pelo "Protocolo de Washington", de 1992, e pelo "Protocolo de Manágua", de 1993 (OEA. Disponível em: <http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos_A-41_carta_OEA.asp>. Acesso em: 3 jul. 2019).

em 1948, foi a este incorporado, e do Conselho Interamericano de Cultura – CIC, que teve sua primeira reunião em 1951, no México, com o objetivo de fomentar o diálogo político em matéria de cultura e supervisionar as atividades do DAC. Com a reforma da Carta da OEA de 1967, foi criado o Conselho Interamericano para a Educação, a Ciência e a Cultura – CIECC, que substituiu o CIC. Entre as funções do CIECC, destacamos a promoção da cooperação e assistência técnica para conservação do patrimônio cultural do Continente (OEA, 1967).

De acordo com Zéndegui⁴⁷, os antecedentes do debate interamericano acerca da conservação do patrimônio também estão associados aos Congressos Pan-americanos, desde o sétimo, realizado em Montevideo, Uruguai, em 1933, como também aos Congressos Pan-americanos de Arquitetos, e tantos outros que se seguiram, com destaque para a *Primera Reunión Interamericana de Directores de Cultura*, em 1963.

Com o Simpósio de St. Augustine a conservação ganhou peso, sendo recomendada sua inclusão nos planos de desenvolvimento, e apareceu atrelada ao turismo como meio de utilização econômica do patrimônio. No ano seguinte, a 4ª Reunião do CIC, em Washington, reafirma as recomendações de St. Augustine, com destaque para a inclusão de iniciativas voltadas a conservação do patrimônio no planejamento, visto que isso traria benefícios econômicos ao turismo. A 4ª Reunião do CIC também destacou a importância da realização de uma reunião de caráter técnico com especialistas para tratar do tema.

Mas foi principalmente com a já mencionada Reunião dos Chefes de Estado, de 1967, que o problema relativo à adequada preservação e utilização do patrimônio monumental foi levado ao mais alto nível de consideração, por razões não apenas culturais, mas, sobretudo, atrelada às preocupações geopolíticas do momento e a consolidação da hegemonia norte-americana, que vislumbrava na ajuda necessária ao desenvolvimento econômico dos países membros da OEA um meio de combater o comunismo. O emprego do termo ‘utilização’ que dá nome ao evento de Quito justifica-se pelas motivações que mobilizaram tais esforços multinacionais, o desenvolvimento econômico dos países americanos mediante a ‘utilização’ do seu patrimônio cultural.

⁴⁷ ZÉNDEGUI, Guillermo. *El Patrimonio Cultural de America y la Acción Cooperativa Interamericana*. OEA. Departamento de Asuntos Culturales/Documentos Oficiales, CIC/ PC/ Doc. 4 (español), 1967. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

É importante ressaltar que estava previsto pelo CIC a cooperação da UNESCO na Reunião de Quito⁴⁸, o que não foi confirmado pela Lista de Participantes⁴⁹ ao evento. Essa ausência, no mínimo, gera alguns questionamentos, considerando ser a UNESCO a principal instituição internacional voltada à atuação no campo da conservação do patrimônio cultural. Apesar de alguns documentos oficiais da OEA fazerem menção à adoção das recomendações da UNESCO, principalmente no que diz respeito às discussões sobre o turismo cultural em andamento naquela instituição, o envolvimento da organização americana no campo de atuação já privilegiado pela UNESCO pode revelar disputas veladas ainda não bem elucidadas.

Figura 9 – Ministro das Relações Exteriores do Equador, Julio Vallejo, proferindo discurso na sessão inaugural.



Fonte: PATRIMONIO artístico americano ha sufrido ruina en gran parte. **El Comercio Diário Independente**, Quito, 29 nov. 1967 (Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151).

O evento contou com a participação de representantes dos seguintes países: Brasil, Equador, EUA, Guatemala, Espanha, México, Peru, República Dominicana e Venezuela. Satisfazendo ao objetivo expresso por Zéndegui no Simpósio de St. Augustine, de formar um grupo de especialistas no campo da conservação que pudesse contribuir com suas experiências para o desenvolvimento de normas gerais interamericanas, vários dos participantes do Simpósio de

⁴⁸ ZÉNDEGUI, Guillermo. *El Patrimonio Cultural de America y la Acción Cooperativa Interamericana*. OEA. Departamento de Asuntos Culturales/Documentos Oficiales, CIC/ PC/ Doc. 4 (español), 1967, p. 12. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

⁴⁹ OEA. *Departamento de Asuntos Culturales. Lista de participantes*. Quito, 1967. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

St. Augustine - cerca de 10 - também estavam presentes na Reunião de Quito. Apesar da ausência de representantes de instituições norte-americanas, como as presentes em St. Augustine, em Quito prevaleceram entre os presentes especialistas latino-americanos, predominantemente do Equador⁵⁰.

Da mesma forma que em St. Augustine, Guillermo de Zéndegui foi o Secretário Técnico da Reunião, sendo seus discursos e contribuições incluídos quase que integralmente ao Informe Final, especialmente dos itens I ao VIII das Normas de Quito⁵¹. O documento final foi homologado e nomeado como Normas de Quito na V Reunião do Conselho Interamericano Cultural – CIC da OEA, realizado na cidade de Maracay, Venezuela, de 15 a 22 de fevereiro de 1968⁵². Todavia, o conteúdo e estrutura do texto não denota teor de regramento, apresentando-se muito mais como um texto analítico e explicativo. Apenas no final, sob os subtítulos de Recomendações (em nível nacional) e Recomendações (em nível interamericano), o documento assume um caráter mais objetivo e normativo. Talvez a formação jurídica de Zéndegui tenha contribuído para a adoção do termo ‘norma’.

O programa foi organizado em seis sessões de trabalho, além das sessões inaugural, plenária e de encerramento⁵³. A Agenda do evento estava organizada em torno de três aspectos: legal – O problema da adequada proteção do patrimônio constituído pelos monumentos artísticos e históricos; técnico - O problema da adequada restauração do patrimônio constituído pelos monumentos e trabalhos de arte; e econômico – O problema da adequada utilização do patrimônio constituído pelos monumentos e trabalhos de arte. Dos oito

⁵⁰ Ao lado do arquiteto Hernán Crespo, presente também em St. Augustine, estiveram na Reunião de Quito os seguintes equatorianos: Benjamín Carrión, Carlos Manuel Larrea, Padre José María Vargas, Filoteo Samaniego, Padre Agustín Moreno, Carlos Cevallos Menéndez, Oswaldo de la Torre, Miguel Antonio Vasco e Alfredo Basabe. Ou seja, 10 dos 25 presentes no evento.

⁵¹ O Informe Final da Reunião de Quito é composto 9 itens: I – Introdução, II – Considerações Gerais, III – O patrimônio monumental e o monumento americano, IV – A solução conciliatória, V – Valorização econômica dos monumentos, VI – A valorização do patrimônio cultural, VII – Os monumentos em função do turismo, VIII – O interesse social e a ação cívica, IX – Os instrumentos de valorização. Ao final, somam-se aos itens mencionados, Recomendações em nível nacional e interamericano, Medidas legais e técnicas.

⁵² UNIÃO PANAMERICANA. OEA. Informe Final. Washington, 1968, p. 59. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

⁵³ Todas as sessões do evento foram realizadas na sala de conferências do *Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina* (CIESPAL), na Cidade Universitária de Quito.

documentos⁵⁴ registrados pela Secretaria do evento, três consubstanciaram-se quase integralmente nas Normas de Quito.

Figura 10 – Alguns dos presentes na Reunião de Quito.



Legenda: No centro, o Presidente do Equador, Otto Arosemena, e Guillermo De Zéndegui (OEA), José Manuel Castillo Negrete (México) e José María Vargas (Colômbia). De pé, Hernan Crespo (Equador) Carlos Flores Marini (México), Graciano Gasparini (Venezuela), José Manuel González Valcárcel (Espanha), Manuel E. Del Monte Urraca (Rep. Dom.), Christopher Tunnard (EUA) e ao final da fila, Renato Soeiro (Brasil).

Fonte: ACLARACIONES DE LA HISTORIA. Disponível em: <<https://manueldelmonte.wordpress.com/2015/09/page/2/>>. Acesso em: 7 jun. 2019.

De volta ao discurso de Vallejo na sessão de abertura, seu tom foi de poético enaltecimento dos monumentos da América Latina, os quais representam “um caminho de vida, o símbolo de um destino, a grandeza de uma meta superior.”⁵⁵ A distinção de nossa arte talvez esteja na “virtude que reflete a condição de nosso espírito [...] a serenidade de nossa arte”, uma

⁵⁴ Os documentos registrados pela Secretaria da Reunião de Quito até 1-12-1967 foram: Doc. 1 – Calendário de trabalho, Doc. 2 – Agenda, Doc. 3 - Lista de participantes, Doc. 4 - *El patrimonio cultural de América y la acción cooperativa interamericana*, Doc. 5 - *Legislación proteccionista - compendio de la legislación comparada de los Estados miembros*, Doc. 6 - *La puesta en valor del patrimonio monumental en función del desarrollo*, Doc. 7 – *El legado cultural y artístico y los Congresos Interamericanos de Turismo* e Doc. 8 - Informe Final. O Doc. 4 é muito similar ao apresentado por Zéndegui em St. Augustine, podendo ser creditada a ele sua autoria, assim como o Doc. 6, que apresenta sua identificação ao final do texto. O Doc. 5 foi possivelmente elaborado pelo DAC a partir da compilação feita pela Secretaria Geral da OEA sobre a legislação vigente nos Estados Membros. E o Doc. 7 foi preparado pela Secretaria Permanente dos Congressos Interamericanos de Turismo (OEA. *Departamento de Asuntos Culturales. Lista de documentos*. Quito, 1967). Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

⁵⁵ VALEJO, *op. cit.*, p. 2. Texto original em espanhol: “un camino de vida, el simbolismo de un destino, la grandeza de una meta superior.”

“serenidade do imortal. Por isso é permanente, é profundo, é belo, não desvanece ou passa”⁵⁶, afirmava Vallejo. Ou como disse Michel Parent, “o poder sugestivo” desse patrimônio é o do “poderoso domínio da metáfora”, a busca pelo “mais do que o ‘além’, mas de alguma forma, o insondável” - “seus mistérios” (PARENT, 1968 In LEAL, 2008).

Vallejo demonstrou preocupação com o “[...] homem de agora, consumido pela pressa, violento e audaz nas suas realizações”⁵⁷, e que por isso estaria se separando de sua “parcela na terra e um pouco também – quem sabe – de sua parcela de alma”⁵⁸. A preservação do patrimônio cultural seria uma maneira de “[...] alimentar-se das glórias do seu passado, [...] de tudo o que foram, revelando-se no que são agora”⁵⁹. Por fim, Vallejo congratula os participantes pela “firme decisão de adotar medidas positivas e adequadas” articuladas com “a promoção do desenvolvimento e do turismo”, o que potencializaria os resultados, e destaca que “pela primeira vez o econômico e o cultural marcham paralelamente e o acervo espiritual combina-se com o material em busca do bem estar coletivo”⁶⁰.

Após um discurso, no mínimo, motivador, teve vez o pronunciamento do secretário técnico da Reunião, Guillermo de Zéndegui, que destacou a “finalidade eminentemente prática” dos debates a ocorrer na Reunião e que “interessa e afeta não só a essa minoria intelectual, [...] senão ao legislador, ao político, ao economista, ao empresário privado, [...] para quem esse inestimável acervo de bens culturais constitui um potencial de riqueza”.⁶¹ Percebe-se que o objetivo de ampliar o leque de agentes que poderiam envolver-se com a preservação e valorização do patrimônio, para além do arquiteto, era um dos assuntos prioritários da

⁵⁶ *Ibid.*, p. 3. Texto original em espanhol: “[...] virtud que refleja la condición de nuestro espíritu [...] la serenidad de nuestro arte. [...] serenidad de lo inmortal. Por eso es permanente, es profundo, es bello, no desvanece ni pasa.”

⁵⁷ VALEJO, *op. cit.*, p. 4. Texto original em espanhol: “[...] hombre de ahora, consumido de prisas, violento y audaz en sus realizaciones [...]”.

⁵⁸ *Idem.* Texto original em espanhol: “[...] parcela en la tierra y un poquito también – quien sabe – de su parcela de alma.”

⁵⁹ *Idem.* Texto original em espanhol: “[...] alimentarse también de las glorias de su pasado [...] de todo lo que fueron, revelándose en lo que ahora son.”

⁶⁰ *Ibid.*, p. 5. Texto original em espanhol: “firma decisión de adoptar medidas positivas y adecuadas, [...] la promoción del desarrollo y del turismo [...]. Así por primera vez lo económico y lo cultural marchan paralelamente y el acervo espiritual se compagina con lo material en busca del bienestar colectivo.”

⁶¹ ZÉNDEGUI, *op. cit.*, p. 2 e 3. Texto original em espanhol: “finalidad eminentemente práctica que interesa y afecta no ya a esa minoría intelectual, [...] sino al legislador, al político, al economista y al empresario privado, [...] para quienes ese invaluable acervo de bienes culturales constituye un potencial de riqueza”.

Reunião. Em seguida, justifica a “revalorização do patrimônio monumental em função do interesse público e para benefício econômico da nação”⁶², ou seja, a preservação não se daria apenas para a construção de uma identidade nacional, mas um movimento crescente no sentido de se aliar desenvolvimento econômico e interesse público.

Desde o discurso inaugural de Vallejo, até o de encerramento, de Carlos Manuel Larrea, se faz presente a preocupação com os perigos que o desenvolvimento urbano desenfreado e não planejado poderia ocasionar nas cidades e especialmente ao patrimônio cultural dos países americanos. Com base nesse argumento de ameaça sob o qual o patrimônio padecia, Zéndegui constata que “o potencial de riqueza destruído durante estes irresponsáveis atos de vandalismo urbanístico [...] excede em muito os benefícios”⁶³ para a economia nacional que a utilização desses monumentos ocasionaria. Daí exalta as vantagens econômicas que os monumentos de um país poderiam representar se sujeitos ao aproveitamento não apenas na órbita dos interesses culturais, mas em função de um “fim transcendente” – o desenvolvimento econômico da Ibero América.

Portanto, para atingir a desejada conciliação entre as exigências do desenvolvimento urbano com a salvaguarda do patrimônio cultural, a “solução conciliatória”⁶⁴ apontada por Zéndegui seria sua inclusão nos “planos reguladores” ou “planos de ordenação”, que dessem conta da integração dos centros ou conjuntos históricos com o restante da cidade:

A necessidade de conciliar as exigências do progresso urbano com a salvaguarda dos valores ambientais já é hoje em dia uma norma inviolável na formulação dos planos reguladores, em nível tanto local como nacional. Nesse sentido, todo plano de ordenação deverá realizar-se de forma que permita integrar ao conjunto urbanístico os centros ou complexos históricos de interesse ambiental. (NORMAS DE QUITO, 1967 In CURY, 2004, p. 108, grifo nosso).

É importante notar que a associação da conservação com o planejamento urbano é sugerida mais frequentemente por Zéndegui através de instrumentos de alcance mais restrito, através de planos reguladores e planos de ordenação. Com menor incidência observa-se a

⁶² *Ibid.*, p. 3. Texto original em espanhol: “revaluación del patrimonio monumental en función del interés público y para beneficio económico de la nación.”

⁶³ *Ibid.*, p. 4. Texto original em espanhol: “el potencial de riqueza destruída durante estos irresponsables actos de vandalismo urbanístico [...] excede con mucho de los beneficios”.

⁶⁴ Esse é o quarto subtítulo das Normas de Quito.

menção aos “planos de desenvolvimento”, estes considerados planos mais amplos, que levam em conta as dimensões social, econômica e institucional, não só o enfoque territorial.

A maior parte do conteúdo das Normas de Quito foi resultado do proferimento intitulado *La Puesta en Valor del Patrimonio Monumental en Función del Desarrollo* (Doc.6), feito por Zéndegui, especialmente a partir do item II – Considerações Gerais, que em seu discurso intitula-se I – *Los monumentos: concepto y función*. De início, faz-se a distinção entre patrimônio cultural e monumento, sendo este já objeto da tutela do Estado. Em seguida, Zéndegui lança a semente do argumento principal da Norma – o turismo cultural - que apresentará mais objetivamente a frente, quando afirma que “todo monumento está implicitamente destinado a cumprir uma função social”⁶⁵ que poderia ser alcançada através do turismo. Em clara referência a Carta de Veneza de 1964, as Normas de Quito vão além da recomendação dada nela, ao indicar a utilização dos monumentos para fins turísticos. Como ressonância das noções de patrimônio urbano trazidas na Carta de Veneza, esse trecho das Normas apresenta a importância que a tutela do Estado estenda-se ao conjunto urbano, para além do monumento e até para “uma zona, recinto ou sítio de caráter monumental, sem que nenhum dos elementos que o constitui, isoladamente considerados, mereça essa designação.”⁶⁶ Dessa forma, o objeto a conservar amplia-se, corroborando a necessidade de um tratamento mais amplo, que Zéndegui acreditava ser possível alcançar com o planejamento urbano.

O próximo aspecto debatido foi a “valorização econômica dos monumentos”, que deveria se dar não só através do esforço nacional, que “não é por si só suficiente para empreender uma ação que, na maioria dos casos, excede suas atuais possibilidades”⁶⁷, mas principalmente através da “extensão da cooperação interamericana”. O caminho para a cooperação interamericana já havia começado a ser trilhado desde os primeiros Congressos Pan-americanos e reforçava-se por resoluções e declarações sucessivas no âmbito americano,

⁶⁵ *Ibid.*, p. 2.

⁶⁶ ZÉNDEGUI, Guillermo. *La Puesta en Valor del Patrimonio Monumental en Función del Desarrollo*. OEA/ Departamento de Asuntos Culturales/Documentos Oficiales, CIC/ PC/ Doc. 6 (español), 1967, p. 1. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151. Texto original em espanhol: “Pero puede existir una zona, recinto o sitio de carácter monumental, sin que ninguno de los elementos que lo constituyen aisladamente considerados merezca esa designación.”

⁶⁷ *Ibid.*, p. 8. Texto original em espanhol: “no es por si sólo suficiente para acometer un empeño que, en la mayoría de los casos, excede sus actuales posibilidades.”

inclusive nos Congressos pan-americanos de arquitetos. Desde 1963, o Departamento de Assuntos Culturais da OEA:

iniciou uma gestão dirigida a pôr em prática essas diversas recomendações e resoluções reveladoras de uma corrente de opinião continental que, embora orientada em sentidos distintos, são coincidentes no fundamental: a conveniência de coordenar iniciativas e esforços dispersos dentro de um programa interamericano.⁶⁸

A corrente de opinião continental orientada em sentidos distintos mencionada por Zéndegui, possivelmente refere-se aos interesses econômicos e culturais. Portanto, era preciso desfazer qualquer conflito que tais interesses pudessem representar, apresentando o patrimônio como mercadoria, passível de atrair riquezas ao país além de constituir uma base para iniciativas de cooperação interamericana.

Na continuação da argumentação, Zéndegui versa sob o tema VI - A Valorização do Patrimônio Cultural, ou *puesta en valor*, expressão que se tornou o cerne da Reunião de Quito e que remete a valores do patrimônio que é preciso fazer reconhecer. O objetivo era dotar um bem histórico ou artístico “com as condições objetivas e ambientais que, sem desvirtuar sua natureza ressaltem suas características e permitam seu ótimo aproveitamento”, que não se reduzia “a órbita dos interesses propriamente culturais”, mas também ao “desenvolvimento econômico da região.”⁶⁹ Mais uma vez afinado com a Carta de Veneza, é recomendada a mínima intervenção no monumento, apenas obras de conservação, consolidação e liberação, a fim de “eliminar os elementos anacrônicos e estranhos agregados ao edifício, bem como quanto deve ser demolido por dificultar seu acesso ou visão.”⁷⁰ Por outro lado, reconhece que o valor intrínseco do monumento não será suficiente para que este faça parte do “equipamento turístico” de uma região, sendo

⁶⁸ ZÉNDEGUI, Guillermo. *El Patrimonio Cultural de America y la Acción Cooperativa Interamericana*. OEA. Departamento de Asuntos Culturales/Documentos Oficiales, CIC/ PC/ Doc. 4 (español), 1967, p. 4. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151. Texto original em espanhol: “inició gestiones dirigidas a llevar a la práctica esas diversas recomendaciones y resoluciones reveladoras de una corriente de opinión continental que, aunque orientada en distintos sentidos, resultaba coincidente en lo fundamental: la conveniencia de coordinar iniciativas y esfuerzos dispersos dentro de un programa de carácter interamericano.”

⁶⁹ ZÉNDEGUI, *La Puesta en Valor...*, op. cit., p. 9. Texto original em espanhol: “de las condiciones objetivas y ambientales que, sin desvirtuar su naturaleza, resalten sus características y permitan su óptimo aprovechamiento”; “la órbita de los intereses propriamente culturales”; “desarrollo económico de la región.”

⁷⁰ *Ibid.*, p. 10. Texto original em espanhol: “eliminar los elementos anacrónicos y estraños agregados al edificio, así como cuanto proceda demolerse por estorbar su acceso o visión.”

necessário o estabelecimento de “circunstâncias adjetivas que concorram para ele e facilitem sua adequada utilização”, tais como obras de infraestrutura de acesso e de hospedagem, que vão além das obras de restauração.

A noção da relação entre o monumento e o “núcleo de valor ambiental” em que se insere também refletida nas ações de valorização é evidenciada e desejada como meio de promover o desenvolvimento de áreas maiores. A valorização do monumento, além de promover o “incremento de valor real” dele, “constitui uma forma de mais-valia” ao promover uma “ação reflexa”⁷¹ sobre seu perímetro urbano. Assim, a valorização do patrimônio apresenta ambiguidade, visto que ao mesmo tempo em que promove a mais-valia do monumento em si, aumenta sua capacidade de atrair visitantes, cuja conotação econômica nem é preciso salientar.

Ao enfatizar a “função social” do monumento e sua “utilização” como meio de valorização econômica, o planejamento como “solução conciliatória” e a *puesta en valor* como a forma para alcançar tais objetivos, o documento constrói a argumentação que, pouco a pouco, conduz ao ponto central das Normas de Quito, o turismo. Sob o enunciado VII - Os Monumentos em Função do Turismo, Zéndegui pretende demonstrar que a “indústria turística”, antes de “desnaturalizar” ou “comprometer” os valores culturais, “contribui para afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais.”⁷² Ele concede aos monumentos valorizados em função do turismo a capacidade de apaziguar tensões políticas e “exaltar os valores do espírito”⁷³, além dos benefícios mais objetivos já elucidados, como os econômicos e culturais.

Ainda sob o subtítulo VII, as Normas de Quito encontra apoio no Informe preparado e apresentado pela Secretaria Permanente dos Congressos Interamericanos de Turismo intitulado *El legado cultural y artístico y los congresos interamericanos de turismo* (Documento 7 registrado pela secretaria da Reunião de Quito). Esse documento faz um apanhado das recomendações dadas nesses Congressos, desde o segundo, realizado na Cidade do México, em 1941, e sucessivamente nos congressos seguintes, quanto à

⁷¹ *Ibid.*, p. 12.

⁷² *Ibid.*, p. 13.

⁷³ *Idem.*

necessidade de restaurar e conservar o patrimônio cultural, o qual chamava de “patrimônio turístico” ou “equipamento turístico”⁷⁴.

As Normas de Quito também menciona eventos e resoluções precedentes⁷⁵ no âmbito da UNESCO para apoiar a promoção do turismo como meio para a conservação do patrimônio cultural e desenvolvimento econômico de uma região. É importante destacar que em todos eles, o argumento principal são os benefícios econômicos que retornarão dos investimentos feitos para a conservação dos monumentos e conjuntos urbanos. Um dos argumentos apresentados na Norma nesse sentido é o estudo elaborado pela União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens (IUOTO)⁷⁶, que “depois de analisar as razões culturais, educativas e sociais que justificam o uso da riqueza monumental em função do turismo, insiste nos benefícios econômicos que derivam dessa política para as áreas territoriais correspondentes” (NORMAS DE QUITO, 1967 In CURY, 2004, p. 114, grifo nosso). Esse mesmo estudo defende que a afluência turística em decorrência da valorização de um monumento asseguraria a rápida recuperação do capital investido e uma profunda transformação econômica da região. Assim, estava implícito nas Normas de Quito o estímulo ao turismo de massa, mas em nenhum momento manifesta-se qualquer preocupação com os impactos que esse poderia provocar sobre o patrimônio.

É importante mencionar que em Quito não foi utilizado ainda a expressão ‘turismo cultural’, sendo chamado apenas de turismo ou turismo monumental, o qual se configurava “um ponto de tangência das órbitas cultural e econômica.”⁷⁷ As diversas menções ao turismo ao longo do documento final da Reunião de Quito, revelam uma conotação fortemente

⁷⁴ SECRETARIA Permanente dos Congressos Interamericanos de Turismo. *El legado cultural y artístico y los congresos interamericanos de turismo*. OEA/Departamento de Asuntos Culturales/Documentos Oficiales, CIC/PC/Doc. 7 (español), 1967, p. 3, 4 e 5. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

⁷⁵ Cita, por exemplo, a Conferência das Nações Unidas sobre Viagens Internacionais e Turismo (1963), a Conferência sobre Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas (1964), Resoluções do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, que inclusive recomendou designar o ano de 1967 como “Ano do Turismo Internacional”. No âmbito interamericano, a Norma destaca a quarta reunião da Comissão Técnica de Fomento do Turismo e suas conclusões (NORMAS DE QUITO, 1967 In CURY, 2004).

⁷⁶ A União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens (IUOTO) era uma organização internacional não governamental que reunia associações dos setores público e privado de turismo e posteriormente passou a se chamar Organização Mundial do Turismo (OMT). Em 1974, seguindo uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi transformada em um órgão intergovernamental (WIKIPÉDIA. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_Mundial_de_Turismo>. Acesso em: 3 jul. 2019).

⁷⁷ *Idem*. Texto original em espanhol: “el punto de tangencia de las órbitas cultural y económica.”

economicista, atrelada ao monumento e ao conjunto urbano, ou seja, ao patrimônio material. A noção de cultura propalada na Norma era de sentido mais restrito e não incluía, por exemplo, manifestações folclóricas ou artísticas, que serão contempladas pelo consultor da UNESCO Michel Parent, no seu relatório após missão ao Brasil intitulada ‘Turismo Cultural’, em 1966 e 1967, como veremos mais adiante. É de estranhar também a não utilização do termo ‘turismo cultural’ nas Normas de Quito, visto que, além de ter dado nome a missão da UNESCO ao Brasil, este já estava em uso em documentos oficiais da organização mundial desde 1966. Essa distinção pode ter sido intencional para evidenciar a finalidade mais premente da OEA, o desenvolvimento econômico dos países americanos através da utilização do patrimônio cultural com fins turísticos.

Depois de explicitar a importância e o sentido da utilização do patrimônio em função do turismo, Zéndegui define como requisitos para sua valorização uma legislação eficaz, uma organização técnica e um planejamento nacional, ou seja, o planejamento como função de governo, pois requeria a existência de instrumentos típicos da administração pública (NORMAS DE QUITO, 1967 In CURY, 2004).

A preocupação com a adoção de normas gerais a nível interamericano já pôde ser observada desde o Simpósio de St. Augustine, quando foi recomendado o levantamento das legislações de tutela em todos os países membros da OEA, o que foi apresentado na Reunião de Quito, no Documento 5 intitulado *El regimen de proteccion legal en America: referencias para un estudio de la legislacion vigente en materia de patrimonio cultural*⁷⁸. O interesse era avaliar “em que medida essas normas protecionistas resultam em eficaz aplicação aos objetivos perseguidos dentro da valorização do patrimônio monumental das nações”⁷⁹ O documento reuniu informações de cada país em quatro questões consideradas fundamentais. A primeira destinava-se a identificar quais países “transmitem caráter constitucional” à tutela do Estado, a segunda, quais as demais normas legais de tutela, a terceira, se existe um organismo estatal responsável pela proteção do patrimônio e se sim, como está organizado

⁷⁸ SECRETARIA Permanente dos Congressos Interamericanos de Turismo. *El regimen de proteccion legal en America: referencias para un estudio de la legislacion vigente en materia de patrimonio cultural*. OEA/ Departamento de Asuntos Culturales/Documentos Oficiales, CIC/ PC/ Doc. 5 (español), 1967. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 1. Texto original em espanhol: “en qué medida esas normas proteccionistas resultan de eficaz aplicación a los obetivos perseguidos dentro de la puesta en valor del patrimonio monumental de las naciones.”

e se apresenta caráter técnico, e por último, se existem instituições oficiais em condições de realizar trabalhos técnicos de restauração.

Nesse sentido, a assistência técnica internacional também poderia ser requerida, para elaboração de anteprojetos de lei, como foi o caso da República Dominicana, que através da solicitação de seu governo, teve uma proposição elaborada pelo Departamento de Assuntos Culturais da OEA, também apresentada na Reunião de Quito.

A seguir, são definidas nas Normas de Quito medidas e procedimentos para a integração em nível nacional e interamericano nos projetos de valorização do patrimônio. Há nesse ponto uma mudança no conteúdo nas Normas, passando de uma exposição de ideias mais amplas para recomendações no nível de projetos de valorização. A partir dos documentos consultados, parece-nos que essas recomendações são o resultado das contribuições gerais de todos os signatários do evento⁸⁰, pois não estão explicitamente nem no discurso de Zéndegui, nem nos demais documentos registrados pela Secretaria Geral da OEA.

Primeiro, as “Recomendações (em nível nacional)” priorizam a integração entre os projetos de valorização e os planos de desenvolvimento, cabendo ao governo nacional dotar o país das condições necessárias para sua execução. Entre os requisitos propostos, pode-se destacar legislação adequada, coordenação do projeto através de um órgão idôneo, assistência técnica internacional durante a elaboração do projeto ou execução e, principalmente, a integração dos projetos de valorização com os planos diretores municipais ou regionais onde se inserem. Outro requisito indispensável, inclusive para receber assistência técnica e financeira internacional, é a “coordenação dos interesses propriamente culturais relativos aos monumentos ou conjuntos ambientais, e os de caráter turístico”, dada sua importância nos debates em voga (NORMAS DE QUITO, 1967 In CURY, 2004, p. 118).

Segundo, as “Recomendações (em nível interamericano)” faz um apanhado geral de diversos pontos de caráter internacional debatidos na Reunião, com destaque para a adoção da Carta

⁸⁰ Os técnicos participantes e signatários das Normas de Quito foram: Guillermo de Zéndegui, Renato Soeiro, Carlos M. Larrea, José María Vargas, Agustín Moreno, Oswaldo de la Torre, Earle W. Newton, José M. Glez-Valcárcel, Carlos Flores Marini, Manuel E. del Monte, Manuel del Castillo Negrete, Benjamín Carrión, Hernán Crespo, Filoteo Samaniego, Carlos Zevallos, Miguel A. Vasco, Christopher Tunnard, Jorge Luján, Fernando Silva-Santisteban, Graziano Gasparini e o Instituto Pan-americano de Geografia e História, representados por Lidia C. de Camacho (SECRETARIA Permanente dos Congressos Interamericanos de Turismo. *Lista de Participantes*. OEA/ Departamento de Asuntos Culturales/Documentos Oficiales, CIC/ PC/ Doc. 3 (español), 1967). Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

de Veneza “como norma mundial em matéria de preservação”, a vinculação da revalorização do patrimônio da América à Espanha e Portugal⁸¹ “dada a participação histórica de ambos na formação desse patrimônio” e “a criação de um centro ou instituto especializado em matéria de restauração, de caráter interamericano”. A respeito desse último aspecto, Soeiro fez similares recomendações em suas Notas⁸² que antecederam o encontro, datadas de novembro de 1967, onde enfatiza que, além de “assistir aqueles [órgãos] já existentes, técnica e financeiramente”:

Seria, pois, da maior urgência, a criação de um órgão permanente destinado à divulgação de conhecimentos em geral e, em particular, encarregado do treinamento de especialistas, ao lado de cursos que seriam desenvolvidos por meio de intercâmbio de técnicos e professores dedicados aos problemas de restauração e conservação.⁸³

Em suas Notas, parece-nos que duas eram suas maiores preocupações a serem levadas ao debate na Reunião de Quito, a questão da capacitação técnica através da instalação de um “Laboratório-Atelier” e “a recuperação e valorização da região missionária existente em territórios do Brasil, Paraguai e Argentina”⁸⁴, a qual seria sua tarefa prioritária. Nota-se a ausência de ênfase ao turismo cultural, com exceção de dois trechos de sua longa justificativa para a execução do projeto proposto, conforme a seguir:

Os monumentos missionários recuperados e reintegrados na sua dignidade histórica poderiam se constituir, por outro lado, em bens de produção através de correntes turísticas que se formariam como consequência lógica da sua própria valorização artística”.

[...]

Fica claro que a conservação dos monumentos em causa, visando integralmente aos fins propostos, será acompanhada da necessária ambiência paisagística e da criação de condições adequadas à visitação cultural e turística.⁸⁵ (grifo nosso).

Por outro lado, em suas Notas sobre a Reunião de Quito⁸⁶, redigidas logo após o evento, em 11-12-1967, Soeiro apresenta as questões consideradas mais relevantes em doze itens, dos

⁸¹ A inclusão de “Portugal” no item 3 das “Recomendações (em nível interamericano)” ocorreu em consequência da intervenção de Renato Soeiro. Todavia, seu pedido posterior de inclusão de “Portugal” também no item 5 das mesmas “Recomendações” não foi atendido, conforme SOEIRO, R. Carta nº 199 a Zéndegui. 11 dez. 1967. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

⁸² SOEIRO, Renato. *Notas para o encontro promovido pela OEA – Quito*. MEC: novembro, 1967. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

⁸³ *Ibid.*, p. 1.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 6.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 2.

quais podemos mencionar quatro, relativos ao tema do turismo. No item três, Soeiro destaca a resolução do Conselho Interamericano Cultural - CIC, em sua 2ª Reunião Extraordinária, de que se estenda a assistência técnica e financeira aos planos culturais dos Estados Membros em função do seu desenvolvimento econômico e turístico. No item cinco, ele trata da ênfase dada ao aproveitamento econômico dos bens culturais considerados como equipamento turístico equivalente aos recursos naturais de um país. No item seis, relembra as contribuições fornecidas pelos Congressos Interamericanos de Turismo, apresentadas no Documento 7, preparado pela Secretaria Permanente dos Congressos Interamericanos de Turismo, com destaque para as conclusões da 4ª Reunião de Incremento ao Turismo, ocorrida naquele mesmo ano, onde foi recomendado que:

os monumentos [...] podem e devem ser devidamente preservados e utilizados em função do desenvolvimento nacional, como incentivo principal para os programas de atrações turísticas. Constituindo esse patrimônio cultural fator decisivo do referido equipamento turístico da Nação, deve ser ele levado em consideração na formulação dos respectivos planos nacionais de desenvolvimento. E ainda mais, que aqueles interesses culturais e os de índoles turísticas se conjuguem para a preservação e utilização do patrimônio monumental e artístico dos países da América, pelo que fez recomendável que os organismos e unidades técnicas de uma ou outra área de atividades interamericanas trabalhem nesse sentido em forma coordenada.⁸⁷ (grifo nosso).

Em vista disso, o aproveitamento dos monumentos como atrações turísticas, sua inserção nos planos nacionais de desenvolvimento e a coordenação entre organismos relacionados à conservação do patrimônio e às atividades turísticas foram temas debatidos na Reunião de Quito e absorvidos no Brasil, pelo menos enquanto ideias, num primeiro momento. É o que o item sete de suas Notas chama a atenção, ao registrar o pleito de cooperação técnica e financeira “para projetos que se enquadram dentro de um de seus principais programas, o de incentivo ao turismo cultural”⁸⁸ e a articulação com organismos ligados às políticas de turismo, como o Conselho Nacional de Turismo⁸⁹ do Ministério da Indústria e do Comércio, no qual a DPHAN tem assento. Como será tratado no capítulo 2 dessa dissertação, no Brasil,

⁸⁶ SOEIRO, Renato. *Notas sobre a Reunião de Quito*. MEC/DPHAN: Rio de Janeiro, 11-12-1967. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

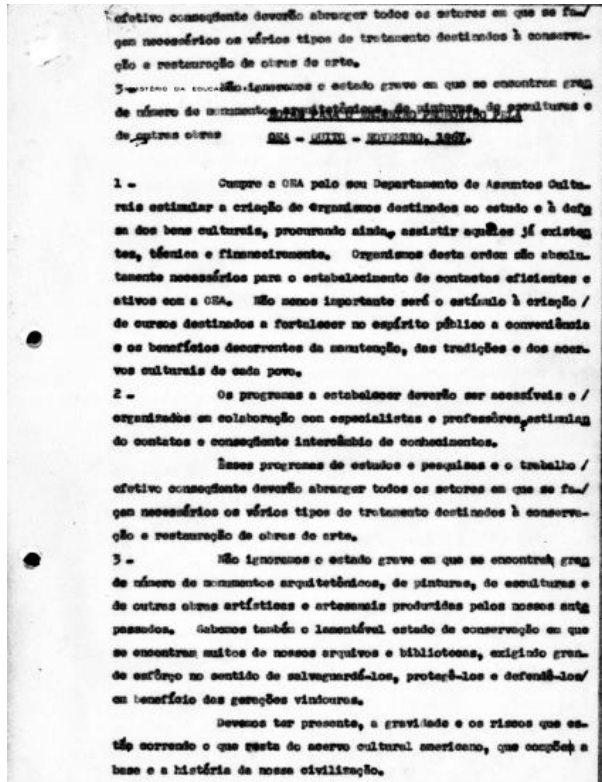
⁸⁷ *Ibid.*, p. 2.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 3.

⁸⁹ O Conselho Nacional de Turismo - CNTur será tratado no item 2.2.

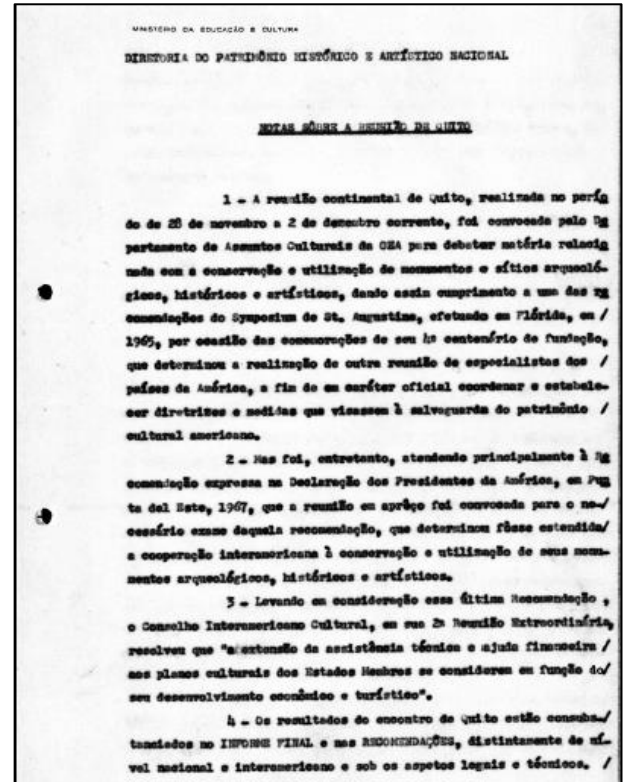
as articulações entre planejamento, conservação e turismo cultural, e entre as respectivas instituições responsáveis ainda era bastante incipiente durante toda a década de 1960.

Figura 11 – Primeira página das “Notas para o encontro promovido pela OEA”.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/ Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

Figura 12 – Primeira página das “Notas sobre a Reunião de Quito”.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/ Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

Do exposto nas duas Notas de Soeiro relativas à Reunião de Quito, pode-se inferir que os principais temas debatidos em Quito, desenvolvimento econômico, planos diretores e turismo cultural, não estavam entre as principais preocupações de Soeiro antes do evento, embora já tenham sido introduzidos na agenda interamericana desde St. Augustine. Todavia, foram quase imediatamente incorporadas por ele após o evento e tornaram-se uma das marcas de sua gestão na direção da DPHAN, que naquele ano iniciava-se (1967 a 1979).

De volta ao texto final das Normas de Quito, logo após as Recomendações em nível nacional e interamericano, tem vez as “Medidas Legais” que priorizam a importância de atualizar a legislação vigente “a fim de tornar eficaz sua aplicação aos efeitos pretendidos”, ou seja, a valorização econômica do patrimônio através do turismo cultural. Outro destaque é a

proposição de um zoneamento para os núcleos ou conjuntos monumentais e de interesse ambiental que deveria limitar-se da seguinte forma:

- a) zona de proteção rigorosa, que corresponderá à de maior densidade monumental ou de ambiente;
- b) zona de proteção ou respeito, com maior tolerância;
- c) zona de proteção da paisagem urbana, a fim de procurar integrá-la com a natureza circundante (NORMAS DE QUITO, 1967 In CURY, 2004, p. 120).

É importante destacar a ênfase dada à necessidade de amparo legal a conservação do patrimônio como meio de garantir maior efetividade aos projetos de valorização. O zoneamento proposto nas Normas de Quito, enquanto instrumento de planejamento, já considerava a importância do ambiente ou entorno, de modo escalonado, criando áreas de transição entre a zona de proteção mais rigorosa e o restante da cidade.

A última medida legal proposta é “a possibilidade de estimular a iniciativa privada, mediante a implantação de um regime de isenção fiscal nos edifícios que se restaurem com capital particular e dentro dos regulamentos estabelecidos pelos órgãos competentes”, bem como outros “desencargos fiscais”. Assim, simultaneamente ao turismo, foi incorporado um setor novo no âmbito da conservação, o privado, o que implica também a subordinação do interesse público ao privado. Cabe antecipar que todas as “medidas legais” propostas nas Normas de Quito foram incorporadas ao PDLI de Olinda.

Por fim, as “Medidas Técnicas” incorporadas às Normas de Quito são quase integralmente as contidas na proposição do arquiteto Graziano Gasparini⁹⁰, as quais chegam a um nível mais detalhado de recomendações para um projeto de valorização de uma “zona histórica ambiental e arquitetônica”, particularmente sobre uso do solo e parâmetros urbanísticos para controle da densidade e relação volumétrica nas “zonas adjacentes à zona histórica” e até a “manutenção constante da zona valorizada e de seus edifícios”. Gasparini recomenda como alternativa para a execução desses projetos a elaboração de “planos pilotos”, a cargo de uma “Comissão Técnica” que reunirá os interesses culturais, econômicos e administrativos.

⁹⁰ O professor e pesquisador Graziano Gasparini (Veneza, 1924), que reside desde 1948 na Venezuela, estudou na Academia de Belas Artes e na Universidade de Veneza. Como arquiteto, participou em programas de conservação e restauração de monumentos coloniais. Impulsionou, desde os anos 60, a atuação do *Centro de Investigaciones Históricas y Estéticas da Universidad Central de Venezuela* (UCV). Gasparini participou como representante do UCV tanto do Simpósio de St. Augustine como da Reunião de Quito (MARTINS, 2009).

Além das medidas técnicas propostas por Gasparini, é recomendada a divisão em etapas de um projeto de valorização, nos casos em que sua extensão exceda as possibilidades econômicas imediatas, contudo, o projeto deveria ser concebido em sua totalidade. É importante destacar entre as medidas técnicas o condicionante proposto para seleção dos projetos, que seria a “estimativa dos benefícios econômicos, que derivariam de sua execução para uma determinada região”, e só em seguida e se possível, “deve-se ter em conta a importância intrínseca dos bens objeto de restauração ou revalorização e a situação de emergência em que se encontram” (NORMAS DE QUITO, 1967 In CURY, 2004, p. 121).

Tanto nos documentos que serviram de base para a Reunião de Quito como no documento final, predomina o tom de defesa e exaltação das vantagens do turismo como atividade potencialmente benéfica, onde os interesses turísticos e culturais não eram vistos como conflitantes, mas, complementares. Por outro lado, foram evidenciados os impactos do chamado ‘progresso’, expressão bastante utilizada ao longo dos discursos proferidos para referir-se ao intenso processo de urbanização pelo qual passava muitas cidades da América. Enquanto isso, o turismo, seus equipamentos e seu impacto não estariam incluídos nessas considerações (PEREIRA, 2012, p. 39).

Por fim, para a adequada utilização dos bens culturais em função do turismo, Zéndegui ressalta a importância da coordenação de iniciativas e esforços de caráter cultural e econômico através da inclusão da conservação no escopo dos planos, ora de âmbito mais restrito – planos de ordenamento territorial, ora mais amplos – planos de desenvolvimento.

É importante destacar a perspectiva economicista que as Normas de Quito assumiram e o entendimento de patrimônio cultural como parte dos recursos econômicos dos países. A visão limitada de cultura exibida nas Normas de Quito reflete na noção de turismo defendido nela. Embora seja evidente que o turismo estimulado pela Norma seja aquele relacionado ao patrimônio cultural, este estava restrito a valorização dos edifícios monumentais, não contemplando outros aspectos culturais e sociais do patrimônio. A palavra chave era *puesta en valor* ou o turismo como modo de valorização dos monumentos e sítios históricos. Foi creditada ao planejamento urbano uma capacidade conciliatória capaz de salvar o patrimônio cultural dos descaminhos do intenso desenvolvimento urbano. Embora represente um importante passo na busca por políticas mais integradas, há uma enorme distância entre planejar e implementar.

Outro ponto relevante foi a participação de Renato Soeiro como um dos signatários das Normas de Quito. Portanto, especialmente desde a segunda metade da década de 1960, os conceitos e práticas em torno do turismo cultural estavam sendo debatidos tanto no âmbito da UNESCO como no da OEA e este não era homogêneo. Sua participação nesse em vários outros encontros o habilitou a atuar como ponto de contato entre os debates internacionais e nacionais, tendo sido fundamental para a recepção dessas ideias na DPHAN. Nesse sentido, os Encontros de Governadores de Brasília e Salvador desempenharam importante função para consolidação daquele debate no âmbito nacional.

2.3 Disseminação das ideias no Brasil: os Encontros de Governadores de Brasília e Salvador (1970 e 1971)

Os encontros internacionais, as Cartas Patrimoniais e as missões da UNESCO no Brasil, especialmente a do consultor Michel Parent⁹¹ com seu Relatório, compõem no Brasil um ambiente favorável para a ressonância desses conceitos e novos paradigmas. Em meio às dificuldades de gestão do patrimônio nacional por parte do órgão federal, a DPHAN busca parcerias com os governos estadual e municipal, articulando-se, por sua vez, com a política de descentralização do governo federal, bem como com as universidades e a sociedade civil, com vistas a ampliar os agentes da política de preservação do patrimônio cultural.

Movido também pela pressão da imprensa sobre a situação de degradação em que se encontrava o patrimônio cultural brasileiro, o Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, convoca os governadores a “um brado de alerta, no Brasil inteiro, para a defesa do nosso patrimônio”⁹², e através do Conselho Federal de Cultura (CFC)⁹³ e a DPHAN, ambos

⁹¹ Michel Parent possuía uma formação heterogênea, era licenciado em Matemática e Física, com dois anos de estudos em Direito e em Letras, experiência no trabalho com sítios por meio de um projeto nacional de prospecção de sítios nos Pirineus e de inventário da arquitetura rural, Parent era inspetor do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França há mais de vinte anos quando de sua vinda ao Brasil como especialista pela UNESCO. Foi também membro do Comitê que elaborou o texto da Convenção do Patrimônio Mundial, de 1972, e tornou-se, em 1980, por um breve período, presidente do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO. Entre 1981 e 1987, Parent foi presidente do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). Em 1999, recebeu a Medalha de Honra da Europa Nostra, em reconhecimento à sua contribuição eminente, durante mais de cinquenta anos, à defesa e conservação do patrimônio (PEREIRA, 2012).

⁹² PASSARINHO, Jarbas In **Revista Cultura**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 34, abr. 1970, n. 34.

⁹³ O Conselho Federal de Cultura (CFC) foi criado em 1966 pelo Decreto-Lei nº 74.

ligados ao MEC, organiza o Encontro dos Governadores sobre a Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil, nos dias 1 a 3 de abril de 1970, em Brasília.

Cabe aqui sublinhar o papel do CFC na gênese de um Sistema Nacional de Cultura, no qual o patrimônio cultural teria papel importante. Criado em 1966, tinha como um de seus principais objetivos institucionalizar a ação do Estado no setor cultural. O CFC era composto por quatro câmaras: de Artes, de Letras, de Ciências Humanas e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ao Conselho cabia inicialmente assessorar o Ministro da Educação e Cultura na normatização, fiscalização e distribuição de recursos às instituições culturais ligadas ao MEC. Nesse sentido, o primeiro passo foi constituir uma Comissão de Legislação e Normas, com a presença maciça de representantes da Câmara de Patrimônio, o que demonstra a importância da área do patrimônio para o Conselho, além do que vários membros do CFC compunham o grupo inicial de intelectuais que constituiu o Estado Novo e, portanto, a criação do SPHAN, na década de 1930 (MAIA, 2010).

Diante da intensificação da urbanização desordenada e das limitações do governo federal na proteção do patrimônio cultural, o CFC empenhou-se no fortalecimento das entidades estaduais e locais. Segundo Maia (2010, p. 6), “a experiência do Conselho possibilitou a formação de um espaço político exclusivamente destinado aos setores da área cultural no interior do MEC”, que se ampliará com a criação do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), em julho de 1970, “embrião da Secretaria de Assuntos Culturais e do Ministério da Cultura.” O DAC assume as funções executivas que vinham sendo realizadas pelo Conselho, cuja direção é confiada a Renato Soeiro, cargo que acumulou com o de diretor da DPHAN, consolidando, nesse sentido, a importância política do *patrimônio* na área de cultura do governo federal.

De volta ao I Encontro de Governadores, coordenado por Arthur César Ferreira Reis, presidente do Conselho, e Pedro Calmon, presidente da Câmara de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do CFC, nos valeremos do relato feito pela Revista Cultura, publicação do próprio Conselho Federal, que apresenta “um retrato do que foi o primeiro Encontro de um Ministro da Educação e Cultura com os Governadores dos Estados para defesa do

patrimônio histórico e artístico do Brasil”⁹⁴. A solenidade de abertura foi presidida pelo vice-presidente da República, Almirante Augusto Rademaker Grunewald, com a presença também do ministro Iberê Gilson, presidente do Tribunal de Contas da União, Renato Soeiro, da DPHAN, D. José Newton, arcebispo de Brasília, além de governadores, representantes dos governos dos estados e outras autoridades e nomes representativos da cultura brasileira, juntamente com Arthur Cézar Ferreira Reis e Pedro Calmon. A evidente conotação política que assumiu a abertura do evento denota uma preocupação mais ampla que só a relacionada ao patrimônio. Parece-nos que antes de um Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, os encontros relacionam-se a um Sistema Nacional de Cultura, no qual o patrimônio cultural teria papel importante.

Na análise desse evento, pode-se aferir com base no documento final, o Compromisso de Brasília, que esse evento foi a articulação entre as esferas dos poderes executivos dos governos federal e estaduais. Nesse sentido, nos parece que o principal resultado do encontro foi propiciar o conhecimento das esferas estaduais sobre a importância e a situação da política de preservação do patrimônio histórico e artístico brasileiro.

⁹⁴ ENCONTRO sobre defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. **Revista Cultura**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 34, abr. 1970, p. 6.

Figura 13 – Capa da Revista Cultura do CFC.



Fonte: Revista Cultura, Rio de Janeiro, ano 4, n. 34, abr. 1970.

Figura 14 – Sessão inaugural durante o discurso do ministro Jarbas Passarinho.



Fonte: Revista Cultura, Rio de Janeiro, ano 4, n. 34, abr. 1970.

O discurso de abertura, proferido por Jarbas Passarinho, que esteve presente e atuante durante todo o evento, conclui com o chamamento para o desafio “Brasil, passado restaurado”⁹⁵ e é seguido pelo discurso do diretor da DPHAN, Renato Soeiro, que recorda a recomendação da Reunião de Quito para adoção da Carta de Veneza como “norma mundial em matéria de preservação de sítios e monumentos históricos e artísticos”⁹⁶. Mais adiante, no item “Preservação e Desenvolvimento”, Soeiro afirma que:

iniciativas visando o desenvolvimento dos centros urbanos [...], seu aproveitamento turístico e cultural, [...] são perfeitamente conciliáveis com a proteção e a revalorização [...] dos monumentos e demais bens de valor histórico e artístico localizados nessas áreas, desde que respeitada a legislação específica vigente e judiciosamente projetados os respectivos planos diretores. Conciliáveis e desejáveis, pois de consequências propícias à economia do país, que certamente se beneficiará de uma política inteligente de exploração de suas riquezas [...] culturais e turísticas.⁹⁷ (grifo nosso)

Nesse fragmento há convergências claras às recomendações da Reunião de Quito, como a referência ao aproveitamento turístico e cultural não conflitante com os valores propriamente culturais e à valorização econômica dos monumentos conciliável e desejável ao desenvolvimento econômico dos países, desde que tais áreas possuíssem seus

⁹⁵ PASSARINHO, Jarbas In **Revista Cultura**, *op. cit.*, p. 13.

⁹⁶ SOEIRO, Renato In **Revista Cultura**, *op. cit.*, p. 15.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 17.

respectivos planos diretores, em alusão à ‘solução conciliatória’ defendida em Quito. A seguir, sob o item “Aproveitamento de monumentos restaurados”, Soeiro apresenta uma extensa relação de instituições instaladas em “significativos exemplares da arquitetura” como exemplos do que recomenda:

O aproveitamento dos monumentos disponíveis de arquitetura civil, militar e religiosa tem sido preocupação constante da DPHAN, pois não basta restaurá-los, – é necessário usá-los adequadamente tais como sedes de museus, casas históricas de cultura ou outras atividades ligadas de preferência, aos planos de cultura ou ensino o que não obsta que possam ser aproveitadas também em “pousadas”, no plano econômico. Visa essa orientação, não só garantir-lhes a preservação, mas também uma destinação atuante na sociedade contemporânea.⁹⁸ (grifo nosso)

Aqui também se observa ressonâncias do debate de Quito ao recomendar o “aproveitamento dos monumentos” e até sua utilização para fins de apoio ao desenvolvimento do turismo “no plano econômico”.

O Temário do Encontro revela que o turismo foi um tema transversal nos debates, não figurando de forma central nos discursos proferidos e trabalhos enviados, ao contrário da urgência conferida à criação de órgãos estaduais de patrimônio, à captação de recursos e à capacitação técnica.

Podemos destacar a contribuição proferida pela presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de São Paulo - Condephaat, Lúcia Falkenberg, que destacou a importância do planejamento no desenvolvimento do turismo tendo em vista a “nova dinâmica brasileira, objetivando o turismo em grande escala” e “os problemas quantitativos e qualificativos impostos pelo TURISMO das massas”. Era então necessário “normalizar e inserir o mesmo patrimônio num sistema que permitisse, ao mesmo tempo preservar e utilizar esse patrimônio”, sendo a conservação dos monumentos mais que uma atuação de “abnegação”, mas um “instrumento indispensável no planejamento e desenvolvimento desse mesmo turismo.” Portanto, já estava admitido e incorporado nos discursos de então a importância da articulação entre planejamento, conservação e turismo cultural expresso na preocupação de que o turismo sem planejamento acabaria alcançando o “desgaste político inerente à uma orientação mal

⁹⁸ *Ibid.*, p. 17 e 18.

traçada” e o turismo sem a conservação do patrimônio seria insustentável, pois dele é consequência, assim “cultura é sem turismo, mas turismo nunca será sem cultura”⁹⁹.

O depoimento do Secretário de Educação e Cultura de Minas Gerais, Heráclito Mourão Miranda, através de duas Indicações, aponta uma ampliação no debate acerca do turismo cultural no contexto nacional, ao indicar que as manifestações do folclore brasileiro, “pertinaz espelho da cultura popular”, sejam levadas em conta “para intensificação do interesse pelo turismo”, não apenas os monumentos, através da criação do Serviço Nacional de Folclore, integrado ao Ministério da Educação e Cultura e com ramificações estaduais. Insiste na “importância do turismo como preservador da tradição e como indústria lucrativa”. A segunda indicação diz respeito “a criação de escolas de hotelarias e de turismos nas cidades históricas” considerando o interesse do desenvolvimento da “indústria do turismo”. O secretário parece confiar que “esta Reunião intensificará [...]” “o interesse oficial pelo turismo”¹⁰⁰, o que não ocorre nesse I Encontro de Governadores, mas se concretizará no seguinte.

A comunicação do arquiteto José Carlos Coutinho, professor da Universidade de Brasília, também se alinha com o argumento da presente pesquisa ao propor a:

Promoção e execução de planos urbanísticos para recuperação e revalorização da paisagem urbana significativa, bem como para criar facilidades de acesso e permanência, em cidades que, pelo desaparecimento de suas bases econômicas originárias, se encontram estagnadas ou decadentes, promovendo condições de sobrevivência e prosperidade através da exploração planejada de sua própria riqueza histórica e artística. Além da preservação do patrimônio cultural e do reerguimento econômico, os planos visariam o restabelecimento das condições físicas adequadas à vida da população, pela correta incorporação de instalações e equipamentos modernos.¹⁰¹

Esse recurso, o incentivo ao turismo cultural em cidades históricas “estagnadas” economicamente, era visto como única alternativa viável para a conservação do patrimônio dessas cidades, e o foi em muitos casos, como o de Olinda, que graças ao deslocamento do centro econômico e administrativo para Recife, manteve-se relativamente preservada.

Por fim, sob a sessão “Trabalhos Apresentados”, encontra-se a transcrição do ofício do presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Pedro Calmon, enviado ao

⁹⁹ FALKENBERG, Lúcia In **Revista Cultura**, *op. cit.*, p. 38-39.

¹⁰⁰ MIRANDA, Heráclito Mourão In **Revista Cultura**, *op. cit.*, p. 74.

¹⁰¹ COUTINHO, José Carlos In **Revista Cultura**, *op. cit.*, p. 82.

Ministro Jarbas Passarinho, no qual relata diversos “fatos” contra a integridade dos bens culturais em várias cidades do Brasil. Diante das inúmeras ocorrências de danos e perdas ao patrimônio, Pedro Calmon propõe seis medidas para sua preservação, sendo a última:

6 - Incentivar os órgãos de turismo já criados ou que venham a criar-se, a realizar, em cooperação com os órgãos técnicos municipais e assessoramento da DPHAN, planos diretores para as cidades total ou parcialmente tombadas, concebidos de modo que se incluam na periferia de tais cidades, zonas de urbanização moderna para as quais se oriente o crescimento da cidade, [...] a fim de que o núcleo tradicional possa permanecer intocado, de vez que de sua autenticidade é que decorre o afluxo turístico.¹⁰² (grifo nosso)

Vê-se que ao planejamento urbano era creditada a capacidade “conciliatória” entre a conservação do patrimônio e o desenvolvimento do turismo cultural. Apesar de não mencionar os órgãos ligados ao planejamento, o envolvimento dos órgãos de turismo e de conservação, através da DPHAN, no planejamento das “cidades total ou parcialmente tombadas”, já aparece entre os documentos apresentados no I Encontro de Governadores, embora não seja incluído no documento final, o que só acontecerá no Encontro seguinte.

Embora os dois Encontros de Governadores tenham um lapso temporal de apenas um ano, o Compromisso de Brasília não apresenta nenhuma menção ao turismo cultural, embora esse assunto já seja alvo de bastante debate no âmbito internacional e até nacional, tendo sido já divulgados as Normas de Quito e o Relatório das missões de Michel Parent ao Brasil, além de ter figurado de forma pontual em alguns dos pronunciamentos do Encontro, como demonstrado acima. Esse tema será amplamente explorado no II Encontro, em Salvador, juntamente com a ênfase à elaboração dos planos diretores.

O II Encontro de Governadores para preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e natural do Brasil, foi realizado em Salvador, de 25 a 29 de outubro de 1971. Como afirma Soeiro na apresentação dos Anais do Encontro¹⁰³, foi por determinação do Ministro Jarbas Passarinho que o evento foi realizado na capital baiana. Ter sido Salvador escolhida para sediar a segunda edição do evento tem pelo menos duas motivações. A primeira delas diz respeito ao destaque dado à Salvador pelo consultor da UNESCO Michel Parent em sua missão ao Brasil, a qual resultou no relatório intitulado Proteção e

¹⁰² CALMON, Pedro. Ofício a Jarbas Passarinho In **Revista Cultura**, *op. cit.*, p. 219-220.

¹⁰³ Os Anais do Encontro, publicado pelo IPHAN poucos anos depois, fornecem subsídios importantes sobre os debates que antecederam a redação final do Compromisso de Salvador (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Departamento de Assuntos Culturais. *Anais do II Encontro de Governadores*. Rio de Janeiro, 1973).

Valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro no Âmbito do Desenvolvimento Turístico e Econômico, de 1968¹⁰⁴, ao enaltece-la como a “primeira cidade de arte do Brasil” (PARENT, 1968 In LEAL, 2008, p. 88). A passagem de Parent em Salvador, acompanhado pelo arquiteto Paulo Ormino de Azevedo¹⁰⁵ juntamente com Godofredo Filho¹⁰⁶, foi determinante para o protagonismo que a cidade irá assumir no cenário nacional e internacional e favoreceu a destinação de mais atenção e recursos públicos, das três esferas de governo, para a salvaguarda do seu patrimônio, além da cooperação técnica e financeira da OEA.

Todavia, Pereira (2012) pontua que a atenção de Parent a Salvador não se deu apenas porque a cidade foi considerada a primeira e a mais importante cidade de arte do País, mas também por já haver o interesse dos técnicos e políticos locais, o qual convergia para as ideias sobre o turismo cultural difundidas pelas missões, ou seja, já havia uma preparação para a boa receptividade dessas ideias através do respaldo técnico e político para essas missões.

Além dos “Meios para a salvaguarda” indicados por Parent, que segundo ele, quando alcançados seriam capazes de transformar Salvador “na principal atração urbana da América do Sul”, mereceu destaque o seu “Plano de restauração” do Pelourinho, que graças à convergência das intenções dos governos federal (através da DPHAN), estadual e municipal, poderia ser exitoso. Certamente as recomendações de Parent para um “amplo plano de conjunto” no Pelourinho foram o ponto de partida do Projeto Pelourinho¹⁰⁷, de 1968, que também se alinhava às recomendações das Normas de Quito.

Cabe aqui nos deter um pouco sobre o Projeto Pelourinho, por se tratar de um exemplo icônico de filiação às ideias em voga, tanto no contexto nacional como internacional. O Projeto Pelourinho foi o primeiro documento orientador das ações voltadas para a salvaguarda do centro tombado de Salvador, “objetivando a recuperação de um trecho dos

¹⁰⁴ O Relatório foi elaborado após duas missões ao Brasil, de novembro de 1966 a janeiro de 1967, e de abril a junho de 1967 (PEREIRA, 2012).

¹⁰⁵ Paulo Ormino de Azevedo será consultor no PDLI de Olinda responsável pelos relatórios relativos ao sítio histórico de Olinda.

¹⁰⁶ O escritor e poeta baiano Godofredo Rabello de Figueiredo Filho (1904-1992) foi chefe do 2º Distrito Regional do IPHAN de 1937 até 1974 (Cf. MATTOS, 2014).

¹⁰⁷ FPAC. *Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho na Cidade do Salvador*, Estado da Bahia, Brasil. Salvador, 1968. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

mais significativos da célula mater da nacionalidade”, elaborado numa ação colaborativa que envolveu profissionais e pesquisadores da DPHAN, da Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (FPAC)¹⁰⁸, da Prefeitura de Salvador e da UFBA (SIMAS FILHO, 1969, p. 14). Num curto espaço de tempo, entre a visita do consultor da UNESCO e a publicação de seu Relatório, diversas medidas foram tomadas pelas instituições envolvidas visando elaborar um documento técnico que reunisse as propostas para recuperação da área do Pelourinho e adjacências.

Coube a DPHAN, através de Paulo Ormino de Azevedo¹⁰⁹, proceder ao levantamento das edificações do Largo do Pelourinho, ao governo do Estado, a criação de uma Fundação Pública, a FPAC, e ao município, a realização do Levantamento Socioeconômico do Pelourinho, pesquisa patrocinada pela Superintendência de Turismo da Cidade do Salvador, no período de abril a novembro de 1967, sob a orientação do antropólogo e professor Vivaldo Costa Lima, o qual foi também nomeado o primeiro diretor da FPAC. Para solicitar o financiamento pela OEA ao Projeto Pelourinho¹¹⁰, o que aconteceu durante a reunião da sua Assembleia Geral em novembro de 1968, surgiu a necessidade de elaborar um Plano Piloto, para o qual colaboraram a DPHAN, a FPAC e o Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia (CEAB)¹¹¹ da Faculdade de Arquitetura da UFBA, intitulado Plano Geral de Recuperação da

¹⁰⁸ A Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (FPAC) foi criada pela Lei Estadual nº 2.464, de 13 de setembro de 1967, e regulamentada pelo Decreto nº 20.530, de 3 de janeiro de 1968. Era um órgão vinculado à Secretaria de Educação e Cultura da Bahia cuja finalidade está descrita no artigo 3º do mencionado Decreto: “Serão turísticos e culturais os fins da Fundação e se prendem dentro do binômio cultura e turismo, à estabilização, restauração e aproveitamento condigno dos bens imóveis e móveis de interesse artístico e histórico, para fins de seu conhecimento, promoção e adequada utilização como centro turístico e de difusão cultural.” Dentro de suas finalidades, a FPAC daria prioridade à área do Pelourinho (Decreto nº 20.530, 1968 Apud FPAC, *op. cit.*, 1968).

¹⁰⁹ Nesse período, era técnico do 2º Distrito do DPHAN em Salvador.

¹¹⁰ Renato Soeiro encaminha ao sub-secretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN), Sergio F. Guarisch Bath, pedido de assistência técnica e financeira pelos “mecanismos de crédito do sistema interamericano” para implementação de um “Plano Piloto” para “restauração e valorização econômica, para fins turísticos” da área do Pelourinho, cuja viabilidade já havia sido aferida pessoalmente por Guillermo de Zéndegui, do Departamento de Assuntos Culturais da OEA, em visita a Salvador promovida pelo diretor da Embratur Wladimir Alves de Souza (SOEIRO, Renato. Ofício nº 2331 a Sergio F. Guarisch Bath. 6 de dez. 1968. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151).

¹¹¹ O Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia (CEAB), ligado a Faculdade de Arquitetura da UFBA, foi idealizado e criado pelo engenheiro civil, arquiteto e urbanista Américo Simas Filho em 1962. O CEAB busca promover uma maior integração ensino-pesquisa e foi responsável pelo desenvolvimento de estudos importantes sobre: a evolução urbana de Salvador, técnicas e ofícios relacionados à construção e artes

Área do Pelourinho na Cidade do Salvador¹¹². Nele, o patrimônio do Pelourinho é aventado como de importância para além da Bahia, “um tesouro do próprio continente”¹¹³, sob a égide do patrimônio mundial, portanto, digno de receber a ajuda internacional.

Figura 15 – Capa do Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

decorativas até o século XIX, o preservacionismo no Brasil, teorias do restauro e metodologias de preservação de centros históricos (SIMAS, 1965; MATTOS, 2014).

¹¹² O Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho na Cidade do Salvador foi organizado em quatro capítulos além de mapas, plantas e gráficos. Segundo Simas Filho (1969), coube à DPHAN a preparação do capítulo 2 relativo à “Síntese das ideias básicas de recuperação da área do Pelourinho”, redigida por Godofredo Filho, chefe do 2º Distrito da DPHAN em Salvador, à FPAC, o capítulo 3 referente aos “Estudos Socio-econômicos”, de autoria de Vivaldo Costa Lima, e ao CEAB, os capítulos 1 - “A Proponente” e 4 - “Programação”, sob a responsabilidade dos professores Diógenes Rebouças, Fernando Fonseca e Américo Simas Filho.

¹¹³ FPAC, *op. cit.*, paginação irregular.

Visto que a intenção era conquistar a cooperação financeira da OEA a fim de viabilizar a recuperação e valorização do centro histórico de Salvador, a filiação aos preceitos propalados por esta instituição era condição primária para êxito. Vamos aqui apenas destacar algumas convergências entre o Projeto Pelourinho e o debate em voga no campo da conservação que interessam ao argumento da pesquisa. Primeiro, a “proponente”, a FPAC, criada com fins “turísticos e culturais [...] dentro do binômio cultura e turismo”¹¹⁴, concretiza uma das recomendações das Normas de Quito (1967 In CURY, 2004, p. 117), a “direção coordenada do projeto [de valorização] através de um instituto idôneo, capaz de centralizar sua execução em todas as etapas”. Já estava prevista por Parent a criação de uma Fundação Pública para atuar tanto na restauração dos imóveis como na administração dos bens “a fim de criar recursos para continuar a operação” (PARENT, 1968 In LEAL, 2008, p. 90).

O Plano afirma sua adesão às recomendações da Carta de Veneza, como indicado nas Normas de Quito, inclusive citando diversos trechos dela, especialmente aqueles relativos à noção de monumento e às recomendações para a conservação, com destaque para a atribuição ao monumento de uma “função útil à sociedade”. Atendendo à recomendação das Normas de Quito (1967 In CURY, 2004, p. 122) de que a valorização “de um núcleo de interesse histórico-ambiental de extensão que exceda as possibilidades econômicas imediatas pode e deve ser projetado em duas ou mais etapas”, o Projeto Pelourinho foi dividido inicialmente em três etapas, “das quais as duas primeiras devem ter execução sucessiva, sem interrupção”¹¹⁵.

Após o Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho na Cidade do Salvador, de 1968, outros estudos foram empreendidos tanto localmente como por outros consultores da UNESCO¹¹⁶, tais como o urbanista inglês Graeme Shankland, que esteve em Salvador em duas missões, em 1968 e 1969, e o arquiteto mexicano Flores Marini, que esteve na cidade em 1969 e emitiu seu relatório no ano seguinte, tendo como objeto principal a área do Pelourinho e objetivando o desenvolvimento do turismo cultural.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 1/1.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 4/6.

¹¹⁶ Cf. FPAC, 1979.

Num sentido de continuidade do Compromisso de Brasília, o II Encontro de Governadores, também convocado pelo Ministro da Educação e Cultura Jarbas Passarinho, ratifica o que foi acordado na capital federal no ano precedente quanto à busca por uma ação supletiva, em níveis diferentes de governo da federação, além da cooperação com as universidades. Assim, na sessão de abertura, realizada no Museu de Arte Sacra, Renato Soeiro apresenta relatório onde aborda os desafios do DPHAN/IPHAN¹¹⁷ e uma extensa lista de suas atribuições realizadas com “orçamento restrito” e “corpo técnico igualmente diminuto”¹¹⁸ e destaca a criação do DAC, em julho de 1970 – “três meses depois do I Encontro de Brasília e simultaneamente, a nova condição do Patrimônio, que passou desde então a ser um órgão autônomo – o IPHAN -, com maior flexibilidade administrativa e financeira”¹¹⁹. Soeiro nega que o Encontro de Brasília “tenha sido prematuro, já que as autoridades públicas que dele participaram estavam a findar um mandato”¹²⁰, prova disso são a maturidade de suas conclusões, e principalmente as ações realizadas ou em andamento que seriam em sua decorrência.

Figura 16 – Sessão de abertura do II Encontro de Governadores.



Fonte: Revista Cultura, 1971, ano 1, n. 4, Brasília: MEC.

Convidados pelo próprio Ministro Jarbas Passarinho, estiveram presentes no II Encontro representantes de 24 governos estaduais e distrito federal, com destaque para a Bahia, que foram maioria, em especial da Faculdade de Arquitetura da UFBA. O Encontro foi dividido

¹¹⁷ Em 1970, o DPHAN transforma-se em Instituto, alterando sua sigla para IPHAN.

¹¹⁸ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). Departamento de Assuntos Culturais. *Anais do II Encontro de Governadores*. Rio de Janeiro, 1973, p. 47.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 51.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 49.

em quatro temas: a) Análise das consequências do Encontro de Brasília; b) A proteção dos acervos naturais e os de valor cultural; c) O acervo de valor cultural e os monumentos naturais em face da indústria do turismo; d) Pesquisa, estudo, análise e divulgação dos bens de valor cultural. Todas as sessões aconteceram na Biblioteca Central do Estado.

A primeira sessão plenária tratou dos resultados do Encontro de Brasília, só que a partir dos relatos dos estados sobre as providências tomadas para o cumprimento do compromisso. Dentre os relatos, destaca-se a criação de órgão específico para a proteção do patrimônio histórico e artístico estadual e órgãos ou Conselhos de Cultura. Mas a maior contribuição do I Encontro foi talvez ter fomentado o debate na esfera política com relação à criação de estruturas, legislação e projetos específicos para a área de patrimônio cultural.

A segunda sessão, “A Proteção dos Acervos Naturais e os de Valor Cultural”, era composta de duas partes: a) Planos Diretores Urbanos e Regionais; Participação dos Estados e Municípios; e Incentivos Fiscais; e b) Criação de Museus, Arquivos e Bibliotecas Regionais; Controle do comércio de objetos de arte; e combate ao roubo e à exportação ilegal. A “Parte A” foi introduzida pela exposição do arquiteto Maurício Nogueira Batista, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)¹²¹, do Ministério do Planejamento, que defendeu a utilização de uma “nova sistemática do planejamento urbano”, referindo-se a empreendida pelo Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau)¹²². Para Maurício N. Batista a nova sistemática divulgada pelo Serfhau significava “um passo adiante” do planejamento urbano, pois nele foi demonstrada a necessidade de se planejar as ações a serem efetivadas integralmente no território, abordando-as de forma compreensiva, estudando-se detalhadamente os aspectos

¹²¹ A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública vinculada ao Ministério do Planejamento, foi criada em 24 de julho de 1967, para institucionalizar o Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas, criado em 1965. Posteriormente, a Finep substituiu e ampliou o papel até então exercido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e seu Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (Funtec), constituído em 1964 com a finalidade de financiar a implantação de programas de pós-graduação nas universidades brasileiras (FINEP. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/historico>>. Acesso em: 1 de jul. 2019).

¹²² O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau) foi criado em agosto de 1964 através da Lei nº 4.380, junto com o Banco Nacional de Habitação (BNH). Contudo, o Serfhau só foi regulamentado em 1966, através do Decreto nº 59.917 de 30/12/1966, como um órgão de assessoria técnica, que tinha a missão de elaborar e coordenar a política nacional de planejamento local integrado. Em 1967, o Serfhau sofreu uma reformulação através do Decreto nº 59.917 de 30/12/66, transformando-se num instrumento de apoio ao planejamento urbano e local no Brasil, sendo ainda responsável pela gestão do Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado (Fiplan). Em 1974 o Serfhau é destituído da gestão do Fiplan e no ano seguinte é extinto, pela Resolução 27/74, do Conselho de Administração do BNH e pelo Decreto 76.149, de 22 de agosto de 1975 (FELDMAN, 2005; 2010).

sociais, econômicos e institucionais para a “apreensão global da realidade municipal”. Ao contrário dos planos regionais, marcados pela ênfase ao desenvolvimento econômico, o arquiteto enfatiza os benefícios advindos do sistema de planejamento do desenvolvimento local integrado que prioriza “os aspectos espaciais, territoriais ou urbanos”, “além de outros inconvenientes econômicos e sociais”.¹²³ Nesse sentido, já havia sido criada as condições para a elaboração dos planos através do Serfhau, que é apresentado como “uma apreciável contribuição à experiência brasileira de planejamento urbano.”¹²⁴

Entre os aspectos vinculados à preservação do patrimônio cultural e ao planejamento urbano elencados por Maurício N. Batista, destacamos os planos diretores como “potentes instrumentos de defesa do patrimônio histórico e artístico”, a importância de uma “criteriosa legislação municipal de zoneamento do uso do solo e de edificações”, em complementação à legislação federal, para proteção, preservação e salvaguarda do patrimônio e que o traçado viário e a reorganização do tráfego sejam planejados de forma compatível com a preservação dos bens patrimoniais vizinhos a essas obras¹²⁵.

Para ele, a responsabilidade de compatibilizar o planejamento urbano e a defesa dos patrimônios cultural e natural é do município, visto que compete à autoridade local “a atribuição de regular o uso do solo, de determinar a intensidade de sua ocupação, de estabelecer as condições de circulação e estacionamento de veículos, bem como dispor sobre a localização dos serviços e equipamentos urbanos.”¹²⁶ Apesar do protagonismo da municipalidade, o representante da Finep recomenda “maior conjugação de esforços entre o IPHAN e os órgãos que atuam na promoção do planejamento urbano e municipal, notadamente o Serfhau e a Finep, no plano federal, bem como os órgãos estaduais de planejamento”¹²⁷.

¹²³ MEC, *op. cit.*, p. 141.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 138.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 138-139.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 140.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 141.

A seguir, o arquiteto Paulo Ormino de Azevedo, representando a Faculdade de Arquitetura da UFBA, profere sua Proposição: “Contribuição à criação de uma legislação específica para setores monumentais ou paisagísticos”¹²⁸, cuja inspiração esclarece logo de início:

Além da legislação brasileira específica, consultamos a francesa, especialmente a lei nº 62.903, de 4/8/62, e sua regulamentação, decreto 63.691, de 13/7/63, sobre a proteção do patrimônio histórico e estético e restauração imobiliária, lei elaborada pelo então ministro André Malraux, e que foi a primeira legislação específica sobre setores tombados em todo o mundo. Consultamos também a legislação italiana, especialmente as leis nº 1.089 (1/6/39) sobre a tutela das coisas de interesse artístico e histórico, a nº 1.497, (29/6/39) sobre a proteção das belezas naturais, e a lei nº 1.150, de 17/8/42, dita lei urbanística, e ainda as recomendações das “Normas de Quito”, O.E.A., 1968, e da 15ª Sessão da UNESCO, realizada em Paris em novembro do mesmo ano sob o título: “Recommendation Concerning the Preservation of Cultural Property Endangered by Public or Private Works”. De grande ajuda foi a minuta do anteprojeto de lei formulado pelo economista Rômulo Almeida¹²⁹, em 1959, sobre condições especiais de financiamento para edifícios tombados.¹³⁰

Ormino afirma serem necessárias três abordagens para a restauração e renovação urbana: administrativa, jurídica e financeira, propondo para isso um anteprojeto de lei que dispõe sobre a criação dos “Setores Monumentais ou Paisagísticos”, o instrumento do “Plano Permanente de Preservação e Valorização (PPPV)” e “estabelece condições especiais de financiamento para as obras necessárias a sua preservação e valorização”. Sua proposição está alinhada com a “consciência de que a restauração e valorização de bairros e cidades antigas se inscrevem nas operações de planejamento urbano”. Sua proposição alinha-se com as medidas contidas na Lei Malraux de 1962.

Quanto aos instrumentos administrativos, propõe criar, através do PPPV, “um sistema de planejamento contínuo que visa avaliar e corrigir os efeitos das medidas propostas sobre o plano estético, social e financeiro”. Do ponto de vista jurídico, propõe a colaboração entre o setor público e o privado, representado pelos proprietários dos imóveis. Sob o aspecto financeiro, sua proposta fundamenta-se na “mais-valia que resultará da execução dos trabalhos”, a qual “se somará as melhorias e os investimentos do Poder Público em obras de restauração e valorização do Setor”, manifestando-se no aumento do valor venal e dos

¹²⁸ A Proposição contendo o anteprojeto de lei do arquiteto Paulo Ormino de Azevedo guarda muitas similaridades com a Lei Municipal nº 3.826/1973 – Código de Urbanismo de Olinda, em seu Livro III – Do centro histórico e acervo cultural do município, apresentado no Volume IV do PDLI de Olinda.

¹²⁹ Paulo Ormino, ainda como estudante de arquitetura, integrou o Grupo de Trabalho sobre a Habitação, da Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia - CPE, chefiada pelo economista Rômulo Almeida.

¹³⁰ MEC, *op. cit.*, p. 143-144.

aluguéis dos mesmos imóveis”, o que permitirá o “reembolso dos financiamentos concedidos a privados, em condições especiais de juros e prazo.” Por outro lado, o Poder Público “usufruirá a longo prazo dos investimentos privados, pois a valorização sofrida pelos imóveis se refletirá sobre as taxas e impostos.”¹³¹

O PPPV deveria ser elaborado pelo IPHAN em parceria com o Serfhau e outros órgãos competentes federais, estaduais e municipais, precedido pela elaboração do PDLI, caso o município ainda não o tenha, o qual deveria ser assessorado pelo IPHAN. Referendado nas Normas de Quito, sua Proposição previu também instrumentos de controle da ocupação e uso do solo como o zoneamento, que delimita os “Setores Monumentais ou Paisagísticos” em três zonas.

É possível perceber na exposição de Paulo Ormino de Azevedo a emergência de um novo agente na conservação do patrimônio, o setor privado, cujos interesses deverão ser observados. Nesse sentido, convergem também recomendações já postas nas Normas de Quito quanto à cooperação dos interesses privados nos planos e projetos de valorização do patrimônio, o estímulo à iniciativa privada mediante regime de isenção fiscal e outros encargos fiscais, que são tomados aqui como instrumentos de planejamento.

Na sequência da 2ª sessão plenária, Augusto da Silva Telles, arquiteto do IPHAN, profere exposição intitulada “Proteção do patrimônio natural e de valor cultural frente ao desenvolvimento urbano e às obras públicas e privadas”, que mantém alguma relação com o objeto da nossa pesquisa na medida em que propõe que seja dada “prioridade para os planos integrados regionais ou municipais ou, então, para os planos urbanos de áreas, municípios ou cidades que possuam monumentos [...] de valor excepcional, tombados como monumentos de interesse nacional regional”, integrados a planos de turismo regional ou nacional, como medida de “proteção dos bens de interesse cultural frente à realização de obras públicas e particulares.”¹³²

A partir das três exposições analisadas, de Maurício Nogueira Batista, de Paulo Ormino de Azevedo e de Augusto da Silva Telles, fica evidente o enfoque dado ao planejamento, com a inclusão dos aspectos sociais, econômicos e institucionais, para a realização de intervenções

¹³¹ *Ibid.*, p. 144.

¹³² *Ibid.*, p. 167.

no meio urbano. Portanto, os projetos de valorização de cidades ou conjuntos urbanos históricos também deveriam estar integrados ao planejamento de todo o município ou região. Nesse sentido, a atuação do Serfhau na elaboração de planos diretores contribuiu para efetivar esse discurso.

O terceiro tema, debatido na quarta sessão plenária “O acervo de valor cultural e os monumentos naturais, face à indústria do turismo” foi apresentado pela arquiteta Ana Maria Fontenelle Brasileiro, da Secretaria de Turismo da Bahia. Dada as dificuldades econômicas para conservar e restaurar o acervo patrimonial brasileiro, a expositora recomenda buscar soluções autofinanciáveis, ou seja, os investimentos feitos para a conservação do patrimônio poderiam ser quitados e ainda gerar vantagens econômicas mediante seu aproveitamento turístico. Durante sua exposição, ela faz uso da expressão “patrimônio turístico”¹³³ ao referir-se ao “acervo cultural, paisagístico, artesanal e folclórico” e considera sua dupla função como indutor tanto da economia nacional, como da conservação.

Considerando que o acervo de valor cultural é “um dos fundamentos para o desenvolvimento de uma política nacional de turismo”, ela destaca alguns critérios para sua definição: a) recomenda definir um número limitado de conjuntos, segundo prioridades e urgência, para evitar a dispersão de recursos; b) o turismo deve ser visto apenas como uma forma de conciliar a necessidade de preservação com o seu aproveitamento, e não pode prejudicar os valores culturais do acervo; c) o aproveitamento do monumento não pode ser pensado isoladamente, mas prever sua utilização em função de sua localização, sempre no âmbito de um programa turístico regional. Ainda lembra que os monumentos devem ser utilizados não apenas como atrativos, mas como estruturas para operacionalizar a atividade turística, “partindo-se de que o monumento, quando ocupado, permite melhor conservação”¹³⁴.

Apresenta a relação de ambiguidade existente entre conservação e turismo, ao tratar dos efeitos negativos e “contraditórios” que as “pressões econômicas” têm gerado sobre o patrimônio cultural, o que demonstra uma noção para além dos milagres promovidos por essa atividade econômica:

¹³³ *Ibid.*, p. 262, 264.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 264.

o turismo, como parte do desenvolvimento econômico global aparece como um dos provocadores de desajuste que se verifica em relação aos valores naturais, com concessões feitas para instalação de equipamentos em locais convenientes apenas para o investidor, representando uma ameaça a preservação do próprio potencial turístico paisagístico recreativo-cultural.¹³⁵

Ao relatar os diversos efeitos do desenvolvimento sem controle, juntamente com “a iniciativa governamental isolada, visando melhoramentos urbanos, sem um estudo de âmbito maior, [que] tem agravado, muitas vezes, os problemas urbanos de forma irreversível”¹³⁶, reforça a necessidade de se elaborar planos subsidiados em estudos socioeconômicos complexos. Há um forte estímulo ao desenvolvimento de plano locais, integrados a uma política nacional de preservação da paisagem e dos monumentos, que por sua vez, deve estar integrada a uma política de desenvolvimento turístico, que naquele momento contava apenas com um conselho – CNTUR, um órgão executor – Embratur e uma Política Nacional de Turismo, ainda bastante incipiente.¹³⁷

Destaca também os perigos de “criar uma área artificial dentro da cidade” caso as políticas de conservação, turismo e planejamento não sejam pensadas de forma articulada, ou ainda, que o desenvolvimento turístico torne-se mais um tipo de “poluição” urbana: “equipamentos turísticos destruindo a paisagem com localização inadequada, áreas históricas desvitalizadas; deformação do artesanato, festas folclóricas e religiosas afeiçoadas a um certo gosto do visitante, exploração, e tantos outros.”¹³⁸

Aponta como saída para tal situação a definição de normas legais a partir de três abordagens iniciais: “normas para ocupação e uso do solo”, “normas de controle ambiental” e “normas de conservação paralelamente às de utilização dos monumentos em face do turismo, ou visando sua inclusão no equipamento ativo da cidade e região.”¹³⁹ Em seguida, detalha os aspectos a serem enfocados no estudo das normas mencionadas.

Por último, ressalta que a preparação dessas áreas para o turismo deveria ter em vista “a participação e recreação do habitante da cidade e não com ênfase na implantação do

¹³⁵ *Ibid.*, p. 265.

¹³⁶ *Idem.*

¹³⁷ Criados através do Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966 e regulamentados pelo Decreto nº 60.224, de 16 de fevereiro de 1967.

¹³⁸ MEC, *op. cit.*, p. 269.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 265-266.

turismo, que aparece neste caso apenas como um meio de viabilizar o trabalho de preservação.”¹⁴⁰

Embora seja passivo que a noção predominante de turismo cultural era a de uma atividade benéfica tanto economicamente como do ponto de vista da conservação do patrimônio, a partir dos enunciados destacados da exposição de Ana Brasileiro, percebe-se certa ambiguidade quanto aos impactos que a atividade turística poderia exercer sobre o “patrimônio turístico”, o que nos parece bastante realista. Ao contrário da noção presente na Reunião de Quito, onde não havia a preocupação quanto aos impactos negativos do turismo sobre o patrimônio, no Encontro de Governadores de Salvador isso começa a mudar, o que indica um amadurecimento das ideias difundidas pelas instituições internacionais. A partir das discussões expostas nos Anais do II Encontro de Governadores, verifica-se um grande movimento de preparação, sensibilização e entrosamento das instituições envolvidas de alguma forma com o planejamento, execução e financiamento das atividades ligadas ao turismo, conservação e planejamento, representadas no evento não só pelos representantes dos governos estaduais, mas na instância federal pelo IPHAN, Embratur, Serfhau, Finep, entre outros.

Após a exposição da representante da Secretaria de Turismo da Bahia, seguiu-se o Relatório de Wladimir Alves de Souza¹⁴¹, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobre o turismo cultural, do qual destacamos sua proposta de conversão de conventos em “hotéis ou pousadas de turismo”, “atribuindo-lhes uma função digna, embora diversa da anterior”, desde que “com bom gosto e sensibilidade”.¹⁴² Ressalta “o perigo de esvaziar os centros turísticos históricos do seu conteúdo humano local”, embora se busque a “abertura de novos empregos, sem que se

¹⁴⁰ *Ibid.*, p. 269.

¹⁴¹ Wladimir Alves de Souza era arquiteto, restaurador, decorador e professor. Tem vasta produção arquitetônica, com destaque para obras de restauro, como a do antigo convento de Santa Teresa, em Salvador, e sua adaptação para o Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia (1958-1959) e o antigo Solar da Marquesa de Santos, em São Paulo. A convite do governador da Bahia, Luiz Vianna Filho, iniciou trabalho de revitalização do bairro histórico do Pelourinho, em Salvador, onde também atuou como presidente da Comissão Executiva do Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho. Foi também Diretor para Assuntos Econômicos da Embratur, conforme ofícios trocados com Renato Soeiro relativos ao projeto de urbanização do Pelourinho em dezembro de 1968. Acompanhou Michel Parent no Pelourinho em sua segunda visita a Salvador, em 1967 (BRASIL ARTES ENCICLOPÉDIAS. Disponível em: <http://www.brasilartesciclopedias.com.br/nacional/souza_wladimir_alves.htm>. Acesso em: 3 de jul. 2019).

¹⁴² *Ibid.*, p. 280.

proceda a uma substituição brutal e intempestiva dos moradores”¹⁴³. Cita como bom exemplo das suas proposições o que vem ocorrendo no Pelourinho através da FPAC, contudo, apesar dos estudos socioeconômicos empreendidos pelo professor Vivaldo Costa Lima, já eram previstas diversas relocações da população residente nos sobrados da área, com apoio do Serfhau¹⁴⁴.

Por fim, sintetiza suas ideias em dez proposições, das quais destacamos: a elaboração de um plano nacional conjunto entre Embratur e IPHAN, “visando a fixação de um roteiro do Turismo Cultural, revisto anualmente, no qual seria previsto um calendário de festas e eventos culturais”; a “integração das Universidades, através da criação de centros de pesquisa locais” e de “cursos de formação de especialistas em restauração de monumentos a ser criados nas Faculdades de Arquitetura”¹⁴⁵; e “gestões junto aos organismos internacionais, como a UNESCO, a OEA e outras, para obtenção de ajuda técnica e possibilidade de financiamento pelo BID.” Conclui seu relatório com a convicção de o turismo é “ao mesmo tempo que um fator de entendimento entre os homens e propagação da cultura, uma extraordinária fonte de riqueza.”

Na sequência, o representante da Finep, Pedro Motta de Barros, profere proposição intitulada “A contribuição da FINEP ao desenvolvimento do turismo”, onde primeiramente relata a experiência do apoio técnico e financeiro da Finep na elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado e Proteção do Bairro Histórico do Município de Parati,¹⁴⁶ ao qual

¹⁴³ *Ibid.*, p. 281.

¹⁴⁴ Para saber mais sobre o Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador Cf. SANT’ANNA, 2003.

¹⁴⁵ Proposições relativas ao ensino e pesquisa serão mais bem detalhadas na 5ª Sessão Plenária, cujo tema é Pesquisa, Estudo, Análise e Divulgação dos Bens de Valor Cultural, onde o arquiteto Américo Simas Filho, professor da UFBA e membro do Conselho Estadual de Cultura profere a Exposição Ensino e Pesquisa na Defesa dos Bens Culturais, a qual não iremos relatar em detalhes por distanciar-se do foco de nossa pesquisa. Entre suas proposições, destacamos a “formação de profissionais de nível universitário em cursos específicos de pós-graduação, cercados dos devidos cuidados e dentro de padrões aceitos pela UNESCO, outros organismos internacionais e o IPHAN”, reservando-se vagas para funcionários de órgãos estaduais específicos, de modo a contribuir na formação de arquitetos para atuarem na restauração e valorização do patrimônio. Recomenda ainda a presença no corpo docente de professores estrangeiros especializados através da colaboração da UNESCO, OEA e outros organismos internacionais, no envio desses especialistas. Os cursos deveriam ser realizados segundo um sistema de rodízio em regiões do país em que existam, simultaneamente, Universidade e apreciável acervo monumental. Como recomendação expressa nos Encontros de Governadores de 1970 e 1971, realizaram-se três cursos, em São Paulo (1974), Pernambuco (1976) e Minas Gerais (1978) (Cf. NASCIMENTO, 2016).

¹⁴⁶ O Plano de Desenvolvimento Integrado e Proteção do Bairro Histórico do Município de Parati foi elaborado pelo Consórcio Nacional de Planejamento Integrado (CNPI) - IPHAN/ Ministério da Educação e Cultura,

se refere como “audacioso e inédito no país”. A seguir, apresenta sua “proposta objetiva e prática” cujo objetivo é “contribuir para transformar o turismo numa indústria rentável e num meio eficaz de difundir a cultura junto ao povo”, “não a subcultura comercial”, mas “nos moldes em que o entende, por exemplo, o Professor Wladimir Alves de Souza”, baseada “nos valores autênticos da nacionalidade e que almeja capacitar as grandes massas do povo ao usufruto dos tesouros da cultura universal.” Nesse sentido, propõe a celebração de um convênio de cooperação técnica e financeira com a EMBRATUR e o IPHAN.

Por fim, os debates ocorridos no II Encontro de Governadores foram consolidados numa série de recomendações organizados sob o documento final – Compromisso de Salvador. Os anais do evento demonstra uma diversa e profunda discussão sobre os temas envolvidos. Todavia, o resultado consubstanciado no Compromisso, é bastante sucinto e parece-nos não abarcar a complexidade dos debates.

Destacamos entre as recomendações do Compromisso que “os planos diretores e urbanos, [...] que afetem áreas de interesse referentes aos bens naturais e aos de valor cultural especialmente protegidos por lei, contem com a orientação do IPHAN” e que estes “sejam considerados prioritários, para obtenção de financiamento”. Nota-se uma grande preocupação em viabilizar financeiramente a conservação e valorização dos bens tombados, através das recomendações de “criação de fundos provenientes de dotações orçamentárias, doações, rendimentos de loteria, descontos de impostos e taxas, ou outros incentivos fiscais”, a utilização das percentagens do Fundo de Participação dos Estados e Municípios e da convocação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e demais órgãos financiadores de habitação para colaborarem no custeio de obras em edifícios tombados.

No Compromisso, há um forte sentido de convocação dos órgãos envolvidos de alguma forma com o “planejamento do turismo”, em especial a Embratur, e aqueles ligados a pesquisa, como a Finep, o então Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq)¹⁴⁷ e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para a elaboração ou financiamento de “planos que visem a preservação e valorização dos monumentos naturais

coordenado por Paulo Saboia, após a missão do consultor enviado pela UNESCO Limburg Stirum, entre outubro e novembro de 1967 e a publicação de seu relatório *Plan national de mise en valeur de Parati dans le cadre d'un développement touristique*, em 1968 (PEREIRA, 2012).

¹⁴⁷ O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) chamava-se, até 1974, Conselho Nacional de Pesquisas, cuja sigla se manteve.

e de valor cultural especialmente protegidos por lei” e “projetos de pesquisas e de formação de pessoal especializado”.¹⁴⁸

Especialmente o II Encontro de Governadores foi um ambiente propício de ressonância das noções e abordagens em voga sobre o turismo cultural e a importância da inclusão do patrimônio no planejamento das cidades e sítios históricos, que foram construídas desde a década de 1960 e tornaram-se práticas concretas dos sujeitos e das instituições na década de 1970, através dos diversos planos elaborados naquele período. Entre eles o Projeto Pelourinho, os relatórios dos consultores da UNESCO enviados ao Brasil como Michel Parent, Viana de Lima¹⁴⁹, Limburg Stirum¹⁵⁰, Graeme Shankland¹⁵¹, e dentro da política de planejamento local integrado empreendida pelo Serfhou podemos destacar o Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Olinda, como veremos adiante.

Esse mesmo contexto de debate e inclusão de outras instituições não relacionadas diretamente com a preservação do patrimônio cultural, como a Embratur, favoreceu a formulação e implementação do Programa de Cidades Históricas (PCH). Segundo Corrêa, “o caminho político para a proposição do Programa de Cidades Históricas foi pavimentado durante toda a década de 1960, e com mais intensidade nos primeiros anos da década de 1970” (CORRÊA, 2012, p. 120).

Merece destaque a presença maciça, no referido Encontro de Salvador, de representantes da Faculdade de Arquitetura da UFBA, instituição encarregada pela elaboração da parte referente ao sítio histórico de Olinda no PDLI, cujo técnico responsável era o arquiteto e professor Paulo Ormino de Azevedo, que teve participação ativa na elaboração do Compromisso de Salvador, como exposto anteriormente. Registramos a presença também da arquiteta Arilda Cardoso Souza, representante da Surcap (Superintendência de

¹⁴⁸ MEC, *op. cit.*, p. 377.

¹⁴⁹ O arquiteto português Viana de Lima (1913-1991) realizou duas missões em Ouro Preto, em 1968 e 1970. Ele ainda iria a Ouro Preto em 1972, numa terceira missão pela UNESCO, e em 1974, como consultor para a elaboração do Plano Diretor de Ouro Preto e de Mariana, dessa vez, por meio de um contrato com a Fundação João Pinheiro (PEREIRA, 2012).

¹⁵⁰ O arquiteto belga Frédéric de Limburg Stirum, nascido em 1931, veio em missão a Parati, pela UNESCO, em 1967, e seu Relatório foi publicado em 1968 (PEREIRA, 2012).

¹⁵¹ O urbanista inglês Graeme Shankland (1917-1984) veio em missão a Salvador em 1968 e 1969, pela UNESCO (PEREIRA, 2012).

Urbanização da Capital) da Prefeitura de Salvador, que prestou consultoria no PDLI de Olinda referente às questões paisagísticas.¹⁵²

* * *

Nos quatro eventos analisados nesse capítulo, o Simpósio de St. Augustine, a Reunião de Quito e os Encontros de Governadores, foi possível perceber a articulação entre planejamento, conservação e turismo cultural. Estudar o Simpósio de St. Augustine foi importante para revelar o processo de construção da ideia do aproveitamento econômico dos bens culturais, através das expressões “enriquecimento” e “projetá-lo”. Essas ideias não surgem na Reunião de Quito, mas é uma construção de boa parte da década de 1960 e que encontra no turismo o meio de suporte. Embora não fizesse menção ao turismo nas conclusões da Ata Final do Simpósio, essa ausência foi suprida pela densa comunicação proferida por Guillermo de Zéndegui. Por outro lado, já constava no documento final a importância do enquadramento da conservação nos planos de desenvolvimento.

Certamente, tais ideias eram ainda embrionárias no Simpósio de St. Augustine, que figurou como uma grande preparação para a Reunião de Quito, onde seriam amadurecidas. O emprego do termo ‘utilização’ que dá nome ao evento de Quito indica as motivações que mobilizaram tais esforços multinacionais, o desenvolvimento econômico dos países latino-americanos mediante a ‘utilização’ do seu patrimônio cultural. Esses dois eventos, de longe, foram o de maior conotação economicista do patrimônio.

A ideia do enquadramento da conservação no planejamento urbano lançada em St. Augustine ganhou força em Quito como “solução conciliatória” entre as exigências do desenvolvimento urbano com a salvaguarda do patrimônio cultural. Zéndegui defende que a conciliação seria possível mediante os “planos reguladores”, “planos de ordenação” ou “planos de desenvolvimento” que dessem conta da integração dos centros ou conjuntos históricos com o restante da cidade.

¹⁵² Conforme entrevista concedida a autora por Paulo Ormino de Azevedo, em 18-07-2018, Arilda Cardoso veio à Olinda, por indicação sua à Sociplan, para realizar estudos referentes aos mangues de Olinda.

Além disso, foi possível apreender outras permanências, tais como a utilização do patrimônio como atrativo e equipamento turístico, a integração da conservação no planejamento via turismo cultural, a coordenação das respectivas instituições em planos e projetos dessa natureza, a importância do estabelecimento de normativas que deem conta da tutela não só do monumento, mas do seu entorno e a adoção do plano como principal ferramenta do planejamento.

É importante destacar o papel de Guillermo de Zéndegui nos dois encontros americanos, sendo o principal responsável pela redação dos seus documentos finais. Nas suas exposições, Zéndegui defende a importância do planejamento da atividade turística, a inclusão da conservação nos planos urbanos e de desenvolvimento e o aproveitamento econômico do patrimônio. Nesse sentido, evidenciamos a importância de Zéndegui para disseminação do turismo cultural na América Latina, por sua ampla circulação nos meios institucionais pan-americanos.

A presença de Renato Soeiro nesses encontros figurou como um ponto de contato entre as instituições e os debates internacional e nacional, o que garantiu um alinhamento das práticas das instituições brasileiras com o debate em voga nas instituições estrangeiras, como a UNESCO e a OEA.

Quanto às diferenças percebidas entre esses eventos, podemos destacar a forte conotação economicista do patrimônio predominou nos dois eventos pan-americanos e a noção de turismo cultural não se mostrou uniforme, mas sofreu inflexões e adaptações ao contexto nacional. A própria utilização ou não da expressão 'turismo cultural' indica isso. Consideramos que a Reunião de Quito denota uma noção mais restrita de cultura e com uma tendência a homogeneizar as diferenças culturais, enquanto o Encontro de Salvador parece-nos conceber o turismo cultural como englobando também as manifestações folclóricas e festivais artísticos. É o patrimônio material e monumental que é evidenciado na Reunião de Quito para ser utilizado com fins turísticos. Por outro lado, o Relatório de Michel Parent, que será explorado no capítulo seguinte, amplia o patrimônio para englobar outros aspectos mais imateriais, o que possivelmente contribuiu para sua inclusão no Encontro de Governadores de Salvador.

Outra distinção apreendida foi quanto à percepção dos efeitos negativos do turismo. Enquanto na Reunião de Quito havia apenas a preocupação com o impacto do desenvolvimento urbano desenfreado e sem planejamento sobre os monumentos e cidades históricas, no Encontro de Salvador já se evidenciava os impactos negativos que a atividade turística poderia provocar ao patrimônio, embora o tom predominante seja o benéfico. Tal entendimento revela um amadurecimento das noções propaladas pelas organizações internacionais e a consolidação, no Brasil, dos discursos sobre o turismo cultural em andamento desde a década de 1960.

3 AS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS: CONTEXTO, PRÁTICAS E ARTICULAÇÕES

Os enunciados evidenciados nos quatro eventos internacionais e nacionais analisados foram o foco do capítulo anterior, com destaque para as ideias sobre a articulação entre planejamento, conservação e turismo cultural. Nesse, privilegiaremos as instituições envolvidas em alguma medida com o contexto da pesquisa e da elaboração do PDLI de Olinda, ou seja, as décadas de 1960 e 1970. Pretendemos demonstrar a circulação daquelas ideias em voga em torno da articulação entre planejamento, conservação e turismo cultural e como essas instituições as receberam e as converteram, ou não, em práticas.

A trajetória dessas instituições está diretamente relacionada ao processo de institucionalização dos seus campos de atuação, por isso sua importância. Portanto, no campo do planejamento urbano, evidenciamos o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), da conservação, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e do turismo, a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Embora a Embratur não estivesse relacionada diretamente com o PDLI de Olinda, nem articulada às políticas de conservação na década de 1960, o que só ocorrerá em meados de 1970, com a criação do PCH, ela pertenceu ao mesmo processo modernizador e político das instituições de planejamento, como o Serfhau. Certamente, nesse esforço será necessário correlacionar a outras instituições ligadas a essas, que em momentos relevantes de suas trajetórias, se entrelaçaram e, portanto, se configuram importantes na contextualização.

Entre as fontes utilizadas na elaboração deste capítulo, predominam as secundárias. Na contextualização do planejamento urbano no Brasil, cabe destacar os estudos analíticos empreendidos já no final da década de 1970 sobre aquele período recente encontrados em Ana Gláucia Mendes, Cintra e Haddad (1978) e Benício Schmidt (1983), além das contribuições de Pontual no campo da história do urbanismo (2015; 2016). Para a compreensão do papel do Serfhau na institucionalização desse campo no Brasil nos valem as pesquisas de Feldman (2005; 2011) e Vizioli (1998). No processo de institucionalização do turismo no Brasil, além das legislações promulgadas, os estudos de Leila Bianchi Aguiar (2014; 2016) foram cruciais. Na análise das articulações em torno do turismo cultural entre as instituições responsáveis pela salvaguarda do patrimônio, no âmbito nacional e

internacional – DPHAN e UNESCO, e as instituições de planejamento e turismo nos valemos principalmente do Relatório de Michel Parent (1968) e dos documentos pesquisados no ‘Arquivo Técnico Administrativo’ do Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro, apoiados e contextualizados pela tese de Cecília Pereira (2012) e a dissertação de Sandra Corrêa (2012).

3.1 Uma ‘cortina de fumaça’ no planejamento urbano brasileiro?

No processo de institucionalização do planejamento urbano no Brasil, “que se gesta na década de 1930 e se completa nos anos 1970”, permanece a concepção de planejamento como “uma função de governo, como uma técnica de administração” (Feldman, 2005, p. 1, 2; 2011, p. 7). Considerando a noção de Pontual (2019, p. 195), de que o planejamento funciona como “instrumento governamental produtor de ideias que preveem um futuro idealizado”, o plano, enquanto ferramenta que materializa essas ideias, contribuiu para a difusão da prática do planejamento nas administrações públicas.

No Brasil, os primeiros planos econômicos do governo federal deram início ao processo de planejamento no Brasil, através da deliberada decisão de direcionar o processo de desenvolvimento para determinados fins, de forma sistemática e segundo as linhas de ação previamente traçadas em um documento. Nesse sentido, podemos mencionar o **Plano de Metas** (1956-1961), elaborado no governo de Juscelino Kubitschek, que sistematizou as medidas para uma profunda transformação do sistema econômico do país. Segundo Schmidt, o Plano de Metas “pode ser tomado como a primeira tentativa bem sucedida de estabelecimento de um sistema nacional de planejamento central” (SCHMIDT, 1983, p. 97).

Em meio a um quadro de grande instabilidade política e econômica, o Brasil caiu em uma imensa crise em 1963. Nesse período foi elaborado o **Plano Trienal** de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), elaborado sob a liderança de Celso Furtado¹⁵³, então Ministro Extraordinário de Planejamento do governo João Goulart. De forma sucinta, ele

¹⁵³ O cargo de Ministro Extraordinário responsável pelo Planejamento do país foi criado pela Lei Delegada nº 1 de 25 de janeiro de 1962 e ocupado por Celso Furtado, então o primeiro Ministro do Planejamento até o Golpe de 1964. Antes disso, o economista Celso Furtado integrou a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), presidiu o Grupo Misto CEPAL-BNDE, que elabora um estudo sobre a economia brasileira, com ênfase especial nas técnicas de planejamento e que será a base do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, foi diretor do BNDE, elabora o estudo “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste”, origem da criação, em 1959, da SUDENE, sendo seu superintendente até 1962, quando assume o cargo de Ministro do Planejamento. Com o Golpe de 1964, te início seus anos de exílio (CORRÊA, 2012; SUDENE. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/quem-foi-celso-furtado>>. Acesso em: 22 de jul. 2019).

visava à recuperação progressiva do processo inflacionário, tentava sanar o problema da dívida externa e a realização das reformas de base, entre elas constavam a agrária e a urbana, ambas expressando a necessidade de mudanças no tratamento da questão fundiária e de acesso à terra no Brasil. O Plano Trienal previa, entre outras coisas, uma grande centralização, uma reforma administrativa e a criação de um Ministério de Planejamento, em busca de um processo de decisão mais unificado.

Com o Golpe Civil-Militar de 1964, “o conteúdo político do planejamento desviou-se de demandas imediatamente populares, para metas de longo prazo”, embora, em certos aspectos apresentasse certa continuidade dos objetivos do Plano Trienal, como a modernização do aparelho público, centralização do processo decisório e regionalização dos programas de desenvolvimento (SCHMIDT, 1983, p. 101).

No novo regime autoritário, o primeiro plano elaborado foi o **Plano de Ação Econômica do Governo - PAEG** (1964-1966), que tinha um caráter indicativo, limitando a intervenção estatal ao mínimo aceitável. Entre os objetivos do PAEG, além da elevação da taxa de crescimento e a prioritária contenção da inflação, destacamos a redução das disparidades regionais e setoriais de renda. Embora não fizesse parte do seu escopo uma política de desenvolvimento urbano, o capítulo XII do PAEG mencionava a urgente necessidade de estabelecer uma vigorosa política habitacional como resposta ao rápido crescimento populacional aliado ao enorme déficit habitacional. Assim, a política urbana brasileira começou em 1964 como política habitacional (SCHMIDT, 1983).

Desde a década de 1950, o Brasil passa por um intenso processo de industrialização e urbanização das cidades, com o aumento da população urbana sobre a rural. Todavia, a oferta de serviços urbanos, especialmente o da habitação, não acompanhou esse aumento e não foi capaz de atender satisfatoriamente as necessidades da sociedade. Nesse período, o tema “reforma urbana” ganhava maior importância e este centrava-se na habitação. O Seminário de Habitação e Reforma Urbana: O homem, sua casa, sua cidade, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em 1963, concluiu pela “adoção do planejamento como caminho técnico de tratamento das questões urbanas e pela proposta de criação de uma instituição a nível federal com competência para atuar sobre o acesso à terra urbana, a ordenação dos assentamentos e a produção de habitação social”, o que viria a se concretizar no ano seguinte, com a criação do BNH e o Serfhou (PONTUAL, 2016, p. 5).

Nesse sentido, o primeiro governo instalado após o Golpe Civil-Militar de 1964, o de Castello Branco, foi responsável pela criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau), através da Lei nº 4.380, já em agosto de 1964. Embora instituídos pela mesma Lei, o Serfhau só foi regulamentado em 1966, através do Decreto nº 59.917 de 30/12/1966, como um órgão de assessoria técnica, que tinha inclusive a missão de elaborar e coordenar a política nacional de planejamento local integrado.

Ainda se seguiram outros planos nacionais de desenvolvimento, tais como o **Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social** (1967-1976), a primeira experiência do Brasil na elaboração de um plano de longo prazo. Foi elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, sob os auspícios do Governo Castello Branco. Merece destaque o capítulo “Desenvolvimento Regional e Urbano”¹⁵⁴ do Plano Decenal e o subitem intitulado “Necessidade de planejamento integrado do desenvolvimento local”¹⁵⁵. Nele foi definido como plano integrado aquele que considerava aspectos regionais além dos locais e que deveriam abranger estudos e proposições para os setores econômico, social, físico-territorial e institucional (SCHMIDT, 1983).

Em uma perspectiva mais ampla, a Reforma Administrativa em 1967, através do Decreto-Lei 200, trouxe importantes mudanças para a implementação da política urbana brasileira, principalmente com a criação do Ministério do Interior, a partir de então o responsável pela coordenação de todas as políticas relativas às questões regionais e urbanas no país.

Assim, em meados de 1967, o governo de Costa e Silva lança o **Plano Estratégico de Desenvolvimento – PED** (1968-1970), que investiu basicamente em infraestrutura e representou um avanço na experiência brasileira de planejamento. Seguindo as linhas do PED, foi elaborado um programa sob a supervisão do Ministério do Interior, o **Programa de Ação Concentrada – PAC**, para promover o desenvolvimento urbano através do enfoque mais local, ou seja, na escala do município. Assim, com a instituição do PAC em 1969, o Serfhau perde a função de coordenação da política nacional de planejamento local integrado, passando tal atribuição a este Programa, até 1975.

¹⁵⁴ A formulação do capítulo foi elaborada durante o período em que o arquiteto Harry Cole coordenava a área de Desenvolvimento Urbano no IPEA (LUCCHESE, 2008).

¹⁵⁵ No Plano Decenal, entendia-se como local uma região-programa e não um município, como mais tarde foi implementado pelo Serfhau. Ou seja, a ideia de planejamento local referia-se a de planejamento regional (LUCCHESE, 2008).

A seguir, Médici, apresenta seu primeiro plano de governo, **Metas e Bases para a Ação do Governo** (1970-1972), cujo caráter eminentemente prático e mais voltado para a execução, seria complementado pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, em 1971. Segundo Schmidt (1983), o Metas e Bases e o I PND estabeleceram elementos cruciais que viriam a ser utilizados na implementação de uma política nacional e sistemática de desenvolvimento urbano. Merece destacar que o Metas e Bases foi responsável pelo fortalecimento da estrutura de tomadas de decisão ao nível municipal, através da implementação dos planos de desenvolvimento local integrado (PDLI), de acordo com o PAC, anteriormente mencionado.

Segundo Ana Gláucia Mendes, a formação de uma “tecnoestrutura” responsável pelos anos áureos do modelo brasileiro se deu a partir da adoção e implementação desses diversos programas que levaram a expansão e reformulação da estrutura político-administrativa do País, que conjugada com o fortalecimento do papel do técnico, “consubstanciaria a nova estrutura de poder, criada a partir de 1964, quando uma série de reformas econômicas e sociais passaram a ser implantadas” (MENDES, 1978, p. 104).

Assim, o tema planejamento pouco a pouco passou a ocupar um papel importante na política governamental brasileira e este tinha como característica primordial e comum a defesa da forte presença do Estado. Dessa forma, propunha-se a reorganização da administração pública para a racional e efetiva gestão da economia e do desenvolvimento, ressaltando o suposto aspecto técnico do planejamento. Essa reorganização se tornou um dos eixos centrais de construção do processo de planejamento governamental no Brasil durante o governo militar. É fato que o Golpe Civil-Militar de 1964 foi um marco na história do País, representando a aliança da burguesia industrial e mercantil com a tecnoburocracia pública e privada, civil e militar e com as empresas multinacionais. Todavia, é importante ressaltar que o Estado assumiu tanto funções repressivas no plano social como modernizadoras no plano administrativo, com o incentivo a institucionalização e ao planejamento.

Após apresentar sucintamente os principais planos econômicos do governo federal, situados em nosso recorte temporal, que deram início ao processo de planejamento no Brasil, nos deteremos sobre o papel do Serfhou na institucionalização do campo do planejamento urbano no Brasil. No ciclo de institucionalização do planejamento urbano no Brasil, que teve

início na década de 1930 e se completa nos anos 1970, período marcado por dois períodos autoritários intercalados por um período democrático, Feldman constata que é possível identificar permanências evidentes, ao longo desse período, nas instituições de urbanismo criadas, como “a concepção de planejamento como função de governo, como técnica de administração.” Segundo Feldman, acompanha esse fenômeno “a inserção dos urbanistas no processo de formação de uma elite burocrática desvinculada da política, que persegue os critérios de eficiência, economia e racionalidade colocados pelo projeto de modernização da administração pública iniciado na Era Vargas” (FELDMAN, 2005, p. 2, 4).

A atuação e atribuições do Serfhau não são linear e uniforme, sendo possível identificar pelo menos três momentos distintos no seu percurso. Quando foi criado em 1964 como autarquia federal subordinada ao BNH, suas atribuições estavam mais voltadas às pesquisas e estudos relativos ao déficit habitacional, aspectos do planejamento físico, técnico e socioeconômico da habitação, embora também compreendesse algumas atribuições vinculadas ao planejamento urbano.

Com sua regulamentação, em 1966, o Serfhau sofreu uma reformulação, afastando-se um pouco de suas atribuições iniciais como órgão de apoio ao sistema de habitação, e passou a ter como atribuições coordenar o Sistema Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Local Integrado (SNDLI) e responsável pela gestão do Fundo de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado - Fiplan.

A reformulação do Serfhau para atender a demanda pela criação de um órgão central de planejamento urbano, fruto do Decreto nº 59.917 de 30/12/66, foi elaborada por um grupo de trabalho ligado ao Ministério do Planejamento, formado por arquitetos, entre eles, Harry Cole¹⁵⁶. Isso indica que houve uma disputa entre este ministério e o do Interior pela primazia na formulação das diretrizes da política urbana. Para manter certo equilíbrio de forças, o

¹⁵⁶ Harry James Cole (1930-1990) era carioca, filho de um inglês e de uma brasileira. Em 1954, formou-se na Faculdade Nacional de Arquitetura e, em 1955, foi à Londres fazer um curso de Pós-graduação em Planejamento Urbano. Ao retornar ao Brasil, em 1957, inicia sua trajetória profissional trabalhando na Companhia Urbanizadora da Nova Capital - Novacap, na construção de Brasília. Prestou consultoria em diversos trabalhos de planejamento urbano e projetos urbanísticos. Em 1965 foi trabalhar no Ministério do Planejamento, quando Roberto Campos era ministro, e foi o primeiro superintendente do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - Serfhau após sua reformulação em 1966. Ao sair do Serfhau abriu um escritório de planejamento e projeto que funcionou até 1989 (LUCCHESE, 2008).

Serfhau foi entregue a Cole, que era ligado ao grupo do Ministério do Planejamento, sendo seu superintendente no período de 1967 a 1968 (LUCCHESE, 2008).

As posições assumidas por Cole, muitas vezes, caminharam numa direção bastante diversa ao fortalecimento das administrações públicas. De acordo com Cintra e Lucchese, foi de Cole a ideia de incentivar a iniciativa privada a realizar os planos de desenvolvimento integrado, imbuído de pelo menos três motivações: desvincular das instituições governamentais a atividade técnica do planejamento, um meio de ter o respaldo da iniciativa privada para viabilizar o financiamento do Serfhau através de recursos do BNH e uma forma de viabilizar escritórios de arquitetura. No entanto, Cintra (1978, p. 209) alerta para o risco dos planos tornarem-se “adornos de estantes”, visto que esse formato implementado pelo Serfhau separava a formulação técnica, que ficava a cargo das empresas privadas, das escolhas políticas e da execução.

Não podemos deixar de ressaltar que em sua atuação à frente da autarquia, Cole também defendeu a valorização profissional do planejador, com a formação de um mercado no Brasil. Para tanto, através do Serfhau, promoveu vários cursos, seminários, palestras, ciclos de debate, e viabilizou a vinda de diversos profissionais¹⁵⁷ renomados para o Brasil. Como exemplo dessa prática, o Serfhau firmou convênio com a Universidade de Edimburgo (Escócia) e a OEA, através do Departamento de Assuntos Sociais (PEREIRA, 2007; LUCCHESE, 2008).

Como visto anteriormente, o Serfhau foi um dos órgãos responsáveis pela implantação do PAC, cujas bases foram lançadas pelo Ministério do Interior em 1969, e tinha por objetivo promover, por etapas, o desenvolvimento local integrado de comunidades urbanas em todo o País, através do fortalecimento da estrutura político-administrativa local. Assim, a partir de 1970, o Serfhau tem suas atribuições novamente redefinidas: perdeu a função de coordenador do SNDLI, incorporou atribuições do Serviço Nacional dos Municípios (Senam)¹⁵⁸ e teve ampliada a sua função de articular a elaboração e a implantação de planos

¹⁵⁷ Como os urbanistas Percy Johnson-Marshall e Jean Labasse e os geógrafos Michel Rochefort, John Friedman, Brian Berry e John Peter Cole (LUCCHESE, 2008).

¹⁵⁸ O Senam foi criado em 1961, junto ao gabinete do presidente Jânio Quadros, para prestar assistência em assuntos administrativos, jurídicos, econômicos e financeiros às autoridades municipais e promover reuniões e congressos de prefeitos e vereadores para o debate dos problemas locais. Em 1963, foram introduzidas atribuições relacionadas ao planejamento urbano (FELDMAN, 2019).

de desenvolvimento local integrado. Foi durante os seis anos de vigência do PAC que o Serfhau recebeu o maior volume de recursos e financiou a maior parte dos planos de desenvolvimento local integrado com recursos do Fiplan. Para o alcance de seus objetivos, o PAC propôs a elaboração de três tipos de documentos: Relatório Preliminar (RP), Plano de Ação Imediata (PAI) e Plano de Desenvolvimento Local e Integrado (PDLI), sendo este último indicado para os grandes centros urbanos de importância nacional (VIZIOLI, 1998).

O Serfhau buscava sensibilizar as autoridades e as lideranças locais para a prática do planejamento como norma da vida político-administrativa municipal. Foi dada ênfase também a importância de se criar e organizar órgãos locais para dar continuidade ao processo de planejamento, problema que persiste até os nossos dias. Vizioli (1998) ressalta que, embora a participação da população no processo de elaboração dos PDLI fizesse parte do discurso do PAC, isso de fato, não ocorreu. Os Planos Diretores foram elaborados por empresas privadas sem a consulta à comunidade, fato este que constitui uma das maiores críticas ao Serfhau. Todavia, deve-se levar em conta o contexto histórico do Brasil nesse período, que passava por um momento político autoritário e repressivo.

O Serfhau contava ainda com um cadastro de técnicos e empresas de engenharia especializadas em planejamento, instituído com o objetivo de registrar os recursos humanos que seriam utilizados na implantação do sistema de planejamento local integrado. Isso foi possível graças ao exposto no artigo 27 do Decreto nº 59.917 que regulamentou o Serfhau em 1966, segundo o qual “podem ser beneficiários do Fundo [de Financiamento de Planos de Desenvolvimento Local Integrado] os órgãos e entidades regionais, interestaduais, estaduais, intermunicipais e municipais que queiram contratar a elaboração de planos e estudos de desenvolvimento local integrado” (BRASIL, 1966). Assim são dadas “as condições para que um setor ausente do processo de constituição das instituições e do campo profissional de urbanismo no Brasil passe a ocupar espaço significativo na elaboração de planos diretores e na qualificação de técnicos de diferentes áreas de conhecimento” (FELDMAN, 2005, p.10).

Um dos principais instrumentos de planejamento urbano utilizado pelo Serfhau foi o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI). Esses planos eram elaborados com base no Roteiro para a Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local Integrado elaborado pelo Serfhau. O Roteiro era composto de Estudo Preliminar, Plano de Desenvolvimento Local

Integrado e Planos Setoriais. Essa metodologia, portanto, exigia que antes da realização do plano já se soubesse quais os principais problemas do município que deveriam ser enfrentados, e o plano deveria instrumentalizar a tomada de decisões em relação a eles. Era por isso que a primeira etapa para o desenvolvimento de um plano integrado não era a contratação de um plano, e sim de um estudo preliminar (VIZIOLI, 1998).

O Estudo Preliminar era apresentado de forma a permitir a identificação dos principais problemas e recursos locais, assim como, a determinação do escopo de trabalho, o prazo de realização, dimensionamento do custo e viabilidade financeira para a execução do Plano. Constavam do Estudo Preliminar levantamentos gerais, diagnóstico e prognóstico do desenvolvimento local, metodologia e uma proposta para a elaboração do Plano.

Os Planos de Desenvolvimento Local Integrado tinham como diferencial o objetivo de integração dos aspectos locais com os aspectos físico-territoriais, com os aspectos socioeconômicos, administrativos, financeiros e legais, além de destacar a importância de avaliação e revisão periódicas. Os trabalhos para elaboração dos Planos eram divididos em duas etapas. A 1ª Etapa caracterizava-se pela necessidade de conhecimento, compreensão, julgamento, previsão e intervenção na realidade global da região. Essa etapa deveria ser realizada por um escritório privado, ou equipe técnica de consultoria, e constituía-se de anamnese, análise, diagnose, prognose e Plano de Ação (VIZIOLI, 1998).

A anamnese compreendia a realização de levantamentos globais de informações da área considerada, para um exato conhecimento dos fenômenos atuantes e a identificação da realidade existente. O estabelecimento das inter-relações entre cada elemento e os demais, apresentados na anamnese, consistia na etapa denominada de análise. Objetivava a compreensão da estrutura e dinâmica de composição das áreas de estudo. A diagnose era a correlação das análises e a definição do quadro integral da área considerada, baseada no conhecimento e compreensão dos elementos que a caracterizavam. Compreendia também a determinação dos pontos e áreas de conflito e de estrangulamento que impediam ou dificultavam o processo do desenvolvimento local. A prognose constituía-se no estabelecimento e na sistematização das alternativas futuras de evolução local e na determinação de metas globais para o seu desenvolvimento. A última parte da 1ª etapa, o Plano de Ação, uma programação das ações que deveriam ser realizadas pelo poder público a curto, médio e longo prazo (VIZIOLI, 1998).

Quanto à sua articulação com o turismo, o referido Roteiro aponta alguns indícios de uma preocupação pontual com esse tema. Na Anamnese e Diagnóstico, dentro dos Levantamentos econômicos, deveria ser dada “especial atenção” a “indústria de turismo” e ao “mercado regional, nacional e internacional para o turismo”. Tais estudos deveriam lançar luz sobre possíveis “metas e alternativas para o desenvolvimento econômico” no setor terciário através do incentivo a atividade turística e construção de hotéis. O PDLI deveria contemplar também em seu Plano de Ação, “projetos para o desenvolvimento da indústria do turismo local” (VIZIOLI, 1998, p. 198, 201, 205). Assim, percebemos que de forma geral, o tema estava previsto no escopo dos planos, denotando a importância que era atribuída a essa atividade como meio de alavancar a economia local de muitos municípios.

Diversos estudos já foram realizados no sentido de avaliar a efetividade dos planos elaborados pelo Serfhau e com ênfase em seu caráter centralizador e autoritário, alinhado ao regime político ditatorial, ou seja, a partir da relação entre regime político e a produção do campo do urbanismo. Nesse sentido, teria sido o Serfhau apenas uma ‘cortina de fumaça’ para atender as pressões pela institucionalização no âmbito federal de uma política de planejamento urbano?

Por um lado, as críticas dizem respeito, por exemplo, a sua falta de autonomia e de capacidade de decisão como órgão subordinado ao BNH, que segundo Cintra (1978), não considerava os estudos e recomendações do Serfhau na implementação da política habitacional. Outra crítica comum é quanto ao conteúdo da política urbana empreendida pelo órgão, que por seu foco mais local, não se enquadraria de fato numa política nacional (MINISTÉRIO DO INTERIOR/CNDU, 1984, p. 35). Diversos autores também se dedicaram ao estudo de alguns planos elaborados naquele período e tecem julgamentos quanto à efetividade deles.

Contudo, reduzir sua análise a esta perspectiva dual, efetivo/ não efetivo, não permite enxergar “os avanços, os limites e as ambiguidades deste processo” e “seu significado para o campo do planejamento” (FELDMAN, 2010, p. 5). A dissertação de Vizioli (1998) avalia muito bem as falhas e benefícios da experiência do Serfhau em seu período de existência no campo do planejamento no Brasil. Ela afirma que “apesar de todas as falhas a ele atribuídas, significou uma tentativa de implantar um planejamento diferente do planejamento urbano do início do século, que priorizava os aspectos físico-territoriais e vinha sendo utilizado no

âmbito local.” Valorizava a necessidade de informações sobre o desenvolvimento dos municípios, reunidas pelo Governo Federal, como forma de continuidade e avaliação do planejamento em implantação no âmbito local, além de ter contribuído para a discussão dos problemas urbanos e do próprio planejamento.

Na contramão das generalizações quanto à inefetividade dos planos do período Serfhau, Feldman (2010, p. 7) relembra trabalhos que analisaram planos em cidades específicas que revelaram que “há municípios em que os planos se tornaram agendas de várias administrações, formaram quadros técnicos e colaboraram para constituição do setor de planejamento.” Neles, podemos incluir o município de Olinda, como será demonstrado no capítulo seguinte.

Além de sua importância como responsável pela elaboração e coordenação da política nacional de planejamento local integrado, o Serfhau formaliza as condições para criação de instituições estaduais, metropolitanas e municipais de planejamento, concede recursos para elaboração de planos diretores de desenvolvimento, “e se estabelece, pela primeira vez, a chancela de um órgão federal para contratação, pelos governos municipais, de empresas de consultoria para elaboração de planos”. Por fim, Feldman (2005, p. 2, 12) conclui que se, por um lado, “a criação do Serfhau representa a legitimação do urbanismo e da ideia de plano de desenvolvimento local integrado”, por outro, a “possibilidade de governos municipais contratarem a elaboração de planos potencializa a prática profissional fora das administrações”. Esse fenômeno resultou, a partir dos anos 1960, na formação de quadros técnicos especializados, sobretudo, fora das instituições de urbanismo das administrações públicas.

Estudos mais recentes de Feldman evidenciam outro aspecto ainda não explorado e de fundamental importância, o Serfhau “como parte do processo de construção da associação entre habitação e urbanismo, que se sustenta na interpretação do problema da moradia como inerente ao padrão de urbanização.” Todavia, devido a “contradições nas atribuições e na atuação do Serfhau” durante sua existência, não pôde atuar diretamente na habitação. Como saída, Feldman aponta que a criação de um sistema nacional de planejamento no nível municipal e regional seria uma estratégia para conter a autonomia do BNH (FELDMAN, 2019, p. 107, 114).

Em 1974 o Serfhou é destituído da gestão do Fiplan e no ano seguinte é extinto, pela Resolução 27/74, do Conselho de Administração do BNH e pelo Decreto 76.149, de 22 de agosto de 1975. A partir desse momento, o BNH passa a comandar a política de planejamento e desenvolvimento urbano no país.

Apesar da integração entre planejamento, conservação e turismo não estarem em pauta no Serfhou, identificamos algumas iniciativas pontuais nesse sentido, pelo menos desde o fim de 1968. Diante da dificuldade de financiar o levantamento de dados¹⁵⁹ para subsidiar a elaboração dos relatórios das missões a Ouro Preto do consultor da UNESCO Viana de Lima, naquele ano e no seguinte¹⁶⁰, a prefeitura de Ouro Preto protocola junto ao Serfhou pedido de financiamento ao PDLI do município. Ao receber o pedido, o Serfhou, através de Carlos Eduardo C. Magalhães, chefe do Departamento de Análise de Projetos – DAP, considerando que aquele município é tombado pela DPHAN, solicita esclarecimentos sobre a regulamentação incidente sobre Ouro Preto.¹⁶¹ Nesse momento, o Serfhou envia a DPHAN duas publicações sua sobre o FIPLAN¹⁶² e o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e Local¹⁶³, juntamente com a relação de escritórios de consultoria cadastrados naquele órgão.

Em resposta ao Serfhou, Renato Soeiro envia cópia do Decreto-lei nº 25/1937 e informa as iniciativas já tomadas relativas ao “planejamento que atenda, não só a preservação rigorosa do núcleo original tombado, como também a forma de conciliar essa preservação com a sua natural expansão.”¹⁶⁴ Apesar do assessor ouro-pretano de arquitetura e urbanismo, Ivo Porto de Meneses, demonstrar que havia interesse da prefeitura municipal em realizar o

¹⁵⁹ Levantamento arquitetônico e aerofotogramétrico da região e as pesquisas socioeconômicas solicitadas por Viana de Lima para subsidiar o pretendido plano diretor (PEREIRA, 2012).

¹⁶⁰ O arquiteto português Viana de Lima (1913-1991) foi escolhido para o projeto de Ouro Preto e, para tanto, realizou duas missões nessa cidade, em 1968 e 1969, e elaborou seus respectivos relatórios, publicados em 1970 e 1972 (PEREIRA, 2012).

¹⁶¹ MAGALHÃES, Carlos Eduardo C. Ofício Serfhou/DAP Nº 1351 a Renato Soeiro. 22 nov. 1968. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Arquivo Técnico Administrativo: AA/Cx.0001/405/P.0004.

¹⁶² BRASIL. Ministério do Interior. Serfhou. *Manual de Financiamento*. Rio de Janeiro: SERFHAU, 1968. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Arquivo Técnico Administrativo: AA/Cx.0001/405/P.0004.

¹⁶³ COLE & TÉCNICOS DO SERFHAU. *Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e Local no Brasil*. Rio de Janeiro: SERFHAU, 1968. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Arquivo Técnico Administrativo: AA/Cx.0001/405/P.0004.

¹⁶⁴ SOEIRO, Renato. Carta nº 219 a Carlos Eduardo C. Magalhães. 26 dez. 1968. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Arquivo Técnico Administrativo: AA/Cx.0001/405/P.0004.

PDLI¹⁶⁵, parece-nos que tal interesse centrava-se mais na possibilidade de viabilizar os levantamentos necessários para continuidade do trabalho de Viana de Lima e seu plano diretor, que seria realizado sob a orientação da UNESCO e DPHAN, do que na elaboração de um PDLI nos moldes do Serfhau, o que também foi apontado por Soeiro:

Estou certo assim de que o pedido de financiamento da Prefeitura de Ouro Preto a esta SERFHAU é pleiteado no que diz respeito ao núcleo urbano atual e ao futuro em estudos tendo em vista aquela contribuição oferecida [levantamentos aerofotogramétricos, socioeconômico e de arquitetura] e que deverá se entrosar nos estudos de iniciativa deste órgão [a DPHAN].¹⁶⁶

Na mesma carta, ao expor os propósitos do almejado plano diretor, Soeiro indica que o “objetivo principal da DPHAN” era o “estabelecimento de planos de circuitos turísticos [...] realizando a valorização de seus principais monumentos”, sobrepondo-se às preocupações estritamente conservacionistas, como os “problemas mais angustiosos de aumento de construções novas na área tombada, o que a vem desfigurando gravemente.” Portanto, desde o fim da década de 1960, já estava presente na prática da DPHAN, pelo menos no nível de planejamento, a ideia de turismo cultural que circulava nos eventos apresentados no capítulo anterior. Demonstra também que o Serfhau já mantinha contato com as ideias em voga sobre o turismo cultural e as missões da UNESCO com esse propósito.

É indício do interesse de articulação a formalização de um convênio de colaboração técnica entre esses dois órgãos, embora não se tenha certeza de que ele foi assinado. O objetivo era priorizar o financiamento de planos urbanos e regionais com recursos do Fiplan, requeridos pelos municípios indicados pela DPHAN¹⁶⁷, que possuíam monumentos ou conjuntos urbanos tombados por lei, e garantir o acompanhamento dos planos pela DPHAN. Sabe-se que até meados de 1970 tal convênio ainda não havia sido assinado, pois através de ofício enviado ao superintendente do Serfhau, Léo Serejo, Soeiro enumera dez razões para justificar a “colaboração desejada entre a DPHAN e o Serfhau”, das quais destacamos a importância de normas através de planos urbanos que “permitam o crescimento e

¹⁶⁵ MENESES, Ivo Porto de. Bilhete [manuscrito] a Renato Soeiro. 13 dez. 1968. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Arquivo Técnico Administrativo: AA/Cx.0001/405/P.0004.

¹⁶⁶ SOEIRO, *op. cit.*, p. 2.

¹⁶⁷ PINHEIRO. Mário Torquato. Ofício Serfhau/GS/50/69 a Renato Soeiro. 10 jan. 1969. A minuta do Convênio entre Serfhau e DPHAN foi enviada em anexo. A relação dos municípios para os quais seria válido o Convênio proposto foi enviada pela DPHAN juntamente com a sugestão de ajuste à minuta. SOEIRO, Renato. Ofício nº 242 a Mário Torquato Pinheiro. 11 fev. 1969. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Arquivo Técnico Administrativo: AA/Cx.0001/405/P.0004.

desenvolvimento da região, sem prejuízo dos bens culturais”, que além de garantir a proteção do patrimônio cultural, “é de interesse nacional sob o ponto de vista econômico, com vistas ao turismo – um dos mais eficientes sistemas de que se tem servido muitos países para ampliar seus mercados comerciais.”¹⁶⁸

Figura 17 – Minuta do convênio entre Serfchau e DPHAN.

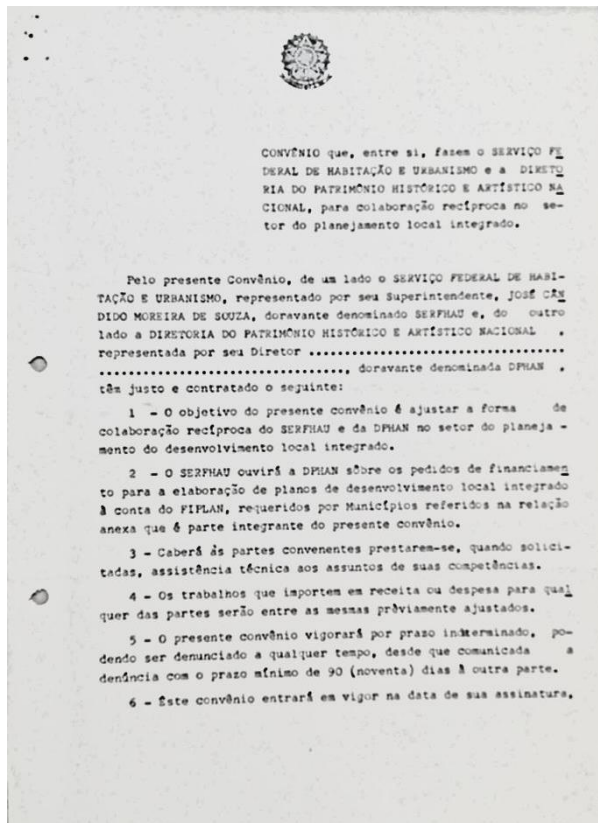
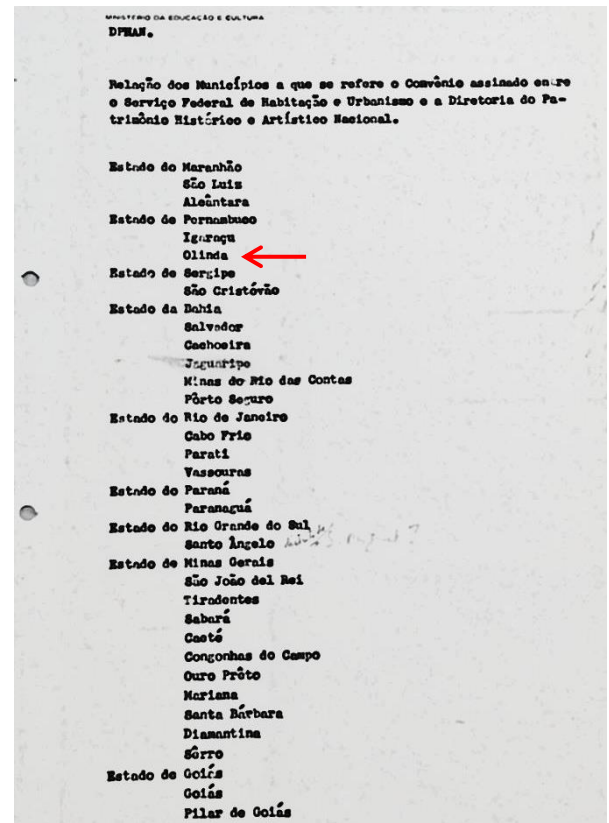


Figura 18 – Relação dos municípios a que se refere o convênio.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Arquivo Técnico Administrativo: AA/Cx.0001/ 405/P.0004.

O arquiteto da DPHAN Augusto da Silva Telles teve um importante papel nos acertos do convênio, passando por sua análise a minuta, bem como a redação dos motivos pelos quais tal convênio deveria ser firmado entre os dois órgãos¹⁶⁹. Embora não tenhamos tido acesso ao convênio assinado, tal iniciativa indica que até mesmo antes de ser expressa no

¹⁶⁸ SOEIRO, Renato. Ofício nº 1332 a Léo Serejo. 24 jul. 1970. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Arquivo Técnico Administrativo: AA/Cx.0001/405/P.0004.

¹⁶⁹ TELLES, Augusto da Silva. Informações nº 34 e 94 a Renato Soeiro. 6 fev. e 17 abr. 1969. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Arquivo Técnico Administrativo: AA/Cx.0001/405/P.0004.

Compromisso de Salvador¹⁷⁰, a DPHAN desejava a associação com outros órgãos de planejamento urbano, como meio de financiar planos para os municípios e áreas que possuíam monumentos ou conjuntos urbanos tombados por lei. O PDLI de Olinda é exemplo disso e contou com o acompanhamento da DPHAN nas questões relativas ao sítio histórico, como veremos no capítulo 3.

Mas é com o II Encontro de Governadores realizado em Salvador, em 1971, que a articulação entre essas duas instituições foi mais claramente incentivada. Nele estava presente Sérgio Vladimiro Guimarães, representante do Serfhau, que, apesar de não ter participado ativamente com exposição, proposição ou comunicação, certamente entrou em contato com os debates ocorridos. Entre eles podemos destacar a exposição “Planos Diretores Urbanos e Regionais” de Maurício Nogueira Batista¹⁷¹, da Finep, em que define o planejamento urbano, seara do Serfhau, “como uma das peças indispensáveis a um sistema nacional de preservação articulado pelo IPHAN.” Assim sendo, recomenda “maior conjugação de esforços entre o IPHAN e os órgãos que atuam na promoção do planejamento urbano e municipal, notadamente o SERFHAU e a FINEP”¹⁷².

Logo após a exposição de Maurício Nogueira, Paulo Ormino de Azevedo faz uma proposição, “Contribuição à criação de uma legislação específica para setores monumentais ou paisagísticos”, na qual enfatizou a articulação entre o IPHAN e o Serfhau na elaboração dos “Planos Permanentes de Preservação e Valorização”, que seriam “planos setoriais de execução” com vistas a “Restauração e Valorização dos Setores Monumentais ou Paisagísticos”, a “Restauração Imobiliária” e a promoção do turismo cultural. A elaboração do PPPV estava condicionada a existência prévia do PDLI, devendo “o IPHAN promover, junto ao Estado, a sua realização prévia e assessorá-lo”¹⁷³ nos casos de municípios que não o possui. Assim, Ormino sugeria a criação de um sistema integrado de planejamento e

¹⁷⁰ “Recomenda-se que também sejam considerados prioritários, para obtenção de financiamento, os planos urbanos e regionais de áreas ricas em bens naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei” (COMPROMISSO DE SALVADOR, 1971 In CURY, 2004, p. 144).

¹⁷¹ Maurício Nogueira Batista fez parte da equipe que Harry Cole levou para trabalhar com ele no Serfhau quando assumiu sua superintendência entre 1967 e 1969 (LUCCHESI, 2009).

¹⁷² BATISTA, Maurício Nogueira In MEC, *op. cit.*, 1973, p. 141.

¹⁷³ AZEVEDO, Paulo Ormino de In MEC, *op. cit.*, 1973, p. 147, 149.

conservação de sítios históricos, onde os instrumentos - planos, regulamentos e incentivos fiscais, incidentes sobre conjuntos ou cidades históricas deveriam ser convergentes.

As recomendações promovidas pela exposição de Maurício Nogueira e de Paulo Ormino de Azevedo contribuíram para que o Compromisso de Salvador formalizasse, no âmbito nacional, a necessidade de integração entre as instituições de planejamento e conservação, ao recomendar “que os planos diretores e urbanos [...] contem com a orientação do IPHAN [...] e dos órgãos estaduais e municipais da mesma área” e também que “sejam considerados prioritários, para obtenção de financiamento, os planos urbanos e regionais de áreas ricas em bens naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei”, além da colaboração do BNH para “custeio de todas as operações necessárias à realização de obras em edifícios tombados.” (COMPROMISSO DE SALVADOR, 1971 In CURY, 2004, p. 144).

Portanto, através de seu representante no Encontro e até antes, o Serfhau foi envolvido nos discursos em voga, o que certamente favoreceu a concessão de financiamento ao PDLI de Olinda no ano seguinte. A concessão de recursos para a elaboração do PDLI de Olinda enquadrava-se nas recomendações tanto do já citado convênio com o Serfhau almejado pela DPHAN, desde o início de 1969, como nas do Relatório do consultor da UNESCO Michel Parent, de 1968, conforme veremos mais adiante.

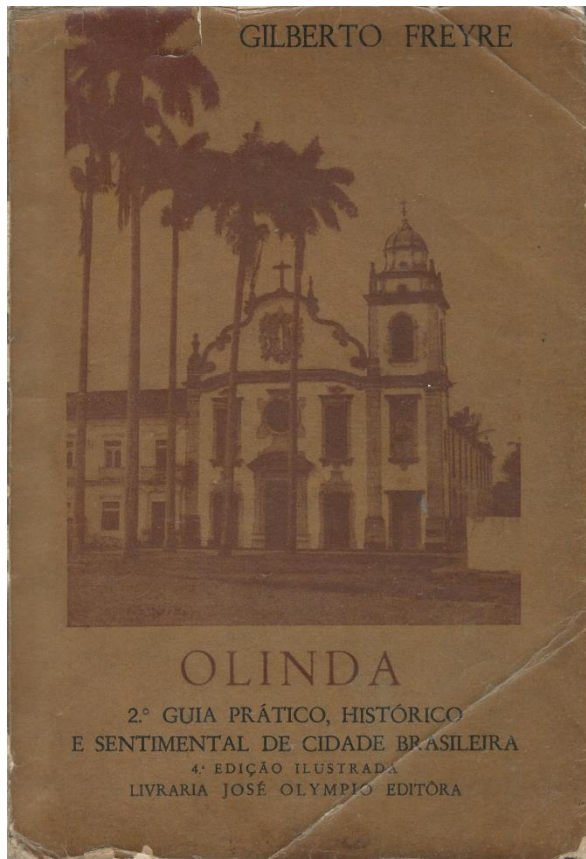
3.2 Dos “banhos salgados” ao turismo cultural

Sem a intenção de precisar quando o turismo passou a ser associado à conservação, até porque os bens culturais sempre foram objetos privilegiados por essa atividade, pretendemos discorrer sobre sua institucionalização na década de 1960 e analisar a articulação entre a Embratur e a DPHAN, ainda incipiente e pontual. Embora as primeiras estratégias de planejamento para o setor datem de 1966, o tema era discutido desde a década de 1920.

Guias e relatos de viagem foram elaborados por intelectuais brasileiros nas décadas de 1930 e de 1940, como, por exemplo, o Guia Prático, Histórico e Sentimental do Recife (1934) e de Olinda (1939) de Gilberto Freyre; o Guia de Ouro Preto (1938), de Manuel Bandeira; o Bahia de Todos-os-Santos: guia das ruas e dos mistérios da Cidade de Salvador (1945), de Jorge Amado (PEREIRA, 2012).

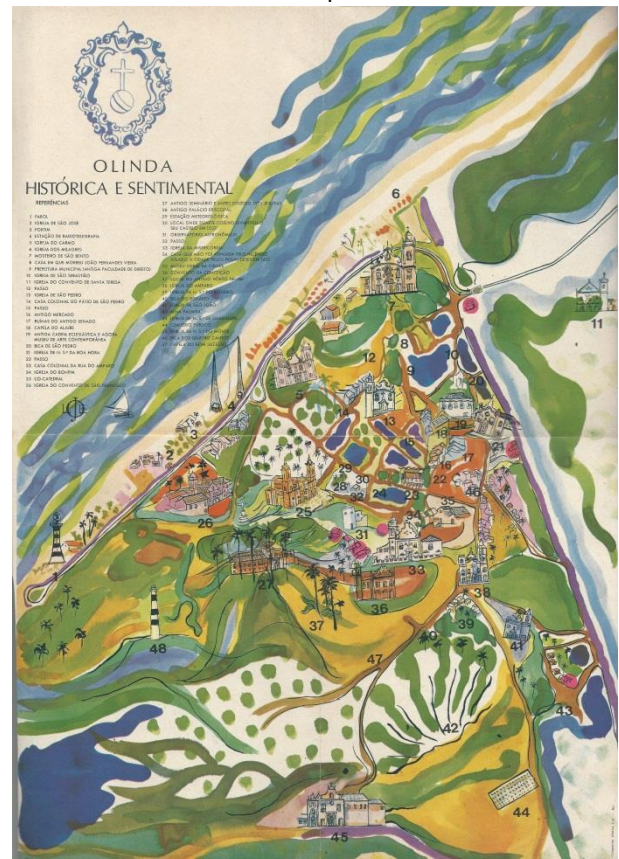
Gilberto Freyre inaugurou, com o Guia do Recife escrito em 1933 e publicado no ano seguinte, um tipo de guia que, posteriormente, tornou-se largamente utilizado nos Estados Unidos e na Europa, com um “toque impressionista que transcende dos limites convencionais e rotineiros propriamente ditos na apresentação de uma cidade”, ou seja, ao mesmo tempo “prático” e “histórico e sentimental”. Olinda - 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira está organizado em diversos temas, onde Freyre guia o visitante desde as teses sobre a criação do nome Olinda, a geografia da cidade, museus, engenhos, igrejas, casas, irmandades, confrarias, associações católicas, quitutes, as procissões. A reedição de 1968 apresenta novamente as ilustrações do artista plástico Manoel Bandeira, uma “iconografia exata, artística e sobretudo rica de sensibilidade e realismo”. Aos desenhos de Manoel Bandeira se junta, agora, o mapa turístico “de cores vibrantes que, sob a orientação do autor”, pintou a artista Rosa Maria Barros Carvalho e as fotos de Pepito, “que são uma obra de arte” (FREYRE, 1968).

Figura 19 – Capa do livro Olinda - 2º Guia Prático, Histórico e Sentimental de Cidade Brasileira.



Fonte: FREYRE, 1968.

Figura 20 – Mapa turístico “Olinda histórica e sentimental” de Rosa Maria que ilustra o Guia.



Fonte: FREYRE, 1968.

Com a instalação do curso de direito no Mosteiro de São Bento em 1827, Olinda experimentou um grande fluxo de novos moradores e visitantes, o que trouxe certa agitação social e cultural, “a alegria das ‘repúblicas’ de estudantes espalhados pelos sobrados das ladeiras”, tornando-se a vila um burgo universitário efervescente (FREYRE, 1968, p. 39). Contudo, apesar de promover certa efervescência cultural, o curso jurídico e seus estudantes, “com sua alegria, seus discursos e jornais políticos”, não chegaram a transformar fundamentalmente a situação econômica, social e política de Olinda (ARAÚJO, 2007). Com a transferência da Escola de Direito em 1854 para o Recife, Olinda volta a ser uma “cidade pacata de padres; de procissões”, “cidade de cônegos e seminaristas [...] até que as praias vieram animá-la de novas alegrias e despertá-la do seu sono de bela adormecida nos montes” (FREYRE, 1968, p. 39).

Descendo as ladeiras de Olinda, um novo *movimento turístico* foi experimentado pela cidade desde o fim do século XIX e início do XX, os “banhos salgados”, inicialmente com fins medicinais, em seguida, apenas por lazer, despertando o interesse das camadas mais abastadas do Recife na orla olindense. “A velha cidade, há tanto tempo triste, se alegrou de novo com a moda dos banhos salgados”, sendo as praias de Olinda o destino preferido “pêlas moças e rapazes elegantes do Recife”, cujo fluxo era mais intenso “de outubro até ao carnaval”, nas praias do Carmo, a primeira a ser procurada, dos Milagres, de São Francisco, do Farol. Foi então que se registrou uma procura nessa área, resultando na construção de casas de veraneio, principalmente identificadas com o estilo eclético de ornamentação das fachadas, em que o acesso se dava pelo trem urbano e pelo antigo bonde. Assim, os atrativos aos visitantes ampliavam-se, além das festas religiosas, “principalmente a do Bonfim”, somavam-se os banhos de mar e passeios nas praias (FREYRE, 1968, p. 22, 26).

Figura 21 – Praia do Carmo [194-].

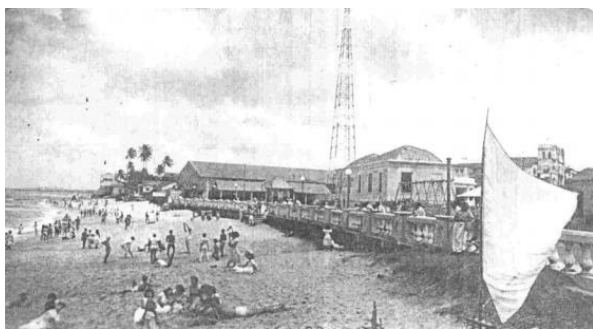


Figura 22 – Praia do Carmo e chalés de veraneio [19--].



Fonte: Arquivo Público Antonino Guimarães, Olinda.

Fonte: Arquivo Público Antonino Guimarães, Olinda.

Desde a década de 1930, logo após sua criação, o IPHAN desenvolveu ações de incentivo ao desenvolvimento turístico de conjuntos urbanos preservados, especialmente na cidade de Ouro Preto, onde encomendou ao poeta Manuel Bandeira o Guia de Ouro Preto¹⁷⁴ e aprovou e incentivou a construção do Grande Hotel¹⁷⁵, projetado por Oscar Niemeyer, naquele mesmo ano, além do apoio a abertura de museus (AGUIAR, 2016).

Nesse período, a atividade turística ainda possuía pouca expressão no Brasil e carecia de organização, não se constituindo em principal atividade econômica de cidades preservadas. No entanto, desde 1923, observamos a formação de associações empresariais voltadas para o desenvolvimento desse setor, caso da Sociedade Brasileira de Turismo, que três anos depois se associou a agências internacionais passando a chamar-se *Touring* Clube do Brasil. Como pontuou Pereira (2012, p. 50), sua atuação diferenciou-se de outros grupos¹⁷⁶ “por seu caráter propositivo”, tendo elaborado o “Plano Turismo-dólar, sintetizado na publicação Turismo-Dólar para o Brasil (sem data, editada entre 1952 e 1958).”¹⁷⁷ Apesar do estímulo ao pequeno turismo rodoviário dado pelo *Touring* Clube, as cidades tombadas pelo SPHAN, em geral, ainda possuíam dificuldades de acesso e, apesar de já contarem com a proteção da agência federal, ainda não faziam parte de circuitos turísticos (AGUIAR; CHUVA, 2014).

Até esse momento, a promoção do turismo por meio da atuação de grupos e associações empresariais não contava com orientação governamental. A constituição da atividade do turismo no Brasil, com o devido respaldo do Estado, se deu no final da década de 1930, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), através do Decreto-Lei nº

¹⁷⁴ Elaborado a partir de informações fornecidas, principalmente, por Rodrigo Melo Franco de Andrade (AGUIAR, 2016).

¹⁷⁵ O SPHAN envolveu-se não só com a construção do Grande Hotel em Ouro Preto, o qual, segundo acreditavam, contribuiria com a ampliação do turismo na região, mas também, posteriormente, com sua manutenção e conservação, sendo objeto de pedido de Sylvio de Vasconcellos (Chefe do 3º Distrito do SPHAN) ao governador de Minas Gerais, onde pede que o revitalizasse para que este estivesse, uma vez mais, “à altura do que deve ser um estabelecimento de tal natureza de propriedade do Estado de Minas Gerais no centro mais importante de atração turística existente no Brasil” (TELEGRAMA, 1948 Apud AGUIAR; CHUVA, 2014, p. 87). O caso do Grande Hotel de Ouro Preto revela que o olhar do turista já era uma preocupação crescente entre os gestores do patrimônio. Cf. AGUIAR; CHUVA, 2014.

¹⁷⁶ Por exemplo, a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), criada em 1936, e a fundação da Associação Brasileira de Agentes de Viagens (ABAV), em 1953 (PEREIRA, 2012, p. 50).

¹⁷⁷ A publicação destinava-se ao turista americano e canadense, por isso a relação com esta moeda, e apresentava a incipiente importância dada ao turismo no Brasil. Interessante notar que nela já foi sugerida a criação de um Conselho Nacional de Turismo, que somente ocorreu em 1966 (PEREIRA, 2012, p. 50-51).

1.915, de 27 de dezembro de 1939, em cuja estrutura aparece uma Divisão de Turismo. Entre suas funções, o Art. 2º, item b, inclui “superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo” (BRASIL, 1939a) por intermédio da então criada Divisão de Turismo, que deveria, segundo o regulamento:

[...] fomentar o estudo nos Estados do Brasil de todas as questões relativas à entrada, hospedagem, encaminhamento, localização, adaptação e assimilação do estrangeiro organizando estatísticas, publicações e todas as fontes de informações que se fizerem necessárias ao desenvolvimento dessas atribuições (BRASIL, 1939b).

O DIP foi concebido como instrumento capaz de centralizar e direcionar a ideologia do “Estado Novo” e a Divisão de Turismo estando junto ao DIP serviria para divulgar o Brasil e levar a imagem de Getúlio para o exterior. Portanto, o turismo surge assentado em interesses políticos e ideológicos do Estado getulista (SANTOS FILHO, 2008). A importância atribuída à atividade do turismo pelo DIP pode ser percebida nesse trecho da Revista Cultura Política¹⁷⁸, revista oficial do regime, diretamente vinculada ao DIP:

“Modernamente, o turismo é um dos grandes recursos de que os povos lançam mão para melhor desenvolvimento do intercâmbio econômico, cultural e até político sendo de fato modelares as organizações especializadas de certos países, com um proveito próprio, seguro e evidente. Os técnicos utilizam-se de todos os motivos de beleza e de sedução, dos aspectos naturais e da criação do gênio Humano para atrair o forasteiro, tornando a permanência nos sítios amenos e aprazíveis o mais agradável possível com a cumulação de todos os requisitos de conforto.”¹⁷⁹

Esse empenho inicial do governo federal para com o turismo foi ainda marcado pelo caráter regulatório, com o objetivo de normatizar as primeiras ações turísticas e especialmente vistoriar as agências de viagem, com destaque para o Decreto-Lei nº 406, de 1938, que foi o primeiro instrumento legal a tratar do turismo, ao dispor sobre a entrada de estrangeiros no território nacional (BRASIL, 1938). Segundo Pereira (2012, p. 52), “seu teor seletivo e excludente para o controle da chegada de passageiros revelava um interesse maior no controle da imigração do que na promoção do turismo”. Em 1945 foi extinto o DIP e fundado o Departamento Nacional de Informações, por meio do Decreto-Lei nº 7.582, de 25 de maio

¹⁷⁸ Dirigida por Almir de Andrade, A Revista Cultura Política circulou de março de 1941 até outubro de 1945. Era uma “revista de estudos brasileiros”, destinada a definir e esclarecer as transformações socioeconômicas por que passava o país. Além de relatar minuciosamente as realizações governamentais, a revista funcionava como uma espécie de central de informações bibliográficas, noticiando e resenhando todas as publicações sobre Vargas e o Estado Novo (FGV/CPDOC. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/CulturaPolitica>>. Acesso em: 15 de jun. 2019).

¹⁷⁹ Revista Cultura Política, ano VI n. 47, dezembro 1944, p. 173 Apud SANTOS FILHO, 2008, p. 11.

de 1945. No entanto, o órgão responsável pelo turismo continuou sendo a Divisão de Turismo, com atribuições semelhantes às do órgão anterior (CARVALHO, 2016).

Entretanto, apenas em 1958, foi criada a Comissão Brasileira de Turismo (Combratur), pelo Decreto nº 44.863, subordinada à Presidência da República. A Comissão constituiu-se em um órgão de consulta responsável por coordenar as atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo interno e estrangeiro, além de conduzir o estudo e a supervisão das medidas relacionadas com a movimentação de turistas e a simplificação e padronização das exigências e dos métodos de informação, registro e inspeção relativos aos viajantes e a seus bens, recursos pessoais, meio de transporte e hospedagem. A Combratur era formada por um presidente e 25 membros representantes do setor público e privado, entre eles, destacamos “um representante do Ministério da Educação e Cultura, devendo recair a indicação em funcionário da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” (BRASIL, 1958). Embora tivesse “por finalidade coordenar, planejar e supervisionar a execução da política nacional de turismo, com o objetivo de facilitar o crescente aproveitamento das possibilidades do País, no que respeita ao turismo interno e internacional”, por inúmeras dificuldades, principalmente financeiras, a atuação da Combratur foi limitada, sendo extinta em 1961 (BRASIL, 1960).

Somente em 1966 ocorre a implantação do Sistema Nacional de Turismo, através do Decreto-lei nº 55, que define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), vinculados ao Ministério da Indústria e do Comércio, com o objetivo de desenvolver políticas de incentivo ao setor, através de financiamentos e incentivos fiscais (MARANHÃO, 2017, p. 243). A Política Nacional de Turismo foi pensada como o “conjunto de diretrizes e normas, integradas em um planejamento de todos os aspectos ligados ao desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional” (BRASIL, 1967, grifo nosso). Como constatou Pereira, “havia o interesse em integrar e coordenar ações nos níveis de governo federal, estadual e municipal, na elaboração de dados e estudos sobre o turismo, na formação de pessoal qualificado e no estímulo ou incentivo à melhoria da infraestrutura da atividade, por meio de financiamento” (PEREIRA, 2012, p. 54). E estava alicerçada sobre premissas essencialmente econômicas, seguindo a tendência mundial de que a indústria do

turismo geraria consideráveis recursos econômicos, além de estar alinhada aos objetivos do PAEG – atenuar os desníveis regionais e expandir a oferta de emprego (MENDES, 1978).

De acordo com seu regulamento, a Política Nacional de Turismo seria formulada pelo CNTur e executada pela Embratur, além do Ministério das Relações Exteriores, órgãos regionais de turismo, o setor de turismo do Escritório de Pesquisas Econômicas e Aplicadas do Ministério Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica e outros órgãos que, porventura, se envolvessem com a questão (BRASIL, 1967). O CNTur tinha a atribuição de “formular, coordenar e dirigir a política nacional de turismo” e era presidido pelo Ministro da Indústria e do Comércio, além de representantes de outros ministérios, com destaque para um delegado da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e representantes da iniciativa privada nos ramos hoteleiro, da aviação civil e das agências turísticas. Como bem destacou Aguiar (2016, p. 139), embora as normativas definissem uma clara separação entre as funções do poder público e da iniciativa privada, “tal divisão, na prática, não ocorria, uma vez que a Embratur e o CNTur eram espaços privilegiados de atuação para o empresariado do setor turístico no interior do Estado brasileiro.”

A administração da Embratur seria exercida por um Presidente e dois Diretores, nomeados pelo Presidente da República, e por um Conselho Fiscal, composto de três membros. Entre as atribuições da diretoria, destacamos “promover junto à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o tombamento dos bens móveis e imóveis, e dos bens a estes equiparados, tais como monumentos naturais, sítios e paisagens, cuja proteção e conservação seja considerada de interesse turístico” (BRASIL, 1967). Essa incumbência revela uma percepção da importância do patrimônio cultural como um de seus principais atrativos e uma já existente intenção em firmar cooperações.

Quanto ao capital inicial da Embratur, além dos cinquenta bilhões de cruzeiros, a ser constituído integralmente pela União, em parcelas anuais entre 1967 e 1971, poderiam ser acrescidas ao orçamento da Embratur doações como “taxas parafiscais, selos turísticos, dotações privadas, etc.” Conforme constatou Parent, “é uma soma importante, se comparada aos recursos irrisórios do ‘Patrimônio’”, que eram, em 1966, “de 1.935.000.000 de cruzeiros velhos, ou seja, cerca de um milhão de dólares por ano”, para “financiar não somente os trabalhos de restauração, mas igualmente o pagamento das despesas de

peçoal, de funcionamento, de estudos, de publicações, de deslocamentos, etc.” (PARENT, 1968 In LEAL, 2008, p. 62 e 65).

Além dos incentivos fiscais já previstos no Decreto-Lei nº 55, convém pontuar, o surgimento de fundos de incentivo econômico ao turismo. Em 1971, em conformidade com o Decreto-lei nº 1.191 de 27 de outubro, foi estabelecido o Fundo Geral de Turismo (Fungetur). Similarmente no ano de 1974, amparados pelo Decreto-lei nº. 1.376, foram instituídos novos fundos de incentivo econômico, o Fundo de Investimentos Setoriais (FISET) com verbas provenientes de dotações orçamentárias da União e do orçamento da Embratur, de seus rendimentos, auxílios, doações e contribuições de entidades privadas, nacionais, internacionais e estrangeiras, o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e o Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM). As benesses desses instrumentos permitiram a captação de recursos para serem aplicados especialmente na construção de hotéis instalados em determinadas regiões do Brasil, mais especificamente, no Norte e no Nordeste, concatenados com os objetivos de integração nacional e de desenvolvimento econômico regional (AGUIAR, 2010; MARANHÃO, 2017).

Assim, a atuação da Embratur revela que o modelo turístico adotado pelo Brasil sinalizava para um caráter centralizado e intervencionista do Estado. Como demonstrou Aguiar (2010), os maiores beneficiados dessa política foram os empresários do setor hoteleiro, que através de subvenções tiveram sua carga tributária aliviada e concessão de empréstimos a juros baixos. Só na década de 1990 mudanças significativas nesse campo ocorrerão, como a reestruturação da Embratur, através da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, que altera seu nome para Instituto, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República, e extingue o CNTur. No mesmo ano é criado o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR)¹⁸⁰ e no ano seguinte, o Plantur – Plano Nacional de Turismo.

Segundo Leila Bianchi Aguiar (2016), o percurso da institucionalização do turismo no Brasil passa pela intenção de melhorar a imagem do país no exterior, abalada pelo golpe militar e

¹⁸⁰ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) une-se com a Embratur, e em novembro de 1991, criam o PRODETUR, a fim de sanar os enclaves de infraestrutura, que ainda impediam o Brasil de assumir um lugar de destaque no setor turístico internacional, e o nordeste brasileiro foi à primeira região contemplada. Em sua primeira versão, contou com a parceria entre o Governo Federal e os estados, somada com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no papel de financiador, e do Banco do Nordeste (BNB) como órgão executor financeiro (MARANHÃO, 2017).

pelas violências cometidas a partir de então, pelo discurso do turismo como uma atividade que gera emprego e renda e até pelas reivindicações e anseios por parte das associações empresariais. Mas a associação do turismo à indústria, que ficou conhecida como a “indústria sem chaminé”, em função das vantagens econômicas que essa atividade proporcionaria, é sem dúvida o componente de maior destaque para a institucionalização do setor.

A Embratur também foi responsável por incentivar a criação de conselhos e órgãos de turismo na esfera estadual, como a EMPETUR (1967) em Pernambuco, tendo, como um dos seus objetivos, o de coletar e organizar um registro sistemático da entrada de turistas no país e nos estados. A Empresa de Turismo de Pernambuco (EMPETUR) foi criada sob as mesmas diretrizes da empresa federal, ligada à Secretária de Indústria e Comércio e com a finalidade de executar uma política estadual de turismo, regida pela Política Nacional de Turismo. É importante destacar que dentro do seu vasto programa de ações, a EMPETUR dedicava atenção especial às artes populares e às manifestações folclóricas como atrativos turísticos (VICENTE, 2009).

Enquanto a EMPETUR foi inaugurada em 1967, a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE) foi criada somente em 1973, com a finalidade de incentivar a cultura e a preservação dos monumentos históricos e artísticos do estado. Isso denota a prioridade dada ao turismo enquanto atividade econômica rentável, por um lado, e, por outro, uma maior capacidade de descentralização das políticas, embora esta fosse orientada por uma política nacional posta pelo CNTur e Embratur. Portanto, nesses primeiros momentos apenas a EMPETUR atuava com as questões culturais no âmbito estadual, enquanto no campo patrimonial, as decisões ainda ficariam restritas, até 1973, ao órgão federal, a DPHAN, e um Distrito Regional, sediado em Recife, sob a chefia do engenheiro Ayrton Carvalho¹⁸¹.

Em 1968, alinhada com as ações da EMPETUR e Embratur, foi criada a Empresa Metropolitana de Turismo (EMETUR), pela Lei nº 9.927. Embora vinculada a Secretaria de Educação e Cultura da prefeitura do Recife, sua atuação se daria em toda área

¹⁸¹ Cf. PEREIRA, J. M. *Admiráveis insensatos: Ayrton Carvalho, Luís Saia e as práticas no campo da conservação no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Recife, MDU/UFPE, 2012.

metropolitana, ou Grande Recife, o que incluía os municípios de Olinda, Paulista, São Lourenço da Mata, Jaboatão do Guararapes e Cabo de Santo Agostinho. Similar às empresas federal e estadual, foi criado também um Conselho Municipal de Turismo, sem a representação da DPHAN regional. Estava prevista apenas a colaboração entre a EMETUR e a DPHAN nos casos de “tombamento dos bens móveis e imóveis e dos bens a estes equiparados, tais como monumentos naturais, sítios, paisagens cuja proteção e conservação sejam consideradas de interesse turístico” e de “intercâmbio destinado à recuperação, conservação e exploração do Patrimônio histórico existente no Município do Recife” (RECIFE, 1968). Estava previsto também o “zoneamento turístico” que seria definido “a fim de possibilitar a atuação coordenada da Administração Pública, bem como a concessão de estímulos fiscais e financeiros às atividades e empresas turísticas privadas situadas nas áreas delimitadas.”

Segundo Köhler (2011), é desse período a inauguração do primeiro centro turístico do estado, o Centro Permanente de Turismo do Recife, localizado no Pátio de São Pedro, no bairro de São José, tomando partido dos valores do conjunto arquitetônico formado pela Igreja de São Pedro dos Clérigos e seu casario¹⁸². Com o objetivo de “requalificação social de uso”, a Prefeitura do Recife desapropriou dezoito casas no pátio, sendo seus comerciantes locais despejados, ficando a cargo da EMETUR a escolha das atividades comerciais que seriam realizadas no local, seus administradores¹⁸³ e pelas demais atividades organizadas no Pátio de São Pedro. Tal ação, sem dúvida, gerou uma série de debates que repercutiram nos jornais da época. A maioria dessas casas foi utilizada com o apelo turístico, cujos locatários recebiam da Prefeitura do Recife “a colaboração indispensável à instalação dos seus negócios.”¹⁸⁴ Na sua inauguração, em 9 de outubro de 1970, o Centro de Turismo, era constituído por bares, restaurantes de comidas regionais, ateliê fotográfico (Lambe-lambe), biblioteca, livraria, galerias de exposições de arte, de venda de artesanato e local para

¹⁸² A Igreja de São Pedro dos Clérigos é tombada pelo SPHAN em 1938. Contudo, o conjunto formado pelo casario civil do Pátio da Igreja só será protegido pelo mesmo instrumento do tombamento em nível federal em 1967 (KÖHLER, 2011).

¹⁸³ Por exemplo, os empreendedores do Bumba-Meu-Bar, da Livraria Cordel (na casa nº 4) e da Bodega 21 eram o poeta Francisco Bandeira de Melo, o jornalista Carlos José Garcia, o cineasta Eduardo Guennes Tavares de Lima, Maria Cristina de Lima e Maria Helena Cabral da Costa (PERISCÓPIO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 jul. 1970).

¹⁸⁴ PÁTIO prepara-se para fazer turismo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 30 mai. 1970.

apresentação de shows e peças teatrais, além do funcionamento permanente do escritório dedicado a fornecer informações turísticas¹⁸⁵ (VICENTE, 2009).

Assim, o Centro Permanente de Turismo do Recife, “patrimônio do Novo Recife”¹⁸⁶, configurou-se como uma experiência de “utilização do patrimônio” para “aproveitamento turístico”, empreendida pelo órgão de turismo municipal, a EMETUR, através da transformação de seus usos anteriores, a chamada “requalificação social”. O Centro aliou o patrimônio histórico, “o Pátio com seus sobrados antigos, sua igreja barroca e majestosa” a atividades de interesse turístico, “seus bares e restaurantes tipicamente nordestinos, suas lojas de artesanato, livraria de cordel e literatura regional e uma variedade de negócios que diretamente interessam ao turista e aos recifenses”, servindo como ponto de contato entre políticas públicas de turismo e cultura, incluindo aqui tanto as manifestações e saberes populares como o patrimônio arquitetônico.

Até aqui foi possível verificar que a criação e o fortalecimento das instituições ligadas ao planejamento urbano e ao turismo fazem parte do mesmo processo modernizador e político que caracterizou, sobretudo, a segunda metade da década de 1960, mas que apesar de pontuais aproximações, não empreendiam práticas integradas, o que só ocorrerá efetivamente em 1973, com o PCH.

Em relação à articulação entre a Embratur e a DPHAN, vale destacar que os documentos¹⁸⁷ apontaram para o envolvimento desta no Projeto Pelourinho, em 1968, com a atuação de Wladimir Alves de Souza, seu diretor. Wladimir Alves de Souza esteve envolvido com a apresentação do referido Projeto na OEA, a fim de viabilizar sua cooperação financeira, através de contatos com Guillermo de Zéndegui. Em visita ao Brasil para acompanhar as obras no Pelourinho, naquele mesmo ano, Zéndegui foi recebido por Wladimir no Rio de Janeiro¹⁸⁸. Portanto, embora de forma ainda pontual, são iniciadas aproximações entre essas instituições visando o turismo cultural.

¹⁸⁵ Em notícia de janeiro de 1970, o Centro já contava com quatro imóveis em funcionamento: o antiquário (casa 88), a galeria da EMETUR (casa 21), a lojinha de artesanato da Artene (casa 45) e a galeria Águas Verdes (casa 56). (DETRAN acaba com taxas de emplacamento. **Diário de Pernambuco**, Recife, 22 jan. 1970).

¹⁸⁶ GERALDO inaugurará o Pátio 6ª feira. **Diário de Pernambuco**, Recife, 07 out. 1970.

¹⁸⁷ SOUZA, Wladimir Alves de. Ofício EBT-1514 a Renato Soeiro. 2 de dez. 1968. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/OEA: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

¹⁸⁸ OEA vai restaurar zona do “Pelourinho”. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 27 nov. 1968.

A partir da década de 1960, a expansão mundial do turismo gerou grandes reflexos para o campo da preservação, que no Brasil, foram primeiramente consubstanciados no Relatório do consultor da Unesco Michel Parent, publicado em 1968. A seguir, discutiremos como esse documento representou uma convergência de diversas ideias debatidas durante toda essa década, com destaque para sua proposição de articulação entre a DPHAN e as instituições de planejamento e turismo analisadas.

3.3 As instituições de conservação: missões da UNESCO, práticas e articulações

A salvaguarda dos bens culturais brasileiros, depois de várias iniciativas legais ao longo das décadas de 1920 e 1930, é responsabilidade do IPHAN, criado como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937¹⁸⁹, com a atribuição de promover o tombamento, a conservação e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

A UNESCO é criada em 1945, vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), com o propósito de promover a colaboração entre as nações por meio da educação, da ciência e da cultura, e dar atenção a temas ligados à cultura simultaneamente com sua ligação ao desenvolvimento econômico. Tal mudança ocorreu com a criação do Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas aos países subdesenvolvidos em 1950. Desde então, é o órgão responsável pela tutela internacional dos bens culturais imóveis.

No Brasil, a política de preservação, nas primeiras décadas, priorizava os monumentos arquitetônicos, em detrimento aos conjuntos urbanos. Por exemplo, Olinda possuía, de 1938 a 1972 (ano de elaboração do PDLI), 13 monumentos isolados tombados. Os poucos conjuntos tombados nesse período foram escolhidos, além das razões estéticas, pelo seu estado de estagnação econômica, onde seu tombamento não traria grandes entraves, como aconteceu com o conjunto urbano de Olinda, tombado em 1968.

Entretanto, a ampliação do conceito de patrimônio se consolidará apenas na Carta de Veneza (1964), significativo documento que registrou o pensamento cultural no campo da salvaguarda patrimonial nos anos 1960. Entre suas contribuições, destaca-se a definição de monumento histórico para além dos monumentos arquitetônicos isolados, mas também os sítios urbanos que dão “testemunho de uma civilização particular, de uma evolução

¹⁸⁹ O SPHAN foi criado através da Lei nº 378/1937.

significativa ou de um acontecimento histórico” e estabelece que “o monumento é inseparável (...) do meio em que se situa” (CARTA DE VENEZA, 1964 In CURY, 2004, p. 92-93). Assim, tão importante quanto os monumentos selecionados como excepcionais, são o tecido - a *moldura* desses monumentos -, o ambiente que está à sua volta. A Carta de Veneza enfatizou também que o patrimônio deveria ter uma função útil, destinada à sociedade, o que nos remete a introdução do turismo no contexto da conservação, embora ainda não atrelado à atividade econômica, que só será aprofundado anos depois nas Normas de Quito (1967). Nesse contexto, os debates em curso nos encontros internacionais promovidos pela UNESCO e OEA desperta nos técnicos da DPHAN a consciência das limitações do conceito de bem cultural, contribuindo para a valorização dos conjuntos urbanos históricos.

Aliado a ampliação da noção de patrimônio para além do monumento, as dificuldades impostas pelo fenômeno da urbanização no Brasil trouxeram desafios para a preservação das cidades históricas. As grandes obras governamentais, o incentivo à industrialização e o aumento e concentração populacional nos centros urbanos causaram grande pressão sobre os núcleos antigos localizados próximos às grandes metrópoles. Assim, na maioria das vezes as cidades antigas eram vistas como entraves para as atividades econômicas, em especial, aquelas ligadas ao mercado imobiliário.

Segundo Pereira (2012), foram as missões da UNESCO, empreendidas na década de 1960, as responsáveis pela difusão do turismo cultural no Brasil. Com o objetivo de difundir, nos países em desenvolvimento, o turismo relacionado ao patrimônio cultural e natural, a UNESCO desenvolve ações de assistência técnica através do envio de consultores e a elaboração de relatórios técnicos. As missões da UNESCO eram uma modalidade de cooperação técnica que se relaciona com o estudo ou a exploração realizada por um especialista, expert ou consultor contratado pela UNESCO, difundindo ideias.

Trata-se de um período de intensa circulação de ideias no campo da conservação, com destaque para a importância da inclusão da conservação no planejamento urbano e a introdução do Turismo Cultural no debate internacional. Ressonâncias desse debate podem ser percebidas nos encontros internacionais, cujos resultados estão consubstanciados nas Cartas Patrimoniais. O debate internacional que antecedeu as missões da UNESCO no Brasil e, portanto, a incorporação das suas recomendações em documentos oficiais no Brasil, remonta ao início da década de 1960, como demonstrado no capítulo anterior.

Pereira (2012) remonta a trajetória do debate sobre o turismo cultural na UNESCO. Uma primeira aproximação entre preservação do patrimônio e o desenvolvimento do turismo foi observada no documento Recomendação da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, mais conhecida como Recomendação de Paris (1962 In CURY, 2004, p. 82), elaborado durante a 12ª Conferência Geral da UNESCO em 1962. Nele, os órgãos responsáveis pelo fomento ao turismo nos Estados Membros foram incluídos entre outros organismos “envolvidos com a proteção das paisagens e sítios” e “encarregados da proteção da natureza”.

A partir de 1963, o turismo cultural entrou no bojo das discussões da UNESCO, quando da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Viagens Internacionais e Turismo, realizado em Roma. O tema foi ganhando destaque na UNESCO ao longo de suas Conferências Gerais nos anos seguintes por favorecer os objetivos fundamentais da Organização. Assim, foram iniciados estudos para promoção do turismo e, em 1966, esse foi abordado como ‘turismo cultural’ nos textos oficiais da UNESCO, tais como nas atas da Conferência daquele ano e em relatórios de atividades (PEREIRA, 2012, p. 32, 36).

Estudos, como os de Leal (2008; 2016), apontam que a DPHAN era bastante crítica com relação ao entendimento de que o turismo poderia ser uma solução para os centros históricos e que, portanto houve certa resistência por parte de seus representantes às propostas que visavam ao turismo cultural. Parece-nos que essa reação negativa foi posterior às missões da UNESCO, até porque o entendimento sobre como se daria o turismo cultural só ficou mais claro após as missões, as discussões técnicas e as tentativas de adotá-las. Ou seja, no contexto das primeiras missões da UNESCO, Pereira (2012) afirma que como não havia a intenção de separar os interesses da conservação daqueles do turismo, também não ficava claro o entendimento ou a discussão em torno de um conflito entre as atividades turísticas e a conservação do patrimônio, nem de uma pretensa necessidade de intermediação entre eles. Embora Soeiro estivesse participando, em alguma medida, de todas essas discussões internacionais, esse tema era ainda muito recente e não tinha sido disseminado na DPHAN. Assim, o que havia era mais uma falta de informação entre o corpo técnico do que uma oposição ou resistência ao turismo cultural. Por isso, supõe-se que as motivações iniciais estavam mais ligadas à oportunidade de obter recursos e estudos técnicos para a conservação do patrimônio cultural brasileiro. Nesse sentido, as missões da

UNESCO foram significativas na medida em que se configuraram um instrumento de transição entre as ideias e as práticas nas instituições.

O depoimento de Augusto da Silva Telles corrobora esse ponto de vista quando relaciona a reação negativa do IPHAN ao turismo com o período do PCH, quando uma nova instituição foi incorporada a conservação do patrimônio, a Embratur, o que aconteceu com “muita discussão” (THOMPSON, 2010, p. 113). Portanto, foi quando as ideias tornaram-se práticas que os conflitos começaram a surgir.

O pedido da vinda de uma missão da UNESCO ao Brasil havia sido feito no final da administração de Rodrigo M. F. de Andrade (1937-1967) e promovido pelo embaixador brasileiro junto àquele órgão, Carlos Chagas. Os programas de assistência técnica internacionais tiveram início a partir de 1964, quando se estabeleceu a Representação da UNESCO no Brasil, no âmbito da descentralização da Organização, como parte do acordo de cooperação técnica firmado com o governo do Brasil. Essa cooperação também se concretizou com a vinda de Paul Coremans, diretor do Real Instituto de Estudo e Conservação do Patrimônio Artístico, em Bruxelas, Bélgica, nesse mesmo ano. Seu relatório, publicado em maio de 1964, centrou-se, principalmente, nas questões voltadas à conservação, além de já tecer argumentos em prol do fomento ao turismo, ainda que de forma não tão sistematizada quanto apareceria nos relatórios dos que o sucederam (LEAL, 2016).

Nesse contexto, destaca-se a missão do consultor Michel Parent ao Brasil denominada “Turismo Cultural”, cujas ideias estão consubstanciadas em seu relatório Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico (1968)¹⁹⁰, que foi elaborado após dois períodos de estadia no Brasil, de novembro de 1966 a janeiro de 1967, e de abril a junho de 1967. O roteiro percorrido foi bastante extenso, incluindo cidades de todas as cinco regiões do país, privilegiando o patrimônio cultural já reconhecido e protegido pela DPHAN, de modo a permitir

¹⁹⁰ Publicado pela UNESCO em 1968, em francês sob o título *Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique*. O IPHAN publicou, em 2008, na série Pesquisa e Documentação, organizado por Claudia Feierabend Baeta Leal, o relatório traduzido em português e a reprodução fac-similar do texto original, além de um estudo sobre o relatório “destacando importantes discussões presentes no próprio texto de Michel Parent, que apontam para debates então relevantes e influentes no contexto internacional de preservação e para o contexto histórico, institucional e político em que suas missões inserem-se.” (LEAL, 2008, p. 9).

compatibilizar as ações já realizadas por essa Diretoria com suas recomendações em relação ao programa de “Turismo Cultural” defendido pela UNESCO. Em cada região que visitava, era acompanhado por técnicos da DPHAN e, por várias vezes, pelo próprio Renato Soeiro. Na Bahia, foi acompanhado por Godofredo Filho e Paulo Ormino de Azevedo, e em Recife, por Ayrton Carvalho e seus colaboradores, aos quais agradeceu nominalmente ao final de seu Relatório.

Figura 23 – Capa do Relatório de Michel Parent (1968).



Fonte: Parent, 1968 In LEAL, 2008.

Em seu Relatório, Parent chama a atenção do governo brasileiro para as potencialidades turísticas do seu patrimônio cultural, bem como revela aos organismos internacionais a excepcionalidade desse patrimônio, que mereceria, portanto, apoio técnico internacional para a sua preservação. Ele afirma também que a preservação só poderá ser alcançada mediante sua inclusão no planejamento urbano do município, bem como por seu aproveitamento turístico:

Uma dessas possibilidades de desenvolvimento pode ser o turismo. E o fato de o turismo se apoiar na qualidade e na multiplicidade dos bens culturais e naturais liga estruturalmente plano de preservação e plano de expansão (PARENT, 1968 In LEAL, 2008, p. 42).

Tomando essa articulação como premissa - planejamento e conservação com vistas ao desenvolvimento do turismo cultural - Parent define três linhas de ação: “(1) o estabelecimento de um inventário exaustivo; (2) a adoção de medidas administrativas consequentes de proteção; (3) a dotação dos meios financeiros necessários para a manutenção, restauração e animação desse patrimônio” (PARENT, 1968 In LEAL, 2008, p. 42, grifo do autor). As “medidas administrativas” propostas por Parent são nosso maior interesse em analisar, por indicarem a forma que o turismo cultural se concretizaria. Para ele, o ‘plano’ seria o instrumento mais apropriado para o melhor desenvolvimento do turismo e o consequente desenvolvimento do país, objetivo final das missões da UNESCO.

Ressalta a necessidade de integração aos planos de desenvolvimento, enfatizando a importância da política de preservação do patrimônio cultural ser articulada a outras políticas federais, especialmente de turismo, habitação e urbanismo, bem como serem compartilhados pelos demais entes federativos: estados e municípios. Para tanto, defendia o estabelecimento de uma “política de urbanismo”, “ao mesmo tempo de conservação e de desenvolvimento”, considerada “ausente” naquele momento, que centralizasse as iniciativas de “projetos urbanísticos globais” através de um único órgão federal, “um ministério do urbanismo” (PARENT, 1968 In LEAL, 2008, p. 160-161).

Embora a análise de Parent não estivesse necessariamente voltada para a sugestão de novos tombamentos, ele indica que esse instrumento deve ser estendido aos conjuntos urbanos, embora “o recurso ao tombamento global não deixa de preocupar o Serviço do Patrimônio, que parece hesitar em tomba a área ampla de Olinda. Contudo, eu recomendo enfaticamente que ele o faça”. Para Parent, o instrumento do tombamento de amplos conjuntos serviria não só como mecanismo de controle, mas “para permitir grandes operações de renovação urbana de caráter social e cultural.” Para tanto, ele propõe a cooperação interinstitucional entre o “Patrimônio” e o “Banco Nacional da Habitação, da Embratur (novo órgão nacional de turismo), dos estados, dos serviços de Planejamento federal [Serfhou], e, enfim, aos da cooperação internacional.” (PARENT, 1968 In LEAL, 2008, p. 63-64, grifo do autor).

A articulação com a Embratur estava proposta mais enfaticamente em termos financeiros, tendo em vista os recursos do orçamento destinados à ela que eram muito superiores aos da DPHAN. Uma parte substancial desses recursos deveria ser reservada para viabilizar a

infraestrutura necessária para o desenvolvimento da indústria do turismo prevista em planos “de renovação urbana e de salvaguarda do patrimônio cultural”, bem como na animação cultural, na criação de festivais e na publicidade, considerada “bastante insuficiente” no momento. Apesar do destaque dado à Embratur em seu Relatório, Parent recomenda que este deve estar “imbuído de que é inútil desenvolver estruturas comerciais de turismo, se o capital cultural de base capaz de suscitá-lo desaparecesse”, demonstrando preocupação com os possíveis danos que o turismo poderia causar (PARENT, 1968 In LEAL, 2008, p. 65).

Quanto ao BNH, foi sugerido que este fosse “convidado a dar prioridade à reinstalação, nos bairros antigos dessas cidades, de seus antigos moradores”, considerada uma das infraestruturas necessárias ao desenvolvimento do turismo.

Embora incentivasse a articulação da DPHAN com outras instituições como meio de efetivar os programas de turismo cultural, Parent não considerou a dificuldade que isso seria, dado que essa Diretoria não gozava mais de tanto prestígio no governo federal, enquanto a Embratur e o BNH eram instituições recém-criadas, 1966 e 1964, respectivamente, “prestigiadas pela administração pública federal, mas com uma estrutura e prática ainda incipientes” (PEREIRA, 2012, p. 112). Além das dificuldades provenientes de promover nessas instituições o interesse por temas estranhos à sua prática, como os da expansão urbana das cidades de arte, da promoção da animação cultural e da implementação de infraestrutura turística.

Como constatou Pereira (2012, p. 114), “não estava em pauta no Relatório de Parent o modo como o turismo cultural ocorreria ou como funcionariam os serviços a ele relacionados”, mas apenas diretrizes gerais que articulavam conservação e planejamento, visando o turismo. Foram as missões seguintes dos urbanistas Limburg Stirum, Graeme Shankland e Viana de Lima para Parati, Salvador e Ouro Preto¹⁹¹, as cidades prioridade, que se efetivaram o planejamento para o turismo cultural, em sintonia com as ideias da UNESCO e as diretrizes traçadas por Parent.

Na parte dedicada à Olinda, Parent percebe a cidade como “um jardim pontilhado de obras de arte”, onde “a arquitetura emerge do esplendor da natureza tropical.” Do ponto de vista

¹⁹¹ Cf. PEREIRA, 2012.

arquitetônico, Parent destaca suas igrejas barrocas e o conjunto de “casas antigas de cores vivas”, “cuja simplicidade é, além disso, sua principal qualidade.” Assim, mais que a arquitetura, Parent ressalta o valor do conjunto e traçado urbano, indicando que “esse aspecto relaxado do tecido urbano deve ser preservado a qualquer custo.” Para tanto, recomenda o estabelecimento de um “plano urbanístico”, que aliado ao tombamento do conjunto urbano, poderia proteger Olinda da expansão do Recife, a qual Parent refere-se como a ‘cidade doente’ do Brasil.

A recomendação era manter a “cidade intacta”, transformar em zona *non aedificandi* todos os terrenos disponíveis e conservar a “vocação de Olinda” como cidade de artistas. Quanto ao incentivo ao turismo, Parent recomenda o “desenvolvimento do artesanato de arte”, a promoção de um festival para manifestações teatrais ao ar livre e a instalação de infraestrutura hoteleira, seja através da reconversão do uso do Seminário jesuíta e de alguns imóveis antigos no próprio sítio, seja através da construção de novos hotéis a certa distância da cidade de arte ou ao p   da colina,    beira-mar.

Portanto, compreendemos o tombamento do conjunto urbano pela DPHAN em 1968 e a elaboração do PDLI de Olinda em 1972 como frutos das recomendações de Parent, embora o pedido de tombamento do sítio histórico tenha iniciado pelo menos desde setembro de 1966, como pode ser percebido na carta do arquiteto Augusto da Silva Telles a José Luiz da Mota Menezes¹⁹², ou seja, poucos meses antes da missão de Parent ao Brasil. Todavia, como já mencionado, Parent percebeu que a DPHAN parecia hesitar em efetivar o tombamento de uma área tão ampla como o sítio histórico de Olinda, e sua enfática recomendação foi, sem d  vida, fundamental para tanto.

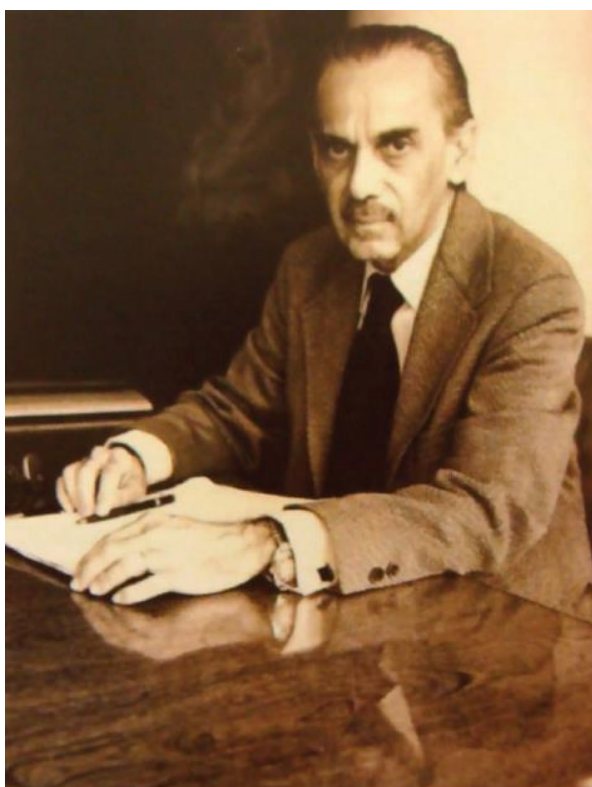
Como já demonstrado no capítulo anterior, Renato Soeiro é tomado nessa pesquisa como um ponto de contato entre os debates internacional e nacional, circulando com certo prestígio nas instituições de salvaguarda. Renato Soeiro assume a direção da DPHAN, por indicação do próprio Rodrigo Mello Franco de Andrade, em 1967, em virtude de sua aposentadoria, permanecendo nela até 1979. Soeiro nasceu em Belém, Pará, e formou-se em arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes, em 1937. No ano seguinte, ingressou no

¹⁹² TELLES, Augusto da Silva. Carta n   370 a José Luiz Mota Menezes. 30 set. 1960. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Processo N   674-T-62/Vol.1 - Acervo Arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Olinda.

SPHAN, como assistente técnico. Em 1940, Soeiro foi contratado como arquiteto do SPHAN. A partir de 1946, ele assumiu o cargo de diretor da Divisão de Conservação e Restauração (DCR) da então DPHAN, até se tornar diretor, em 1967¹⁹³.

A gestão de Renato Soeiro é chamada simplesmente de “segunda fase” por uma historiografia oficial da instituição, com ênfase, portanto, no fato de ter-se então um segundo diretor para o órgão, indicado por Rodrigo M. F. de Andrade, e muitas vezes entendida como uma extensão da gestão deste. Todavia, visões homogeneizantes tendem a reduzir certas mudanças e especificidades de um período longo de 12 anos, cujo contexto foi particularmente dinâmico e modernizador, sob o aspecto institucional. Na contramão da historiografia tradicional desse órgão, alguns autores, tais como Azevedo (2013; 2016 2017) e Sant’Anna (2015) argumentam a importância da gestão de Soeiro, em detrimento do senso comum que a considera uma mera continuidade da anterior.

Figura 24 – Renato Soeiro.



Fonte: AZEVEDO, 2017.

¹⁹³ MEC. IPHAN. **Curriculum Vitae** de Renato de Azevedo Soeiro. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/ Personalidades – Renato Soeiro: AA01/Cx.129/P.0417.

Apesar de assumir o cargo no período mais duro da ditadura militar, Soeiro soube tirar proveito do forte nacionalismo daquele governo, que “tendia a favorecer o patrimônio como fator de unidade nacional”. A partir da consciência de que “o patrimônio não podia continuar à margem da dinâmica socioeconômica do país” e alinhado aos objetivos econômicos do regime militar, Soeiro busca a integração do patrimônio a esse processo de desenvolvimento, com o apoio de outras esferas de poder¹⁹⁴.

Se por um lado, Soeiro tinha uma visão muito clara do que ocorria nas cidades brasileiras com o intenso processo de urbanização, por outro, conhecia muito bem o que se discutia no plano internacional sobre o patrimônio cultural¹⁹⁵. Como afirmou Azevedo (2013, p. 43), “em nenhum outro período o IPHAN desenvolveu igual cooperação e gozou de tanto prestígio internacional”.

Quando da missão de Michel Parent ao Brasil, Soeiro já tinha contato com essas ideias desde o Simpósio de St. Augustine (1965), especialmente por intermédio de Guillermo de Zéndegui que já havia recomendado o “aproveitamento econômico” do patrimônio com “fins turísticos” e sua articulação com os “planos nacionais de desenvolvimento”. Portanto, ao informar a Rodrigo M. F. de Andrade sobre os programas oferecidos pela UNESCO, entre eles o plano de Incremento ao Turismo, Soeiro já tinha certa familiaridade com o tema.

Soeiro esteve envolvido desde os primeiros passos de institucionalização do campo do turismo no Brasil, tendo participado como representante do MEC na Comissão Brasileira de Turismo – Combratur¹⁹⁶, em 1961, e membro do Conselho Nacional de Turismo - CNTur¹⁹⁷, desde 1967, o que certamente facilitou as articulações entre as instituições de turismo e

¹⁹⁴ A integração com outras esferas de poder foi notadamente a motivação para a realização do I Encontro de Governadores, em Brasília (1970), conforme demonstrado no capítulo anterior.

¹⁹⁵ Soeiro participou de diversos encontros nacionais e internacionais, desde 1950, com destaque para a Reunião de especialistas organizada pela UNESCO em Paris – França (1952), o Simpósio Pan-americano para a Preservação de Monumentos Históricos – Flórida – Estados Unidos (1965) e a Reunião de especialistas – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – ICOMOS (UNESCO) em Bruxelas – Bélgica (1966). Como diretor da DPHAN, participou da Reunião de Quito – Equador, em 1967, subscrevendo as Normas de Quito, foi vice-presidente do Comitê Especial de Peritos Intergovernamentais responsáveis de preparar Projetos de Convenção e Recomendação aos Estados Membros da UNESCO sobre a Proteção de Monumentos, Conjuntos e Lugares Históricos em Paris – França (1972), além de diversas outras reuniões promovidas no âmbito da UNESCO e da OEA nos anos seguintes (MEC. IPHAN. **Curriculum Vitae** de Renato de Azevedo Soeiro). Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/ Personalidades – Renato Soeiro: AA01/Cx.129/P.0417.

¹⁹⁶ O Combratur foi criado em 1958 e regulamentado em 1960.

¹⁹⁷ O CNTur foi criado em 1966, juntamente com a Embratur.

patrimônio, que se concretizarão na década seguinte. É importante destacar também seu papel no Conselho Federal de Cultura - CFC, desde 1969¹⁹⁸, e no Departamento de Assuntos Culturais – DAC, origem e embrião do futuro Ministério da Cultura, no qual foi diretor entre 1970 e 1974, cumulativamente com a direção do IPHAN.

Sua visão clara da realidade brasileira frente ao intenso processo de urbanização e explosão demográfica o habilitou a ampliar a política de preservação para os sítios e cidades históricas. Conforme constatou Azevedo (2017), em seus 12 anos de administração do IPHAN, os sítios paisagísticos passaram de 8 para 15, as cidades históricas, de 9 para 14 e os conjuntos urbanísticos, de 24 para 29.

De fato, a consubstanciação das ideias acerca do turismo cultural, ressonantes dos diversos encontros, cartas patrimoniais, missões e relatórios, ao longo da década de 1960 e início dos anos 1970, aliado ao desejo de atenuar os desequilíbrios regionais, especificamente do Nordeste, se deu no Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste com sua Utilização para Fins Turísticos, nome depois reduzido para Programa das Cidades Históricas, ou PCH. Azevedo (2016, p. 243) atribui a um conjunto de circunstâncias favoráveis a realização do PCH:

Por um acaso, estavam em altos postos do governo federal homens das duas regiões menos desenvolvidas do país: Jarbas Passarinho, acreano, Ministro da Educação e Cultura; João Paulo Reis Veloso, piauiense, da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral da Presidência da República e, logo abaixo do Ministro Passarinho, estavam Renato Soeiro, paraense, diretor do Iphan, e Josué Montelo, maranhense, diretor do recém-criado Conselho Federal de Cultura. Esses homens estavam muito sensibilizados com a possibilidade de desenvolvimento das regiões Nordeste e Norte por meio do turismo cultural, como sugeria o relatório da missão da UNESCO de 1968.

O programa foi criado pela Exposição de Motivos nº 076-B, de 21-5-1972, e detalhado por um Grupo de Trabalho Interministerial reunindo representantes do MEC, Seplan-PR, Sudene e Embratur. O representante do MEC era o diretor do Iphan e DAC, Renato Soeiro, articulador da proposta. Sediado na representação da Seplan-PR no Recife e contando com recursos¹⁹⁹ nunca antes destinados ao patrimônio, o PCH desloca o protagonismo da preservação do Rio de Janeiro para o Recife. Quanto a gestão do programa, coube a

¹⁹⁸ Renato Soeiro tomou posse do cargo no CFC em 1969, substituindo Rodrigo M. F. de Andrade quando este faleceu.

¹⁹⁹ Os recursos eram provenientes do fundo Plano de Ações Integradas da Seplan-PR, que financiava 80% dos projetos apresentados por estados e municípios, e estes bancavam os 20% restantes (AZEVEDO, 2017, p. 55).

Seplan/PR a coordenação e administração dos recursos; ao Iphan, analisar os projetos e fiscalizar as obras; a Embratur, análise os projetos que visem à instalação de equipamento turístico; e aos Estados e Municípios, a execução. Corrêa (2012, p. 242) avalia que o principal legado do Programa tenha sido “a indução de novas práticas no Iphan e instituições estaduais [...], especialmente nos aspectos conceituais e de gestão.” É com o PCH que os discursos do IPHAN de articulação entre instituições de ensino e outras esferas de governo, maturados durante toda a década de 1960, e especialmente nos Encontros de Governadores, se convertem em práticas.

Por fim, em 1979, mesmo ano em que a coordenação do PCH é transferida para o IPHAN, Soeiro é demitido sumariamente, poucos dias depois da posse do General João Batista Figueiredo na Presidência da República. Sobre essa mudança, Azevedo (2013, p. 47) afirma que:

Esta intervenção já vinha sendo preparada em surdina há pelo menos um ano e teve como motivação disputas de natureza política-conceitual-regional pelo controle de vultosos recursos postos à disposição do PCH e pelo crescente controle do IPHAN sobre os sítios urbanos e ambientais de valor cultural, que limitava a ação da especulação imobiliária.

A Homenagem do Conselho Consultivo do IPHAN a Renato Soeiro, redigida pelo conselheiro Paulo Ormindo de Azevedo (2005, p. 1-2), sintetiza notavelmente a atuação de Soeiro a frente da instituição, atribuindo a ele a realização de uma verdadeira “revolução no órgão”, tanto pela ampliação em sua estrutura, como pela formação de uma “rede federativa de instituições culturais” coordenada pelo IPHAN, institucionalizada com os Encontros de Governadores e a criação dos cursos de especialização de técnicos em preservação de monumentos. Dentre tantas outras realizações, algumas delas já destacadas nessa dissertação, não resta dúvidas de que sua personalidade “mansa, tranquila, eficiente” e “modéstia mais genuína” não pode ser nunca confundida com “inação e falta de brilho”.

Podemos destacar pelo menos essas duas experiências no âmbito da política de preservação no Brasil – a missão de Michel Parent e o PCH – que demonstraram como essas instituições recepcionaram e converteram em práticas as ideias em torno do turismo cultural, articulando conservação e planejamento. Merece destaque a elaboração do PDLI de Olinda ter ocorrido entre esses dois momentos, e, resguardada as devidas proporções, ter

representado uma experiência de vanguarda, ao estabelecer a base para criação de um sistema municipal de preservação alinhado às ideias em voga nacional e internacionalmente.

* * *

Nesse capítulo, a trama de instituições, agentes e práticas apresentada, com destaque para o Serfhau, a DPHAN, a UNESCO e a Embratur, apontam algumas permanências, tais como o processo modernizador e político que caracterizou a institucionalização do planejamento urbano e do turismo no Brasil. A partir da concepção de planejamento como função de governo e técnica de administração, produtor de ideias que preveem um futuro idealizado, o Serfhau e a Embratur representam marcos importantes em seus campos de atuação.

Longe de ser uma “cortina de fumaça”, os documentos mostraram o Serfhau como uma experiência importante no processo de institucionalização do planejamento urbano no Brasil, na formação de uma cultura de planejamento, na assistência técnica aos municípios e na formação do aparato administrativo de planejamento nas gestões municipais. Merece destacar que a institucionalização do turismo também permitiu a entrada da iniciativa privada no planejamento e tomada de decisões nesse campo.

O turismo cultural passa a ser visto como uma estratégia econômica para a conservação dos monumentos e conjuntos urbanos maiores. Nesse sentido, as missões da UNESCO foram fundamentais para a disseminação do turismo cultural na DPHAN, especialmente a de Michel Parent, analisada nesse capítulo. Parent define diretrizes gerais que nortearão o desenvolvimento do turismo cultural e amplia a noção de cultura que esse turismo poderia explorar. Verificamos que a atuação de Renato Soeiro nos encontros internacionais e nacionais funcionou como ponto de contato entre as ideias e a prática institucional do IPHAN, que apoiado em eventos, cartas patrimoniais e relatórios, referendaram o turismo cultural, embora que ainda de forma pontual na década de 1960. Como demonstrado, a articulação entre planejamento, conservação e turismo cultural avançou muito mais no nível das ideias do que das práticas institucionais. Afinal, as instituições permaneceram isoladas nos seus campos de atuação.

No próximo capítulo, nos deteremos no PDLI de Olinda a partir do pressuposto de que ele representou uma experiência local de articulação entre planejamento, conservação e

turismo cultural. A partir de um contexto marcado por institucionalizações do planejamento urbano e do turismo, como demonstrado nesse capítulo, e pela necessidade de criação de instâncias locais de planejamento e conservação, o PDLI de Olinda configura-se como importante instrumento para a gestão municipal.

4 PLANEJAMENTO, CONSERVAÇÃO E TURISMO CULTURAL NO PDLI DE OLINDA

É nesse contexto que se insere o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), para o município de Olinda, de 1972, cujas recomendações para exploração do turismo cultural no SHO mantêm estreita relação com o contexto nacional e internacional, já apresentados. Esse documento teve sua elaboração coordenada e financiada pelo Serfhau, através da contratação, pela Prefeitura Municipal de Olinda (PMO), da empresa de consultoria Sociedade Civil de Planejamento (Sociplan), sediada em São Paulo, além de outros consultores especialistas no assunto. Os estudos referentes ao SHO foram elaborados pelo arquiteto Paulo Ormino David de Azevedo, professor do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Textos e depoimentos revelam que o então secretário de obras, o engenheiro Sérgio de Godoy Filho, exerceu papel preponderante nesse contexto, atuando como principal representante da prefeitura de Olinda na elaboração do Plano.

Figura 25 – Capa do PDLI de Olinda (1972).



Fonte: Arquivo Público Antonino Guimarães, Olinda.

Os primeiros contatos mantidos entre representantes da prefeitura de Olinda e o Serfhau, visando à elaboração de um plano diretor para o município, datam de novembro de 1967, durante o 2º Encontro de Investidores do Nordeste em Salvador, onde mantiveram contato com o arquiteto Harry Cole, então superintendente do Serfhau. Após receberem orientações de Cole, protocolaram um pedido junto ao órgão, mas, por razões financeiras, o pleito só será encaminhado na gestão seguinte, do interventor Eudes Costa (1969-1971), quando foi realizado o Termo de Referência para o PDLI (NOVAES, 1990). Embora já houvesse sido criado o Fiplan juntamente com o Serfhau, desde 1964, é apenas em 1969 que o Ministério do Interior institui o PAC, cuja vigência concentrou o maior volume de recursos e consequente elaboração de planos de desenvolvimento local integrado financiados pelo Fiplan.

Portanto, o PDLI de Olinda só concretizou-se na gestão de Ubyratan de Castro e Silva (1971-1973). Esse fato foi corroborado pela fala do então prefeito Ubyratan de Castro e Silva em depoimento a Eliane Nascimento (CASTRO E SILVA In NASCIMENTO, 2008, p. 267):

Olinda nunca tinha tido nada de planejamento, nunca tinha tido nada de estudos, isto foi um trabalho que eu já encontrei do Interventor Eudes Costa. Ele tinha começado este trabalho, através de uma equipe que tinha contratado, e estava com este plano em elaboração e começando a trabalhar nele. Quando eu cheguei, fui procurado pelos técnicos. Nesta época já havia a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, que não ajudou em nada, mas o Plano de Desenvolvimento Local Integrado foi criado através da [SO]CIPLAN, empresa que executou o trabalho. Eu peguei este PDLI, juntei tudo e o executei, transformei toda a Prefeitura, sua organização, principalmente a parte administrativa.

Nessa gestão foram implantadas as diretrizes institucionais do PDLI que contribuíram para certa modernização da administração municipal, conforme se pode aferir em mais um trecho do seu depoimento:

Fiz uma reforma administrativa geral. A Secretaria de Administração, a de Finanças, todas com uma nova estrutura. Criou-se uma nova prefeitura moderna. Foi o primeiro trabalho feito no Norte e Nordeste, não sei se da Bahia pra cima foi feito. Aqui foi o primeiro trabalho existente. Implantei, cada uma com suas diretrizes de trabalho. Eu fui mudando, saí e deixei a prefeitura pronta. O prefeito que me seguiu, o Arêdo Sodré da Mota, engavetou o Plano e ele ficou guardado. Depois o prefeito Germano Coelho encomendou um plano, e foi o mesmo plano de Ubyratan de Castro, não mudaram nada, só mudaram a nomenclatura. Germano começa a trabalhar com o plano, eu era um assessor dele na Câmara, e era vereador na época. Eu ia, orientava (CASTRO E SILVA In NASCIMENTO, 2008, p. 267).

Contradizendo o depoimento a respeito da não continuidade da implementação do Plano na gestão seguinte, a realização do I Seminário de Avaliação da Implantação do PDLI de Olinda,

entre os dias 3 a 5 de abril de 1974, na gestão do prefeito Arêdo Sodré, demonstra o contrário. No convite feito pela PMO ao IPHAN para participar do evento²⁰⁰, destaca-se o caráter dinâmico do processo de planejamento, que teve início com o PDLI, o qual “requer avaliações sucessivas”. Informa ainda que a gestão encontra-se numa etapa de sua implantação que demanda tanto discutir o andamento dos trabalhos e os obstáculos surgidos, como receber subsídios daquele órgão “para um melhor aprimoramento do processo de implantação do Plano”. A programação²⁰¹ do evento contemplou os diversos aspectos tratados no Plano, como a implantação da reforma administrativa, o sistema viário, serviços urbanos, saneamento básico, saúde, cadastro, com destaque para o tema “Cidade Histórica”, cujo expositor foi um representante do IPHAN, possivelmente o arquiteto Geraldo Gomes, de acordo com despacho de Ayrton Carvalho no verso do Ofício nº 144/74/GP, em 11-04-1974 e “Turismo”, proferido por Luiz Siqueira, representante da Empetur.

O documento intitulado Termos de Referência foi elaborado, em 1970, pelo arquiteto Heitor Ferreira de Souza²⁰² e continha uma “Documentação para a concorrência para a elaboração de Trabalhos Técnicos”. Tal instrumento trazia uma caracterização do município, um pré-diagnóstico, recomendações de ação imediata e um roteiro dos trabalhos a elaborar (PMO, 1970, [n.p.]). Logo após a entrega do Termo de Referência ao interventor Eudes Costa, a matéria intitulada “Técnicos apontam a Olinda caminho para seu desenvolvimento”²⁰³ afirma que o patrimônio histórico e paisagístico de Olinda é um “recurso cujo potencial ainda não foi explorado suficientemente” e é lembrado como “matéria prima”, que poderá promover o desenvolvimento de uma atividade turística, “compatível com o seu potencial e capaz de se transformar em uma fonte de renda substancial para o município”.

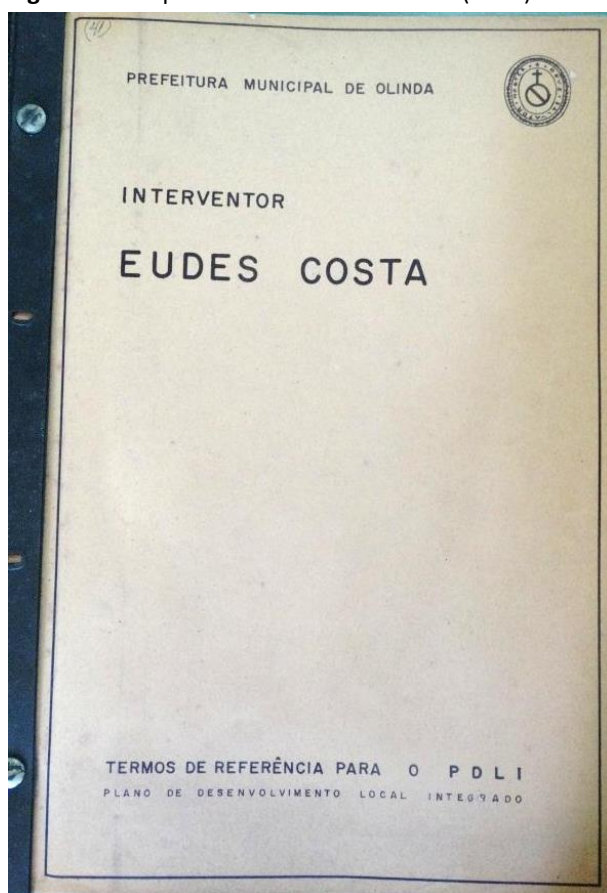
²⁰⁰ SODRÉ, Arêdo. Ofício nº 144/74/GP a Ayrton Carvalho. 28 de mar. 1974. Fonte: Arquivo Geral da 5ª SR IPHAN/PE/Pasta - Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Olinda.

²⁰¹ PMO. *Programação do Seminário de Avaliação da Implantação do Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Olinda*. Olinda, 1974. Fonte: Arquivo Geral da 5ª SR IPHAN/PE/Pasta - Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Olinda.

²⁰² O arquiteto e urbanista Heitor Ferreira de Souza era gaúcho, formado na Faculdade de Arquitetura da USP – FAUUSP, e atuou em diversos planos diretores do Serfhou, com destaque para o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Franca, elaborado pela empresa consultora GPI - Grupo de Planejamento Integrado, da qual foi cofundador (Cf. FERREIRA, 2007).

²⁰³ TÉCNICOS apontam a Olinda caminho para seu desenvolvimento. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 out. 1970.

Figura 26 – Capa do Termo de Referência (1970).



Fonte: Arquivo Público Antonino Guimarães, Olinda.

A Sociplan, uma empresa de engenharia consultiva criada em 1967, fazia parte da relação de escritórios cadastrados no Serfhau, e seu proprietário era o advogado e consultor José Amaro Pinto Ramos, que contratou Sérgio Motta²⁰⁴ como engenheiro-chefe. Como de

²⁰⁴ Sérgio Roberto Vieira da Motta se formou em Engenharia Industrial pela PUC Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 1967, onde iniciou a militância política, ingressando, em 1966, na Ação Popular (AP), organização de esquerda de origem católica que se opunha ao regime militar. Iniciou a atividade profissional como engenheiro na empresa Organiza - Planejamento e Organização Ltda. e até 1973 trabalhou nas empresas GPI - Grupo de Planejamento Integrado e Sociplan - Sociedade Civil de Planejamento Ltda. Na década de 1970 foi responsável pelo jornal Movimento, um dos principais semanários contrários ao regime e que contava com a participação do sociólogo Fernando Henrique Cardoso como membro do conselho editorial. Em 1973, tornou-se diretor-presidente da Hidrobrasileira S/A, empresa de consultoria em engenharia e elaboração de projetos. Em 1975, sua aproximação com o meio político se daria de maneira mais intensa a partir da amizade com Fernando Henrique Cardoso, iniciada no Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), instituição na qual FHC trabalhava no período. A partir dali, Sérgio se engajaria em todas as suas campanhas políticas, a começar pela candidatura ao Senado pelo MDB em 1978, depois à prefeitura de São Paulo pelo PMDB e à presidência da República, em 1994 pelo PSDB. De 1980 a 1984, exerceu o cargo de diretor-presidente da Coalbra - Coque e Álcool de Madeira S.A. De 1984 a 1987, foi vice-presidente da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. Por fim, como Ministro das Comunicações de FHC, de 1995 até sua morte em 1998, conduziu um dos maiores processos de privatização da história do país, o sistema Telebrás (FGV/CPDOC. Disponível em:

costume, especialistas foram agregados a equipe própria da empresa para atender o desenvolvimento dos trabalhos. A equipe técnica estava dividida em Equipe Técnica Básica²⁰⁵, Equipe Técnica Auxiliar²⁰⁶ e Consultores²⁰⁷. Observa-se que entre os consultores, há alguns especialistas que parecem ter participado no Plano como representantes de suas respectivas instituições e não efetivamente na sua elaboração, como o professor Everaldo Gadelha, da UFPE, e Geraldo Gomes, do IPHAN. Considerando apenas a equipe da Sociplan, cerca de 30 profissionais, cabe destacar a multidisciplinariedade do seu quadro técnico, que reunia arquitetos, engenheiros, geólogos, sociólogos, advogados, economistas, entre outros. Na constituição da trama histórica, alguns sujeitos se sobressaem, como é o caso do arquiteto Paulo Ormino de Azevedo, fazendo-se necessário apresentar alguns momentos da sua trajetória profissional relevantes para a narrativa a fim de identificar convergências e contrapontos no PDLI de Olinda com as teorias e práticas em voga.

Paulo Ormino graduou-se arquiteto em 1959, na Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAU-UFBA). Ali foi aluno de Lina Bo Bardi em sua rápida passagem pela UFBA. Embora tenha sido indicado pelo arquiteto Fernando Machado Leal, seu professor de Arquitetura no Brasil, para substituí-lo no 2º Distrito da DPHAN, logo se afastou, em 1960, para realizar um curso em Geografia Urbana pela Universidade de Wisconsin, Madison. Ao retornar, reassumiu o posto de arquiteto-colaborador do 2º Distrito da DPHAN, mantendo contato com Rodrigo Mello Franco de Andrade, Lúcio Costa, Renato Soeiro, Ailton Carvalho, entre outros. Junto com Godofredo Filho, chefe do 2º Distrito, acompanhou Michel Parent em sua passagem na Bahia. Paralelamente a atuação no Patrimônio, colaborou no escritório

<<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/sergio-roberto-vieira-da-mota>>. Acesso em 25 de jun. 2019).

²⁰⁵ A Equipe Técnica Básica era integrada por: Sergio Roberto Vieira da Motta (engenheiro), João Teixeira de Almeida Júnior, José Expedito Prata (arquiteto), Paulo José Montezuma de Andrade (arquiteto), Antônio Guido, Carlos Alberto Cedano Cabrejos, Marcos Antônio de Freitas, Marcos Domingues da Silva (arquiteto), Roberto Thompson de Carvalho (geólogo), Edson Vilela Martins, Rogério Belda (engenheiro de transporte) e Antônio Dray (PMO, 1972).

²⁰⁶ A Equipe Técnica Auxiliar era integrada por: Teiji Tomioka, Virgínia Maria Collier de Mendonça (arquiteta), Flávio Dalton Laino, Vania Ribeiro Carneiro (arquiteta) (PMO, 1972).

²⁰⁷ Os Consultores foram: Rodolfo Costa e Silva, Victor F. B. de Mello (engenheiro geotécnico), José Milton Dallari Soares (engenheiro, advogado), Everaldo da Rocha Gadelha (arquiteto), Geraldo Gomes (arquiteto), Erney Felício Plessmann de Camargo (médico), Maria Regina Mendes Prata (socióloga), José Bonifácio Xavier de Andrade (sociólogo), João Macedo, Onaldo Pompílio de Mello, Paulo Ormino David Azevedo (arquiteto), Francisco Assis do Couto Reis (arquiteto), Arilda Cardoso (arquiteta) e Raphael Camelo (PMO, 1972).

do arquiteto Diógenes Rebouças²⁰⁸, onde manteve contato com o arquiteto Francisco Assis do Couto Reis, com que viria a trabalhar no PDLI de Olinda. Em seguida, abriu escritório próprio e foi autor de diversos projetos, tanto de novos edifícios como de restauro em edificações históricas.

A partir de 1963 incorporou-se ao quadro de docentes da FAU-UFBA, ministrando disciplinas como Teoria da Arquitetura e Introdução à Arquitetura, na graduação, e Centros Históricos, na pós-graduação, como professor do Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Conjuntos Históricos – CECRE e do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo.

Entre 1968 e 1972, residiu em Roma, onde se especializou em conservação e restauro pelo *International Centre for Conservation and Restoration of Monuments and Sites – ICCROM*²⁰⁹ e, em seguida, realizou o doutorado na *Università di Roma "La Sapienza"*, com tese sobre o Centro Histórico de Salvador. Esse período na Itália certamente contribuiu para suas concepções de conservação do patrimônio e sua integração no mundo contemporâneo. Aliado a percepção de que a conservação de conjuntos urbanos e até cidades inteiras tombadas só poderia ser alcançada através do planejamento urbano, Ormindo demonstrou estar em sintonia com os debates internacionais expressos nos encontros e documentos já analisados.

Quando retorna ao Brasil, é convidado a prestar consultoria no PDLI de Olinda, nos estudos referentes ao centro histórico. Embora não recorde se a indicação para integrar a equipe do Plano foi feita pelo IPHAN ou pela Prefeitura de Olinda, Ormindo credits tal escolha a sua recente formação na Itália e a experiência na coordenação do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia (IPAC-BA), realizado pelo Governo do Estado da Bahia a partir da Secretaria de Indústria e Comércio. O IPAC-BA, segundo Ormindo²¹⁰, foi inspirado numa ficha

²⁰⁸ O arquiteto, urbanista, pintor e professor Diógenes Rebouças (1914-1994) foi um dos principais responsáveis pela modernização urbana de Salvador. Na década de 1940, coordenou o setor paisagístico e depois assumiu a coordenação geral do Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS). Diógenes trazia ainda a experiência de projeção de grandes edifícios públicos, além de ter sido professor do curso de Arquitetura da UFBA (ANDRADE JUNIOR, 2014).

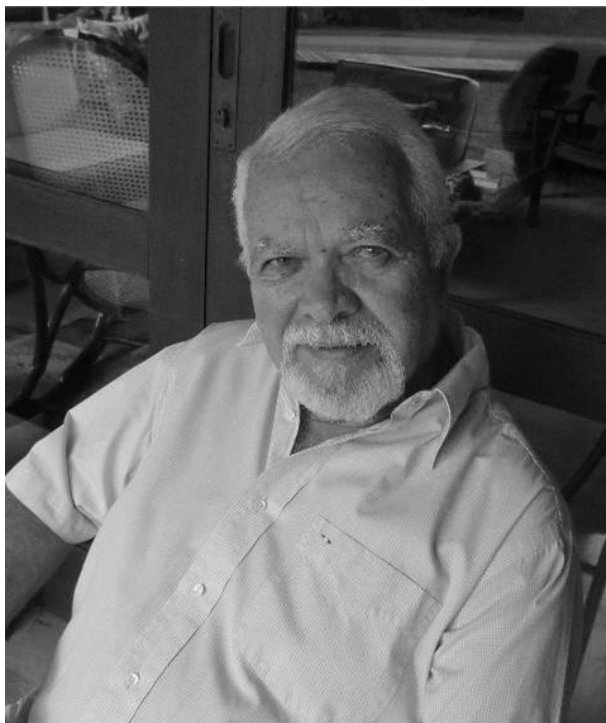
²⁰⁹ Em 1968, Paulo Ormindo recebeu uma bolsa do Governo Italiano de seis meses para o curso de especialização no ICCROM. Ali, teve entre outros professores, os principais herdeiros da Escola Italiana de Restauro e responsáveis pela reabilitação dos grandes monumentos nacionais após a Segunda Guerra, tais como Guglielmo De Angelis d'Ossat e Piero Gazzola, este último um dos redatores da Carta de Veneza de 1964 (AZEVEDO, 2018).

²¹⁰ Conforme entrevista concedida a autora por Paulo Ormindo de Azevedo, em 18-07-2018.

para um inventário europeu elaborado por Piero Gazzola. O IPAC-BA foi pioneiro a nível nacional e estendeu-se para cobrir outras regiões do Estado, além de Salvador, tendo resultado em sete volumes, sendo referência para pesquisadores e gestores acerca do patrimônio edificado da Bahia.

Ainda foi responsável, através de convênios com a UFBA, pela elaboração dos planos urbanísticos das cidades históricas de Laranjeiras e São Cristóvão, em Sergipe, e de Cachoeira, na Bahia, cuja experiência em Olinda muito o deve ter favorecido. Sua atuação profissional foi bastante ampla, perpassando os campos da academia, da pesquisa, da consultoria ligada à preservação dos centros históricos e do projeto, este último considerado por Ormino “um ato político” (AZEVEDO, 2018, p. 27). Como veremos adiante, sua formação e experiências estão presentes no PDLI de Olinda, seja na concepção do sítio histórico, seja nas proposições para sua valorização.

Figura 27 – Paulo Ormino de Azevedo.



Fonte: <http://www.iab.org.br/noticias/paulo-ormindo-e-homenageado-em-salvador>.

A consultora manteve um imóvel em Olinda que funcionava tanto como escritório local como hospedagem para os técnicos vindos de fora²¹¹. Além dos trabalhos técnicos consubstanciados nos oito volumes do Plano²¹², treinamentos com os técnicos municipais foram realizados pela Sociplan, como no setor de cadastro imobiliário da Secretaria da Fazenda, alinhado a uma das finalidades do Serfhau, a modernização da administração municipal. O Plano situa o sítio histórico de forma quase independente do restante do município, dispensando a ele estudos específicos. Por exemplo, no Volume I, ao tratar do “Problema Habitacional” de Olinda, o texto não inclui o sítio histórico, abordando apenas o restante do município e a questão dos novos e grandes conjuntos habitacionais do BNH construídos próximos ao limite com o Recife. Já no Volume II, nas diretrizes para o setor histórico, há um item específico sobre o sistema viário, separado das diretrizes para o sistema viário de todo o município. Dessa forma, fica claro o peso que foi dado ao sítio histórico, dada sua importância e capacidade de dinamizar o município.

Embora os estudos referentes ao SHO tenham sido elaborados por Paulo Ormino, concebemos que estes contaram com a participação do IPHAN, seja diretamente através de seus técnicos, seja mediante as experiências que aquele arquiteto acumulou em sua passagem naquele órgão. Tal envolvimento justifica-se também pela presença de monumentos e o conjunto urbano serem tombados pelo IPHAN. Essa colaboração havia sido expressa recentemente no Compromisso de Salvador (1971):

Recomenda-se que os planos diretores e urbanos [...] que afetam áreas de interesse referentes aos bens naturais e aos de valor cultural especialmente protegidos por lei, contem com a orientação do IPHAN [...]. Recomenda-se que também sejam considerados prioritários, para obtenção de financiamento, os planos urbanos e regionais de áreas ricas em bens naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei (COMPROMISSO DE SALVADOR, 1971 In CURY, 2004, p. 144).

Entre os técnicos do IPHAN que acompanharam o Plano, podemos destacar os arquitetos Augusto da Silva Telles (Área Central/RJ) e Geraldo Gomes (1º DR/PE). Augusto da Silva

²¹¹ Em entrevista concedida a autora, em 18-07-2018, Paulo Ormino de Azevedo relatou que se hospedou e trabalhou nesse imóvel situado no SHO com os demais membros da equipe técnica, por cerca de um mês.

²¹² Em sua forma final, o Plano foi apresentado em oito volumes, contendo: Volume I (Tomos I e II): análise da situação e tendências do desenvolvimento: diagnóstico e prognóstico; Volume II: diretrizes para o desenvolvimento; programas setoriais; Volume III: plano de ação do governo municipal orçamento plurianual de investimentos; Volume IV: Legislação Básica Urbanística; Volume V: legislação básica administrativa e financeira; Volume VI: manuais de serviços; Volume VII: cartografia; e, Volume VIII: anexos.

Telles, arquiteto do IPHAN/RJ e assessor do DAC – Departamento de Assuntos Culturais do MEC, teve uma participação importante na cooperação firmada entre esses dois órgãos, tanto nas negociações do convênio, como no acompanhamento e avaliação técnica do PDLI de Olinda. A convite do engenheiro Sergio Godoy Filho, Assessor de Planejamento Integrado da PMO, em 8-11-1972, Silva Telles participou do *Seminário de Avaliação Técnica do PDLI de Olinda*, o segundo e último, juntamente com Ayrton Carvalho, chefe do 1º DR/PE. Na Informação nº 261²¹³, relatou a Renato Soeiro suas impressões, que de modo geral são de aprovação e satisfação aos estudos referentes ao SHO empreendidos pelo arquiteto Paulo Ormino de Azevedo, com destaque para as “medidas, normas e proposição de atos”, definição de “área de preservação rigorosa, áreas ‘non aedificandi’, áreas com restrições para construção, e áreas de preservação vegetal rigorosa”, além da previsão de “verbas substanciais para a desapropriação da área do antigo Jardim Botânico e para as primeiras medidas tendentes à sua valorização, e para a constituição da Fundação para a Preservação e Valorização de Olinda”. Em seguida, faz sua única crítica, a ausência no plano do “levantamento cadastral arquitetônico, (...) das edificações existentes e, bem assim de seu estado e das obras necessárias à conservação e valorização dos edifícios de interesse arquitetônico ou histórico, ou, então, das medidas a serem empreendidas para ajuste ou camuflagem, quanto ao aspecto paisagístico do núcleo urbano”. Comentando sua fala no Seminário, Silva Telles destaca a ênfase dada no Plano “à preservação do núcleo tombado” em paralelo aos estudos do “desenvolvimento orgânico do município, em suas diferentes atividades”. Portanto, na visão de Silva Telles e da instituição que ali representava, estava presente no PDLI de Olinda uma preocupação mais ampla entre conservação e planejamento.

Embora o PDLI de Olinda tenha sido reconhecido por algumas pesquisas como pioneiro ao sobrepor Olinda no panorama nacional da salvaguarda, marcando o início da atuação da esfera municipal na preservação patrimonial, nenhuma delas se deteve a analisar em profundidade a articulação entre conservação, planejamento urbano e turismo cultural, presente nele, premissa dessa pesquisa.

²¹³ Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Processo Nº 0674-T-62/Vol.1 - Acervo Arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Olinda.

4.1 Contexto local da conservação e do planejamento: do tombamento ao PDLI de Olinda

De sede residencial da aristocracia rural a reduto de artistas e intelectuais, a colina histórica de Olinda reuniu ao longo desse intervalo um vasto acervo cultural, digno de proteção institucional. Diversos são os fatores de transformação e declínio do sítio histórico de Olinda, desde a invasão holandesa e as consequências advindas desta, como o incêndio, em 1631, que destruiu quase todos os seus monumentos e habitações, até outros processos mais lentos, como os socioeconômicos e físicos. Com a expulsão dos holandeses, em 1654, Olinda retomará seu papel de sede política administrativa embora jamais recupere sua importância econômica. O desenvolvimento do Porto do Recife, em detrimento do declínio da monocultura do açúcar, foi um dos fatores que resultaram no esvaziamento da colina histórica.

Apesar da pouca importância econômica, até 1827, Olinda era a capital administrativa e um centro cultural importante. Nesse mesmo ano, foi criado o curso jurídico no Mosteiro de São Bento, o que promoveu certo crescimento da cidade com a vinda de alunos, professores e empregados. Mas já em 1854, o curso foi transferido para Recife, com grande prejuízo para a cidade. Juntamente com importantes bibliotecas e tipografias, a cidade experimentou certo reflorescimento cultural. Também no final do século XIX, a moda de banhos de mar nas praias de Milagres e Carmo, promoveu uma pequena expansão urbana.

Com a construção de uma avenida perto da beira mar e a ocupação da faixa de praia fronteiriça às colinas históricas, entre Milagres e o antigo farol, e, posteriormente, em Bairro Novo, seguido de Casa Caiada e Rio Doce, as praias ainda garantiam a Olinda o papel de cidade balneário. Na década de 1940, tem início a transição de cidade residencial para cidade dormitório de Recife, o que rapidamente evolui para o transbordamento da população do Recife sobre Olinda, na década de 1950. Nesse mesmo período, com a eliminação da rede de esgoto na praia do Pina, ocorre a diminuição da importância das praias de Olinda. Aquele transbordamento espontâneo que avançava nas áreas limítrofes de Recife e Olinda passa a se realizar, a partir de 1968, de forma dirigida através da construção dos conjuntos habitacionais pelo BNH, a fim de atender as populações excedentes do Recife. Esse novo padrão de ocupação, aliado aos problemas do solo das colinas históricas e a restrita capacidade econômica do município, consubstanciam-se nas principais questões

postas pelo PDLI de Olinda no âmbito da conservação do sítio histórico a serem equacionadas.

Ao mesmo tempo em que a perda das funções de sede política, administrativa e cultural implicou em seu declínio econômico, significou a conservação do padrão urbanístico, das tipologias arquitetônicas e da sua ambiência paisagística. O Plano reconhece tal cenário ao concluir:

concorreram para a preservação da velha cidade de Olinda, ao longo de todas as vicissitudes por que passou, primeiro a persistência de sua função urbana como centro administrativo e residencial de classe alta e média, o que evitou a transformação de sua estrutura urbana e arquitetônica para adaptar-se novas funções; em segundo lugar, sua acidentação topográfica e o mangue a protegeram da avalanche decorrente do transbordamento do Recife e dos processos de mudança que ocorrem naqueles bairros, ao mesmo tempo que a resistência oferecida por aqueles elementos evitou que a cidade fosse cortada por novas vias de tráfego de ligação que lhe teriam causado os maiores prejuízos quer física, quer ecologicamente (PMO, 1972, p. 127, v. 1).

Os primeiros tombamentos federais datam de 1938, logo após a criação do órgão federal de salvaguarda, o SPHAN. Na época de elaboração do Plano, existiam 13 monumentos tombados, composto, majoritariamente, por exemplares da arquitetura religiosa barroca, e apenas dois edifícios da arquitetura civil. De acordo com a historiografia oficial do IPHAN, nos primeiros 30 anos da instituição, conhecido como Fase heroica, a política de preservação federal foi marcada pelo levantamento, identificação e registro dos bens, além da realização de obras de restauração de monumentos em precário estado de conservação e por uma preocupação restrita à proteção do monumento excepcional e sua ambiência (SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA, 1980; ZANCHETTI, 2006).

Só na década de 1960, a preservação de monumentos e sítios históricos passou a ser discutida, nacional e internacionalmente, na perspectiva das ameaças à sua integridade, especialmente advindas com a acelerada urbanização e industrialização de determinados centros metropolitanos. No caso de Olinda, as áreas periféricas ao sítio, estavam sendo alvo de intensa urbanização, principalmente em virtude do processo de metropolização, favorecendo assim a integração viária com a cidade histórica de Olinda, o que colocava em risco a proteção do seu acervo cultural. Com essa preocupação, e após recomendação do consultor da UNESCO, Michel Parent, o SPHAN tomba o conjunto urbano de Olinda em 1968. Segundo análise de Barreto (2008, p. 32) as motivações e justificativas que acompanharam tal medida preservacionista vão além dos seus atributos artísticos, urbanísticos e

paisagísticos. Mas também os “vestígios de ameaças à sua preservação, dentre as quais, as descaracterizações no casario secular, as novas construções, o aumento de gabarito e o risco de exploração imobiliária” são ressaltados.

Por fim, o acervo arquitetônico e urbanístico da cidade de Olinda é inscrito nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio da Notificação nº 1004/68, de 21/03/1968. Embora tal medida de tutela tenha limitado a taxa de ocupação e o gabarito para novas construções, quando permitidas, ainda não era suficiente para sua conservação. Na Informação nº 186²¹⁴, de 30-08-1972, redigida por Augusto da Silva Telles (DAC), enviada por Renato Soeiro ao ministro Jarbas Passarinho em 04-09-1972, fica clara a limitação desse instrumento. Essa comunicação foi motivada pela construção de acréscimo em um estabelecimento de ensino superior local, cujo projeto arquitetônico não foi apresentado ao IPHAN. No documento são apresentados três motivos para tal conflito de competências entre a municipalidade e o órgão federal: “falta de informações suficientes, de entrosamento mais bem definido, e divergências quanto à compreensão da extensão da medida de tombamento”. No mesmo documento foi também reconhecida a contribuição que o PDLI, ainda em elaboração, traria para a proteção do acervo tombado, ao definir mais detalhadamente um zoneamento, parâmetros urbanísticos e medidas administrativas para o sítio histórico.

A partir da intervenção federal em março de 1969, através do Decreto nº 64.118, de 14 de Fevereiro de 1969, a estrutura administrativa municipal foi reformulada em caráter provisório. Em 1970, a administração municipal era composta pelo interventor federal Eudes Costa, um gabinete executivo, procuradoria, as secretarias de Administração, da Fazenda, de Saúde, de Educação, de Turismo, de Obras e de Água e Esgoto. O Termo de Referência do PDLI de Olinda já identificava falhas de articulação interna entre esses órgãos, inadequação das normativas municipais e incompatibilidades orçamentárias. Quanto aos recursos humanos, em janeiro de 1970, a Prefeitura tinha 995 servidores ativos. Na Secretaria da Fazenda, os cadastros Patrimonial e Imobiliário Fiscal estavam completamente desatualizados e sua operação era feita sem qualquer apoio técnico mais consistente, pois

²¹⁴ TELLES, Augusto da Silva. Informação nº 186 a Jarbas Passarinho. 30 ago. 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Processo Nº 674-T-62/Vol.1 - Acervo Arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Olinda.

inexistia uma base cartográfica que subsidiasse o cadastro. Portanto, o sistema de cadastramento da época era bastante impreciso, com baixo grau de confiança e totalmente desarticulado. Por tudo isso, a sistematização do cadastro imobiliário foi uma das prioridades do PDLI, a fim de ampliar a capacidade de arrecadação municipal (PMO, 1970, [n.p.]).

A Secretaria de Obras, exercida por Sérgio Godoy de Vasconcelos Filho, acumulava as funções de executor de obras e de controle urbano. Para tanto, contava com escassos recursos financeiros e técnicos e um Código de Obras, copiado do de Recife, com poucas aplicabilidade e adaptação a realidade municipal. Já naquele momento, se reconhecia a necessidade de separação dessa secretaria em outras duas que abrigasse as atividades de planejamento, em uma, e de execução de obras, em outra. A elaboração de um cadastro técnico juntamente com a definição de diretrizes para o ordenamento físico do município eram medidas necessárias previstas no Termo de Referência para a efetividade do planejamento urbano do município.

A Secretaria de Turismo contava com uma estrutura mínima para seu funcionamento, o secretário, Silvio Valois, e cinco auxiliares, que atuavam principalmente na exploração do Mercado da Ribeira, onde ocorria a exposição e comercialização de produtos de artistas e artesãos locais, além de manifestações artísticas e folclóricas. O Termo de Referência aponta como principal deficiência dessa Secretaria a falta de articulação entre o Município e a DPHAN, que “tem impedido o aproveitamento do potencial econômico representado pelos recursos do patrimônio municipal (...), quase indispensáveis a própria sobrevivência econômica de Olinda, sem se falar no aspecto cultural e histórico que são a própria razão da presença da cidade no cenário brasileiro” enquanto “o desenvolvimento da indústria do turismo no Brasil” estava em franca expansão. Além da desejada articulação com a DPHAN, indica-se também “uma ação conjunta e coordenada do órgão municipal de Turismo com os congêneres a nível metropolitano e estadual, EMETUR e EMPETUR” (PMO, 1970, [n.p.]). Nas Recomendações específicas relativas aos aspectos institucionais no nível municipal, indica-se a ampliação da área de competência da Secretaria de Turismo para incluir também os programas recreativos e esportivos de interesse metropolitano, além de absorver as atribuições referentes à Cultura. Também foi discutida qual seria a pessoa jurídica mais apropriada para assumir essas funções, se uma sociedade de economia mista ou uma

associação da Prefeitura com o município do Recife (EMETUR) ou com o Governo do Estado (EMPETUR) mediante participação no capital de uma dessas empresas. O PDLI limitou-se a apontar, que para o desempenho das atividades locais, a ampliação da área de competência da atual Secretaria de Turismo seria suficiente.

Figura 28 – Silvio Valois na festa de São João no Mercado da Ribeira, 1971.



Fonte: Pedro C. Leal, 1971. Arquivo Público Antonino Guimarães, Olinda.

Figura 29 – Ciranda na festa de São João no Mercado da Ribeira, 1971.



Fonte: Pedro C. Leal, 1971. Arquivo Público Antonino Guimarães, Olinda.

A reforma administrativa do município foi enviada para votação ainda durante a elaboração do PDLI, conforme notícia²¹⁵ do Diário de Pernambuco, de 02-12-1971, data em que o respectivo projeto de lei, que estabelece o sistema de planejamento integrado, foi enviado à Câmara Municipal. Segundo fala do prefeito Ubyratan de Castro e Silva, “a instituição do sistema de planejamento integrado (...) servirá de suporte para o estabelecimento de unidades de caráter permanente, com a finalidade de orientar de forma racional as decisões dos poderes municipais”. O Sistema de Planejamento Integrado seria estruturado nos seguintes órgãos: Conselho de Desenvolvimento Integrado, Assessoria de Planejamento Integrado e Assessorias Administrativas Setoriais.

Assim, paralelamente a elaboração do PDLI, foi criada a Assessoria de Planejamento, responsável por projetos específicos. Esta deveria ser dirigida por um engenheiro ou arquiteto, o que naquele momento ficou a cargo do anterior secretário de Obras, Sérgio Godoy. Vê-se assim uma mudança estrutural na organização administrativa que denota um esforço em conceder ao município uma estrutura mínima de planejamento.

²¹⁵ PROJETO de lei olindense vai ser enviado à Câmara. **Diário de Pernambuco**, Recife, 02 dez. 1971.

Na Síntese dos Aspectos Administrativos e Financeiros, o PDLI destaca além das dificuldades de arrecadação e pulverização da receita pública por diversas fontes, a falta de padronização nas rotinas administrativas, excessiva centralização, carência de recursos humanos qualificados pela reduzida capacidade de remuneração e inexistência de um sistema de planejamento. Ora, mesmo com a criação da Assessoria de Planejamento, o PDLI afirmou não haver efetivamente um órgão de planejamento integrado, senão um órgão de “projeto físico” (PMO, 1972, p. 272, v. 1). Para alcançar essa integração, “sugere-se que o processo de planejamento seja desenvolvido de forma contínua e permanente e que nele participem todos os níveis e escalões da administração municipal” (PMO, 1972, p. 115, v. 2). Isso se daria através do Conselho de Desenvolvimento Integrado, composto, além do Prefeito, por todas as secretarias municipais. Caberia ao chefe da Assessoria de Planejamento, ao chefe do Gabinete e ao chefe da Procuradoria Jurídica definir as diretrizes gerais e a estratégia de desenvolvimento municipal de todos os setores da administração municipal, conferindo-lhes a conotação política necessária. O Conselho seria assistido pela Assessoria de Planejamento Integrado, órgão essencialmente técnico, que lhe forneceria as informações necessárias para a tomada de decisões e transformaria em metas concretas suas diretrizes gerais.

Portanto, a Assessoria de Planejamento assume papel de destaque na nova estrutura administrativa, figurando como órgão “staff”, sendo suas orientações representativas do próprio chefe do executivo. Sua atuação seria complementada pelas Assessorias Administrativas Setoriais criadas em cada Secretaria, cujo objetivo é descentralizar o planejamento ao mesmo tempo em que atuariam como interlocutoras com a Assessoria de Planejamento das necessidades setoriais e do desenvolvimento dos seus diversos programas. Com base no conhecimento da realidade dos aspectos institucionais, foram elaborados leis, anteprojetos de lei, regimentos, manuais, etc, visando criar as condições para atingir os objetivos do PDLI.

Mesmo com a ampliação do objeto de salvaguarda de Olinda, que passou de alguns monumentos isolados, desde 1938, ao conjunto urbano, em 1968, as questões relativas à conservação dentro do perímetro tombado ficavam sob a tutela do órgão federal. Supõe-se que o PDLI foi pioneiro no trato das questões preservacionistas integradas ao planejamento urbano e, foi responsável pelo desenvolvimento do aparato institucional e legal de

salvaguarda do SHO, marcando o início da atuação da esfera local na preservação patrimonial. Percebe-se tal configuração como ressonância dos debates empreendidos naquele período no campo da conservação. Cabe-nos investigar o PDLI de Olinda sob a lupa daquilo que examinamos até agora a fim de verificar a permanência da articulação entre planejamento, conservação e turismo.

4.2 A função de Olinda na RMR: o turismo cultural como alternativa prioritária

O fenômeno da metropolização decorrente do rápido crescimento das principais capitais brasileiras a partir da década de 1940 e que atingiu as mais altas taxas de crescimento durante a década de 1970, já podia ser percebido em Pernambuco. O debate sobre a instituição da Região Metropolitana do Recife – RMR fazia parte da pauta no âmbito nacional e regional, nas décadas de 1960 e 1970.

A preocupação com a questão metropolitana motivou vários estudos e planos, que teve como núcleo a cidade do Recife, tais como o realizado por Nestor Figueiredo, em 1931, que se configurou um esforço para precisar o conceito de Área Metropolitana do Recife. Em 1951, Antônio Bezerra Baltar, nas Diretrizes de um Plano Regional para o Recife²¹⁶, “considera a Área Metropolitana como formada por Recife, Olinda, Paulista, São Lourenço da Mata e Jaboatão”. O Padre Lebreton em seu Estudo sobre Desenvolvimento e Implantação de Indústrias, Interessando a Pernambuco e ao Nordeste²¹⁷, de 1954, “considera já existir uma única comunidade sócio econômica entre Recife e os municípios limítrofes”. Destaca-se também o plano Política de Desenvolvimento do Recife Metropolitano²¹⁸, de 1962, que teve o engenheiro Antônio Baltar e o arquiteto e urbanista Harry James Cole como consultores.

²¹⁶ Pontual (2011) atribui a Baltar a primazia no planejamento humanista dos anos de 1950 no Recife e apresenta suas filiações aos preceitos modernos da arquitetura e do urbanismo, inclusive aqueles propalados pelos CIAMs, presentes na sua obra Diretrizes de um Plano Regional para o Recife (1951), a qual considera uma das obras que sintetiza as concepções urbanísticas de Baltar.

²¹⁷ O Estudo sobre Desenvolvimento e Implantação de Indústrias, Interessando a Pernambuco e ao Nordeste (1954), foi realizado pelo padre Louis-Joseph Lebreton a partir do contrato entre a SAGMACS e a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de Pernambuco (Codepe). Antônio Baltar integrou essa Comissão como membro de duas subcomissões: a de planificação econômica e a de localização de indústrias novas. A ideia central presente nesse documento era a factibilidade do desenvolvimento via industrialização em Pernambuco e, em decorrência, a redução do seu estado de subdesenvolvimento (PONTUAL, 2011).

²¹⁸ O estudo Política de Desenvolvimento do Recife Metropolitano foi realizado para o governo do Prefeito Miguel Arraes de Alencar (1962-1964), mediante contratação do Consórcio de Planejamento e Empreendimentos Ltda, sediado no Rio de Janeiro. Fazia parte da equipe de direção Antônio Baltar e Harry James Cole, entre outros, além da integração do CEPUR à equipe do Consórcio (PONTUAL, 2011).

Embora tenha sido um plano elaborado na gestão de Arraes como prefeito do Recife, ele buscou entender a problemática econômica e social do Recife em duas dimensões: a do Recife com o Nordeste e a do Recife com a RMR.

Em 1968, a dinâmica de expansão do Recife “obriga a uma nova redefinição espacial da Área Metropolitana”, que passa a incluir também os municípios de Moreno, Cabo, Igarassu e Itamaracá, segundo as conclusões do Relatório sobre a Área Metropolitana de Recife, elaborado para o Serfhau, realizado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Pernambuco, sob a coordenação do professor Everaldo da Rocha Gadelha²¹⁹. Estudo realizado no ano seguinte, por Manoel Correia Andrade para o Conselho de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (Condepe), acrescenta os municípios de Vitória de Santo Antão, Igarassu e Escada “como polos estaduais de desenvolvimento”. O Estudo Preliminar do Recife, elaborado por Wit-Olaf Prochnik apresenta também “análises abrangendo a Área Metropolitana” (PMO, 1972, p. 8-9, v. 1).

Por fim, é apresentada a conformação da área metropolitana do Recife adotada no Plano, como aquela apresentada pelo Condepe no III Encontro Regional de Áreas Metropolitanas, em fevereiro de 1972, definida a partir de uma série de critérios: Recife, Olinda, Jaboatão, São Lourenço, Paulista, Cabo, Moreno e Igarassu. Além desses, considerou-se oportuno incluir a ilha de Itamaracá por sua potencialidade turística como área de lazer metropolitano. Mas só em 1973, através da Lei Complementar nº 14, são criadas as primeiras regiões metropolitanas, dentre elas a Região Metropolitana do Recife.

Ao tratar das funções de Olinda no espaço metropolitano, os estudos demonstram a inviabilidade do desenvolvimento de atividades do setor primário, dada sua localização no núcleo central da metrópole, além de suas limitações físicas. Afirma que “Olinda pela sua localização no núcleo central da metrópole e pelas suas limitações físicas, não terá condições

²¹⁹ O urbanista e professor Everaldo da Rocha Gadelha (1930-2019) graduou-se em arquitetura e urbanismo pela Universidade do Recife, hoje Federal de Pernambuco, em 1950 e fez especialização em Urbanismo pela *Université de Paris* (1954), em Habitação e Urbanismo pela *Ministér de La Reconstruction Et Du Logement* (1954) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (1997). Gadelha trabalhou no Escritório Técnico da Cidade Universitária (ETCU), sob a diretoria do arquiteto italiano e professor Mario Russo. Em 1951, ingressou na universidade como assistente do professor Antônio Bezerra Baltar responsável pela disciplina de Urbanismo, que viria a substituir na coordenação do CEPUR, onde desenvolveu diversos planos diretores. Importante mencionar que Gadelha consta como consultor na equipe técnica do PDLI de Olinda, provavelmente como representante da UFPE (PONTUAL, 2011; PMO, 1972; ESCAVADOR. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/1436562/everaldo-da-rocha-gadelha>>. Acesso em: 17 de jul. 2019).

de sustentar o seu desenvolvimento econômico nas atividades agrícolas” (PMO, 1972, p. 16, v. 1). Também não se espera significativo desenvolvimento industrial, nem como centro comercial e de serviços, dada a alta especialização do Recife para ocupar essas funções. Através da análise das tendências de localização das atividades econômicas na área metropolitana, o Plano recomenda a estruturação do município “para transformar-se em centro turístico e cultural, área residencial e de recreação, que deverá constituir-se na opção básica de desenvolvimento do Município, tornando essas atividades geradoras de renda para o Município” (PMO, 1972, p. 28, v. 1, grifo nosso). O turismo cultural como alternativa prioritária para o desenvolvimento de Olinda apareceu também na matéria “Urgência para Olinda” do Jornal do Commercio, em 06-09-1972, na qual reconhece que “é precisamente o turismo a atividade primordial destinada a Olinda, nos anos vindouros, capaz inclusive de autofinanciar a conservação da cidade alta”.

O desenvolvimento de atividades turísticas como elemento básico da promoção da dinâmica econômica do município, principalmente o turismo ligado ao seu patrimônio histórico, o turismo cultural, tem base nas conclusões dos estudos econômicos realizados no PDLI, que indicaram a atividade terciária a que apresenta maiores possibilidade de expansão no município. A partir da definição dessa premissa, as diretrizes de intervenção e os programas setoriais estabelecidos no Plano são delineados a fim de valorizar os recursos culturais existentes no município, “tendo o Sítio Histórico de Olinda recebido um tratamento especial buscando transformá-lo no polo de atração turística” (PMO, 1972, p. 2, v. 2). As medidas de intervenção na estrutura física do município para a valorização dos recursos históricos e naturais se dá através de restrições ao uso do solo e de uma reorganização do sistema viário, este último com a intenção de facilitar o acesso dos demais municípios da região metropolitana com Olinda e assim dinamizar o turismo cultural e as atividades a ele ligadas.

É importante ressaltar que as diretrizes e projetos propostos apresentados no volume dois do Plano são notoriamente voltados para a valorização do SHO com fins turísticos, embora seu caráter residencial seja sua principal identidade. Apenas no volume um do PDLI referente ao diagnóstico ocorre menção a importância da permanência da população “nativa” do bairro como meio de conservação dos valores culturais, na medida em que reforça a identidade social do sítio, ao demonstrar preocupação com “a perda do caráter e colorido humano de bairro pela expulsão da população local residente e aumento do

contingente de população flutuante, isto é, uma excessiva ‘tercialização’ do bairro” (PMO, 1972, p. 127, v. 1). Essa preocupação em conservar a identidade social do sítio também aparece no trecho:

Dada a extensão destas áreas não se pode imaginar, nem desejar, que elas sejam mantidas e conservadas pelo poder público como um imenso museu para o gozo de turistas endinheirados. Não se pode, também, imaginar que baste uma legislação para controlar as transformações, os usos e a conservação de um conjunto urbano. Estes conjuntos, antes de serem objeto de interesse arquitetônico ou turístico, são o cenário da vida social das populações que ali se sucederam, nisto residindo seu maior interesse, e só sobreviverão na medida que esta vida comunal sobreviver (PMO, 1972, p. 108, v. 1).

É notável a consciência dos perigos à conservação do patrimônio advindos do turismo de massa e da perda das características sociais do sítio. A importância do uso constante e apropriado do patrimônio através da manutenção da população residente está presente, demonstrando um amadurecimento das noções de “função útil à sociedade”, “função social” e “utilização”, em convergência à Carta de Veneza e às Normas de Quito, respectivamente.

Apesar dessa menção ao caráter residencial do SHO, o enfoque das propostas é a valorização do patrimônio para fins turísticos, como será demonstrado a seguir. Embora o Plano tenha abarcado o tratamento de todo o território municipal, daremos atenção às questões relativas ao sítio histórico de Olinda, tentando identificar as relações entre conservação e planejamento urbano na promoção do turismo cultural.

4.3 As diretrizes para organização do espaço urbano e a conservação do patrimônio

Como já exposto, o PDLI de Olinda está organizado em oito volumes, sendo o Volume II responsável por apresentar as diretrizes de desenvolvimento, que por sua vez são divididas em diretrizes para dinamização da atividade econômica e diretrizes para a organização do espaço urbano, além das diretrizes setoriais e institucionais. As diretrizes econômicas são pautadas na expansão do setor terciário, através do incremento do turismo cultural, dada a tendência ao desaparecimento do setor primário e o lento crescimento do setor secundário.

De forma ainda geral, pois só serão detalhadas no item específico relativo ao sítio histórico, as diretrizes econômicas para o desenvolvimento turístico foram fundamentadas no “caráter histórico e urbano de Olinda”. Todavia, o Plano reconhece a insuficiência da infraestrutura existente para o turismo, que se limita a uma atividade de visitas de passagem, mas sem promover um ingresso de renda. O Plano defende que com a adoção de medidas objetivas

para seu desenvolvimento, o turismo seria capaz de promover uma mudança quantitativa, maior afluência de pessoas, e qualitativa, ampliação e complementação da infraestrutura necessária para permitir maior tempo de permanência no município, pois aponta a “inexistência de serviços e atrativos complementares de turismo” como a causa principal da permanência limitada (PMO, 1972, p. 7-8, v. 2).

A elaboração de um projeto integrado para a zona de preservação rigorosa, que deveria ser detalhado a partir das diretrizes propostas no PDLI, é apresentada como principal saída para o desenvolvimento turístico da área, e deveria considerar os seguintes aspectos:

- estimular e facilitar a construção de hotéis; nesse sentido poderão ser aproveitados os prédios históricos desde que não haja incompatibilidades técnicas e estéticas;
- criação de centros de recreação;
- aperfeiçoamento dos serviços de comunicação e transporte;
- formação de grupos de atividades culturais;
- reorganização ou, eventualmente, reformulação dos serviços de restaurantes; adoção de medidas favorecendo a elevação do padrão de atendimento atual desses serviços;
- formulação de programas de visitas aos centros históricos de principal interesse;
- organização de feiras semanais ou mensais e um festival anual;
- criação de um centro artesanal integrando num mesmo local (localizado na parte histórica) a produção e venda; deverão ser considerados uma série de atrativos e incentivos de maneira a concentrar os artesãos da região (PMO, 1972, p. 8-9, v. 2).

A rentabilidade do projeto também deveria ser estimada em função do nível de renda agregada; incidência sobre o nível de emprego direto e indireto; nível dos recursos a serem engajados; período de recuperação dos investimentos. As medidas institucionais a serem adotadas seriam:

- criação de uma comissão para a elaboração do projeto, a qual por sua vez, poderá contratar o serviço de terceiros ou de assessores;
- contato com experiências análogas no Brasil (Embú em São Paulo e Ouro Preto em Minas Gerais);
- contato com instituições oficiais interessadas na promoção do turismo na região: governos estadual, Banco do Nordeste, Embratur (PMO, 1972, p. 9, v. 2).

Estava presente a necessidade de articulação com outras instituições e instâncias governamentais, através do contato com o governo do estado e a Embratur, por exemplo. Nesse momento, o Plano deteve-se a aspectos mais complementares do desenvolvimento do turismo, que poderiam ser atendidos com a cooperação também do Banco do Nordeste, e menos a medidas de conservação dos monumentos e sítios urbanos. Uma maior articulação entre o turismo e a conservação pode ser percebida no item específico que trata do setor histórico.

Entre as diretrizes para a organização do espaço urbano, destaca-se o Plano Diretor Físico, que “indicará a forma que a cidade deve adotar, a utilização dos espaços urbanos, a localização das funções, o sistema viário que permita a comunicação entre elas e como deverá se processar a ocupação dos diversos setores”. O primeiro objetivo do Plano Diretor Físico é “organizar a utilização dos espaços e da natureza, tendo em vista a valorização da paisagem urbana e o respeito ao sítio histórico (...) que deverá conter o Centro Administrativo e o mais forte núcleo de serviço” (PMO, 1972, p. 11 e 12, v. 2). Em seguida, apresenta a divisão do município em 12 setores, onde o Setor 6 corresponde ao centro histórico, incluindo o perímetro tombado pelo IPHAN, o qual é “objeto de estudo destacado e pormenorizado, tratado individualmente”.

O desenvolvimento turístico foi considerado como alternativa prioritária por “permitir maior fluxo de renda externa para o Município, ao mesmo tempo que, em se desenvolvendo, criará dentro de sua própria área outras atividades complementares orientadas para satisfazer as necessidades dos que virão usufruir daquela atividade” (PMO, 1972, p. 7, v. 2). Dessa inferência pode-se perceber uma visão mais ampla do potencial do turismo cultural, ao compreendê-lo não só como fomentador do desenvolvimento do sítio histórico, mas da economia de todo o município. A partir do reconhecimento da importância do sítio histórico de Olinda e do seu papel funcional na região metropolitana do Recife, o PDLI dedica parte considerável às diretrizes e projetos, a um zoneamento detalhado e a mobilidade dessa área da cidade.

Primeiro, são definidas como funções básicas do centro histórico para o desenvolvimento de Olinda a de centro comunal e parque de cultura e lazer em âmbito metropolitano e regional. Para alcançar esses objetivos, é indicada uma série de ações de valorização, adaptação e restauração da área, que no PDLI, se limitaram aos aspectos urbanísticos de valorização e revitalização do conjunto, não chegando ao nível de cada monumento e seu ambiente. Os meios para concretização daqueles objetivos são organizados em **meios legais e administrativos** que dizem respeito a revisão da legislação municipal de proteção, normas para restauração e novas edificações e estruturação da Fundação para a Restauração e Valorização de Olinda; **meios físicos de intervenção** que contemplam o sistema viário e os projetos especiais de restauração e valorização; e os **meios financeiros** através da concessão de créditos e incentivos fiscais.

- restauração de edifícios e logradouros, jardins e áreas verdes segundo as normas do IPHAN; a restauração deverá compreender a consolidação da estrutura original, eliminação dos anexos sem mérito arquitetônico e adaptações necessárias a uma melhor utilização social sem destruição da integridade das estruturas;
- atualização ou ampliação das redes de distribuição de energia, telefone e hidráulicas, que passarão a ser todas no sub-solo (PMO, 1972, p.39 e 40, v.2).

As ações previstas para a Sub-Zona Verde de Proteção Rigorosa foram:

- desapropriação e transformação em parque público;
- seleção e recuperação da flora, com escopo científico, educativo e recreativo;
- remoção das edificações recentes, criação de veredas e instalação de conforto para os usuários (PMO, 1972, p.39 e 40, v.2).

A **Zona de importância ambiental**, “que apresenta um arranjo volumétrico e florístico que importa preservar, ainda que admitida uma maior flexibilidade nas adaptações de imóveis não representativos de época histórica relevante e sujeita a vínculos especiais”, foi subdividida em Sub-Zona Urbana de Importância Ambiental e Sub-Zona Verde de Importância Ambiental. As ações previstas para a Sub-Zona Urbana de Importância Ambiental foram:

- recuperação dos logradouros, jardins e áreas verdes públicas ou privadas e atualização ou ampliação da infra-estrutura de serviços e equipamentos sociais;
- restauração dos imóveis tombados ou não, representativos de uma determinada época;
- reformas imobiliárias, compreendendo a consolidação, higienização e adaptações necessárias a uma melhor utilização social e adequação ambiental. Novas construções serão permitidas aonde haja evidência de ter existido construção em época remota. Neste caso, a construção não poderá ter mais que um pavimento e taxa de ocupação superior a 20%, deverá ainda procurar manter a mesma relação de cor, volume e alinhamento mas guardando a marca do seu tempo (PMO, 1972, p.41 e 42, v.2).

As ações previstas para a Sub-Zona Verde de Importância Ambiental²²² foram:

- seleção e preservação da vegetação existente com finalidade de manter a ambientação do conjunto. Sua utilização poderá ser pública ou privada desde que fique assegurado a manutenção do verde e das áreas desocupadas (PMO, 1972, p.43, v.2).

Além da referência às recomendações de Quito, o zoneamento proposto indica uma preocupação em separar as áreas predominantemente urbanas das áreas com maior presença de vegetação, tanto na Zona de Preservação Rigorosa, como na Zona de importância ambiental. Embora agrupe numa única lei, o tratamento para cada zona, expresso na forma de diretrizes e parâmetros, é mais específico a suas particularidades. A

²²² Nessa Sub-Zona, com exceção das obras previstas nos projetos especiais, não serão permitidas novas construções, nem loteamentos e desmembramentos (PMO, 1972, p.43, v.2).

frequente relação das proposições do PDLI de Olinda com a legislação italiana pode ser justificada pelas experiências anteriores do arquiteto Paulo Ormino de Azevedo naquele país, no final da década de 1960.

A **Zona de preservação da visibilidade urbana e paisagem**, que corresponde à “área na qual a ocupação, disposição e alturas das edificações devem assegurar a visibilidade e molduramento paisagístico do conjunto”, foi subdividida em Faixa litorânea (*non aedificandi*), Anel de proteção à visibilidade do conjunto – visão interna e Anel de proteção à visibilidade da paisagem – visão externa. As ações previstas para a Faixa litorânea foram de “ajardinamento, criação de vias turísticas de ligação entre Recife e Olinda e sua extensão até as praias ao Norte” (PMO, 1972, p. 11-12, v. 2). O Anel de proteção à visibilidade do conjunto é uma área que envolve as zonas de proteção rigorosa e ambiental, para onde foi estabelecido o gabarito de até 2 pavimentos, como meio de garantir uma área de transição até o Anel de proteção à visibilidade da paisagem, que por sua vez adotou um gabarito de até 4 pavimentos, sendo assim mais flexível. Dessa forma, cria-se um escalonamento das edificações cujo objetivo é a conservação da visibilidade do sítio histórico.

Nessa zona, além da preocupação com a visibilidade e a composição da ‘moldura’ do conjunto através da definição de gabarito, há a previsão de melhorias na infraestrutura de acesso ao SHO, especialmente através da ligação com Recife, de modo a favorecer o desenvolvimento do turismo. As recomendações indicadas apresentam relação com as medidas técnicas propostas por Graziano Gasparini nas Normas de Quito, que dedicou atenção especial às zonas adjacentes ao núcleo histórico. Dessa forma, a proposta de zoneamento do PDLI de Olinda e suas diretrizes aderem quase integralmente às medidas legais recomendadas nas Normas de Quito, bem como no anteprojeto de lei proposto por Ormino no II Encontro de Governadores.

Através do PDLI de Olinda, a conservação do sítio histórico foi inserida na legislação urbanística municipal, mediante a Lei nº 3826 de 29 de janeiro de 1973. A expansão do conceito de patrimônio cultural acompanhou o enquadramento da tutela de áreas urbanas históricas nas legislações urbanísticas, sobretudo a partir da década de 1960. A iniciativa de vanguarda de Olinda, que em 1973 já contava com tal instrumento legal, suscita o interesse por outras experiências no contexto internacional. A fim de elucidar esse percurso, destacaremos as experiências no campo legislativo na Itália, França e Inglaterra que, num

primeiro momento, foram iniciativas no sentido de apenas ampliar a área tutelada e, num segundo momento, efetivar a associação entre proteção patrimonial e planejamento urbano.

Na França, a Lei nº 62-903 de 1962, conhecida como Lei Malraux²²³, constitui marco legal importante e precursor no tratamento da conservação de áreas urbanas, ao criar os *Secteurs Sauvegardés*, ou setores protegidos, áreas sobre as quais deveria incidir a aplicação de procedimentos específicos de proteção e valorização. A Lei previa ainda a realização do Plano de Salvaguarda e Valorização para cada setor determinado, que estariam ainda associados ao Plano Diretor da cidade. Contudo, apesar de se incluir o Plano de Salvaguarda nos instrumentos de planejamento urbanístico, na medida em que este se sobrepõe a qualquer outro em vigor para o local, a intenção acaba por se centrar apenas na salvaguarda e na valorização do patrimônio para fins turísticos, ficando de lado a integração com o restante da cidade (FLORES, 2003). O efetivo enquadramento da salvaguarda no planejamento urbano só acontece em 1976, quando a Lei Malraux é inserida no Código de Urbanismo através da Lei nº 76-1285. Esta sim se apresenta como um sistema normativo e instrumento operativo muito articulado, fundado em uma visão global de toda uma cidade. Além da valorização do patrimônio do ponto de vista estético, essa lei pretende considerar aspectos de ordem social e econômica em conformidade com o planejamento adotado para toda a cidade. Além de prever o envolvimento dos proprietários privados nas operações de restauro através de incentivos fiscais e financeiros, aliviando assim o Estado de arcar com todas as despesas (GIANNATTASIO, 2002).

A política de tutela inglesa é caracterizada pelo empirismo, onde as leis emergiram de suas experiências na busca de solução aos problemas inesperados através da realização de estudos-piloto. Embora a Lei urbanística de 1947 tenha formalmente tornado a conservação parte da legislação urbanística, ela ainda era frequentemente tratada separadamente. É com a Lei de 1967 (*Civic Amenities Act*) que a conservação é associada efetivamente ao planejamento urbano. Essa lei introduziu o conceito de *Conservation Area* (CA) como uma área de particular interesse histórico ou arquitetônico, na qual é desejável conservar ou fortalecer o caráter e a aparência. A Lei de 1967 é considerada um marco para a conservação

²²³ Lei nº 62-903 de 4 de agosto de 1962, do *Ministère des Affaires Culturelles* da França, e regulamentada pelo Décret 63-691, em 13 de Julho de 1963.

na Inglaterra por ter ampliado a tutela a setores urbanos inteiros, ter enquadrado a conservação urbana dentro da legislação urbanística e ter promovido a descentralização, delegando tanto a designação das áreas a serem protegidas como sua gestão aos órgãos locais de planejamento urbano (PORFYRIOU, 2002).

No contexto italiano, sem dúvida se sobressaem as contribuições de Gustavo Giovannoni para a legislação de proteção do patrimônio cultural na Itália durante a primeira metade do século XX. Giovannoni defendia a superação da noção de tutela do monumento isolado, a consolidação da noção do ‘ambiente’ do monumento, a integração das cidades antigas na vida contemporânea, a relevância das relações entre a arquitetura e o urbanismo nas práticas de proteção do patrimônio e contribuiu para a introdução do ‘plano’ como instrumento de ação no campo da conservação. A premissa da normativa italiana é a distinção entre a tutela de bens culturais e aqueles paisagísticos e ambientais (DEGAN, 2002). A palavra “ambiente”, só foi incluída, em 1939, na Lei n. 1.089²²⁴. Desse mesmo ano é a Lei n. 1.497²²⁵, cujo objeto principal são as “belezas naturais”, onde Giovannoni defende a inclusão de paisagens urbanas. Em 1942, foi aprovada a lei urbanística, Lei n. 1.150²²⁶, que também foi inspirada por Giovannoni. Na Itália, pelo menos do ponto de vista da estrutura administrativa, o planejamento urbano e a conservação estavam separados. Apesar disso, Cabral destaca que essa lei traz em seu texto preocupações patrimoniais, como o respeito às características tradicionais e a previsão de planos em diversas escalas, que de modo geral, antes de sua aprovação deveriam ser submetidos ao Ministério da Instrução Pública (CABRAL, 2013).

Ao longo do PDLI, observam-se diversas aproximações com as experiências internacionais citadas, que serão evidenciadas sempre que possível. Na Lei nº 3826/1973 estão sintetizados os conceitos, diretrizes, projetos, parâmetros e índices anteriormente esmiuçados nos volumes do Plano, sobretudo no Volume 2. Composta por 5 Livros²²⁷, sendo o Livro III – Do

²²⁴ Lei n. 1.089, de 1º de junho de 1939. Dispõe sobre a tutela das coisas de interesse artístico e histórico.

²²⁵ Lei n. 1.497, de 29 de junho de 1939. Dispõe sobre a proteção das belezas naturais.

²²⁶ Lei n. 1.150, de 17 de agosto de 1942. Lei Urbanística.

²²⁷ A Lei nº 3826/1973 é composta pelos Livros: I – Das Definições, II – Do Plano Diretor Físico do Município, III – Do Centro Histórico e Acervo Cultural do Município, IV – Das Obras e V – Das Posturas do Município (PMO, 1973).

centro histórico e acervo cultural do município, dedicado às medidas legais de proteção e valorização do patrimônio de Olinda.

A Carta de Veneza (1964) assume relevância nessa Lei, ao inspirar a noção de acervo cultural apresentada e orientar as ações de conservação, valorização e restauração do acervo cultural de Olinda. O incentivo a adoção das noções postas na Carta de Veneza foi pauta de diversos eventos desde então, como o Simpósio de St. Augustine e a Reunião de Quito, figurando em seus documentos finais. Ao referir-se prioritariamente ao monumento em detrimento do conjunto urbano, a Lei nº 3826/1973 alude à noção difundida na Carta de Veneza, como no artigo 80, parágrafo único, que transcreve quase literalmente os artigos 1º e 5º da referida Carta: “A noção de monumento compreende não só a criação arquitetônica isolada como também o ambiente no qual ela se insere e sua conservação deve ser sempre favorecida pela atribuição de uma função útil à sociedade” e no artigo 82:

A conservação, valorização e restauração do acervo cultural de Olinda deve obedecer às normas da Carta Internacional sobre a Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios (Veneza, 1964) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que será ouvido todas as vezes que o monumento for tombado, além das estabelecidas neste Código (PMO, 1973, p. 42).

Há uma notória preocupação com o entorno dos bens e conjuntos, e para tanto são definidos mecanismos para sua conservação, além do zoneamento, a seguir, detalhado. No artigo 83, fica definido que não se poderão realizar obras ou atividades que:

- I – destruam, ponham em risco ou modifiquem o estado ou aspecto dos bens culturais ou naturais ali situados (...).
- II – alterem a visibilidade e ambiência (...).
- III – tendam a seccionar ou subdividir a área principalmente pelo cruzamento de vias de trânsito de passagem e pelo loteamento.
- IV – destruam tradições e costumes ou simplesmente degradem a significação histórica, estética ou cultural da área (PMO, 1973, p. 42).

Quanto aos parâmetros para cada zona do Setor 6, além da definição das áreas *non aedificandi* e dos usos e atividades proibidos, a Lei nº 3826/1973, define gabaritos e taxas de ocupação, conforme sintetizado a seguir:

Quadro 1 – Parâmetros e índices de cada zona do Setor 6.

Zonas	Gabarito	Taxa de ocupação (TO)	Observação
Zona de Preservação Rigorosa			A, B, C e D
Zona de Preservação Ambiental			C e D
Sub-Zona Urbana de Importância Ambiental	1 pav.	20%	E
Sub-Zona Verde de Importância Ambiental			B e C
Zona de Preservação da Visibilidade Urbana e Paisagem			
Faixa Litorânea			A
Anel de Proteção à Visibilidade do Conjunto	2 pav.	*	
Anel de Proteção à Visibilidade da Paisagem	2 pav.	*	

Fonte: A autora adaptado de PMO, 1973.

* A taxa de ocupação e demais normas são as estabelecidas para os respectivos setores contidos no Anel de Proteção, definidas no Quadro Índices Urbanísticos por Setor Urbano.

A - Área *non aedificandi*.

B - São permitidas novas construções ou ampliações apenas decorrentes do plano de restauração.

C - Proibidos loteamento e desmembramento.

D - Proibido o funcionamento de indústrias, depósitos e oficinas de serviço, inclusive postos de gasolina.

E – Construções novas só serão permitidas onde haja evidência de ter existido construção em época remota.

O Capítulo II do Título II é destinado à definição das ações de valorização do Setor, que são cinco, e suas competências. A primeira refere-se à Restauração e valorização física da área, que deveria ser realizada pelo poder público, e consiste no enterramento das redes de distribuição dos serviços públicos, restauração da pavimentação, arborização e iluminação das ruas, praças e jardins públicos e restauração dos monumentos e edifícios de maior interesse, tombados ou não, cujos proprietários não possuam condições financeiras de fazê-lo. A segunda ação é a Valorização funcional da área, que também deveria ser realizada pelo poder público, e dá conta dos aspectos mais sociais tais como a criação de associações de bairros, formação de condomínios de quadra para realização de obras coletivas de restauração e saneamento. A terceira e quarta ações são de Restauração arquitetônica, tanto dos aspectos estruturais como dos estéticos, as quais seriam realizadas pelos proprietários. Por fim, a última ação contemplava as questões de controle urbano através da ênfase ao disciplinamento das novas construções, quando permitidas.

Na Lei nº 3826/1973, está presente também instrumentos de tutela paisagística para proteção de locais que permitem visadas para certos panoramas do conjunto histórico de Olinda, assim como o fez Gustavo Giovannoni na Itália, com base na Lei de 1922 para a

proteção das “belezas naturais” ²²⁸. Favorecido pela topografia do sítio histórico, o Capítulo IV definiu Mirantes, pontos de observação pública do conjunto, os quais não poderiam ter sua visibilidade impedida ou diminuída, quer no sentido horizontal, quer no vertical. São eles: Mirante da Misericórdia, Mirante da Sé, Mirante do Seminário, Mirante da Igreja de N. Sra. Do Monte, percurso da ladeira de Detrás da Sé e o Adro de Santa Tereza e o percurso da Avenida Olinda. Apesar de na Itália, já desde 1925, se tutelar não apenas os pontos de observação ou belvederes, mas também o “aspecto” do panorama em si, o *panorama-quadro*, a Lei de 1973 de Olinda limitou-se a incorporar uma preocupação mais restrita, limitando-se a definir espacialmente os mirantes (CABRAL, 2013).

Por fim, são definidos alguns critérios balizadores para as restaurações arquitetônicas empreendidas nas zonas de preservação rigorosa ou ambiental, que são descritas no artigo 97, onde se percebe uma clara priorização dos aspectos estéticos. A restauração arquitetônica rigorosa deve preocupar-se com a “consolidação e restauração da estrutura original, eliminação dos anexos sem mérito arquitetônico e realização das adaptações necessárias a uma melhor utilização social sem destruição da ordenação dos espaços e integridade da estrutura”. É intitulada de restauração arquitetônica ambiental aquela realizada nas fachadas e volumetria do bem. As obras compreendem:

- a) restauração da primitiva fenestração com eliminação dos novos vãos e redução dos vãos alargados às suas dimensões originais; b) eliminação de esquadrias, balaústres, revestimentos inautênticos e substituição por elementos de desenho e material compatíveis com a época do prédio; c) recomposição dos telhados primitivos no que se refere ao material, disposição e detalhes com eliminação de terraços, mansardas, tanques e platibandas inautênticas (PMO, 1973, p. 46).

A Lei de 1973 previu ainda medidas punitivas para os proprietários de imóveis situados nas zonas de Preservação Rigorosa e Ambiental que não realizar as obras de conservação ou restauração necessárias à salvaguarda e valorização do conjunto, podendo o Município realizá-las e cobrar judicialmente os custos. Caso o débito não seja liquidado, o imóvel poderá ser desapropriado. Concomitantemente, o PDLI de Olinda propôs mecanismos para aumentar a participação dos proprietários na conservação e valorização dos imóveis de interesse cultural através da instituição de incentivos fiscais e financiamentos em condições especiais para obras de restauração.

²²⁸ Lei Nº 778, de 11 de junho de 1922. Dispõe sobre a tutela das belezas naturais e dos imóveis de particular interesse histórico.

Todavia, reconhecendo a limitação dos cofres municipais, o PDLI indica a importância dos poderes federal e estadual no financiamento de obras de restauração. Salienta que esforços já estão sendo feitos nesse sentido, como as propostas apresentadas no I e II Encontro de Governadores, entre elas a de canalização de recursos do Sistema Financeiro da Habitação incluída no Compromisso de Salvador (1971 In CURY, 2004, p. 144): “Recomenda-se a convocação do Banco Nacional de Habitação e dos demais órgãos financiadores de habitação, para colaborarem no custeio de todas as operações necessárias à realização de obras em edifícios tombados”. Somente alguns anos mais tarde, em 1977, algo foi feito nesse sentido. Por iniciativa do então Prefeito Germano Coelho, o BNH e a Prefeitura de Olinda assinaram o Convênio de Adesão do Programa de Complementação Urbana para Recuperação Acelerada - Programa CURA. Por meio desse programa, o BNH admitiu financiar, a título experimental, um programa habitacional no centro histórico de Olinda.

Outro mecanismo financeiro proposto pelo PDLI foram os incentivos fiscais, de competência municipal, que deveriam ser previstos na revisão da legislação fiscal, de forma a contemplar:

- a) Redução de 50% do Imposto Predial durante 15 anos aos imóveis restaurados por seus proprietários segundo as normas do IPHAN e compreendidos na ‘Sub-Zona Monumental de Proteção Rigorosa’ ou na ‘Sub-Zona Urbana de Importância Ambiental’ desde que neste último caso o imóvel seja representativo de alguma época histórica ou apresente interesse arquitetônico que justifique sua restauração;
- b) isenção do Imposto Territorial, sob petição do proprietário, para os jardins e terrenos sujeitos ao vínculo de inedificabilidade e integrantes das ‘Sub-Zona Verde de Proteção Rigorosa’ e da ‘Sub-Zona Verde de Importância Ambiental’ (PMO, 1972, p. 56, v.2).

Essa proposição foi incorporada à Lei nº 3826 com a seguinte redação:

Art. 99 – A realização pelo proprietário de Restauração Rigorosa ou Ambiental dentro das normas deste Código e do IPHAN dá direito a redução do imposto predial segundo as disposições do Código Tributário (PMO, 1973, p. 46).

Percebe-se que as proposições do Plano eram mais generosas que as incluídas na Lei e aos proprietários das áreas consideradas não edificáveis nas sub-zonas verdes não foi concedida nenhuma isenção ou incentivo. Essa ausência, inevitavelmente acarretou a ocupação dos vazios ainda existentes naquela época, muitas vezes de forma desordenada e descaracterizando o conjunto tombado.

Do ponto de vista institucional, a principal proposição do PDLI de Olinda é a criação da **Fundação para a Preservação e Valorização de Olinda**, a qual deveria ser um órgão da

administração descentralizada do município, integrada à estrutura da Secretaria de Cultura e Turismo, o que lhe garantiria uma maior flexibilidade administrativa. Deveria ter “autonomia para atuar diretamente na realização de obras de restauração, na compra e venda de imóveis de interesse cultural, inclusive daqueles que tenham sido desapropriados para a realização das obras necessárias à sua preservação e valorização”. Ou seja, sua função seria promover e coordenar os investimentos públicos e privados na área (PMO, 1972, p. 57, v. 2). A criação e estruturação da Fundação figura como medida prioritária de ordem administrativa para a preservação do acervo cultural de Olinda, para a qual foram destinados 500.000,00 cruzeiros nas Recomendações Prioritárias para o período 1973-1975, sob o Programa nº 6 – Educação e Cultura (PMO, 1972, p. 25, v. 3).

O PDLI pormenoriza a estrutura, finalidades e composição da Fundação, que só se concretizará em 1979, juntamente com a criação do Sistema Municipal de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda. A administração da Fundação seria exercida pela Comissão para Preservação e Valorização de Olinda e pela Diretoria Executiva. A Comissão seria um órgão deliberativo composto por 10 membros, enquanto a Diretoria Executiva seria o órgão técnico e executivo das deliberações da Comissão. O patrimônio da Fundação seria constituído por “bens móveis ou imóveis que a título oneroso ou gratuito lhe forem outorgados por entidades públicas ou privadas” e ainda pelos 5% do FPM, pelas dotações que lhe forem atribuídas no orçamento do Município e pelas contribuições ou rendas de qualquer natureza (PMO, 1972, p. 59 e 60, v. 2). Para realização dos trabalhos técnico, devido à escassez de recursos humanos da Prefeitura, recomenda que a Fundação firme convênios com instituições universitárias.

Possivelmente, a experiência baiana concorreu para tal proposição presente no PDLI de Olinda, ao constataremos similitudes com a Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Criada em 13-09-1967, através da Lei Nº 2464, e regulamentada pelo Decreto Nº 20.530 de 30-01-1968, o órgão estadual tornou-se protagonista na valorização do patrimônio cultural, especialmente o Pelourinho, com vistas ao desenvolvimento do turismo, como explicita o artigo 3º do referido Decreto:

Serão turísticos e culturais os fins da Fundação e se prendem dentro do binômio cultura e turismo, à estabilização, restauração e aproveitamento condigno dos bens imóveis e móveis de interesse artístico e histórico, para fins de seu conhecimento, promoção e adequada utilização como centro turístico e de difusão cultural.

Quanto à estrutura administrativa, a Fundação da Bahia também era composta por um Conselho Deliberativo e uma Comissão Executiva, esta última possuía também representação da Embratur, assim como proposto no PDLI de Olinda.

Cabe ressaltar que não estava prevista a articulação entre a Fundação para a Preservação e Valorização de Olinda, ligada a Secretaria de Cultura e Turismo, e a Assessoria de Planejamento, que era ligada diretamente ao gabinete do prefeito e responsável por definir as diretrizes gerais e a estratégia de desenvolvimento municipal. Esse formato não permitia uma maior integração entre conservação e planejamento, ficando em órgãos distintos a responsabilidade do tratamento do setor histórico e do restante da cidade, bem como as decisões técnicas, das políticas.

De várias formas, as experiências vivenciadas pelo arquiteto baiano Paulo Ormino até aquele momento, seja no âmbito nacional ou internacional, emergem no Plano. Desde a visita de Michel Parent ao Brasil e sua passagem profícua por Salvador, aquela cidade parece ter despontado no cenário nacional de preservação patrimonial e logo se mostrou adepta das ideias difundidas pela UNESCO sob a insígnia do turismo cultural. Evidências são perceptíveis na criação da Fundação (1967) – logo após a visita de Parent, assim como na elaboração do Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho na Cidade do Salvador – Projeto Pelourinho (1968) e o II Encontro de Governadores, em clara sintonia também com as Normas de Quito, como anteriormente exposto. A relevância da missão e do relatório do consultor da UNESCO Michel Parent é ponto passivo na historiografia da conservação. Vale aqui apenas destacar seu impacto nas políticas patrimoniais baianas subsequentes que os materializaram quase fielmente como um paradigma.

Percebe-se nos estudos referentes ao sítio histórico de Olinda do PDLI uma significativa integração com os aspectos de tráfego viário. Tal constatação foi corroborada pelo arquiteto Paulo Ormino, em entrevista concedida a autora, na qual relatou o forte contato que manteve com o engenheiro Rogério Belda, consultor da Sociplan responsável no Plano pelos estudos referentes ao sistema viário, no período que esteve em Olinda realizando as pesquisas de campo acerca do sítio histórico.

As considerações acerca do sistema viário objetivavam a “potencialização do setor histórico como centro comunal e parque metropolitano de cultura e lazer, mediante a facilitação do

acesso àquela área sem, todavia permitir sua congestão” (PMO, 1972, p. 45, v. 2). De acordo com o PDLI, isso seria alcançado através da implantação de um anel perimetral que teria a função de facilitar a circulação na periferia ao mesmo tempo em que evitaria penetrações desnecessárias. Esse anel foi definido pelo seguinte percurso: Praça do Varadouro, Avenida Joaquim Nabuco, Rua dos Bultrins, Rua de São Miguel, Rua do Sol e Rua Segismundo Gonçalves. Ao longo do anel foram previstas articulações com vias de acesso, de forma que contribuísse para uma maior conexão viária entre o sítio histórico e o restante da cidade.

Reconhece-se no tratamento dado pelo Plano ao sistema viário no SHO um diálogo com a estratégia que Gustavo Giovannoni sistematizou e defendeu para intervir em áreas urbanas consideradas de valor histórico e artístico, que ele denominou de “desbastamento urbano” (*diradamento edilizio*) (CABRAL, 2013). A intenção de intervir minimamente no tecido preexistente da colina histórica de Olinda é demonstrada ao propor melhorias nas antigas ruas que cortam o sítio e conectá-las a um anel de contorno.

A segunda proposição viária do Plano diz respeito à previsão dos chamados “estacionamentos periféricos”, que ficariam localizados a margem do anel periférico, como forma de dar apoio a alguns projetos específicos, os quais serão pormenorizados mais a frente. São previstos 3 estacionamentos: o do Campus universitário, à margem da Rua São Miguel defronte a estrada do Bonsucesso; o da Praça de Esportes, ao longo da Rua Joaquim Nabuco; e o do Centro de Convenções, aos fundos da Rua Segismundo Gonçalves e Avenida 10 de Novembro.

Importante ainda mencionar que nas Recomendações Prioritárias para o período 1973-1975, que compõem o volume 3 do PDLI de Olinda, as ações relativas à infraestrutura urbanística, com ênfase nas melhorias do sistema viário, foram apontadas em primeiro lugar, indicando alinhamento com as recomendações correntes nos eventos, planos e cartas apresentados, onde foi recomendada prioridade à infraestrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo. A recomendação prioritária para a Preservação do Acervo Cultural de Olinda foi de ordem administrativa: a criação da Fundação para a Preservação e Valorização de Olinda e a aprovação da legislação referente ao SHO; e os Projetos Prioritários de Valorização do Setor, entre os quais deveriam ser privilegiados os três primeiros: 1º) restauração da Sub-zona Monumental de Preservação Rigorosa; 2º) Horto Botânico; e 3º) Centro de Convenções e de Hospedagem.

As diretrizes e proposições apresentadas pelo PDLI de Olinda referentes ao sítio histórico, elaboradas pelo arquiteto Paulo Ormino de Azevedo, revelam grande convergência com o contexto nacional e internacional da conservação, consubstanciado em encontros, cartas patrimoniais, relatórios técnicos, normas, planos, etc. Essas ideias, por vezes, parecem transcritas tal e qual, e por outras, são apropriadas e adaptadas à realidade local. As prioridades indicadas revelam sintonia com o desenvolvimento do turismo cultural em Olinda, ao ser dada prioridade a investimentos de suporte à atividade, conforme recomendado textos analisados. Esses investimentos prioritários dizem respeito a melhorias no sistema viário existente ou a implantação de novas vias de modo a facilitar o acesso de turistas, o estabelecimento de infraestrutura hoteleira e ações de animação cultural, além das obras de restauração arquitetônica e valorização dos espaços públicos.

4.4 Os Projetos especiais de valorização do setor

Os Projetos especiais representaram as intervenções do Plano sobre áreas específicas do sítio histórico, visando incrementar atividades que poderão vitalizar o setor ou corrigir o processo de degradação de algumas áreas. O Plano recomenda que cada área seja tratada unitariamente e com cuidados especiais, devido às suas especificidades. Sugere que, na medida do possível, os Projetos especiais sejam submetidos a concursos públicos submetidos à aprovação da DPHAN, “de modo a revelar a melhor solução para o problema e adequação à paisagem” (PMO, 1972, p. 47, v. 2). São definidos 7 Projetos especiais de valorização do setor, desses, 4 envolvem intervenções através de novas construções e 3, apenas ações de restauro e conservação. Quase todos os Projetos tencionam a valorização das áreas com fins turísticos e não pela melhoria de vida de seus habitantes, através da criação de atrativos e de infraestrutura que permitam o aumento do fluxo de visitantes. Todavia, dentre os sete projetos especiais, o PDLI recomenda a execução prioritária dos três primeiros.

Projeto 1 – Restauração da Zona Monumental

A restauração da zona monumental é o projeto de maior destaque no Plano e, por conseguinte o que demanda maior detalhamento de ações. Pelo volume de obras demandadas e impacto esperado, esse seria o de maior valorização da área. O PDLI sugere a cooperação do poder público com o privado para realização das operações necessárias sob a

coordenação da Fundação para a Preservação e Valorização de Olinda. Parte das ações seria realizada diretamente pelo poder público federal, estadual e municipal, tais como a realização das obras de restauração arquitetônica mais urgentes, a restauração dos logradouros, jardins e áreas verdes juntamente com a manutenção e enterramento das redes de serviços e a implantação de órgãos públicos, especialmente de função cultural, em monumentos. Enquanto outras seriam realizadas pelos proprietários com o incentivo do poder público que atuaria indiretamente promovendo a realização de restauração conjunta de quadras, ou séries de edifícios mediante a formação de condomínios de quadras e a obtenção de financiamentos para a realização de tais obras, a criação de estímulos fiscais para as restaurações e prestando assessoramento técnico aos proprietários para as obras de restauro através da Fundação.

A partir da definição dos meios de atuação, seja do poder público ou privado, e para evitar a dispersão dos recursos, o Plano previu áreas menores para iniciar o processo de valorização. São definidos dois polos de desenvolvimento da área que deveriam exercer sua influência gradativamente a todo o conjunto. Essa proposição evidencia clara relação com as recomendações das Normas de Quito quanto ao envolvimento do setor privado e a formulação em etapas dos planos de valorização. O **Polo A** foi constituído pelo antigo pátio e área da Igreja de São Pedro Apóstolo ou São Pedro Velho, onde hoje é a Praça Laura Nigro, e edifícios perimetrais. Nessa escolha, pesou a importância que já possuía esse espaço para reunião pública, bem como a proximidade com o Mercado da Ribeira, que já abrigava manifestações populares.

Figura 31 – Mercado da Ribeira [1971].



Fonte: Arquivo Público Antonino Guimarães, Olinda.

E o **Polo B** correspondia à quadra delimitada pelas ruas do Amparo, Misericórdia, Beco das Cortesias e Prudente de Moraes. Na perspectiva do PDLI, essa quadra foi escolhida por figurar um dos melhores conjuntos arquitetônicos de Olinda e, portanto, “merece uma utilização condigna” e por possuir relativa coincidência dos pisos, o que permite “uma interligação dos prédios para uma utilização única do tipo pousada” (PMO, 1972, p. 49, v. 2).

Figura 32 – Rua do Amparo [1967].



Fonte: Acervo do IPHAN-RJ.

Figura 33 – Esquina da Rua do Amparo com o Beco das Cortesias [1967].



Fonte: Acervo do IPHAN-RJ.

O Plano sugere que a função a ser dada aos edifícios que constituem os dois polos “deve propiciar uma intensa utilização social capaz de promover a valorização da área e provocar novas iniciativas”. Também indica a previsão de um estacionamento em patamares e sombreado na encosta do reservatório para atender a demanda. Nota-se que o procedimento da intervenção em etapas tanto permite a otimização de recursos financeiros, como exerce uma ação reflexa sobre seu entorno, estimulando a valorização de uma área maior que a inicialmente restaurada. Tudo isso parece estar bastante alinhado com as recomendações internacionais, especialmente com as Normas de Quito, que preconizou:

a diversidade de monumentos e edificações de marcado interesse histórico e artístico situadas dentro do núcleo de valor ambiental se relacionam entre si e exercem um efeito multiplicador sobre o resto da área, que ficaria revalorizada em conjunto como consequência de um plano de valorização e de saneamento de suas principais construções (NORMAS DE QUITO In CURY, 2004, p. 112).

Para a efetivação da Restauração da Sub-Zona Monumental de Preservação Rigorosa, o PDLI incentiva a realização de convênios com a Faculdade de Arquitetura da UFPE para os trabalhos de levantamento planialtimétrico dos imóveis que integram os polos A e B, e apenas das fachadas para o restante da sub-zona. Deveria ser firmado também convênio com o IPHAN, com concurso financeiro de órgãos internacionais como a UNESCO e a OEA, para consolidação e restauração dos principais monumentos civis e religiosos ameaçados, dando especial atenção às obras relativas aos problemas do solo. Para os serviços de atualização e embutimento das redes de serviços urbanos, deveria buscar convênios com os órgãos responsáveis e com o BNH para o financiamento de obras de conservação e restauro dos imóveis situados na Sub-Zona Monumental de Preservação Rigorosa.

Esforços nesse sentido vinham sendo realizados, através da articulação entre o IPHAN e o BNH, como a reunião realizada no dia 18-08-1972²²⁹, na sede do BNH, com a intenção de que o Banco estudasse um “plano de financiamento para recuperação de núcleos urbanos de interesse histórico e artístico para uso como núcleo habitacional”. Participaram dessa reunião o presidente e o assessor do BNH, Rubens Costa e o arquiteto Mário Pinheiro, respectivamente, os consultores em missão especial da UNESCO no Brasil, os urbanistas Jean Bernard Perrin e Alain Peskine, e o arquiteto Augusto da Silva Telles, como assessor do DAC,

²²⁹ SILVA TELLES, Augusto da. Informação nº 195 sobre Reunião na sede do BNH em 18 ago. 1972. 23 ago. 1972. Fonte: Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro/Assuntos Internacionais/ UNESCO (II-B): AA01/M066/P05/Cx.0060/P.0192.

pelo IPHAN. Os consultores da UNESCO falaram dos entendimentos nesse sentido que já mantiveram com representantes do BNH em Minas Gerais e na Bahia. Como era de se esperar, os representantes do BNH demonstraram preocupação com os custos envolvidos para restauro e adaptações ao uso habitacional, apontando como solução, a cooperação do Estado, município e do IPHAN com recursos a fundo perdido para possibilitar o empreendimento. Como encaminhamento da referida reunião, o senhor Rubens Costa iria levar o assunto ao conselho do BNH enquanto estudo concreto do caso deveria ser realizado.

Quanto aos recursos públicos previstos para a realização do Projeto especial 1, o Programa - Governo e Administração Geral incluiu a recomendação de elaboração de um decreto para criação de uma comissão visando a elaboração dos termos de referência e edital para concepção do projeto detalhado de desenvolvimento turístico do município, como primeira ação para efetivação do referido projeto e que não implicaria em investimentos financeiros. No Programa 5 – Indústria e Comércio, foi calculado um investimento de 300.000,00 cruzeiros para a elaboração do projeto visando complementar a infraestrutura hoteleira, bem como os demais projetos decorrentes e 450.000,00 cruzeiros para a remoção das edificações recentes na Sub-Zona de proteção rigorosa do setor histórico. Talvez pelas limitações de tempo e recursos, o PDLI não detalhou os projetos especiais nem definiu os custos de execução, apenas os de elaboração dos projetos.

Projeto 2 – Parque botânico

Está localizado na Sub-Zona Verde de Proteção Rigorosa, na área compreendida entre a Estrada do Bonsucesso, fundos do largo da Misericórdia e Sé e encosta sudoeste do bairro de Amaro Branco, correspondendo em grande parte ao antigo Horto Del Rey, a concentração de cobertura vegetal do sítio histórico. A área do antigo Jardim Botânico de Olinda, conhecido como Horto Del Rey, criado em 1811, já estava decadente em 1835, quando o naturalista inglês George Gardner o visitou. Ali, se aclimatavam plantas exóticas, da América, da Europa e Ásia. Em poucas décadas, várias plantas exóticas, aclimatadas no horto ganham vida nos quintais da cidade, recriando uma paisagem tropical, perdida com o arroteamento da mata atlântica nos idos da colonização no século XVI (PEREIRA JÚNIOR,

2004). Em 1854, foi vendido em hasta pública e torna-se propriedade privada até os dias de hoje, ficando conhecido como Sítio dos Manguinhos.

Figura 34 – Área do antigo Horto Del Rey [1981].



Fonte: Coleção Pedro Lobo/Acervo do IPHAN-RJ.

A proposição de sua preservação pelo PDLI fundamenta-se em sua importância científica e histórica, que agregaria ainda a função recreativa e de lazer. Para efetivação do segundo Projeto, o Parque botânico, o PDLI preconiza que a área seja declarada de utilidade pública para efeito de desapropriação viabilizado por convênio entre a Prefeitura Municipal e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF. Nas Recomendações Prioritárias para o período 1973-1975, sob o Programa nº 9 – Serviços Urbanos, foram destinados 300.000,00 cruzeiros para a desapropriação da área do antigo Jardim Botânico e 200.000,00 cruzeiros para a replantagem do mesmo (PMO, 1972, p. 30, v. 3).

Ao introduzir seu Relatório sobre Olinda, Parent concebe essa cidade como o oposto de Salvador: “Na Bahia, a arquitetura cobre todo o imenso sítio. Em Olinda, a arquitetura emerge do esplendor da natureza tropical.” Para ele, a “vegetação luxuriante [que] ocupa a colina” é tão importante a ser preservado quanto o tecido urbano e a arquitetura. Assim, o Parque botânico no antigo Horto Del Rey contribuiria para a conservação desse “jardim pontilhado de obras de arte”, que era sua imagem de Olinda (PARENT, 1968 In LEAL, 2008, p. 101). Para ele, “o

Projeto 3 – Centro de Convenções

Inspirado nas experiências internacionais e nacionais de realização de festivais, congressos e convenções, como meio de ampliar o interesse turístico, e mais ainda no Relatório de Michel Parent, o PDLI propõe a utilização civil de alguns conventos religiosos para “promoções culturais de âmbito regional ou nacional a semelhança dos Festivais de Inverno de Ouro Preto” (PMO, 1972, p. 21, v. 3). Alicerçado em sua larga experiência na promoção de festivais musicais e teatrais na França, que contavam também com manifestações culturais diversas, Parent propõe algo similar no Brasil, para Ouro Preto e Olinda. Desde então, enxergava no potencial da “vibrante literatura popular e dramática do sertão” uma originalidade para um festival ao ar livre e assim, uma oportunidade de atração turística (PARENT, 1968 In LEAL, 2008, p. 102).

O PDLI recorda que os primeiros convênios entre a Igreja e o poder público ou privado para utilização civil de conventos já estão em curso em Salvador com os Conventos do Carmo e o Seminário de São Dâmaso. Para tanto, propõe o aproveitamento de três estruturas: o Convento de São Francisco, a Igreja do Carmo e o Seminário de Nossa Senhora da Graça, esse último também indicado por Parent para ser convertido em hotel. Considera que a otimização desses bens através da agregação de novos usos poderia proporcionar recursos para sua própria conservação. Este Projeto deveria contar com a participação da iniciativa privada no processo de restauração e valorização que seria revertido em fonte de renda para aquelas ordens religiosas mediante o arrendamento dos seus monumentos. Por isso, esse Projeto figura entre as recomendações que não implicam em investimentos públicos. Como pôde ser visto, as parcerias público-privadas são bastante exploradas no Plano, como meio de viabilizar financeiramente algumas das propostas.

O Projeto previu a restauração e adaptação dos Conventos dos jesuítas e dos franciscanos como pousadas e a restauração e adaptação da Igreja do Carmo e dos conventos para o funcionamento de concertos e convenções, sem perda da função religiosa. Numa segunda etapa, ainda sugere o agenciamento de um anfiteatro no grotão compreendido entre as Ruas de São Francisco, do Cruzeiro de São Francisco e Rua do Bomfim, para eventos maiores, a criação de um estacionamento, além da instalação de um museu de arte sacra no pátio menor do Seminário. Todavia, o museu de arte sacra (Maspe) estabeleceu-se anos depois, em 1977, na antiga Casa de Câmara, na Rua Bispo Coutinho.

Figura 35 – Seminário de Olinda [1981].

Fonte: Coleção Pedro Lobo/Acervo do IPHAN-RJ.

Figura 36 – Igreja do Carmo [1981].

Fonte: Coleção Pedro Lobo/Acervo do IPHAN-RJ.

Projeto 4 – Aproveitamento da encosta da Sé

Trata-se da encosta compreendida entre a praça e a ladeira da Sé e os fundos da Rua do Bonfim e Rua do Cruzeiro de São Francisco (Travessa de São Francisco). Até o início do século XX, essa área estava desocupada, contudo, na época do Plano, encontrava-se tomada por mocambos, que já começavam a consolidar-se, embora ainda apresentasse uma massa verde significativa. Nesse projeto, o PDLI sugere duas alternativas: a primeira, considerada a mais adequada, seria a desocupação e restauração do verde como área pública. A manutenção de áreas ainda vazias como *non aedificandi* também fazia parte das preocupações de Parent, assim como a diretriz de limitar novas construções.

Figura 37 – Ladeira da Sé, na esquina da Rua da Bertioiga [196-].

Fonte: Gerhard Vetter. Disponível na página do Facebook Olinda de Antigamente.

Figura 38 – Alto da Sé [1971].

Fonte: Acervo OC-DA Press. Disponível na página do Facebook Olinda de Antigamente.

Na impossibilidade de adotar tal medida, recomenda a substituição da função habitacional “por outra de menor ocupação e maior força econômica”, como a hoteleira. A seguir, define alguns parâmetros como o gabarito até dois pavimentos, a tipologia, que deveria ser do tipo modular “evitando a formação de um monobloco prejudicial ao conjunto”, a taxa de ocupação de 20%, garantindo a preservação da vegetação existente, e disposição inferior a Praça da Sé, de modo a não prejudicar a visibilidade do restante do conjunto em direção à Sé, seja da Sé em direção ao conjunto (PMO, 1972, p. 51, v. 2).

Embora não seja previsto um investimento específico para esse Projeto nas Recomendações Prioritárias, o valor estimado de 450.000,00 cruzeiros para desapropriações das edificações recentes na Sub-Zona de proteção rigorosa pode atender a execução da primeira alternativa, ou a articulação com a Embratur e iniciativa privada, pode subsidiar a segunda alternativa.

Projeto 5 – Grande hotel

A infraestrutura hoteleira é condição indispensável para o desenvolvimento do turismo, que no caso de Olinda, impõe severas limitações. Nesse sentido, Parent e Ormino concordavam que a melhor solução seria o estabelecimento de uma hotelaria fora do sítio histórico, embora tenha sido sugerida no PDLI a construção de um hotel na encosta da Sé, como apontado anteriormente. Parent acreditava que na implantação de hotéis, poderia haver uma associação entre os atrativos culturais e os da praia, situando-os “ao pé da colina, à beira-mar, com a atração específica desse local de veraneio permanecendo a velha Olinda” (PARENT, 1968 In LEAL, 2008, p. 104).

Assim, propõe a construção de um hotel “classe A” no local referido como Morro do Cal, “que domina não só uma grande paisagem marinha como o Campus Universitário a ser instalado no Vale do Bonsucesso”. Para a manutenção da visão para o mar, a limitação de gabarito em parte do Bairro Novo é fundamental, conforme garante os parâmetros urbanísticos estabelecidos na Lei nº 3826/1973. O Plano recomenda ainda que “a área seja desapropriada pela Prefeitura e realizada uma concorrência nacional para a sua concessão dentro de normas e incentivos estabelecidos pela Prefeitura” (PMO, 1972, p. 51, v. 2). Quanto ao projeto, deveria ter, no máximo, três pavimentos e se adequar a colina evitando grandes desmontes. As Recomendações Prioritárias para o período 1973-1975, sob o Programa nº 5 – Indústria e Comércio, sugere a articulação com a Embratur e a iniciativa

privada para elaboração do projeto e construção do hotel, não implicando em investimentos públicos (PMO, 1972, p. 24, v. 3).

Os Projetos 6 – Campus universitário²³⁰ e 7 – Praça de esportes²³¹, apontados no Plano não se relacionam diretamente com a promoção do turismo cultural, mas trata-se de estruturas complementares ao desenvolvimento social do município.

Na Tabela 1, a seguir, estão sintetizados os investimentos propostos em minuta de projeto de lei, constante do Volume 3 do PDLI – Plano de Ação do governo municipal e orçamento plurianual de investimentos, para o triênio de 1973 a 1975, referentes às ações de conservação e valorização do patrimônio. Percebe-se que os investimentos iniciam, em 1973, representando apenas 4% dos recursos orçamentários previstos e aumentam para 15%, no ano seguinte, e para mais de 20%, em 1975. Embora o percentual aumente significativamente, ainda representa um baixo investimento, menos de 13%, nas intervenções no setor, considerado o esteio do desenvolvimento do município.

²³⁰ Aproveitando-se da vocação universitária de Olinda, que remonta ao primeiro curso jurídico no Convento de São Bento em 1827, da proximidade com Recife, da sua tradição cultural e da tranquilidade do sítio, o PDLI propõe a reserva de um espaço para a formação do futuro Campus Universitário, que se instalaria na vizinhança do sítio histórico, na Sub-Zona Verde de Importância Ambiental (PMO, 1972, v. 3).

²³¹ Consiste na transformação da área, então desfigurada pelo desmonte do solo para o empréstimo de aterro aos mangues vizinhos, em um grande anfiteatro. Além dos problemas de topografia, a área estava ocupada por mocambos em condições precárias. A localização era favorecida pela facilidade de acesso a Recife e Paulista e pela relativa disponibilidade de áreas livres para estacionamento de veículos. A intervenção na área deveria restabelecer as condições de estabilidade dos taludes e criar uma nova topografia, como um grande anfiteatro, capaz de acomodar uma praça de esportes, o que contribuiria para a instrumentalização do setor como parque de cultura e lazer (PMO, 1972, v. 3).

Tabela 1 – Investimentos das recomendações prioritárias por função de governo (valores em cruzeiros, não atualizados).

Especificação Geral	Triênio			Total
	1973	1974	1975	
Recursos alocados				
Recursos orçamentários previstos*	5.495.000	4.350.000	5.950.000	15.795.000
Despesas programadas				
Turismo				
Elaboração do projeto para complementar a estrutura de acolhida aos visitantes	100.000	-	-	100.000
Elaboração de projetos e/ou infraestrutura		100.000	100.000	200.000
Patrimônio artístico e histórico				
Fundação para Preservação e Valorização do Acervo Cultural	-	200.000	300.000	500.000
Praças, parques e jardins				
Restauração da Praça da Preguiça	120.000			120.000
Reimplantação do Jardim Botânico		100.000	100.000	200.000
Inversões Financeiras				
Turismo				
Remoção das edificações recentes na Sub-Zona de Proteção Rigorosa do Setor Histórico	-	150.000	300.000	450.000
Praças, parques e jardins			200.000	200.000
Desapropriação da área do antigo Jardim Botânico	-	100.000	200.000	300.000
Totais das despesas e inversões	220.000	650.000	1.200.000	2.070.000

Fonte: A autora adaptado de PMO, 1972, v. 3.

* Volume global a ser aplicado pela Prefeitura Municipal para Despesas de Capital.

Se considerarmos a previsão de investimentos para Olinda constante no Relatório de Parent (Tabela 2), a diferença aumenta mais ainda. Contudo, enquanto as previsões do PDLI se referiam ao orçamento municipal que faria parte do Plano Plurianual, para os próximos três anos, as indicações fornecidas por Parent foram feitas de forma puramente indicativa, para determinar a ordem de grandeza do custo da renovação geral e tinham um horizonte de tempo aproximado de oito anos, divididos em 1ª e 2ª urgência. Deve-se considerar também que as fontes de recursos seriam diversas, Embratur, BNH, Serfhau, governos estadual e municipal. Na planilha do consultor da UNESCO, estavam previstas ações variadas, desde o plano urbanístico, obras de restauração, até gastos com publicidade turística.

Observa-se ainda que quase 50% do total de investimentos previstos são para obras de infraestrutura viária, tão cara para viabilizar o projeto do turismo cultural. Interessa notar que a maior parte dos custos previstos é a relacionada com a infraestrutura e não com as intervenções nos bens culturais, como as obras de restauração e manutenção em monumentos e imóveis particulares. Isso revela, no mínimo, a importância atribuída ao turismo cultural comparativamente com a conservação do acervo cultural.

Tabela 2 – Estimativas de Parent para Olinda (valores em milhares de dólares, não atualizados).

Operações	Monumentos e Sítios	Investimentos
Plano urbanístico [estudo]	-	20
Restauração	400	-
Infraestrutura – solo: ruas e estradas	-	1.160
Trabalhos edafológicos [São bento]	-	50
Casa dos artistas	-	20
Manutenção de imóveis particulares [auxílio]	200	-
Sustentação dos jardins	-	130
Ações culturais diversas	-	70
Artesanato	-	70
Organização de festivais	-	90
Publicidade turística	-	60
Empréstimo hoteleiro	-	210
TOTAL OLINDA	600	1.880
		2.480
TOTAL PERNAMBUCO		4.500
TOTAL BRASIL		48.450
Imprevistos [5%]		2.420
TOTAL GERAL		50.870

Fonte: A autora adaptado de PARENT, 1968 In LEAL, 2008, p. 179, 189.

* * *

A análise do objeto empírico dessa pesquisa, o PDLI de Olinda, revelou diversas convergências com as noções e práticas em debate desde a década de 1960 e se configura como importante instrumento de planejamento e conservação que norteou a gestão municipal no trato do sítio histórico. Ele contribuiu para a institucionalização do planejamento urbano como função de governo e técnica de administração.

O PDLI marcou o início da atuação da esfera local na preservação patrimonial através do desenvolvimento do aparato legal e institucional de salvaguarda do SHO, embora este último só tenha se efetivado em 1979 com a criação da Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda (FCPSHO). Do ponto de vista legal, a Lei municipal nº 3.826/1973 definiu parâmetros urbanísticos, diretrizes de ocupação e um plano de valorização do sítio histórico e dessa forma, instrumentalizou a gestão municipal para atuar na tutela do SHO.

Apesar dos limites impostos pelo contexto político, econômico e social, ao tratar dos aspectos relativos ao sítio histórico dentro do plano de desenvolvimento municipal, o PDLI

de Olinda revela um avanço na integração da conservação ao planejamento urbano. A articulação entre planejamento urbano e conservação consubstanciada no PDLI de Olinda se deu por várias motivações, como foi apresentado, ter o conjunto urbano tombado em 1968, a recomendação de Parent, tanto textualmente como no orçamento, de que fosse elaborado um “plano urbanístico” e a definição da função de Olinda na RMR como “centro turístico e cultural” evidenciado desde a elaboração do Termo de Referência, em 1970.

Assim, o PDLI de Olinda teve sessões de seus volumes dedicadas ao sítio histórico de Olinda, que foram elaboradas pelo arquiteto baiano Paulo Ormino de Azevedo. Embora no diagnóstico tenha sido enfatizada a importância da manutenção da vida social das populações que ali habitam, as propostas prioritárias privilegiaram o desenvolvimento do turismo cultural. Isso revela alinhamento com as recomendações das Normas de Quito, do Compromisso de Salvador e do Relatório de Michel Parent.

O PDLI de Olinda apresenta uma noção de turismo cultural pautado tanto no patrimônio material, como no imaterial e na animação cultural. Nesse sentido, ele aproxima-se bastante das ideias defendidas por Parent. As proposições do Plano tentaram abarcar questões variadas, desde os aspectos físicos de valorização do sítio, como os meios administrativos, legais e financeiros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início dessa pesquisa revelamos o intuito de estudar a articulação entre planejamento urbano, conservação e turismo cultural no Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Olinda. Para isso, partimos do pressuposto de que as ideias circulam e, portanto, o PDLI de Olinda não é um objeto histórico isolado. Nesse sentido, a investigação apoiou-se em eventos, instituições e sujeitos que evidenciaram relação com o contexto estudado. Dessa forma foi possível verificar que essa articulação estava presente no PDLI de Olinda, por ter sido um instrumento de planejamento municipal que contemplou a conservação do sítio histórico com vistas ao desenvolvimento do turismo cultural.

No primeiro passo da investigação, a análise dos quatro eventos no capítulo 1, o Simpósio de St. Augustine, a Reunião de Quito e os Encontros de Governadores, foi possível identificar permanências, rupturas e ausências que revelam o percurso das ideias até a conformação do PDLI de Olinda. A articulação entre planejamento, conservação e turismo cultural permaneceu ao longo desses encontros, embora essas ideias fossem ainda embrionárias no Simpósio de St. Augustine e tivessem sido amadurecidas na Reunião de Quito. Enquanto em St. Augustine, apenas a 10ª conclusão do Simpósio deu conta dessa recomendação, em Quito ela foi mais explorada e aparece como “solução conciliatória” entre o desenvolvimento urbano de toda cidade com a salvaguarda do patrimônio cultural.

Além disso, foi possível apreender outras permanências, tais como a utilização do patrimônio como atrativo e equipamento turístico, a integração da conservação no planejamento via turismo cultural, a coordenação das respectivas instituições em planos e projetos dessa natureza, a importância do estabelecimento de normativas que deem conta da tutela não só do monumento, mas do seu entorno e a adoção do plano como principal ferramenta do planejamento, seja o de aplicação mais restrita ao ordenamento territorial, seja o de desenvolvimento que incluiria os aspectos econômicos, sociais e administrativos.

É importante destacar o papel de Guillermo de Zéndegui nos dois encontros americanos, sendo o principal responsável pela redação dos seus documentos finais, portanto, das ideias neles contidos. Suas exposições deram o tom das Normas de Quito, ao defender a importância do planejamento da atividade turística, a inclusão da conservação nos planos urbanos e de desenvolvimento e o aproveitamento econômico do patrimônio. Sua atuação

garantiu a continuidade das ideias apresentadas e a disseminação do turismo cultural na América Latina, tanto nos eventos como nas práticas que se seguiram, como no Projeto Pelourinho, em Salvador, que contou com a participação técnica e financeira da OEA.

Zéndegui também manteve uma boa relação com o Brasil, mediante a DPHAN e a Embratur, representados por seus diretores Renato Soeiro e Wladimir Alves de Souza. A aproximação com Renato Soeiro foi estabelecida desde o Simpósio de St. Augustine, sendo sua presença solicitada por Zéndegui nas reuniões seguintes de âmbito pan-americano, especialmente na Reunião de Quito. Portanto, a presença de Renato Soeiro nesses mesmos encontros, figurou como um ponto de contato entre as instituições e os debates internacional e nacional, o que garantiu um alinhamento das práticas das instituições brasileiras com o debate em voga nas instituições estrangeiras, como a UNESCO e a OEA.

Por outro lado, as diferenças entre os encontros analisados são também reveladores. Os dois eventos pan-americanos, de longe, foram o de maior conotação economicista do patrimônio. Essa noção, embora esteja implícita no Encontro de Salvador, não encontrou tanto destaque quanto nos anteriores promovidos pela organização americana, ficando subordinado ao interesse maior da conservação do patrimônio. Outra diferença diz respeito à noção de turismo cultural presente nos eventos, que não se mostrou uniforme. A própria utilização ou não da expressão ‘turismo cultural’ indica isso. Enquanto nos dois eventos sob a coordenação da OEA utilizavam-se expressões como ‘turismo monumental’ ou simplesmente ‘turismo’, em Salvador utilizou-se largamente a expressão ‘turismo cultural’. Muito além de uma simples questão de semântica, os documentos apontam para uma diferença na dimensão do sentido. Trata-se de uma inflexão e adaptação dessas ideias e práticas ao contexto nacional.

Considerando os dois eventos mais representativos para a ressonância dessas ideias – a Reunião de Quito e o Encontro de Salvador, no âmbito internacional e nacional respectivamente – o primeiro denota uma noção mais restrita de cultura e com uma tendência a homogeneizar as diferenças culturais, enquanto o segundo parece-nos conceber o turismo cultural como englobando também as manifestações folclóricas e festivais artísticos. O Compromisso de Salvador evidenciou isso ao recomendar o “apoio e estímulo às manifestações de caráter popular e folclórico” e que os estados deveriam elaborar um “calendário das diferentes festas tradicionais e folclóricas, dando igualmente inteiro apoio à

realização de festivais, exposições ou apresentações que visem a difundir e preservar as tradições folclóricas de seus respectivos Estados.” (COMPROMISSO DE SALVADOR, 1971 In CURY, 2004, p. 146). É o patrimônio material e monumental que é evidenciado na Reunião de Quito para ser utilizado com fins turísticos. Por outro lado, o Relatório de Michel Parent amplia o patrimônio para englobar outros aspectos mais imateriais, o que possivelmente contribuiu para sua inclusão no Encontro de Governadores de Salvador.

Enquanto na Reunião de Quito ainda não se apresentava qualquer preocupação com o impacto do turismo sobre o patrimônio, apenas com os efeitos do desenvolvimento urbano desenfreado e sem planejamento sobre os monumentos e cidades históricas, no Encontro de Salvador isso começa a mudar. Especialmente na exposição de Ana Maria Fontenelle Brasileiro, são expostos tanto os benefícios como os malefícios que a atividade turística poderia provocar ao patrimônio. Tal entendimento revela um amadurecimento das noções propaladas pelas organizações internacionais. O Compromisso de Salvador significou uma consolidação, no Brasil, dos discursos sobre o turismo cultural em andamento desde a década de 1960.

Todavia, alguns elementos permanecem ausentes ao anseio de conclusão em nossa pesquisa. Por exemplo, a entrada da OEA no campo da conservação do patrimônio cultural e a ausência da UNESCO nos dois encontros pan-americanos, mais do que respostas, levantam dúvidas. O envolvimento da organização americana no campo de atuação já privilegiado pela UNESCO pode revelar disputas veladas ainda não bem elucidadas.

A trama de instituições, agentes e práticas apresentada no capítulo 2, com destaque para o Serfhau, a DPHAN, a UNESCO e a Embratur, apontaram algumas permanências, tais como o processo modernizador e político que caracterizou a institucionalização do planejamento urbano e do turismo no Brasil. A concepção de planejamento que norteou essa pesquisa foi a de função de governo e técnica de administração, produtor de ideias que preveem um futuro idealizado.

Longe de ser uma “cortina de fumaça”, os documentos mostraram o Serfhau como uma experiência importante no processo de institucionalização do planejamento urbano no Brasil, na formação de uma cultura de planejamento, na assistência técnica aos municípios e na formação do aparato administrativo de planejamento nas gestões municipais. Nesse

sentido, a elaboração dos PDLIs contribuiu enormemente para a difusão da prática do planejamento nas administrações públicas.

Merece destacar que de forma distinta do Serfhou, a institucionalização do turismo também permitiu a entrada da iniciativa privada no planejamento e tomada de decisões nesse campo, através da representação de grupos e associações empresariais da rede hoteleira, de transporte e de agências de turismo no CNTur. A participação da DPHAN no CNTur desde sua criação aponta para a importância do acervo cultural para o turismo no Brasil, embora investimentos mais expressivos da Embratur para a conservação do patrimônio só tenham sido feitos a partir de 1973 com o PCH.

O turismo cultural como estratégia econômica para a conservação não só dos monumentos, mas de áreas tuteladas maiores aparece como um alento para a DPHAN. Não há dúvida quanto a importância das missões da UNESCO na disseminação do turismo cultural nas instituições brasileiras a ele relacionadas, especialmente DPHAN e Embratur.

Enquanto ideia, já se discutia o tema no âmbito da UNESCO e OEA desde os primeiros anos de 1960, mas os relatórios dessas missões, especialmente o de Parent, foram fundamentais para entender o ‘como fazer’. Parent define diretrizes gerais que nortearão o desenvolvimento do turismo cultural, tais como a necessidade de coordenação e articulação entre as instituições de conservação, planejamento e turismo, com destaque para a Embratur, a elaboração de planos urbanísticos, bem como o desenvolvimento de infraestrutura de transporte (terrestres, aéreas, marítimas), de infraestrutura hoteleira e de atividades culturais complementares que deveriam levar em conta a vocação de cada cidade, no caso de Olinda, “uma cidade de artistas”.

Através do seu Relatório, Parent também ampliou a noção de cultura que esse turismo poderia explorar. Ao reconhecer como um dos aspectos concretos da nossa cultura os ritos e costumes ancestrais de uma “vida com tradições perpetuadas”, recomenda sua inserção nos atrativos turísticos ao recomendar a manutenção das festas tradicionais. A realização de festivais artísticos nas cidades de Olinda e Ouro Preto também demonstram sua visão alargada e integrada a diversas manifestações culturais. Nesse sentido, o turismo estaria apoiado numa noção de cultura mais ampla do que a propalada pela OEA na Reunião de Quito.

Verificamos que a atuação de Renato Soeiro funcionou como ponto de contato entre as ideias e a prática institucional, que apoiado em eventos, cartas patrimoniais e relatórios, referendaram o turismo cultural, embora que ainda de forma pontual na década de 1960. Sem dúvida, ter promovido os Encontros de Governadores, especialmente o de Salvador, evidencia seu propósito de que essas ideias sobre o turismo cultural e sua integração com o planejamento e a conservação do patrimônio, já em circulação no âmbito internacional, fossem disseminadas no Brasil e na DPHAN, uma instituição historicamente resistente às mudanças em suas noções e práticas. Foi também durante sua gestão (1967-1979) que o Brasil mais recebeu missões de consultores da UNESCO sob a égide do turismo cultural e desenvolveu planos para cidades históricas, como Ouro Preto, Parati e Salvador.

Como demonstrado, a articulação entre planejamento, conservação e turismo cultural avançou muito mais no nível das ideias do que das práticas institucionais. Afinal, as instituições permaneceram isoladas nos seus campos de atuação. Entretanto, devemos levar em consideração a lentidão característica da administração pública, por ter de acomodar diversos interesses em jogo, para incorporação de alterações significativas. Dessa forma, podemos afirmar que o momento era de amadurecimento para implementação de políticas integradas que se efetivarão nas décadas seguintes. Embora o PCH represente uma importante experiência de articulação de vários órgãos e de instâncias governamentais distintas, federal, estadual e municipal, a pesquisa de Corrêa (2012) sobre o PCH verificou que o tipo de projeto predominante no Programa foi de obras de restauração em monumentos. Enquanto os planos e a recuperação de núcleos urbanos são pouco significativos. Ou seja, essa articulação defendida no âmbito das ideias não foi totalmente apropriada no PCH.

Para além de uma visão redutora centrada na efetividade ou não do PDLI de Olinda, admitimos que ele representa uma convergência de noções e práticas em debate desde a década de 1960 e se configura como importante instrumento de planejamento e conservação que norteou a gestão municipal no trato do sítio histórico. Ele contribuiu para a institucionalização do planejamento urbano como função de governo e técnica de administração. Através da reforma administrativa promovida no âmbito do PDLI que instrumentalizou e organizou suas funções, cabe destacar a criação da Assessoria de

Planejamento que figurava como órgão central na definição das estratégias de desenvolvimento do município.

O PDLI marcou o início da atuação da esfera local na preservação patrimonial, sobrepondo pioneiramente Olinda no panorama nacional da salvaguarda. Portanto, consideramos ter sido o PDLI o responsável pela formação do aparato legal e administrativo de salvaguarda do sítio histórico de Olinda no âmbito municipal, embora este último só tenha se efetivado em 1979 com a criação da Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda (FCPSHO). Até aquele momento, Olinda contava apenas com a Notificação nº 1004/1968, referente ao tombamento federal do conjunto urbano, que definia taxa de ocupação e gabarito para novas construções. Com a Lei municipal nº 3.826/1973 foram definidos parâmetros urbanísticos, diretrizes de ocupação e um plano de valorização do sítio histórico.

Apesar dos limites impostos pelo contexto político, econômico e social, ao tratar dos aspectos relativos ao sítio histórico dentro do plano de desenvolvimento municipal, o PDLI de Olinda revela um avanço na integração da conservação ao planejamento urbano, que vinha sendo recomendado e buscado, desde os anos de 1960. A articulação entre planejamento urbano e conservação consubstanciada no PDLI de Olinda se deu por várias motivações, como foi apresentado, ter o conjunto urbano tombado em 1968, a recomendação de Parent, tanto textualmente como no orçamento, de que fosse elaborado um “plano urbanístico” e a definição da função de Olinda na RMR como “centro turístico e cultural” evidenciado desde a elaboração do Termo de Referência, em 1970.

Assim, a inclusão e destaque dado ao planejamento do SHO não poderia ficar de lado no plano de desenvolvimento do município. A contratação de Paulo Ormino de Azevedo pela Sociplan, tenha sido por indicação do IPHAN, do Serfhau ou do município, revela uma sintonia com os debates em voga em torno do turismo cultural, visto que o arquiteto já despontava no âmbito nacional e internacional de salvaguarda. Portanto, Ormino destaca-se como profissional de notório saber, importante por sua participação direta no Plano. Certamente, suas contribuições ao PDLI denotam, não só as experiências que ele teve na Itália, mas também a influência do IPHAN em suas concepções.

Apesar de afirmar que o objetivo do plano relativo ao sítio histórico é uma ação urbanística integrada aos fatores socioeconômicos e culturais capaz de determinar os usos, as

transformações, a valorização e a circulação dentro do SHO, ao mesmo tempo em que assegure a sobrevivência da vida social das populações que ali habitam, as propostas prioritárias privilegiaram o desenvolvimento do turismo cultural, em detrimento dos aspectos sociais. Demonstrando alinhamento com as recomendações das Normas de Quito, do Compromisso de Salvador e do Relatório de Michel Parent, o PDLI nos apresenta uma noção de turismo cultural pautada na promoção dos atrativos arquitetônicos e urbanísticos do sítio e nos aspectos imateriais da cultura, como o artesanato, o folclore e a animação cultural. Contudo, em caráter de urgência e levando em conta as limitações orçamentárias do município de Olinda, o Plano prevê ações mais modestas, centrando-se nos aspectos administrativos e legais, tais como a criação da Fundação para a Preservação e Valorização de Olinda e a Lei municipal nº 3.826/1973, que só foi revista em 1992, através da Lei municipal nº 4.849.

Ao incluir o tratamento do sítio histórico no planejamento de todo o município, o PDLI de Olinda promoveu a articulação entre planejamento e conservação. A partir do estudo do sítio e alinhado com as recomendações nacionais e internacionais, os Projetos especiais de valorização associaram a conservação do patrimônio com sua utilização para fins turísticos, especialmente o Projeto 1 – Restauração da Zona Monumental, o qual seria o de maior valorização da área. Esse Projeto envolveria a ação coordenada entre diversos órgãos de instâncias distintas, tais como PMO, BNH, concessionárias de serviços urbanos, IPHAN, UNESCO, OEA, Faculdade de Arquitetura da UFPE e proprietários dos imóveis. Portanto, os referido Projetos jamais poderiam ser implementados por um único órgão, a DPHAN, por exemplo, como acontece numa ação isolada de restauro arquitetônico. A valorização de conjuntos urbanos patrimoniais para o desenvolvimento do turismo cultural envolvia a atuação de atores diversos e elevados custos, que deveriam ser viabilizados através de várias fontes financeiras.

O PDLI de Olinda avançou ainda mais nesse sentido, ao transformar suas diretrizes e proposições em lei. Assim, o Plano previu os meios legais - Lei municipal nº 3.826/1973, além dos administrativos - Fundação, físicos – zoneamento e projeto de valorização e financeiros – incentivos fiscais e financiamentos em condições especiais, para transformar o SHO num centro de cultura e lazer.

Diante do exposto, ratificamos o argumento lançado no início deste trabalho, que o PDLI de Olinda se configurou num instrumento de articulação entre planejamento, conservação e turismo cultural. Embora a tendência de muitos estudos seja criticar a falta de efetividade dos planos elaborados no período do Serfhau e sua relação com o regime político ditatorial, buscamos compreender os avanços e seu significado para a conservação do sítio histórico de Olinda. Através do estudo dos eventos de St. Augustine, Quito, Brasília e Salvador, e das instituições relacionadas ao contexto de nossa pesquisa, podemos concluir que as ideias circulam e são apropriadas e reinterpretadas no contexto em que se inserem. Nessa trama, a atuação de alguns agentes foi fundamental para a ressonância dessas ideias, tais como Guillermo de Zéndegui, Renato Soeiro e Paulo Ormino de Azevedo. Por fim, esperamos com este estudo apontar um caminho para o desafio de conservar nosso patrimônio cultural, através da integração entre os campos do planejamento e da conservação.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Leila Bianchi. O Programa de Cidades Históricas, o turismo e a “viabilidade econômica” do patrimônio (1973-1979). **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.24, n.1, p. 137-149, jan.-abr. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0105>>.
- AGUIAR, Leila Bianchi; CHUVA, Márcia. Institucionalização das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e na Argentina e suas relações com as atividades turísticas. **Antíteses**. Londrina, v.7, p. 68-93, 2014.
- ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de. Diógenes Rebouças e a modernização de Salvador. Drops, São Paulo, ano 14, n. 080.07, **Vitruvius**, maio 2014. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/drops/14.080/5173>>.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **As praias e os dias**: história social das praias do Recife e Olinda. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.
- ATIQUE, Fernando. **Arquitetando a “Boa Vizinhança”**: a sociedade urbana do Brasil e a recepção do mundo norte-americano, 1876-1945. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), FAU-USP, São Paulo, 2007.
- AZEVEDO, Paulo Ormindo David de. Patrimônio Cultural e Natural como fator de desenvolvimento: a revolução silenciosa de Renato Soeiro, 1967-1979. **Revista do Patrimônio**. Brasília, n.35, 2017, p. 44-63.
- _____. PCH: a preservação do patrimônio cultural e natural como política regional e urbana. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.24, n.1, p. 237-256, jan.-abr. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0109>>.
- _____. Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil. In: AZEVEDO, P.O.; CORRÊA, E.L. (Org.). **Estado e sociedade na preservação do patrimônio**. Salvador: EDUFBA/ IAB, 2013. p. 19-53.
- _____. **Homenagem do Conselho Consultivo do Iphan a Renato Soeiro**. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=363>. Acesso em: 18 de jun. 2019.
- BACELLAR, C. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSK, C. (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-80.
- BARRETO, Juliana Cunha. **De Montmartre nordestina a mercado persa de luxo**: o Sítio Histórico de Olinda e a participação dos moradores na salvaguarda do patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), MDU-UFPE, Recife, 2008.

CABRAL, Renata Campello. A Igreja e o Pátio de São Pedro dos Clérigos em Recife: notas sobre sua história e perspectivas para sua conservação. **Revista Restauro**. São Paulo, v.3, n.5, 2019.

_____. **A noção de "ambiente" em Gustavo Giovannoni e as leis de tutela do patrimônio cultural na Itália**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), IAU-USP, São Carlos, 2013.

CALABI, Donatella. **Introduzione**. In: H. Porfyriou (a cura di). Studi comparativi: 1. Metodi e strutture catalografiche europee nell'ambito dei beni architettonici e culturali; 2. La legislazione relativa ai settori di salvaguardia in Europa. Padova, 2002, p. 39-45.

CARVALHO, Gisélia Lima. Perspectiva histórico-institucional da política nacional de turismo no Brasil (1934-2014). **Mercator**, Fortaleza, v. 15, n.1, p. 87-99, jan./mar., 2016.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. 2ª Ed. Lisboa: DIFEL, 2002.

CHOAY, Françoise. **As questões do patrimônio**: antologia para um combate. Tradução de Luís Felipe Sarmiento. Lisboa: Edições 70, 2011.

_____. **A alegoria do Patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora Estação Liberdade/ UNESP, 2006.

COLE & TÉCNICOS DO SERFHAU. **Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e Local no Brasil**. Rio de Janeiro: SERFHAU, 1968.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH)**: por uma política integrada de preservação do patrimônio cultural – 1973/1979. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), UNB, Brasília, 2012.

COUSIN, S. **L'identité au miroir du tourisme**: Usages et enjeux des politiques de tourisme culturel. Ecole des hautes études en sciences sociales: thèse de doctorat en anthropologie sociale et ethnologie, 2002. Disponível em: <<http://tel.archives-ouvertes.fr/docs/00/26/65/47/PDF/SaskiaCousinThese.pdf>>.

CURY, Isabelle (Org). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DEGAN, Silvia. **La legislazione relativa ai settori di salvaguardia in Italia**. In: H. Porfyriou (a cura di). Studi comparativi: 1. Metodi e strutture catalografiche europee nell'ambito dei beni architettonici e culturali; 2. La legislazione relativa ai settori di salvaguardia in Europa. Padova, 2002, p. 71-97.

FELDMAN, Sarah. O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau) e a reconfiguração do campo profissional do urbanista. In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). **Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960**. São Paulo: Annablume, 2019. p. 99-128.

_____. O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serfhau): avanços, limites e ambiguidades (1964-1975). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPARQ, 1., 2010. **Anais...** Rio de Janeiro: Prourb, 2010.

_____. O arranjo SERFHAU: assistência técnica aos municípios/ órgãos de planejamento/ empresa de engenharia consultiva. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 11., 2005. **Anais...** Salvador: Anpur, 2005.

FERREIRA, Mauro. **Planejamento urbano nos tempos do SERFHAU: o processo de construção e implementação do plano diretor de desenvolvimento integrado de Franca.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), IAU-USP, São Carlos, 2007.

FLORES, Joaquim. **Planos de Salvaguarda e Reabilitação de ‘Centros Históricos’ em Portugal.** In: ENCONTRO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS COM CENTRO HISTÓRICO, 8., 2003, Porto: APMCH, 2003.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL DA BAHIA (FPAC). **Fundação do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia: 10 anos de fundação.** Salvador: SEC/FPAC, 1979.

_____. **Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho na Cidade do Salvador,** Estado da Bahia, Brasil. Salvador, 1968.

GIANNATTASIO, Caterina. **La legislazione relativa ai settori di salvaguardia in Francia.** In: H. Porfyriou (a cura di). Studi comparativi: 1. Metodi e strutture catalografiche europee nell’ambito dei beni architettonici e culturali; 2. La legislazione relativa ai settori di salvaguardia in Europa. Padova, 2002, p. 127-159.

GANNON, Michael. **1565 - Saint Augustine - 1965.** University of Florida, 2012. Disponível em: <www.culturallylaflorida.org/papers/Gannon.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A Preservação no Contexto Pan-americano. In: Simpósio Nacional de História, 26., 2011. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: entre o juiz e o historiador. In: NOVAIS, F.A.; SILVA, R.F.(Org.). **Nova história em perspectiva volume 1.** São Paulo: Cosac&Naify, 2011. p. 341-358.

_____. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KÖHLER, André Fontan. **Políticas públicas de regeneração urbana, preservação do patrimônio e lazer e turismo: padrões de intervenção pública e avaliação de resultados no Pátio de São Pedro, Recife, 1969- 2008.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), FAU-USP, São Paulo, 2011.

LAGUNA ENRIQUE, Martha Elizabeth. **El museo nacional de bellas artes de la habana y la colección de retratos de la pintura española del siglo XIX**. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2014.

LEAL, C. Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.24, n.1, p. 99-136, jan.- abr. 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672016v24n0104>>.

_____. **As missões da UNESCO no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: Iphan/Copedoc, 2008.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990.

LEME, M.C. da S. A circulação de ideias e práticas na formação do urbanismo no Brasil. In: PONTUAL, V.; PICCOLO, R. (Org.). **Cidade, território e urbanismo**: um campo conceitual em construção. Olinda: CECI, 2009. p. 73-92.

LUCCHESI, Maria Cecília. **Em defesa do planejamento urbano**: ressonâncias britânicas e a trajetória de Harry James Cole. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), IAU-USP, São Carlos, 2009.

MAIA, Tatyana de Amaral. **Por um Sistema Cultural Integrado**: a Ação do Conselho Federal de Cultura (1967-1975). In: Anais do VI ENECULT, Salvador, 2010. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24481.pdf>>. Acesso em: 17 de abr. 2019.

MARANHÃO, C. H. S. A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil. **Revista de Turismo Contemporâneo**. Natal, v.5, n.2, p. 238-259, jul.- dez. 2017.

MARTINS, Renata Maria de Almeida. **Tintas da terra, tintas do reino**: arquitetura e arte nas Missões Jesuíticas do Grão-Pará (1653-1759). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), FAU-USP, São Paulo, 2009.

MATTOS, Ana Teresa G. S. **Nem português, nem mineiro... baiano e nacional, com todo respeito**: a atuação da Bahia no campo do patrimônio brasileiro. Dissertação (Mestrado profissional), IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

MENDES, Ana Gláucia. A experiência de planejamento econômico no Brasil. In: CINTRA, A. O.; HADDAD, P. R. (Org.). **Dilemas do planejamento urbano e regional no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 75-142.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (MEC). Departamento de Assuntos Culturais. **Anais do II Encontro de Governadores**. Rio de Janeiro, 1973.

_____. Conselho Federal de Cultura. **Revista Cultura**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 34, abr. 1970, n. 34.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. **Contexto do processo de urbanização e da política urbana 1955-84**: uma avaliação crítica. Brasília, 1984.

NASCIMENTO, Eliane Maria Vasconcelos do. **Olinda**: uma leitura histórica e psicanalítica da memória sobre a cidade. Tese (Doutorado em História), UFBA, Salvador, 2008.

NASCIMENTO, Flávia Brito. Formar e questionar? Os cursos de especialização em patrimônio cultural na década de 1970. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.24, n.1, p. 237-256, jan.-abr. 2016.

NOVAES, Ferdinando. **Olinda, evolução urbana**. Recife: FUNDARPE, 1990.

OEA. **La cultura en la Organización de los Estados Americanos**: Una retrospectiva (1889-2013). Washington, 2013.

PEREIRA, Cecília Ribeiro. **O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano), MDU-UFPE, Recife, 2012.

_____. **O Planejamento Local Integrado e o Estudo Preliminar de Wit-Olaf Prochnik para o Recife**. In: Anais do XII Encontro Nacional da ENANPUR, Belém, 2007.

PEREIRA, Juliana Melo. **Admiráveis insensatos**: Ayrton Carvalho, Luís Saia e as práticas no campo da conservação no Brasil. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), MDU-UFPE, Recife, 2012.

PINSK, C. (org). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA (PMO). **Termos de referência para o PDLI** - Plano de Desenvolvimento Local Integrado, Prefeitura Municipal de Olinda, Olinda, 1970.

_____. **Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Olinda - PDLI**, Prefeitura Municipal de Olinda, Olinda, 1972. v. 1-8.

PONTUAL, Virgínia. Planejamento e política na cidade do Recife: sofreu essa relação ruptura com o Golpe Civil-Militar de 1964? In: LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). **Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960**. São Paulo: Annablume, 2019. p. 193-223.

_____. **Urbanismo, Planejamento e Política no Brasil dos anos de 1960**. In: Anais do Primer Congreso Iberoamericano de Historia Urbana, Santiago do Chile, 2016.

_____. O engenheiro Antônio Bezerra Baltar: Prática Urbanística, CEPUR e SAGMACS. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v.13, n.1, p. 151-169, mai. 2011. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/290>>.

PORFYRIOU, Heleni. **La legislazione relativa ai settori di salvaguardia in Inghilterra**. In: H. Porfyriou (a cura di). Studi comparativi: 1. Metodi e strutture catalografiche europee

nell'ambito dei beni architettonici e culturali; 2. La legislazione relativa ai settori di salvaguardia in Europa. Padova, 2002, p. 161-196.

ROLIM, Mariana de Souza. **Paisagem Cultural**: a circulação de ideias por trás da Carta de Veneza e das Normas de Quito. In: Anais do 3º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto, Belo Horizonte, 2014.

SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil, 1937-1990. Salvador: Iphan; Oiti, 2015.

_____. A Recuperação do Centro Histórico de Salvador: origens, sentidos e resultados. **Revista de Arquitetura e Urbanismo – RUA**, Salvador, v.1, n.3, p. 44-59, jul./dez. 2003.

SANTOS FILHO, João dos. O turismo na Era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. **CULTUR – Revista de Cultura e Turismo**. Ilhéus-BA, ano 02, n.2, jul. 2008.

SCHMIDT, Benício Viero. **O Estado e a política urbana no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1983.

SIMAS FILHO, Américo. **Considerações em torno de uma metodologia adequada para o estudo de centros históricos**. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, Separata da Revista de Cultura da Bahia – nº 4, julho/dezembro, 1969.

_____. **O Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia**: origens e formação. Salvador: CEAB, 1965.

SPHAN/PRÓ-MEMÓRIA. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil**: Uma Trajetória. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1980.

THOMPSON, Analucia (org.) **Entrevista com Augusto da Silva Telles**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

URIBARREN, María Sabina. **Contatos e intercâmbios americanos no IPHAN**: O Setor de Recuperação de Obras de Arte (1947-1976). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), FAU-USP, São Paulo, 2015.

VICENTE, Tamisa Ramos. Políticas públicas de cultura e turismo: o entrelace das ações nos órgão de fomento ao turismo de Pernambuco – Empetur e Emetur. **CULTUR – Revista de Cultura e Turismo**. Ilhéus-BA, ano 03, n.2, jan. 2009.

VIZIOLI, Simone Helena T. **Planejamento urbano no Brasil**: a experiência do SERFHAU enquanto órgão federal de planejamento integrado ao desenvolvimento municipal. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), FAU-USP, São Paulo, 1998.

ZANCHETI, Sílvia Mendes, MILET, Vera. **Gestão e conservação do sítio histórico de Olinda**: 1938 - 2006. Série Textos para Discussão. 2006. Disponível em: <www.ceci-br.org>.

Legislações

BRASIL. **Decreto-Lei nº 406**, de 4 de Maio de 1938. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Legislação, Brasília, DF, 1938. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.915**, de 27 de dezembro de 1939. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. Legislação, Brasília, DF, 1939a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. **Decreto nº 5.077**, de 29 de dezembro de 1939. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P.). Legislação, Brasília, DF, 1939b. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-5077-29-dezembro-1939-345395-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. **Decreto nº 44.863**, de 21 de novembro de 1958. Institui a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR). Legislação, Brasília, DF, 1958. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-44863-21-novembro-1958-383896-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. **Decreto nº 48.126**, de 19 de abril de 1960. Aprova o Regimento da Comissão Brasileira de Turismo. Legislação, Brasília, DF, 1960. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48126-19-abril-1960-387487-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 55**, de 18 de novembro de 1966. Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. Legislação, Brasília, DF, 1966. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-55-18-novembro-1966-371224-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

BRASIL. **Decreto nº 60.224**, de 16 de fevereiro de 1967. Regulamenta o Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966. Legislação, Brasília, DF, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D60224.html>.

OEA. Departamento de Direito Internacional. **Carta da Organização dos Estados Americanos (A-41)**. Tratados Multilaterais. 1993.

_____. **Declaracion de los Presidentes de America**. Reunion de jefes de Estado Americanos. Punta del Este, Uruguay, 1967.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA (PMO). **Lei nº 3826**, de 29 de janeiro de 1973. Legislação Urbanística Básica. Prefeitura Municipal de Olinda, Olinda, 1973.

RECIFE. **Lei nº 9.927**, de 3 de junho de 1968. Define a política municipal do turismo, cria o Conselho Municipal de Turismo e a Empresa Metropolitana de Turismo da cidade do Recife e dá outras providências. Legislação, Recife, PE, 1968. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/ihose>>.

Artigos de jornal

DETRAN acaba com taxas de emplacamento. **Diário de Pernambuco**, Recife, 22 jan. 1970.

GERALDO inaugurará o Pátio 6ª feira. **Diário de Pernambuco**, Recife, 07 out. 1970.

OEA vai restaurar zona do “Pelourinho”. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 27 nov. 1968.

PÁTIO prepara-se para fazer turismo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 30 mai. 1970.

PATRIMONIO artístico americano ha sufrido ruina en gran parte. **El Comercio Diário Independente**, Quito, 29 nov. 1967.

PERISCÓPIO. **Diário de Pernambuco**, Recife, 15 jul. 1970.

PROJETO de lei olindense vai ser enviado à Câmara. **Diário de Pernambuco**, Recife, 02 dez. 1971.

TÉCNICOS apontam a Olinda caminho para seu desenvolvimento. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 out. 1970.

WILLIAM J. Murtagh, Lion of Historic Preservation, Dies at 95. **The New York Times**, Nova Iorque, 5 nov. 2018.

Sites

ABEBOOKS. Disponível em: <<https://www.abebooks.com/book-search/author/guillermo-de-zendegui/first-edition/>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

ACLARACIONES DE LA HISTORIA. Disponível em: <<https://manueldelmonte.wordpress.com/2015/09/page/2/>>. Acesso em: 7 jun. 2019.

AMHERST COLLEGE. Disponível em: <https://www.amherst.edu/amherst-story/magazine/in_memory/1938/earlnewton>. Acesso em: 16 out. 2018.

BRASIL ARTES ENCICLOPÉDIAS. Disponível em: <http://www.brasilartesciclopedias.com.br/nacional/souza_wladimir_alves.htm>. Acesso em: 3 jul. 2019.

ESCAVADOR. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/1436562/everaldo-da-rocha-gadelha>>. Acesso em: 17 jul. 2019.

FGV. CPDOC. **A Era Vargas**: dos anos 20 a 1945. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda/CulturaPolitica>>. Acesso em: 15 jun. 2019.

FGV/CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-biografico/sergio-roberto-vieira-da-mota>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

FINEP. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/historico>>. Acesso em: 1 jul. 2019.

KALBACH, Willem. *New Acquisitions in the National Trust for Historic Preservation Library: Adding to the Papers of William J. Murtagh*. **University Libraries, University of Maryland**. 12 mar. 2019. Disponível em: <<https://hornbakelibrary.wordpress.com/2019/03/12/new-acquisitions-in-the-national-trust-for-historic-preservation-library-adding-to-the-papers-of-william-j-murtagh/>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

NATIONAL TRUST FOR HISTORIC PRESERVATION. Disponível em: <<https://savingplaces.org/>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

NPS. Disponível em: <<https://www.nps.gov/aboutus/index.htm>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

OEA. **Nossa história**. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/sobre/nossa_historia.asp>. Acesso em: 26 fev. 2019.

OEA. Disponível em: <http://www.oas.org/es/sla/ddi/tratados_multilaterales_interamericanos_A-41_carta_OEA.asp>. Acesso em: 3 jul. 2019.

SUDENE. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/quem-foi-celso-furtado>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

UNIVERSITY OF FLORIDA. Disponível em: <<https://ufdc.ufl.edu/USACH00529/00008>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

WIKIPÉDIA. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_Mundial_de_Turismo>. Acesso em: 3 jul. 2019.

Arquivos e Documentos

Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro:

Série: Assuntos Internacionais;

Subsérie: Congresso; Simpósio Internacional; Preservação e Restauração de Monumentos Históricos;

Caixas: AA01/M065/P05/Cx.0006/P.0038.

Subsérie: Cartas; Carta de Recomendações-Quito;

Caixa: AA01/M065/P05/Cx.0002/P.0021.

Subsérie: O.E.A. (V); Deliberações/Propostas/Projetos;

Caixa: AA01/M066/P03/Cx.0045/P.0151.

Subsérie: UNESCO (II-B) Plano de Preservação de Conjuntos Urbanos;

Caixa: AA01/M066/P05/Cx.0060/P.0192.

Série: Personalidades;

Subsérie: Renato Soeiro;

Caixas: AA01/M036/P02/Cx.129/P.0417; AA01/M036/P02/Cx.129/P.0420;

AA01/M036/P02/Cx.129/P.0421; AA01/M036/P02/Cx.131/P.0422.

Série: Arquivo Técnico Administrativo;

Subsérie: Congresso/ Encontro de Salvador;

Caixas: AA02/M006/P03/Cx.0002/073/P.0012; AA02/M006/P03/Cx.0002/073/P.0013;

AA02/M006/P03/Cx.0002/073/P.0014; AA02/M006/P03/Cx.0002/073/P.0015;

AA02/M006/P03/Cx.0002/073/P.0016; AA02/M006/P03/Cx.0002/073/P.0019;

Subsérie: Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – Serfhau/ Ministério do Interior;

Caixa: AA/Cx.0001/405/P.0004.

Subsérie: Convênios entre a Embratur e o DAC/ Através do IPHAN/ Visando o desenvolvimento do turismo cultural do país;

Caixa: AA02/M007/P03/Cx.0013/126/P.0088.

Série: Processos;

Subsérie: Processo de Tombamento; Acervo Arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Olinda; Processo Nº 0674-T-62; Volume 1-4; Anexo I.

Arquivo da 5ª Superintendência Regional do IPHAN – Seção Recife

Pasta 04.1: Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Olinda;

Pasta 01.1: Sítio Histórico de Olinda;

Série: Personalidades;

Subsérie: Ayrton Carvalho; Pasta: 4.

Série: Processos;

Subsérie: Dossiê de Olinda;

Caixa: 01.

Arquivo Público Municipal Antonino Guimarães, Olinda

Plano de Desenvolvimento Local Integrado – PDLI de Olinda, 1972;

Termos de referência para o PDLI;

Fotografias. Olinda, 1970-1974;

LUNDGREN, Arthur. **Planta da cidade de Olinda**. Olinda, 1915 (modificado em 1924). Escala 1:2500.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Diário de Pernambuco. Recife, 1960-1969; 1970-1979.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1960-1969.

Jornal do Commercio. Rio de Janeiro, 1960-1969.

Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano, Recife

Jornal do Commercio. Recife, 1972.

Arquivo Pessoal de André Pina

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA (PMO). **Lei nº 3826**, de 29 de janeiro de 1973. Legislação Urbanística Básica. Prefeitura Municipal de Olinda, Olinda, 1973.

Depoimentos

AZEVEDO, Paulo Ormino David de. **Entrevista concedida pelo arquiteto a Aline Bacelar**. Salvador, 18 jul. 2018.

MENDONÇA, Virgínia Maria Collier de. **Entrevista concedida pela arquiteta a Aline Bacelar**. Recife, 7 nov. 2017.